



RELATÓRIO LEGISLATIVO

2023



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PALÁCIO CABANAGEM

Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200



SUMÁRIO



Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

1. MESA DIRETORA	06
2. DEPUTADOS - 61ª LEGISLATURA	08
3. LIDERES DE PARTIDO	10
4. LEGISLAÇÃO PUBLICADA	12
4.1. PODER EXECUTIVO	14
4.2. OUTROS PODERES	26
4.3. ALEPA	31
4.3.1. MESA DIRETORA	32
4.3.2. DEPUTADOS	32
4.3.3. DECRETOS LEGISLATIVOS	72
4.3.4. RESOLUÇÕES	83
4.3.5. ATOS DA PRESIDENCIA	84
5. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PUBLICADA	87
5.1. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA MULHER	88
5.2. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO	90
5.3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SEGURANÇA PÚBLICA	93
5.4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS	95
5.5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PODER EXECUTIVO	97
5.6. REESTRUTURAÇÃO DE ÓRGÃOS - PODER EXECUTIVO	98
5.7. REAJUSTE DO SUBSÍDIO CONCEDIDO PELOS PODERES	101
5.8. REAJUSTE SALARIAL CONCEDIDO PELOS PODERES	102
6. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES APRESENTADOS PELOS PODERES	104
6.1. QUADRO GERAL	105
6.2. PROCESSOS DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO	106
7. COMISSÕES PERMANENTES - CARÁTER TÉCNICO LEGISLATIVO	107
7.1. COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES	108
7.2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS COMISSÕES	113
7.2.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO FINAL (CCJRF)	113
7.2.2. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (CFFO)	119
7.2.3. COMISSÃO DE AGRICULTURA, TERRAS, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CATIC)	120

7.2.4. COMISSAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CCTIC)	120
7.2.5. COMISSAO DE CULTURA (CCULT)	127
7.2.6. COMISSAO DE DEFESA DA 1ª INFANCIA, CRIANÇA E ADOLESCENTE (CDICA)	128
7.2.7. COMISSAO DE DIREITOS HUMANOS, DEFESA DO CONSUMIDOR E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS (CDHDC)	131
7.2.8. COMISSAO DE DIVISAO ADMINISTRATIVA DO ESTADO, ASSUNTOS MUNICIPAIS E TRIBUTAÇÃO (CDA)	142
7.2.9. COMISSAO DE EDUCACAO (CEDU)	143
7.2.10. COMISSAO DE MINERACAO, ENERGIA, RECURSOS HIDRICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL (CMERHMADS)	144
7.2.11. COMISSAO DE PESCA E AQUICULTURA (CPA)	147
7.2.12. COMISSAO DE PREVENÇÃO AS DROGAS (COPRED)	148
7.2.13. COMISSAO DE RELACOES DO TRABALHO, PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL (CRTPAS)	149
7.2.14. COMISSAO DE SAUDE (CSAU)	152
7.2.15. COMISSAO DE SEGURANÇA PUBLICA (CSP)	152
7.2.16. COMISSAO DE TURISMO E ESPORTES (CTE)	155
7.2.17. COMISSAO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES, INFRAESTRUTURA E OBRAS PUBLICAS (CVTIOP)	156
8. COMISSOES TEMPORARIAS	158
8.1. COMISSAO EXTERNA DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS OBRAS DE NATUREZA CONDICIONANTES DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE	161
8.2. COMISSAO EXTERNA DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO RELATORIO FINAL DA COMISSAO PARLAMENTAR DE INQUERITO QUE APUROU AS CONDUTAS DA EMPRESA VALE S.A NO ESTADO DO PARA	164
8.3. COMISSAO REPRESENTATIVA	165
9. PROCURADORIA DA MULHER	168

10. FRENTES PARLAMENTARES	171
11. SESSÕES REALIZADAS	173
11.1. SESSÕES SOLENES	175
11.2. SESSÕES ESPECIAIS	177
11.3. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	179
12. REPRESENTATIVIDADE PARLAMENTAR EM CONSELHOS	181
13. DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	184
14. ESCOLA DO LEGISLATIVO	193
15. DEPARTAMENTO DE BEM-ESTAR SOCIAL (DBES)	198
16. DEPARTAMENTO DE MEMORIAL LEGISLATIVO	214
17. GABINETE MILITAR	221
18. DIVISÃO DE CERIMONIAL	223
19. CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (CAC)	228
20. NÚCLEO EDUCACIONAL ENG. WALDEMAR CHAVES	233
21. PRINCIPAIS NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO	240
22. EXPEDIENTE	313



MESA DIRETORA

1º BIÊNIO DA 61ª LEGISLATURA

Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

1. MESA DIRETORA

A Mesa Diretora é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa. Compõe-se de Presidência (Presidente e dois Vice-Presidentes) e de Secretaria, composta por quatro Secretários.



DEP. CHICÃO (MDB)
PRESIDENTE



**DEP. LUTH REBELO
(PP)**
1º VICE-PRESIDENTE



**DEP. GUSTAVO SEFER
(PSD)**
2º VICE-PRESIDENTE



**DEP. CILENE COUTO
(PSDB)**
1ª SECRETÁRIA



**DEP. ELIAS SANTIAGO
(PT)**
2º SECRETÁRIO



**DEP. ADRIANO
COELHO (PDT)**
3º SECRETÁRIO



**DEP. AVEILTON SOUZA
(PL)**
4º SECRETÁRIO



DEPUTADOS

61ª LEGISLATURA



**Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200**

2. DEPUTADOS - 61ª LEGISLATURA

DEP. ADRIANO COELHO (PDT)	DEP. ERALDO PIMENTA (MDB)
DEP. ANA CUNHA (FE PSDB CID23)	DEP. ERICK MONTEIRO (FE PSDB CID23)
DEP. ANDREIA XARÃO (MDB)	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS (PSB)
DEP. ÂNGELO FERRARI (MDB)	DEP. FÁBIO FREITAS (REP)
DEP. ANTÔNIO TONHEIRO (PP)	DEP. GUSTAVO SEFER (PSD)
DEP. AVEILTON SOUZA (PL)	DEP. IRAN LIMA (MDB)
DEP. BOB FLLAY (PRB)	DEP. JOSUÉ PAIVA (REP)
DEP. BRAZ (PDT)	DEP. LIVIA DUARTE (PSOL)
DEP. CARLOS BORDALO (PT)	DEP. LU OGAWA (PP)
DEP. CARLOS VINICIOS (MDB)	DEP. LUTH REBELO (PP)
DEP. CHAMONZINHO (MDB)	DEP. MARIA DO CARMO (PT)
DEP. CHICÃO (MDB)	DEP. MARTINHO CARMONA (MDB)
DEP. CILENE COUTO (FE PSDB CID23)	DEP. PAULA TITAN (MDB)
DEP. CORONEL NEIL (PL)	DEP. RENATO OLIVEIRA (PODE)
DEP. DEL. NILTON NEVES (PSD)	DEP. ROGÉRIO BARRA (PL)
DEP. DEL. TONI CUNHA (PL)	DEP. RONIE SILVA (MDB)
DEP. DIANA BELO (MDB)	DEP. THIAGO ARAÚJO (FE PSDB CID23)
DEP. DIRCEU TEN CATEN (PT)	DEP. TORRINHO TORRES (PODE)
DEP. DR. WANDERLAN (MDB)	DEP. WESCLEY TOMAZ (AVANTE)
DEP. ELIAS SANTIAGO (PT)	DEP. ZECA PIRÃO (MDB)
DEP. ELIEL FAUSTINO (UB)	



LÍDERES DE PARTIDO

1º BIÊNIO DA 61ª LEGISLATURA

Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

3. LÍDERES DE PARTIDO

Líder é o porta-voz de um Partido, Bloco Parlamentar ou Federação de Partidos e intermediário autorizado entre eles e os órgãos da Assembleia Legislativa.

O Governador do Estado poderá indicar à Assembleia, dentre os Deputados, um Líder e até dois Vice-Líderes de seu Governo.

A Liderança da Oposição será composta de um Líder e até dois Vice-Líderes, como representação de Deputados que expressam posição diversa em relação ao Governo.¹

PARTIDO	SIGLA	LÍDER
AVANTE	AVANTE	WESCLEY TOMAZ
FEDERAÇÃO PSDB CIDADANIA	FE PSDB CID23	ERICK MONTEIRO
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	MDB	ZECA PIRÃO
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	PDT	BRAZ
PARTIDO DOS TRABALHADORES	PT	DIRCEU TEN CATEN
PARTIDO LIBERAL	PL	CORONEL NEIL
PARTIDO PROGRESSISTA	PP	ANTÔNIO TONHEIRO
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	PSD	DEL. NILTON NEVES
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	PSOL	LÍVIA DUARTE
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	PSB	FÁBIO FIGUEIRAS
PARTIDO RENOVÇÃO DEMOCRÁTICA	PRB	BOB FLLAY
PODEMOS	PODE	TORRINHO TORRES
REPUBLICANOS	REPub	JOSUÉ PAIVA
UNIÃO BRASIL	UNIÃO	ELIEL FAUSTINO
LÍDER DO GOVERNO	MDB	IRAN LIMA
LÍDER DA OPOSIÇÃO	PL	ROGÉRIO BARRA

¹ Arts. 12, 14 e 15 do Regimento Interno da ALEPA.




LEGISLAÇÃO PUBLICADA

PODER EXECUTIVO

OUTROS PODERES

ALEPA



Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

4. LEGISLAÇÃO PUBLICADA

AUTOR	TIPO DE LEGISLAÇÃO							TOTAL
	EMENDA À CONSTITUI ÇÃO	LEI COMPLE MENTAR	LEI	DECRETO LEGISLATI VO	RESOLU ÇÃO	ATOS DA MESA	ATOS DA PRESIDÊNC IA	
PODER EXECUTIVO	3	8	73	-	-	-	-	84
OUTROS PODERES	-	3	24	-	-	-	-	27
ALEPA	1	3	435	79	3	158	25	704
TOTAL								814

Obs: A produção da ALEPA abrange as proposições dos Deputados, Ex-Deputados, da Mesa Diretora e das Comissões publicadas em 2023.



LEGISLAÇÃO PUBLICADA

PODER EXECUTIVO

Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

4.1. PODER EXECUTIVO

POLÍTICA	TIPO DE LEGISLAÇÃO			TOTAL
	LEI	LEI COMPLEMENTAR	EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
PLANEJAMENTO E GESTÃO	31	5	3	38
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	27	1		27
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	6	1		7
DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	6	1		7
GESTÃO DO CONHECIMENTO	3			3
TOTAL	73	8	3	84

1) LEI Nº 9.851, publicada em 20/01/2023:

Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Pará para o Exercício Financeiro de 2023.

2) LEI Nº 9.853, publicada em 09/02/2023:

Dispõe, no âmbito do Poder Executivo Estadual, sobre a gratificação de que trata o inciso II do caput do art. 132 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e revoga a Lei Estadual nº 8.745, de 14 de agosto de 2018.

3) LEI Nº 9.854, publicada em 09/02/2023:

Dispõe sobre a remuneração dos cargos previstos na Lei Estadual nº 6.561, de 23 de julho de 2003, na Lei Estadual nº 7.519, de 10 de maio de 2011, no §1º do art. 12 da Lei Estadual nº 7.543, de 20 de julho de 2011 e no art. 9º da Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015.

4) LEI Nº 9.855, publicada em 15/02/2023:

Altera a Lei Estadual nº 7.594, de 28 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a reorganização do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN/PA), e dá outras providências.

5) LEI Nº 9.862, publicada em 08/03/2023:

Dispõe sobre a Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU).

6) LEI Nº 9.866, publicada em 14/03/2023:

Altera a Lei nº 7.309, de 06 de outubro de 2009, que institui a Política de Fomento à Economia Popular Solidária do Estado do Pará.

7) LEI Nº 9.867, publicada em 14/03/2023:

Institui o Programa Alfabetiza Pará, vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em regime de colaboração com os municípios do Estado do Pará.

8) LEI COMPLEMENTAR Nº 160, publicada em 15/03/2023:

Altera o art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 131, de 16 de abril de 2020. (prorroga o prazo dos contratos temporários)

9) LEI Nº 9.880, publicada em 28/03/2023:

Dispõe sobre as atribuições dos cargos de Consultor Jurídico do Estado e de Procurador Autárquico e Fundacional do Estado do Pará; e revoga as Leis Estaduais nºs 6.872 e 6.873, ambas de 28 de junho de 2006.

10) LEI COMPLEMENTAR Nº 163, publicada em 28/03/2023:

Extingue parcelas devidas aos Procuradores do Estado e as incorpora ao valor do vencimento-base da carreira; e altera a Lei Complementar Estadual Nº 041, de 29 de agosto de 2002.

11) LEI Nº 9.881, publicada em 31/03/2023:

Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA).

12) LEI Nº 9.882, publicada em 31/03/2023:

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União.

13) LEI Nº 9.886, publicada em 04/04/2023:

Dispõe sobre a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará (SEPI).

14) LEI Nº 9.887, publicada em 04/04/2023:

Dispõe sobre a Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR).

15) LEI Nº 9.888, publicada em 06/04/2023:

Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH).

16) LEI Nº 9.890, publicada em 14/04/2023:

Cria e estrutura as Carreiras de Gestão Governamental, Infraestrutura e Política Educacional e Gestão em Suporte Educacional na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); altera a Lei Estadual nº 7.442, de 02 de julho de 2010, que

dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará; e dá outras providências.

17) LEI Nº 9.891, publicada em 14/04/2023:

Dispõe sobre a concessão de reajuste aos profissionais do magistério da rede pública de ensino do Estado do Pará.

18) LEI Nº 9.892, publicada em 14/04/2023:

Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social no Estado do Pará; estrutura o Sistema Único de Assistência Social do Estado do Pará (SUAS/PA); e revoga a Lei Estadual nº 5.940, de 15 de janeiro de 1996.

19) EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 87, publicada em 27/04/2023:

Altera o caput e o § 2º do art. 132 da Constituição do Estado do Pará e dá outras providências. (moderniza a Constituição Estadual quanto ao tratamento das viagens do Chefe do Poder Executivo e eventual transmissão do cargo ao seu substituto legal).

20) LEI Nº 9.896, publicada em 02/05/2023:

Altera a Lei Estadual nº 6.839, de 15 de março de 2006, que dispõe sobre a atualização do Plano de Carreira, Cargos e Salários da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

21) LEI Nº 9.897, publicada em 02/05/2023:

Altera a Lei Estadual nº 6.569, de 6 de agosto de 2003, que dispõe sobre a criação da Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA) e dá outras providências.

22) LEI COMPLEMENTAR Nº 165, publicada em 02/05/2023:

Altera a Lei Complementar Estadual nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA); altera a Lei Complementar Estadual nº 142, de 16 de dezembro de 2021, que institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará; e cria e extingue cargos na estrutura da Polícia Militar do Pará (PMPA).

23) LEI Nº 9.899, publicada em 03/05/2023:

Dispõe sobre a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF).

24) LEI Nº 9.900, publicada em 03/05/2023:

Institui o Programa Escola Segura e cria o Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

25) LEI Nº 9.901, publicada em 03/05/2023:

Dispõe sobre a reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); revoga a Lei Estadual nº 6.620, de 07 de janeiro de 2004, a Lei Estadual nº 7.107, de 12 de fevereiro de 2008, e dispositivos da Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015.

26) LEI Nº 9.902, publicada em 03/05/2023:

Autoriza o Poder Executivo estadual a instituir a Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação Paraense (FADEP); e altera a Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015.

27) LEI Nº 9.903, publicada em 04/05/2023:

Altera a Lei Estadual nº 9.661, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará; e cria cargos na estrutura da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará.

28) LEI Nº 9.927, publicada em 23/05/2023:

Altera a Leis Estaduais nsº 6.213/1999; 6.623/2004; 6.674/2004; 6.936/2006; 7.029/2007; 7.087/2008; 7.570/2011; 7.731/2013; 8.096/2015; 9.594/2022; 9.647/2022 e dá outras providências (Reestruturação das Secretarias).

29) LEI Nº 9.935, publicada em 31/05/2023:

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto a instituições financeiras nacionais, com a garantia da União. ("Infraestrutura por Todo Pará")

30) LEI Nº 9.936, publicada em 31/05/2023:

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto a instituições financeiras nacionais, com a garantia da União. ("Asfalto por todo Pará - 3ª etapa").

31) EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 88, publicada em 14/06/2023:

Altera o art. 186 da Constituição do Estado do Pará, para reconhecer a autonomia administrativa e financeira dos Ministérios Públicos junto aos Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Contas dos Municípios.

32) LEI Nº 9.949, publicada em 20/06/2023:

Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável e dá outras providências.

33) LEI Nº 9.951, publicada em 22/06/2023:

Altera a Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, que dispõe sobre as entidades qualificadas como Organizações Sociais.

34) LEI Nº 9.952, publicada em 27/06/2023:

Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Promoção do Trabalho Digno e de Erradicação do Trabalho em Condições Análogas às de Escravo no Pará (FUNTRAD/PA) e dá outras providências.

35) LEI Nº 9.954, publicada em 27/06/2023:

Dispõe sobre os valores dos soldos dos círculos de Praças e de Praças Especiais dos quadros de ativos e inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Pará

36) EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 89, publicada em 04/07/2023:

Altera o inciso III e alíneas "a" e "b" do § 3º do art. 278 da Constituição do Estado do Pará.

37) LEI Nº 9.977, publicada em 10/07/2023:

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 (LDO).

38) LEI Nº 9.978, publicada em 07/07/2023:

Cria o Programa Dinheiro na Escola Paraense, vinculado a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

39) LEI Nº 9.979, publicada em 07/07/2023:

Altera a Lei Estadual nº 8.908, de 6 de novembro de 2019, que institui o Subsistema Ferroviário do Estado do Pará (SFEPa), dispõe sobre sua composição, objetivos, administração e tratamento tributário concernentes à exploração da infraestrutura física e operacional do transporte ferroviário de pessoas e bens no Estado do Pará.

40) LEI Nº 9.981, publicada em 07/07/2023:

Institui a Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), e revoga a Lei Estadual nº 5.600, de 15 de junho de 1990, que dispõe sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis, de acordo com o art. 225, inciso IV da Constituição Estadual do Pará.

41) LEI Nº 9.982, publicada em 07/07/2023:

Altera a Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.

42) LEI Nº 9.983, publicada em 07/07/2023:

Altera a Lei Estadual nº 6.213, de 28 de abril de 1999, cria cargos de provimento em comissão na estrutura da Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP) e promove a redistribuição de cargos de provimento efetivo da Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR) para a Secretaria de Obras Públicas (SEOP).

43) LEI Nº 9.984, publicada em 07/07/2023:

Altera a Lei Estadual nº 6.830, de 13 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Complementação de Jornada Operacional para as operações especiais das Polícias Civil e Militar do Estado, a ser paga aos policiais civis e militares que especifica.

44) LEI Nº 9.985, publicada em 07/07/2023:

Dispõe sobre o funcionamento do Conselho Escolar das unidades escolares da rede estadual de ensino paraense.

45) LEI Nº 9.986, publicada em 07/07/2023:

Institui os critérios técnicos de mérito e de desempenho para investidura na função de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da rede estadual de ensino paraense; altera e revoga dispositivos da Lei Estadual nº 9.901, de 3 de maio de 2023; e revoga a Lei Estadual nº 7.855, de 12 de maio de 2014.

46) LEI COMPLEMENTAR Nº 166, publicada em 07/07/2023:

Revoga a Lei Complementar Estadual nº 06, de 27 de fevereiro de 1991.

47) LEI Nº 9.994, publicada em 13/07/2023

Dispõe sobre o recesso anual dos servidores públicos lotados nos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Estado do Pará.

48) LEI Nº 10.007, publicada em 17/07/2023:

Dispõe sobre o valor das referências salariais dos servidores civis (ativos e inativos) e pensionistas do Poder Executivo do Estado do Pará.

49) LEI Nº 10.020, publicada em 24/07/2023:

Altera a Lei Estadual nº 8.937, de 2 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

50) LEI Nº 10.021, publicada em 24/07/2023:

Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a transformação da Auditoria-Geral do Estado do Pará (AGE) em Controlaria-Geral do Estado do Pará (CGE), e cria o Conselho Estadual de Transparência Pública e Prevenção da Corrupção (CTPC) e a carreira de Auditor de Finanças e Controle, no âmbito do Poder Executivo.

51) LEI Nº 10.027, publicada em 04/09/2023:

Dispõe sobre a concessão de reajuste do vencimento base dos cargos de provimento efetivo que compõem o quadro de Pessoal Administrativo da Polícia Civil.

52) LEI Nº 10.028, publicada em 04/09/2023:

Altera a Lei Estadual nº 6.626, de 3 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA).

53) LEI Nº 10.029, publicada em 04/09/2023:

Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores civis, ativos e inativos, e pensionistas do Poder Executivo.

54) LEI COMPLEMENTAR Nº 167, publicada em 04/09/2023:

Altera a Lei Complementar Estadual nº 07, de 25 de setembro de 1991, que regula o art. 36 da Constituição do Estado do Pará, dispondo sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

55) LEI COMPLEMENTAR Nº 168, publicada em 05/09/2023:

Dispõe sobre a concessão de reajuste do vencimento base dos cargos de provimento efetivo que compõem os quadros de Agente da Autoridade e de Técnicos de Polícia e os cargos mencionados no art. 106 da Lei Complementar Estadual nº 2, de 15 de março de 1994.

56) LEI Nº 10.046, publicada em 11/09/2023:

Dispõe sobre a contratação de profissionais da educação básica para atendimento da necessidade de pessoal da educação escolar indígena, no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino.

57) LEI Nº 10.047, publicada em 11/09/2023:

Cria o Programa Dignidade Menstrual nas Escolas, vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

58) LEI Nº 10.053, publicada em 14/09/2023:

Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo junto a instituições financeiras.

59) LEI Nº 10.055, publicada em 22/09/2023:

Altera a Lei Estadual nº 9.317, de 22 de setembro de 2021, para prorrogação do Programa Estadual 'Água Pará'.

60) LEI Nº 10.079, publicada em 29/09/2023:

Regulamenta o § 2º do art. 249 da Constituição do Estado do Pará, dispondo sobre o regime de delegação da prestação dos serviços de transporte intermunicipal de passageiros no Estado do Pará, pelos meios hidroviário ou terrestre, mediante concessão, permissão ou autorização.

61) LEI Nº 10.139, publicada em 10/11/2023:

Altera a Lei Nº 9.649, de 29 de junho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023.

62) LEI Nº 10.163, publicada em 20/11/2023:

Institui como "Corporação de Fontoura" a denominação histórica da Polícia Militar do Pará (PMPA); e declara como patrimônio histórico e cultural do povo paraense a Polícia Militar do Pará (PMPA).

63) LEI Nº 10.164, publicada em 21/11/2023:

Altera a Lei Estadual nº 8.967, de 30 de dezembro de 2019, que instituiu o Programa SUA CASA.

64) LEI Nº 10.165, publicada em 21/11/2023:

Cria a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), altera a Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, altera a Lei nº 9.771, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a institucionalização da política pública Territórios pela Paz (TerPaz), no âmbito do Estado do Pará e revoga a Lei Estadual nº 9.045, de 29 de abril de 2020, que cria a Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC).

65) LEI Nº 10.166, publicada em 21/11/2023:

Abre crédito especial, com o objetivo de executar ações institucionais necessárias para a implantação e funcionamento da Fundação Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará (FELEPA), criada pela Lei Complementar Estadual nº 162, de 27 de março de 2023.

66) LEI Nº 10.167, publicada em 21/11/2023:

Institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo - Valoriza TS).

67) LEI Nº 10.170, publicada em 22/11/2023:

Autoriza a abertura de crédito suplementar para despesa com publicidade.

68) LEI Nº 10.181, publicada em 24/11/2023:

Cria o Programa de Melhoria da Gestão de Aprendizagem da Educação Básica (Escola que Transforma), vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e que abrange os Professores e Servidores da Sede da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Superior, Profissional e Tecnológica (SECTET).

69) LEI Nº 10.217, publicada em 30/11/2023:

Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito interno junto a instituições financeiras nacionais e dá outras providências (R\$ 5.317.660.000,00).

70) LEI Nº 10.258, publicada em 12/12/2023:

Autoriza a constituição da Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A (CAAPP).

71) LEI Nº 10.259, publicada em 12/12/2023:

Institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará.

72) LEI Nº 10.260, publicada em 15/12/2023:

Institui o Plano Plurianual do Estado do Pará, para o período 2024-2027.

73) LEI Nº 10.286, publicada em 18/12/2023:

Altera a Lei Estadual nº 8.444, de 6 de dezembro de 2016, que instituiu o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará e cria o Conselho Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

74) LEI Nº 10.287, publicada em 18/12/2023:

Altera a Lei Estadual nº 4.491, de 28 de novembro de 1973, que institui novos valores de remuneração dos Policiais Militares e a Lei Estadual nº 5.810, de 21 de

janeiro de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.

75) LEI Nº 10.288, publicada em 18/12/2023:

Altera a Lei Estadual nº 6.017, de 30 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

76) LEI Nº 10.289, publicada em 18/12/2023:

Altera a Lei Estadual nº 9.312, de 17 de setembro de 2021, que instituiu o Fundo Garantidor do Pequeno Produtor Rural e da Indústria para Bioeconomia (FGPPIB).

77) LEI COMPLEMENTAR Nº 170, publicada em 19/12/2023:

Altera o art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 131, de 16 de abril de 2020 (prorrogação de contratos temporários).

78) LEI COMPLEMENTAR Nº 171, publicada em 21/12/2023:

Institui a Microrregião de Águas e Esgoto do Pará (MRAE) e sua estrutura de governança.

79) LEI Nº 10.306, publicada em 26/12/2023:

Institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da natureza; dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da natureza (SEUC); altera a Lei Estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012; e revoga os arts. 83 e 84 da Lei Estadual nº 5.887, de 09 de maio de 1995.

80) LEI Nº 10.307, publicada em 26/12/2023:

Altera a Lei Estadual nº 6.017, de 30 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

81) LEI Nº 10.308, publicada em 27/12/2023:

Institui a Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte do Estado do Pará (ARTRAN/PA); altera as Leis Estaduais nºs 5.922/1995, 8.027/2014, 8.096/2015, 8.470/2017, 8.908/2019, 9.056/2020, 9.210/2021, 9.219/2021; e revoga a Lei Estadual nº 9.049, de 29 de abril de 2020.

82) LEI Nº 10.309, publicada em 27/12/2023:

Altera a Lei Estadual nº 6.099, de 30 de dezembro de 1997, que cria a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará (ARCON/PA); reestrutura a carreira da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará (ARCON/PA); e altera a Lei Estadual nº 8.096,

de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.

83) LEI Nº 10.311, publicada em 28/12/2023:

Institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH) e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (CERH).

84) LEI Nº 10.312, publicada em 28/12/2023:

Institui o Programa de Habitação Sua Casa.



LEGISLAÇÃO PUBLICADA

OUTROS PODERES



Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

4.2. OUTROS PODERES

ÓRGÃO	LEIS ORDINÁRIAS	LEIS COMPLEMENTARES	TOTAL
DEFENSORIA	2	2	4
MPCE	2		2
MPCM	1		1
MPPA	5	1	6
TCE	4		4
TCM	3		3
TJE	7		7
TOTAL			27

DEFENSORIA PÚBLICA:

1) LEI Nº 9.735, publicada em 10/03/2023:

Dispõe sobre a criação do Núcleo de Segurança Institucional da Defensoria Pública do Estado do Pará e dá outras providências.

2) LEI COMPLEMENTAR Nº 158, publicada em 10/03/2023:

Dispõe sobre vantagens funcionais dos Defensores Públicos do Estado do Pará.

3) LEI Nº 9.956, publicada em 28/06/2023:

Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Pará.

4) LEI COMPLEMENTAR Nº 169, publicada em 03/10/2023:

Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública do Estado do Pará e da carreira de seus membros.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO:

1) LEI Nº 9.852, publicada em 19/01/2023:

Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério Público de Contas do Estado do Pará e dá outras providências.

2) LEI Nº 9.859, publicada em 24/02/2023:

Dispõe sobre o reajuste do subsídio dos membros do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS:**1) LEI Nº 9.334, publicada em 31/05/2023:**

Dispõe sobre o reajuste do subsídio mensal dos membros do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO:**1) LEI Nº 9.858, publicada em 24/02/2023:**

Dispõe sobre o subsídio dos membros do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

2) LEI COMPLEMENTAR Nº 159, publicada em 27/02/2023:

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará) e dá outras providências.

3) LEI Nº 9.941, publicada em 12/06/2023:

Dispõe sobre a atualização do valor dos vencimentos, funções gratificadas e dos proventos dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

4) LEI Nº 9.980, publicada em 07/07/2023:

Dispõe sobre a criação de cargos de Promotor de Justiça de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, e dá outras providências.

5) LEI Nº 10.179, publicada em 23/11/2023:

Institui a gratificação de plantão no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

6) LEI Nº 10.256, publicada em 12/12/2023:

Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO:**1) LEI 9.782, publicada em 06/01/2023:**

Altera a Lei nº 8.037, de 5 de setembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Pará e dá outras providências.

2) LEI Nº 9.875, publicada em 16/03/2023:

Dispõe sobre o reajuste dos subsídios dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

3) LEI Nº 9.876, publicada em 16/03/2023:

Dispõe sobre o reajuste dos subsídios dos Auditores, também denominados Conselheiros Substitutos, do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

4) LEI Nº 9.930, publicada em 25/05/2023:

Dispõe sobre a revisão geral anual da tabela remuneratória do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS:

1) LEI Nº 9.873, publicada em 15/03/2023:

Dispõe sobre o reajuste dos subsídios dos Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

2) LEI Nº 9.874, publicada em 15/03/2023:

Dispõe sobre os subsídios dos Conselheiros-Substitutos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

3) LEI Nº 9.931, publicada em 25/05/2023:

Dispõe sobre a revisão geral anual da tabela remuneratória do quadro de pessoal do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO:

1) LEI Nº 9.783, publicada em 06/01/2023:

Regulamenta a composição e estrutura funcional da Coordenadoria Militar do Poder Judiciário do Estado do Pará, criada pela Lei Estadual nº 6.500, de 4 de novembro de 2002, e alterada pela Lei Estadual nº 6.850, de 2 de maio de 2006.

2) LEI Nº 9.857, publicada em 24/02/2023:

Dispõe sobre o reajuste do subsídio da magistratura do Poder Judiciário do Estado do Pará.

3) LEI Nº 9.955, publicada em 28/06/2023:

Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará.

4) LEI Nº 10.195, publicada em 28/11/2023:

Dispõe sobre a criação de 3 (três) Turmas Recursais Permanentes dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

5) LEI Nº 10.196, publicada em 28/11/2023:

Dispõe sobre o exercício cumulativo de jurisdição pelos magistrados de 1º e 2º graus do Poder Judiciário do Estado do Pará.

6) LEI Nº 10.257, publicada em 12/12/2023:

Dispõe sobre os emolumentos dos serviços notariais e de registro e fixa os valores devidos pelos atos praticados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.



LEGISLAÇÃO PUBLICADA

ALEPA



Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

4.3. ALEPA

LEGISLAÇÃO PUBLICADA DA ALEPA - 2023								
ANO	EMENDAS À CONSTITUIÇÃO	LEIS COMPLEMENTARES	LEIS ORDINÁRIAS	DECRETOS LEGISLATIVOS	RESOLUÇÕES	ATOS DA MESA	ATOS DA PRESIDÊNCIA	TOTAL
2023	1	3	435	79	3	158	25	704

4.3.1. MESA DIRETORA

1) LEI COMPLEMENTAR Nº 161, publicada em 28/03/2023:

Cria a Fundação Rádio e Televisão Assembleia Legislativa do Pará (FRTPA) e dá outras providências.

2) LEI COMPLEMENTAR Nº 162, publicada em 28/03/2023:

Cria a Fundação Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará (FELEPA), nos termos do art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, nos arts. 21, caput, e 91, inciso IX, da Constituição do Estado do Pará, e dá outras providências.

4.3.2. DEPUTADOS

DEP. ADRIANO COELHO (PDT)

1) LEI Nº 10.093, publicada em 03/10/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial, paisagístico e ecológico do Estado do Pará, a Praia da Aldeia, no Município de Cametá.

2) LEI Nº 10.096, publicada em 18/10/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará, o “Festival do Camarão”, em Muaná.

3) LEI Nº 10.098, publicada em 20/10/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial, paisagístico e ecológico do Estado do Pará a “Praia da Ponta do Espadarte”, no Município de Salinópolis.

DEP. ANA CUNHA (FE PSDB CID23)**1) LEI Nº 10.077, publicada em 26/09/2023:**

Institui o Dia Estadual da Guitarrada, no Estado do Pará.

2) LEI 10.083, publicada em 29/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Assistencial, Educacional, Artístico, Esportivo e Cultural “Flor de Lótus”.

3) LEI 10.132, publicada em 07/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Semente do Verbo.

4) LEI 10.301, publicada em 19/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Casa de Apoio aos Moradores da Zona Rural de Rio Maria.

DEP. ANDREIA XARÃO (MDB)**1) LEI Nº 10.160, publicada em 20/11/2023:**

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Restaurando Vida e Valores (REVIVA).

2) LEI Nº 10.188, publicada em 28/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Recuperação Paixão Por Almas.

3) LEI Nº 10.261, publicada em 18/12/2023:

Dispõe sobre a garantia às mulheres vítimas de violência doméstica a prioridade no atendimento de todos os programas sociais ofertados pelo Governo do Estado do Pará.

4) LEI Nº 10.299, publicada em 19/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Estrada do Arapijó (ASTAE), no Município de Breves.

DEP. ÂNGELO FERRARI (MDB)**1) LEI Nº 10.012, publicada em 17/07/2023:**

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Plácido Oliveira.

2) LEI Nº 10.038, publicada em 05/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Comunidades Indígenas Ribeirinhas da Região de Altamira.

3) LEI Nº 10.042, publicada em 06/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais Ituna III, do Município de Altamira.

4) LEI Nº 10.048, publicada em 12/09/2023:

Declara patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará a "Castanheira do Chapadão", localizada no km 52 da PA 370, no sentido Uruará, entre os Municípios de Santarém e Uruará.

5) LEI Nº 10.057, publicada em 26/09/2023:

Institui o Dia do Lutador de Artes Marciais Paraense.

6) LEI Nº 10.117, publicada em 01/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores do Bairro da Paz.

7) LEI Nº 10.201, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores do Conjunto Jardim Europa, com sede no Município de Belém.

8) LEI Nº 10.216, publicada em 30/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Social da Amazônia (IBRADESAM), do Município de Redenção.

DEP. ANTÔNIO TONHEIRO (PP)**1) LEI Nº 9.849, publicada em 13/01/2023:**

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Capitão Poço.

2) LEI Nº 10.137, publicada em 07/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Produtores Rurais de Capitão Poço.

DEP. AVEILTON SOUZA (PL)**1) LEI Nº 10.043, publicada em 06/09/2023:**

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Madre Teresa.

2) LEI Nº 10.044, publicada em 06/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Casa de Apoio “Amar é Servir”.

3) LEI Nº 10.090, publicada em 29/09/2023:

Dispõe sobre a validade do laudo médico que atesta a Síndrome de Fibromialgia.

4) LEI Nº 10.157, publicada em 20/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Chico Mendes II (APROCACHIN).

5) LEI Nº 10.175, publicada em 23/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nova Vitória (APPRNV).

6) LEI Nº 10.235, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores (as) Rurais João Canuto.

DEP. BOB FLLAY (PRB)

1) LEI Nº 10.197, publicada em 29/11/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, a Semana Estadual de Controle e Combate à Leishmaniose.

2) LEI Nº 10.252, publicada em 12/12/2023:

Institui a Semana da Energia e Cidadania no Estado do Pará.

DEP. BRAZ (PDT)

1) LEI Nº 10.023, publicada em 04/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação Paraense de Ciclismo.

2) LEI Nº 10.025, publicada em 04/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Social e Educacional Renascer.

3) LEI Nº 10.026, publicada em 04/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Social Sonho do Lar (IDSSL).

4) LEI Nº 10.066, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Ella's.

5) LEI Nº 10.073, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Social Maria da Glória Ferreira (IDMGF).

6) LEI Nº 10.076, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa da Agricultura Familiar Renovar (CAFR).

7) LEI Nº 10.078, publicada em 29/09/2023:

Classifica como estância turística para o Estado do Pará, o Município de Parauapebas.

8) LEI Nº 10.114, publicada em 31/10/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Breuense de Pescadores Artesanais (ASBREPA).

9) LEI Nº 10.156, publicada em 20/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Organização Não Governamental (ONG) Ronaldo Lima Pinheiro, Esporte, Educação e Cidadania (RLP).

10) LEI Nº 10.184, publicada em 29/11/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Zootecnista.

11) LEI Nº 10.184, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Ramos Parauapebense de Karatê Educacional (ARPAKE).

12) LEI Nº 10.254, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Monte Castelo do Km 75 Sul (ASMOCA).

13) LEI Nº 10.255, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga Independente de Motociclismo do Estado do Pará (LIPA).

DEP. CARLOS BORDALO (PT)**1) LEI Nº 9.785, publicada em 09/01/2023:**

Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará, os Bosques de Mangue da Península de Bragança.

2) LEI Nº 9.790, publicada em 09/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Bom Samaritano Projeto Esperança.

3) LEI Nº 9.810, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Esportiva e Recreativa Dallas.

4) LEI Nº 9.830, publicada em 12/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Espadarte da Amazônia de Desenvolvimento Sócio Ambiental.

5) LEI Nº 9.884, publicada em 03/04/2023:

Institui no Estado do Pará, a Semana estadual de luta pelos direitos das pessoas com sofrimento mental e por uma sociedade sem manicômios.

6) LEI Nº 9.933, publicada em 29/05/2023:

Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtornos Mentais e Sofrimento Psíquico.

7) LEI Nº 9.939, publicada em 02/06/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa de Transporte Terrestre e Hidroviário de Passageiros e Cargas de Limoeiro do Ajuru (COOPTRANSLIM).

8) LEI Nº 9.944, publicada em 13/06/2023:

Dispõe sobre a Política Estadual de Atenção à Gagueira e à Pessoa que Gagueja, no âmbito do Estado do Pará.

9) LEI Nº 9.948, publicada em 20/06/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativistas dos Caetés (COOMAC).

10) LEI Nº 9.967, publicada em 05/07/2023:

Declara e reconhece como de Utilidade Pública para o Estado do Pará o Instituto Estadual dos Trabalhadores da Cadeia Produtiva do Açai.

11) LEI Nº 9.974, publicada em 06/07/2023:

Declara e reconhece como de Utilidade Pública para o Estado do Pará o Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Social - IDAMS.

12) LEI Nº 10.005, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Ensino Social Profissionalizante (ESPRO).

13) LEI Nº 10.054, publicada em 26/09/2023:

Acrescenta o Inciso X no Artigo 5º da Lei nº 8.967, de 30 de dezembro de 2019, que institui o Programa Sua Casa.

14) LEI Nº 10.060, publicada em 26/09/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará, as formas de saberes culturais das “mulheres fazendeiras”, inscritos na prática artesanal de produzir cuia, na comunidade dos Rios Quianduba e Xingu, Município de Abaetetuba.

15) LEI Nº 10.102, publicada em 25/10/2023:

Dispõe sobre a criação da política estadual para o estímulo da atividade de cuidador de idosos.

16) LEI Nº 10.204, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação da Família e Amigo do Autista de Santa Maria do Pará (AFAMA).

17) LEI Nº 10.219, publicada em 01/12/2023:

Dispõe sobre a substituição do pictograma atual de sinalização indicativa representado por uma pessoa curvada de bengala, em vagas, assentos, filas e outros que realizem serviços prioritários à pessoa idosa no Estado do Pará.

18) LEI Nº 10.229, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária de Saracá de Cima Coração de Jesus.

19) LEI Nº 10.278, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Agro-Ambiental e Econômico Solidário de Limoeiro do Ajuru (IAESOL).

20) LEI Nº 10.305, publicada em 21/12/2023:

Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos do Femicídio no Estado do Pará.

DEP. CARLOS VINICIOS (MDB)

1) LEI Nº 10.328, publicada em 08/01/2024:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores e Agricultores do Baixo Tocantins (APAABAT).

2) LEI Nº 10.353, publicada em 09/01/2024:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva Rota 010.

3) LEI Nº 10.359, publicada em 09/01/2024:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Social, Educacional, Cultural, Saúde e Ambiental Compaixão.

DEP. CHAMONZINHO (MDB)

1) LEI Nº 10.019, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Clube Atlético Paraense.

2) LEI Nº 10.236, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comercial e Agro Industrial de Curionópolis (ACAC), com sede e foro no Município de Curionópolis.

3) LEI Nº 10.272, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Breu Branco Esporte Clube (BBEC), com sede e foro no Município de Breu Branco.

DEP. CHICÃO (MDB)

1) LEI Nº 9.840, publicada em 13/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto AVC da Amazônia (IAVCA), Município de Belém.

2) LEI Nº 9.906, publicada em 08/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga Esportiva Municipal de Mãe do Rio (LEMUMAR).

3) LEI Nº 9.907, publicada em 08/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga Esportiva de Conceição do Araguaia (LECA).

4) LEI Nº 9.921, publicada em 15/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga Esportiva de Oriximiná (LEO).

5) LEI Nº 9.929, publicada em 25/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Desenvolvimento Cultural e Esportivo do Marajó (ADCCEM), Município de Breves.

6) LEI Nº 10.134, publicada em 07/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Menino de Belém, no Município de Benevides.

7) LEI Nº 10.150, publicada em 17/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Civil Pará Solidário, do Município de Ananindeua.

8) LEI Nº 10.246, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Navegação e Sustentabilidade da Amazônia, no Município de Belém.

9) LEI Nº 10.310, publicada em 28/12/2023:

Dá nova redação às alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II e acrescenta os §§ 15 e 16 ao art. 3º da Lei Estadual nº 5.645, de 11 de janeiro de 1991.

DEP. CILENE COUTO (FE PSDB CID23)

1) LEI Nº 9.975, publicada em 06/07/2023:

Declara de Utilidade Pública para o Estado do Pará o Instituto Eu Amo Eu Cuido.

2) LEI Nº 10.086, publicada em 29/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Assistência Espiritual Luz no Caminho (CAELC).

3) LEI Nº 10.087, publicada em 29/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Ação Pensando Bem (IAPB).

4) LEI Nº 10.133, publicada em 07/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural e Assistencial Amigos do Tenoné (ACAAT).

DEP. CORONEL NEIL (PL)**1) LEI Nº 9.966, publicada em 05/07/2023:**

Declara de Utilidade Pública para o Estado do Pará a Associação Amigos Solidários Sem Fronteiras - ASSF MARAJÓ, com sede no Município de Muaná/PA

2) LEI Nº 10.153, publicada em 17/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente do Trabalhador (ABT), no Município de Belém.

3) LEI Nº 10.158, publicada em 20/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Social Paraíso dos Pássaros, no Município de Belém.

4) LEI Nº 10.159, publicada em 20/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Esportiva e Cultural Alcance (AECA), no Município de Marituba.

5) LEI Nº 10.210, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Cultural e de Ação Social na Amazônia (CASA).

6) LEI Nº 10.232, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marituba.

7) LEI Nº 10.274, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Educação, Esporte, Lazer, Cultura, Moradia, Assistência Social, Trabalho e Geração de Renda Realiza Brasil (IRB).

8) LEI Nº 10.298, publicada em 19/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Mulheres Guerreiras Coração de Jesus (AMGCJ), com sede no Município de Belém.

DEP. DEL. NILTON NEVES (PSD)

1) LEI Nº 9.844, publicada em 13/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação da Segurança Pública Comunitária do Estado do Pará (ASEG/PA), com sede e foro na Cidade de Abaetetuba.

2) LEI Nº 9.865, publicada em 09/03/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Maria Neves.

3) LEI Nº 9.993, publicada em 12/07/2023:

Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre Apraxia de Fala na Infância (AFI), no Calendário Oficial de Datas Comemorativas do Estado do Pará e dá outras providências.

4) LEI Nº 10.031, publicada em 05/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores do Conjunto Promorar.

5) LEI Nº 10.107, publicada em 30/10/2023:

Institui o Dia Estadual da Vigilância Epidemiológica Hospitalar.

6) LEI Nº 10.211, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores do Bairro Morada Nova do Distrito de Novo Horizonte, no Município de Ipixuna do Pará.

7) LEI Nº 10.231, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores e Pescadores Agroextrativistas do Baixo Rio Jacundá.

DEP. DEL. TONI CUNHA (PL)**1) LEI Nº 9.987, publicada em 12/07/2023:**

Reconhece como de Utilidade Pública para o Templo ADJANO do Amanhecer.

2) LEI Nº 10.037, publicada em 05/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Produtores Rurais de Anapu.

3) LEI Nº 10.187, publicada em 28/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores Rurais da Vila Canaã (AMVIC).

DEP. DIANA BELO (MDB)**1) LEI Nº 9.826, publicada em 12/01/2023:**

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Pescadores Z-88, do Município de Primavera.

2) LEI Nº 9.856, publicada em 24/02/2023:

Fica instituída a Campanha Junho Verde, no âmbito do Estado do Pará.

3) LEI Nº 9.928, publicada em 23/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Central Rural de Desenvolvimento Sócio Agroambiental da Amazônia, no Município de Bujaru.

4) LEI Nº 9.950, publicada em 21/06/2023:

Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e das Atividades das Mulheres Marisqueiras no Estado do Pará.

5) LEI Nº 9.969, publicada em 06/07/2023:

Declara e reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará o Instituto Social Fruto do Ventre - INFOVEN, no Município de Capanema/Pa, e dá outras providências.

6) LEI Nº 10.071, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Explosão Jovem (ACEJ), no Município de Tracuateua.

7) LEI Nº 10.082, publicada em 29/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva, Artesanal, Social e Cultural Simpatia de Tracuateua (ADACUST), no Município de Tracuateua.

8) LEI Nº 10.168, publicada em 22/11/2023:

Dispõe sobre determinação que as concessionárias de serviços públicos de fornecimento de água, energia elétrica e de gás, no Estado do Pará, divulguem em suas faturas os números para denúncias de violência contra mulher, no âmbito doméstico-familiar.

9) LEI Nº 10.265, publicada em 18/12/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, o Festival do Tuí-Peixe, no Município de Garrafão do Norte.

DEP. DIRCEU TEN CATEN (PT)**1) LEI Nº 9.788, publicada em 09/01/2023:**

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Paraense de Esportes Radicais e Afins.

2) LEI Nº 9.791, publicada em 09/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Recreativa, Cultural e Esportiva Entendeu (ARCESE).

3) LEI Nº 9.792, publicada em 09/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Atendimento ao Cidadão Limoeirense AMIGOS

4) LEI Nº 9.793, publicada em 09/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Igreja Pentecostal no Poder de Deus em Novo Repartimento.

5) LEI Nº 9.794, publicada em 09/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores do Setor Chácara, Setor Bela Vista e Região (AMBEVIR).

6) LEI Nº 9.801, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis da Transamazônica e Xingu.

7) LEI Nº 9.803, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores de Xinguara.

8) LEI Nº 9.804, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Indígena do Povo Aikewara do Sororó (AIPAS).

9) LEI Nº 9.805, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Escola Comunitária Casa Familiar Rural Padre Oscar Albino Fuhr de Brasil Novo - Pará.

10) LEI Nº 9.806, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Primeiro de Março.

11) LEI Nº 9.807, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Defesa à Vida e ao Meio Ambiente (ADEVIMA).

12) LEI Nº 9.809, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Socio-Agroambiental Cabanagem - FUNDAÇÃO CABANAGEM.

13) LEI Nº 9.812, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Rural Ribeirinha Flor do Brasil.

14) LEI Nº 9.814, publicada em 12/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Cultural Amazônico Berço da Liberdade (ICABEL).

15) LEI Nº 9.817, publicada em 12/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores do Complexo VS10.

16) LEI Nº 9.818, publicada em 12/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Artistas Visuais do Sul e Sudeste do Pará.

17) LEI Nº 9.819, publicada em 12/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Projeto Morada Nova Futsal Clube (PROMONFUC).

18) LEI Nº 9.821, publicada em 12/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação Paraense de Muay Thai (Boxe Tailandês).

19) LEI Nº 9.827, publicada em 12/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural e Ambiente da Vila de Pacajá (ACAVP).

20) LEI Nº 9.832, publicada em 13/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Avante ao Esporte.

21) LEI Nº 9.833, publicada em 13/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Xingu IX.

22) LEI Nº 9.834, publicada em 13/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agricultores da Região Ribeirinha Rio das Pedras de Anapu Pará (ASARRRP).

23) LEI Nº 9.837, publicada em 13/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Indígena Bere Xikrin da Ti Bacaja.

24) LEI Nº 9.860, publicada em 07/03/2023:

Institui a Semana Estadual de Luta em Defesa da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social no Estado do Pará.

25) LEI Nº 9.913, publicada em 09/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Amigos em Ação (IAEA).

26) LEI Nº 9.916, publicada em 09/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural e Esportiva de Negros e Afrodescendentes da Amazônia (ACENA).

27) LEI Nº 9.922, publicada em 15/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Duque de Caxias Esporte Clube - DUQUE DE CAXIAS.

28) LEI Nº 9.926, publicada em 15/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores e Agricultores Rurais da Rodovia PA-150 e Região (ASPAGRIMAR).

29) LEI Nº 9.943, publicada em 13/06/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Desportivo, Cultural e Social Popular (CDCSP).

30) LEI Nº 9.946, publicada em 16/06/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Camutá do Rio Ipixuna, (ARQCTAI), no Município de Gurupá.

31) LEI Nº 9.968, publicada em 05/07/2023:

Declara de Utilidade Pública para o Estado do Pará em reconhecimento aos serviços que presta em sua área de atuação, o Instituto de Assessoria Técnica Social e Agroambiental da Amazônia - IATAM.

32) LEI Nº 9.999, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Arte Comunicação Xingu.

33) LEI Nº 10.000, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB).

34) LEI Nº 10.001, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grupo Vida do Município de Eldorado do Carajás (G. VIDA).

35) LEI Nº 10.002, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Inovar Parauapebas.

36) LEI Nº 10.008, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais Rio da Serra.

37) LEI Nº 10.010, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (STHOPA).

38) LEI Nº 10.011, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Extrativistas, Pescadores e Pescadoras da Reserva Extrativista do Anilzinho (ATREPREA).

39) LEI Nº 10.013, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Mulheres Irmã Adelaide de Eldorado do Carajás (Associação Irmã Adelaide).

40) LEI Nº 10.015, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha de São Salvador (ATISS).

41) LEI Nº 10.018, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis de Marabá (COREMA).

42) LEI Nº 10.024, publicada em 04/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Mc os Papas.

43) LEI Nº 10.040, publicada em 06/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Burajuba Irmã Dorothy Stang (ASPACOBIDOS).

44) LEI Nº 10.049, publicada em 12/09/2023:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços e concessionárias de água, luz, telefone e internet inserirem, nas faturas de consumo, mensagem de incentivo à doação de sangue.

45) LEI Nº 10.062, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá (ACFAG).

46) LEI Nº 10.067, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Extrativistas e Pescadores Artesanais do Município de São Domingos do Capim (APEPA).

47) LEI Nº 10.068, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Pesquisa do Projeto Cartografando Saberes (IPPCS).

48) LEI Nº 10.069, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa de Mobilidade Grande Belém (CMGB).

49) LEI Nº 10.105, publicada em 30/10/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá.

50) LEI Nº 10.113, publicada em 31/10/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa dos Trabalhadores de Nova Ipixuna e Região - CORRENTÃO.

51) LEI Nº 10.115, publicada em 31/10/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação dos Estados do Pará e Amapá.

52) LEI Nº 10.136, publicada em 07/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Alexandra Ereiro (IAE).

53) LEI Nº 10.154, publicada em 17/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores Artesanais, Pescadores, Aquicultores e Agroextrativista do Município de Limoeiro do Ajuru (ASPEALIM).

54) LEI Nº 10.174, publicada em 23/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores do Bairro Maracanã I (ASMOBAM I).

55) LEI Nº 10.186, publicada em 28/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Irmã Ir Ester.

56) LEI Nº 10.190, publicada em 28/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Teia de Envolvimento Humano e Ambiental (TEHA).

57) LEI Nº 10.198, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Setor Moju e Costa da Ilha Grande de Gurupá do Jariuba ao Chibe (APROSEM).

58) LEI Nº 10.212, publicada em 30/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMCOS).

59) LEI Nº 10.214, publicada em 30/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Organização Social Beneficente das Periferias de Barcarena (OSBPB), no Município de Barcarena.

60) LEI Nº 10.221, publicada em 01/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Apicultores de Cachoeira do Piriá ao Gurupi (ACPG).

61) LEI Nº 10.225, publicada em 01/12/2023:

Institui o Dia Estadual do Farmacêutico no Estado do Pará.

62) LEI Nº 10.228, publicada em 12/12/2023:

Dispõe sobre a proibição de fabricação, venda e comercialização de armas de fogo e armas brancas de brinquedo, no âmbito do Estado do Pará.

63) LEI Nº 10.230, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga Esportiva de Sapucaia (LES).

64) LEI Nº 10.239, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Recreativa Beneficente e Desportiva Canal 19.

65) LEI Nº 10.240, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Professores Projetistas e Pesquisadores para o Progresso Sustentável da Amazônia (ASPA).

66) LEI Nº 10.241, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Defesa dos Trabalhadores Unidos de Jacundá.

67) LEI Nº 10.245, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Deusa do Amor (ACDA).

68) LEI Nº 10.249, publicada em 12/12/2023:

Institui o Dia Estadual das Bandas, Orquestras e Fanfarras do Estado do Pará.

69) LEI Nº 10.277, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Quilombola e Extrativista da Comunidade Vila de Joana Peres (AQUIPE).

70) LEI Nº 10.282, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Esperança Vive (ASSTAFEV).

71) LEI Nº 10.283, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Grupo Cultural Francisco Oliveira Grupo Parafolclórico Frutos do Pará.

72) LEI Nº 10.293, publicada em 19/12/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial e como expressão cultural do Estado do Pará, a Cultura Alimentar Paraense.

73) LEI Nº 10.295, publicada em 19/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Sócio Ambiental Progresso.

DEP. DR. WANDERLAN (MDB)

1) LEI 9.829, publicada em 12/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Comunitário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

2) LEI Nº 9.915, publicada em 09/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Melo.

3) LEI Nº 9.973, publicada em 06/07/2023:

Declara e reconhece como de Utilidade Pública para o Estado do Pará a Associação Canta Bragança.

4) LEI Nº 9.988, publicada em 12/07/2023:

Institui no Calendário de eventos do Estado do Pará o "Dia Estadual da Prematuridade".

5) LEI Nº 10.003, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Belarmino Ferreira.

6) LEI Nº 10.016, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Clube de Tiros Kratos.

7) LEI Nº 10.199, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Dilson Peres (IDP).

DEP. ELIAS SANTIAGO (PT)

1) LEI Nº 9.959, publicada em 04/07/2023:

Declara de Utilidade Pública para o Estado do Pará em reconhecimento aos serviços sociais que presta em sua área de atuação, a Associação Comunitária Agroextrativista do APEPO-ACOMAPEPO, com sede e foro no Município de Porto de Moz/Pará.

2) LEI Nº 9.960, publicada em 04/07/2023:

Declara de Utilidade Pública para o Estado do Pará em reconhecimento aos serviços sociais que presta em sua área de atuação, o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Aquicultores do Município de Cachoeira do Arari - SINDPAQ, com sede e foro no Município de Cachoeira do Arari/Pará.

3) LEI Nº 9.962, publicada em 04/07/2023:

Declara de Utilidade Pública para o Estado do Pará em reconhecimento aos serviços sociais que presta em sua área de atuação o Instituto Agroflorestal de Assessoria Técnica da Amazônia - IAFATAM, com sede e foro no Município de Cametá/Pará.

4) LEI Nº 10.032, publicada em 05/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS), com sede e foro no Município de Porto de Moz.

5) LEI Nº 10.035, publicada em 05/09/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Maestro Waldemar Henrique.

6) LEI Nº 10.039, publicada em 05/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Agroextrativista do Rio Curuminin (ASCOMAC).

7) LEI Nº 10.065, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Mista da Agricultura Familiar (COOP - AGRO), do Município de Mãe do Rio.

8) LEI Nº 10.072, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Raízes Maratauíra (IRM), com sede e foro no Município de Abaetetuba.

9) LEI Nº 10.088, publicada em 29/09/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a obra musical da artista Dona Onete.

10) LEI Nº 10.127, publicada em 06/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Rural - IDR SEM FRONTEIRAS.

11) LEI Nº 10.138, publicada em 07/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Ana Filgueiras (IAF).

12) LEI Nº 10.141, publicada em 14/11/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a obra do músico Mestre Damasceno.

13) LEI Nº 10.143, publicada em 14/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (INDESA), com sede e foro no Município de Marabá.

14) LEI Nº 10.146, publicada em 14/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação das Comunidades Quilombolas e Populações Tradicionais do Estado do Pará (FEQUIPA), com sede e foro no Município de Belém.

15) LEI Nº 10.152, publicada em 17/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Amazônia Azul (IAMAZUL), no Município de Belém.

16) LEI Nº 10.173, publicada em 23/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Piscicultores (as) do Município de Gurupá (CRIAPIRA).

17) LEI Nº 10.189, publicada em 28/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Agrícola dos Produtores Rurais do Taperucu (ASAGPRORTA).

18) LEI Nº 10.218, publicada em 01/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Social da Amazônia (IBRADESAM), do Município de Redenção.

19) LEI Nº 10.242, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Apoio e Desenvolvimento Social Cametaense (ADESC), no Município de Cametá.

20) LEI Nº 10.243, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (IDEA).

21) LEI Nº 10.296, publicada em 19/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária de Baratinha (ACMB), com sede e foro no Município de Mocajuba.

DEP. ELIEL FAUSTINO (UB)

1) LEI Nº 9.822, publicada em 12/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação Paraense de Desporto Escolar (FPDE).

2) LEI Nº 9.845, publicada em 13/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Filhos e Amigos de Ogun Já (AFAOJA).

3) LEI Nº 9.871, publicada em 15/03/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará, a Ilha de Cotijuba, no Município de Belém.

4) LEI Nº 9.894, publicada em 27/04/2023:

Institui a Campanha de Orientação e Conscientização sobre a Depressão Pós-Parto, no âmbito do Estado do Pará.

5) LEI Nº 9.947, publicada em 16/06/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Social MOARA.

6) LEI Nº 10.095, publicada em 11/10/2023:

Dispõe sobre a devolução integral da taxa de matrícula pelas universidades privadas em caso de desistência.

DEP. ERALDO PIMENTA (MDB)

1) LEI Nº 9.879, publicada em 21/03/2023:

Declara e reconhece o Festival da Mandioca Itabocaense, na Vila do Livramento - Itabocal, no Município de Irituia, integrante do patrimônio imaterial de natureza cultural e gastronômica do Estado do Pará.

2) LEI Nº 9.957, publicada em 28/06/2023:

Declara e reconhece a Festa do Peão Itabocaense, na Vila do Livramento - Região do Itabocal, Município de Irituia, Integrante do Patrimônio Imaterial de Natureza Cultural do Estado do Pará e dá outras providências.

3) LEI Nº 10.142, publicada em 14/11/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará, o Manbol.

4) LEI Nº 10.302, publicada em 19/12/2023

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA).

5) LEI Nº 10.303, publicada em 19/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Saber Ser Amazônia Ribeirinha (ISSAR).

DEP. ERICK MONTEIRO (FE PSDB CID23)

1) LEI Nº 10.177, publicada em 23/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Autistas de Cametá (ASAC).

2) LEI Nº 10.178, publicada em 23/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Freire Ramos.

3) LEI Nº 10.180, publicada em 23/11/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a data 28 de maio e o Desfile Cívico e Escolar do Município de Muaná.

4) LEI Nº 10.233, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Músicos Cametaenses (AMUSIC).

DEP. FÁBIO FIGUEIRAS (PSB)

1) LEI Nº 9.808, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Bola Murcha Futebol Clube.

2) LEI Nº 9.861, publicada em 07/03/2023:

Institui a Semana Estadual da Acessibilidade no Estado do Pará.

3) LEI Nº 9.868, publicada em 15/03/2023:

Institui a Semana Estadual de Combate à Omissão aos Crimes de Violência na Primeira Infância.

4) LEI Nº 9.914, publicada em 09/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Menezes, Cultura, Esporte e Lazer (AMECEL).

5) LEI 9.945, publicada em 14/06/2023:

Dispõe sobre a criação de cota para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei Nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no Estado do Pará.

6) LEI Nº 9.958, publicada em 04/07/2023:

Declara e reconhece como de Utilidade Pública para o Estado do Pará em reconhecimento aos serviços que presta em sua área de atuação, a ASSOCIAÇÃO CONSELHEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL - CONAMEX.

7) LEI Nº 10.017, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva e Social de Paragominas (ADSP).

8) LEI Nº 10.112, publicada em 31/10/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores, Aquicultores e Agricultores Familiares do Estado do Pará (APESCA).

9) LEI Nº 10.116, publicada em 01/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Esperança.

10) LEI Nº 10.129, publicada em 06/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores do Município de Santarém Novo (AMOSAN).

11) LEI Nº 10.304, publicada em 21/12/2023:

Acrescenta e altera dispositivos à Lei nº 9.262, de 22 de abril de 2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado do Pará.

DEP. FÁBIO FREITAS (REP)

1) LEI Nº 9.789, publicada em 09/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Ação e Defesa da Cidadania, Direitos Humanos e Difusos (ADECDHD).

2) LEI Nº 9.802, publicada em 11/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Mulheres do Bairro Nagibao (AMUGIBAO).

3) LEI Nº 9.846, publicada em 13/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Assistencial e Terapêutica Junto Somos Mais Fortes.

4) LEI Nº 9.872, publicada em 15/03/2023:

Declara como integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a Marcha Contra as Drogas.

5) LEI Nº 9.889, publicada em 11/04/2023:

Estabelece a obrigatoriedade de as revendedoras informar a procedência dos veículos usados que estão expondo para venda.

6) LEI Nº 9.911, publicada em 09/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Terapêutico e Casa de Apoio Emanuel.

7) LEI Nº 9.918, publicada em 12/05/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Jovem Empreendedor.

8) LEI Nº 9.923, publicada em 15/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Nossa Voz.

9) LEI 9.925, publicada em 15/05/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação Paraense de Fisiculturismo e Fitness (FEPAFIT).

10) LEI Nº 9.932, publicada em 29/05/2023:

Fica instituído em todo território paraense o Projeto de Preservação da Vida, onde todo mês de setembro serão fixadas placas na cor amarela nas escolas públicas e privadas durante o mês de setembro, informando meios para ajudar e instruir de forma positiva pessoas que sofrem de depressão, com a finalidade de prevenir o suicídio e preservar a vida.

11) LEI Nº 9.937, publicada em 02/06/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Empreendedores do Estado do Pará.

12) LEI Nº 9.953, publicada em 26/06/2023:

Institui o Dia Estadual da Marcha Contra as Drogas, no Estado do Pará.

13) LEI Nº 9.964, publicada em 05/07/2023:

Declara e reconhece como de Utilidade Pública para o Estado do Pará, A FEDERAÇÃO DOS POVOS QUILOMBOLAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA - FEPQUIPTRAM, e dá outras providências.

14) LEI Nº 9.996, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores do Rio Maracapucu-Miri, Ilha do Município de Abaetetuba.

15) LEI Nº 9.997, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Castanhalense de Boxe.

16) LEI Nº 9.998, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa de Trabalho Social e Comunitário e de Apoio à Saúde do Estado do Pará.

17) LEI Nº 10.004, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Centro Unificado de Investigação da Amazônia (CUIA).

18) LEI Nº 10.014, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Empreendedores do Estado do Pará (ASEEP).

19) LEI Nº 10.036, publicada em 05/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Brasileiro de Gestão e Atenção à Saúde e Educação (IBGAS).

20) LEI Nº 10.074, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Batedores e Vendedores de Açaí de Parauapebas (ABAP).

21) LEI Nº 10.081, publicada em 29/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Micro-Produtores Rurais de Barreirão (AMIPROBA).

22) LEI Nº 10.091, publicada em 03/10/2023:

Dispõe sobre a instituição da Semana Estadual da Visão nas Escolas Públicas do Estado do Pará.

23) LEI Nº 10.103, publicada em 26/10/2023:

Altera dispositivos da Lei nº 6.347, de 28 de dezembro de 2000.

24) LEI Nº 10.118, publicada em 01/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá.

25) LEI Nº 10.176, publicada em 23/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Amparo Social Luz do Bem.

26) LEI Nº 10.192, publicada em 28/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Pescadores Artesanais do Município de Muaná (APROPESCA).

27) LEI Nº 10.193, publicada em 28/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Criança Alegria.

28) LEI Nº 10.205, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Tropical Belém (ASCOMBEL).

29) LEI Nº 10.223, publicada em 01/12/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

30) LEI Nº 10.237, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Igreja Evangélica Pentecostal Primitiva.

31) LEI Nº 10.238, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Instituição de Música Instrumental de Marituba.

32) LEI Nº 10.266, publicada em 18/12/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a Sociedade Bíblica do Brasil.

33) LEI Nº 10.268, publicada em 18/12/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Ribeirinho.

34) LEI Nº 10.279, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Bellsol.

DEP. GUSTAVO SEFER (PSD)**1) LEI Nº 9.970, publicada em 06/07/2023:**

Declara de Utilidade Pública para o Estado do Pará a Associação Multisetorial dos Empreendedores de Beja - AMSETEB, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados.

2) LEI Nº 10.006, publicada em 13/07/2023:

Declara de Utilidade Pública para o Estado do Pará a Associação de Pescadores Artesanais do Município de Oeiras do Pará - APOP.

3) LEI Nº 10.030, publicada em 05/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Coração de Redenção (ACCOR).

4) LEI Nº 10.121, publicada em 01/11/2023:

Denomina de Usina da Paz lavé Araújo, a Usina da Paz que integra o Programa Territórios pela Paz (TerPaz), em construção no Lote 01, Quadra 6-B (Seis B), do Loteamento Jardim Europa, no Município de Redenção.

5) LEI Nº 10.124, publicada em 06/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Novo Olhar Miriense.

6) LEI Nº 10.194, publicada em 28/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Projeto de Educação Popular com Arte (EDUCART).

7) LEI Nº 10.200, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Espaço Memória de Conceição do Araguaia.

DEP. IRAN LIMA (MDB)

1) LEI Nº 10.041, publicada em 06/09/2023:

Denomina de “Wilson Farias da Silva” o Hospital Geral de Moju.

2) LEI Nº 10.063, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Agricultores e Empreendedores Rurais do Município de Baião e Região (CAER-01).

3) LEI Nº 10.075, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Amazon de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (Instituto Amazon).

4) LEI Nº 10.110, publicada em 31/10/2023:

Dispõe sobre o Dia Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Pará.

5) LEI Nº 10.111, publicada em 31/10/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto em Apoio a Pessoas em tratamento Oncológico Márcia Roberta (IAPTO MR).

6) LEI Nº 10.148, publicada em 17/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agricultores, Artesãos e Pescadores Artesanais da Ilha de Santarém, Município de Muaná (APRASI).

7) LEI Nº 10.172, publicada em 23/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Maria Cândida.

8) LEI Nº 10.215, publicada em 30/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Esportiva Construindo Campeões.

9) LEI Nº 10.263, publicada em 18/12/2023:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, lanchonetes, restaurantes e congêneres em disponibilizar para os consumidores cardápio físico, em formato impresso.

10) LEI Nº 10.269, publicada em 18/12/2023:

Dispõe sobre o Dia Estadual do Médico.

11) LEI Nº 10.275, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Profissionalizante de Inclusão Social Coletivo Miryti.

12) LEI Nº 10.276, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação de Handebol do Estado do Pará (FHEPA).

13) LEI Nº 10.294, publicada em 19/12/2023:

Declara como integrante do patrimônio cultural e artístico de natureza imaterial do Estado do Pará, a obra de Daniel Queima Coelho de Souza.

DEP. JOSUÉ PAIVA (REP)**1) LEI Nº 10.109, publicada em 31/10/2023:**

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia da Mulher Cristã Evangélica.

2) LEI Nº 10.122, publicada em 01/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Amor Sem Fronteiras.

3) LEI Nº 10.128, publicada em 06/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Projeto Resgate Missões nos Bairros, da Cidade de Redenção.

4) LEI 10.135, publicada em 07/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Lucas Huber.

5) LEI Nº 10.144, publicada em 14/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Maria Perpetua Ribeiro.

6) LEI Nº 10.147, publicada em 14/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Vinte e Oito de Maio de Muaná.

7) LEI Nº 10.162, publicada em 20/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Escola de Samba Estação Primeira de Maracajá, do Distrito de Mosqueiro.

DEP. LÍVIA DUARTE (PSOL)

1) LEI Nº 9.976, publicada em 06/07/2023:

Declara e reconhece como de Utilidade Pública para o Estado do Pará a Associação Desportiva Cori - ADESCORI.

2) LEI Nº 10.033, publicada em 05/09/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

3) LEI Nº 10.034, publicada em 05/09/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, a Semana Estadual do Combate à Intolerância Religiosa.

4) LEI Nº 10.106, publicada em 30/10/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia da Resistência e Liberdade Negras.

5) LEI Nº 10.108, publicada em 30/10/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Criança Negra e Africana.

6) LEI Nº 10.140, publicada em 10/11/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual em Defesa dos Direitos e da Dignidade das Educadoras da Educação Infantil.

7) LEI Nº 10.220, publicada em 01/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comitê Arte Pela Vida.

8) LEI Nº 10.234, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga Altamirense de Futsal (LAF).

9) LEI Nº 10.250, publicada em 12/12/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Orgulho Autista.

DEP. LU OGAWA (PP)

1) LEI COMPLEMENTAR Nº 164, publicada em 06/04/2023:

Altera a Lei Complementar nº 027, de 19 de outubro de 1995, que instituiu a Região Metropolitana de Belém.

2) LEI Nº 9.961, publicada em 04/07/2023:

Declara de Utilidade para o Estado do Pará em reconhecimento aos serviços que presta em sua área de atuação, o Instituto Famílias Felizes - IFF.

3) LEI Nº 10.022, publicada em 04/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Familiares Rurais Unidos do PA Bela Vista (ASPRUPAB).

4) LEI Nº 10.051, publicada em 12/09/2023:

Institui no âmbito do Estado do Pará, a Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária.

5) LEI Nº 10.056, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, a Praia de Beja.

6) LEI Nº 10.064, publicada em 26/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Manbol do Estado do Pará (AMPA).

7) LEI Nº 10.130, publicada em 06/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Convivência e Abrigo dos Idosos de Santa Maria do Pará (CASISMP).

8) LEI Nº 10.149, publicada em 17/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pescadores dos Municípios do Baixo Tocantins-Pará (APMBT-PA).

9) LEI Nº 10.151, publicada em 17/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Sociedade de Preservação Ambiental e Inclusão Sócio-Educacional (PRISMA).

10) LEI Nº 10.182, publicada em 28/11/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, a Praia do Caripi.

11) LEI Nº 10.185, publicada em 28/11/2023:

Dispõe sobre o Dia Estadual da Jovem Advocacia.

12) LEI Nº 10.208, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Santa Rosa Esporte Clube (SREC).

13) LEI Nº 10.208, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Santa Rosa Esporte Clube (SREC).

14) LEI Nº 10.209, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação Paraense de Capoeira (FEPAC).

15) LEI Nº 10.213, publicada em 30/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga das Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos de Parauapebas e Região (LIABESPR).

16) LEI Nº 10.224, publicada em 01/12/2023:

Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual dos Aquicultores e Aquicultoras.

17) LEI Nº 10.262, publicada em 18/12/2023:

Denomina de Usina da Paz Lúcia Ogawa, a Usina da Paz que integra o Programa Territórios pela Paz (TerPaz), em construção no Bairro Zita Cunha, no Município de Barcarena.

DEP. LUTH REBELO (PP)

1) LEI Nº 9.848, publicada em 13/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Folclórica e Esportiva Nova Geração (AFENG), estabelecida no Município de Breves.

2) LEI Nº 9.877, publicada em 21/03/2023:

Dispõe acerca da obrigatoriedade dos hospitais e maternidades públicas e privadas, no âmbito do Estado do Pará, de prestarem orientações para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho, asfixia e prevenção de morte súbita de recém-nascido.

3) LEI Nº 9.878, publicada em 21/03/2023:

Dispõe sobre a instalação de brinquedos adequados ou adaptados para crianças portadoras de deficiência, em locais públicos e privados de lazer estabelecidos no Estado do Pará.

4) LEI Nº 10.045, publicada em 06/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores e Aquicultores do Rio Anajás e Adjacentes (APESQUI), com sede e foro na Cidade de Anajás.

5) LEI Nº 10.131, publicada em 07/11/2023:

Estabelece a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo na Terceira Idade, no âmbito do Estado do Pará.

6) LEI Nº 10.145, publicada em 14/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Artística de Danças Folclóricas, Tradicionais, Típicas, Modernas e Esportivas Explosão Junina (EXPLOJUNI), no Município de Gurupá.

7) LEI Nº 10.244, publicada em 12/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Espírita Francisco de Assis (AEFA), com sede e foro na Cidade de Ananindeua.

8) LEI Nº 10.297, publicada em 19/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores e Criadores Artesanais de Peixes e Camarão (APESCA), com sede e foro na Cidade de Breves.

DEP. MARIA DO CARMO (PT)**1) LEI Nº 10.084, publicada em 29/09/2023:**

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Baixo Amazonas (CEFT-BAM).

2) LEI Nº 10.120, publicada em 01/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Terra Nossa.

3) LEI Nº 10.191, publicada em 28/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva São Francisco Futebol Clube.

4) LEI Nº 10.222, publicada em 01/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA).

5) LEI Nº 10.270, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores Artesanais, Agricultores Familiares e Povos Tradicionais de Chipaiá (AGROPESC).

6) LEI Nº 10.273, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pessoas das Comunidades Urbanas e Rurais do Município de Tracuateua (ASPECURT).

7) LEI Nº 10.290, publicada em 18/12/2023:

Institui a responsabilização daqueles que praticarem atos racistas e de ódio em eventos públicos no Estado do Pará.

DEP. MARTINHO CARMONA (MDB)

1) EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 86/2022, publicada em 16/02/2023:

Dá nova redação ao Inciso I, do Art. 119 da Constituição do Estado do Pará.

2) LEI Nº 9.820, publicada em 12/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Desportiva e Cultural Bom Samaritano.

3) LEI Nº 9.847, publicada em 13/01/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Proteção Ambiental de Novo Progresso (IPANP).

4) LEI Nº 9.940, publicada em 07/06/2023:

Estabelece, no âmbito do Estado do Pará, o programa estadual de atendimento e acompanhamento às pessoas portadoras da Síndrome da Fibromialgia.

5) LEI Nº 9.965, publicada em 05/07/2023:

Declara e reconhece como de Utilidade Pública para o Estado do Pará a Associação Esportiva Ipê - AEI.

6) LEI Nº 9.995, publicada em 13/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação A Geração dos Sonhos de Salinópolis.

7) LEI Nº 10.119, publicada em 01/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Ação Jesus Alegria.

8) LEI Nº 10.226, publicada em 07/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Silvio Meira (ISM).

DEP. PAULA TITAN (MDB)

1) LEI Nº 9.971, publicada em 06/07/2023:

Declara e reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará o Instituto Amigos da Cidadania, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados.

2) LEI Nº 10.085, publicada em 29/09/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Magistrados do Pará (AMEPA).

3) LEI Nº 10.169, publicada em 22/11/2023:

Dispõe sobre a divulgação, pela rede de prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, da cartilha “Eu Me Protejo Porque Meu Corpinho É Meu”, a qual ensina a própria criança a reconhecer e se proteger de abusos e agressões na infância, no âmbito do Estado do Pará.

4) LEI Nº 10.202, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Instituto Parceria do Bem (IPB do Brasil).

5) LEI Nº 10.203, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Remanescente de Quilombo da Vila Santíssima Trindade.

6) LEI Nº 10.247, publicada em 12/12/2023:

Institui a Semana de Incentivo à Adoção Tardia no Estado do Pará.

7) LEI Nº 10.251, publicada em 12/12/2023:

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.361, de 1º de dezembro de 2021, que Institui a Semana Estadual de Incentivo à Participação da Mulher no Processo Eleitoral.

8) LEI Nº 10.267, publicada em 18/12/2023:

Institui a Semana Estadual de Estudos sobre os Direitos da Mulher, no âmbito do Estado do Pará.

9) LEI Nº 10.267, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade da Nona Travessa (AMPRINT).

10) LEI Nº 10.281, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural e Esportiva Almir Gabriel (ACEAG).

11) LEI Nº 10.284, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Atlética Cultural Social Flamengo Esporte Clube (ACSFEC).

12) LEI Nº 10.285, publicada em 18/12/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Bem Acompanhar (ABBA).

DEP. RENATO OLIVEIRA (PODE)

1) LEI Nº 9.963, publicada em 04/07/2023:

Declara de Utilidade Pública para o Estado do Pará, o Centro Cultural e Esportivo do Estado Pará - CCESP, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados.

2) LEI Nº 10.248, publicada em 12/12/2023:

Denomina de Usina da Paz Celso Leite, a Usina da Paz que integra o Programa Territórios pela Paz (Ter Paz), em construção na Avenida Juscelino Kubitschek, s/n, Vila Sinhá, no Município de Bragança.

DEP. ROGÉRIO BARRA (PL)

1) LEI Nº 10.161, publicada em 20/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pais e Amigos da Natação Azulina (APANA).

DEP. RONIE SILVA (MDB)

1) LEI Nº 10.089, publicada em 29/09/2023:

Determina a coloca o de código QR em todas as placas de obras públicas estaduais para leitura e fiscaliza o eletr nica por Smartphone.

2) LEI Nº 10.155, publicada em 17/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, no Município de Benevides.

DEP. THIAGO ARAÚJO (FE PSDB CID23)**1) LEI Nº 9.863, publicada em 09/03/2023:**

Institui o Dia Estadual da Conscientização sobre a Síndrome de Burnout.

2) LEI Nº 9.869, publicada em 15/03/2023:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção dos cabos subterrâneos e fiação aérea, excedentes e sem uso, instalados por concessionárias prestadoras de serviço de energia elétrica, telefonia, televisão a cabo, internet, ou qualquer outro serviço que se utilize de cabos e fios, no âmbito do Estado do Pará.

3) LEI Nº 9.893, publicada em 18/04/2023:

Estabelece diretrizes para a implementação de ações de prevenção e controle da diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas da rede de ensino público e privado do Estado do Pará.

4) LEI Nº 9.917, publicada em 12/05/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, a Corda do Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

5) LEI Nº 9.924, publicada em 15/05/2023:

Institui o Dia Estadual da Mobilização dos Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres, no âmbito do Estado do Pará.

6) LEI Nº 10.009, publicada em 17/07/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Casa de Acolhimento Luz da Fraternidade.

DEP. TORRINHO TORRES (PODE)**1) LEI Nº 10.059, publicada em 26/09/2023:**

Institui a Semana Estadual da Mãe Atípica.

2) LEI Nº 10.171, publicada em 23/11/2023:

Dispõe sobre a denominação da ponte localizada na PA-279, entre Tucumã e São Félix do Xingu.

DEP. WESCLEY TOMAZ (AVANTE)**1) LEI Nº 10.070, publicada em 26/09/2023:**

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Paraense de Engenheiros de Minas (ASSOPEM).

2) LEI Nº 10.123, publicada em 01/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agricultores do Distrito de Alvorada (AGROADA), do Município de Uruará.

3) LEI Nº 10.125, publicada em 06/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Uruaraense de Pessoas com Deficiência (AUPD), Município de Uruará.

4) LEI Nº 10.126, publicada em 06/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos e Micro Produtores e Trabalhadores Rurais da Comunidade Nova Esperança (ASPEMPTRU), no Município de Placas.

5) LEI Nº 10.206, publicada em 29/11/2023:

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Social Rosa Barreto (ISRB), no Município de Itaituba.

6) LEI Nº 10.264, publicada em 18/12/2023:

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, o Manejo Sustentável do Pirarucu nas áreas de várzeas do Município de Santarém, no Baixo Amazonas.

7) LEI Nº 10.271, publicada em 18/12/2023:

Institui o Dia do Servidor Extensionista Rural no Estado do Pará.

DEP. ZECA PIRÃO (MDB)

1) LEI Nº 9.972, publicada em 06/07/2023:

Declara de Utilidade para o Estado do Pará, a Associação Ratatá com sede e foro no Distrito de Outeiro, na Cidade de Belém.

4.3.3. DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETOS LEGISLATIVOS PUBLICADOS - 2023				
Nº	Nº DO DL	AUTOR DO PDL	EMENTA	PUBLICAÇÃO
1	DL Nº 24/2022	DEP. ALEX SANTIAGO	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Senhor ADRIANO SALOMÃO COSTA DE CARVALHO FILHO.	DOAL Nº 2.301, de 09 a 13/01/2023, pág. 04.
2	DL Nº 25/2022	DEP. GUSTAVO SEFER	Concede o Título honorífico de "Honra ao Mérito" (Post Mortem) ao Senhor PEDRO MOREIRA DE SOUSA.	DOAL Nº 2.301, de 09 a 13/01/2023, pág. 04.
3	DL Nº 26/2022	DEP. RAIMUNDO SANTOS	Concede o Título Honorífico de Honra ao Mérito à Senhora RUTH PIMENTEL MÉLLO.	DOAL Nº 2.301, de 09 a 13/01/2023, pág. 04.
4	DL Nº 27/2022	DEP. RENILCE NICODEMOS	Concede o Título Honorífico de "Cidadã do Pará" à Senhora EMANUELLA TENÓRIO ROCHA HALLIDAY.	DOAL Nº 2.301, de 09 a 13/01/2023, pág. 05.
5	DL Nº 28/2022	DEP. DR. JAQUES NEVES	Concede o Título de "Honra ao Mérito" ao Senhor RODRIGO LOBO DE FIGUEIREDO.	DOAL Nº 2.301, de 09 a 13/01/2023, pág. 05.
6	DL Nº 29/2022	DEP. DR. JAQUES NEVES	Concede o Título de "Cidadão do Pará" ao Senhor GIVANILDO MARQUES RAMOS.	DOAL Nº 2.301, de 09 a 13/01/2023, pág. 05.
7	DL Nº 30/2022	DEP. CHICÃO	Concede o Título Honorífico de "Cidadão do Pará" ao Senhor RÔMULO RODOVALHO GOMES.	DOAL Nº 2.301, de 09 a 13/01/2023, pág. 05.
8	DL Nº 01/2023	MESA DIRETORA	Dispõe sobre o subsídio dos Membros da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado e dá outras providências.	DOE Nº 35.262, de 20/01/2023, pág. 100.

9	DL N° 02/2023	CCJRF	Ratifica os convênios ICMS que especifica, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e dá outras providências"	DOE N° 35.325, de 15/03/2023, pág. 92.
10	DL N° 03/2023	CCJRF	Ratifica os convênios ICMS que especifica, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências".	DOE N° 35.325, de 15/03/2023, pág. 93.
11	DL N° 04/2023	CCJRF	Aprova o nome da Senhora DANIELA LIMA BARBALHO para exercer o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Pará.	DOE N° 35.325, de 15/03/2023, pág. 93.
12	DL N° 05/2023	MESA DIRETORA	Cria o cargo de Ouvidor Geral e cargos para a Procuradoria da Mulher.	DOAL N° 2.311, de 20 a 24/03/2023, pág. 10.
13	DL N° 06/2023	MESA DIRETORA	Convalida o Decreto Legislativo nº 01/2023, de 12 de janeiro de 2023.	DOAL N° 2.311, de 20 a 24/03/2023, pág. 10 e DOE N° 35.338 (EXTRA), de 24/03/2023, pág. 04.

14	DL Nº 07/2023	MESA DIRETORA	Autoriza a Assembleia Legislativa do Estado do Pará contratar Locação sob Medida (Built to Suit) sob Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).	DOAL Nº 2.312, de 27 a 31/03/2023, pág. 03 e DOE Nº 35.347, de 31/03/2023, pág. 108.
15	DL Nº 08/2023	CCJRF	Ratifica os Convênios ICMS nºs: 87, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 99 e 102/22, de 1º de julho de 2022, consoante ao disposto no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e dá outras providências".	DOE Nº 35.390, de 08/05/2023, pág. 93.
16	DL Nº 09/2023	CCJRF	Ratifica os Convênios ICMS nº 10/23, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e dá outras providências".	DOE Nº 35.390, de 08/05/2023, pág. 93.
17	DL Nº 10/2023	DEP. MARTINHO CARMONA	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Pastor Tássio Fonseca Barleta.	DOE Nº 35.390, de 08/05/2023, pág. 94.
18	DL Nº 11/2023	PODER EXECUTIVO	Ratifica os convênios ICMS que especifica, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de	DOE Nº 35.403, de 18/05/2023, pág. 88.

			Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências.	
19	DL N° 12/2023	PODER EXECUTIVO	Ratifica o Convênio ICMS 36/23, 38/23, 42/23, 43/23, 44/23, 45/23, 49/23, 50/23 e 60/23, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências".	DOE N° 35.403, de 18/05/2023, pág. 88.
20	DL N° 13/2023	MESA DIRETORA	Ratifica os Convênios ICMS 63, 64 e 65/23, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências".	DOE N° 35.443, de 21/06/2023, pág. 101.
21	DL N° 14/2023	MESA DIRETORA	Ratifica o Convênio ICMS nº 15/23, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e dá outras providências".	DOE N° 35.443, de 21/06/2023, pág. 101.

22	DL Nº 15/2023	MESA DIRETORA	Ratifica o Convênio ICMS 76/23, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências".	DOE Nº 35.459, de 04/07/2023, pág. 86.
23	DL Nº 16/2023	CCJRF	Encaminha Processo Administrativo ITERPA nº 010500021/2022 - SICARF, que trata de pedido de Regularização Fundiária Onerosa, de um imóvel rural integrante do patrimônio fundiário do Estado do Pará, localizado no Município de Jacareacanga.	DOE 35.532, de 06/09/2023, pág. 104.
24	DL Nº 17/2023	MESA DIRETORA	Ratifica o Convênio ICMS 81/23, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências".	DOE 35.532, de 06/09/2023, pág. 104.
25	DL Nº 18/2023	MESA DIRETORA	Ratifica o Convênio ICMS nº 85/23, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, que disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	DOE 35.532, de 06/09/2023, pág. 104.

26	DL Nº 19/2023	MESA DIRETORA	Ratifica o Convênio ICMS nº 71/23, altera as disposições do Convênio ICMS nº 63/23, que autoriza as unidades federadas que mencionam a conceder crédito presumido de até 100% (cem por cento) do valor da alíquota "ad rem" do ICMS nas operações com óleo diesel e biodiesel quando destinados a órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias. O Convênio ICMS nº 74/23, que altera o Convênio ICMS nº 199/22, que dispõe sobre regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11/03/2022, e estabelece procedimentos para o controle, apuração, repasse e dedução do imposto.	DOE Nº 35.534, de 11/09/2023, pág. 161.
27	DL Nº 20/2023	MESA DIRETORA	Ratifica os Convênios ICMS nºs. 87, 91, 92, 93, 95, 101, 102, 104, 105, 110, 111 e 112/23, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.530, de 13/01/1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16/12/2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências".	DOE Nº 35.534, de 11/09/2023, pág. 161.
28	DL Nº 21/2023	MESA DIRETORA	Ratifica os Convênios ICMS nº 120, de 9 de agosto de 2023 e ICMS nº 122, de 9 de agosto de 2023, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos do art. 4º da Lei nº 5.530, de 13/01/1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16/12/2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e	DOE Nº 35.534, de 11/09/2023, pág. 161.

			Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências".	
29	DL Nº 24/2023	MESA DIRETORA	Ratifica o Convênio ICMS nº 123/23 celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.530, de 13/01/1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16/12/2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências".	DOE Nº 35.564, de 04/10/2023, pág. 77.
30	DL Nº 22/2023	DEP. GUSTAVO SEFER	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" (Post Mortem) para Leonor Pereira da Costa Melo.	DOAL Nº 2.363, de 09 a 11/10/2023, pág. 09.
31	DL Nº 23/2023	DEP. CARLOS BORDALO	Concede o título honorífico de "Cidadã do Pará" à Doutora Flávia Cristina Silveira Lemos, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Pará.	DOAL Nº 2.363, de 09 a 11/10/2023, pág. 09.
32	DL Nº 25/2023	DEP. GUSTAVO SEFER	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Sr. Francisco Armando Alvino Aragão.	DOAL Nº 2.363, de 09 a 11/10/2023, pág. 10.
33	DL Nº 26/2023	DEP. DR. WANDERLAN	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Sr. José Cardoso Lemos.	DOAL Nº 2.363, de 09 a 11/10/2023, pág. 10.
34	DL Nº 28/2023	MESA DIRETORA	Ratifica o Convênio ICMS nº 133/23, 139/23, 144/23, 145/23, 146/23, 147/23, 153/23, 154/23, 165/23 E 167/23, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências".	DOE Nº 35.619, de 23/11/2023, pág. 131.

35	DL Nº 29/2023	MESA DIRETORA	Ratifica o Convênio ICMS nº 172/23 e 173/23, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências".	DOE Nº 35.619, de 23/11/2023, pág. 132.
36	DL Nº 27/2023	DEP. CARLOS BORDALO	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Professor Doutor Alfredo Gabriel Buza, Reitor da Universidade de Luanda, que possui formação acadêmica e familiar no Estado do Pará.	DOAL Nº 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 05.
37	DL Nº 30/2023	DEP. ROGÉRIO BARRA	Concede o título honorífico de "Cidadã do Pará" a Srª. Michelle de Paula Firmo Reinaldo Bolsonaro.	DOAL Nº 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 05.
38	DL Nº 31/2023	DEP. CORONEL NEIL	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Sr. Nilson Wagner Fernandes Gusmão.	DOAL Nº 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 06.
39	DL Nº 32/2023	DEP. CORONEL NEIL	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" (<i>Post-Mortem</i>) ao Sr. José Matos de Aguiar.	DOAL Nº 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 06.
40	DL Nº 33/2023	DEP. GUSTAVO SEFER	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Sr. Matheus Fernandes de Paiva.	DOAL Nº 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 06.
41	DL Nº 34/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Sr. Celso Mineiro, empresário, administrador e cientista político.	DOAL Nº 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 06.
42	DL Nº 35/2023	DEP. GUSTAVO SEFER	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Exmo. Sr. Luiziel Henderson Guedes de Oliveira.	DOAL Nº 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 06.
43	DL Nº 36/2023	DEP. MARTINHO CARMONA	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Sr. Hélio César Pinto dos Anjos.	DOAL Nº 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 06.
44	DL Nº 37/2023	DEP. JOSUÉ	Concede o título honorífico de	DOAL Nº 2.376, de

		PAIVA	"Cidadão do Pará" ao Pastor Jeffrey Paul Hrubik.	23 a 24/11/2023, pág. 07.
45	DL N° 38/2023	DEP. JOSUÉ PAIVA	Concede o título honorífico de "Cidadã do Pará" a Pastora Rebecca Ann Hrubik.	DOAL N° 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 07.
46	DL N° 39/2023	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Sargento José Marcos de Sousa Júnior.	DOAL N° 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 07.
47	DL N° 40/2023	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Sr. Marlôncio Soares Sousa.	DOAL N° 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 07.
48	DL N° 41/2023	DEP. CARLOS BORDALO	Concede o título honorífico de "Cidadã do Pará" a Doutora Juliana Lando Cango Buza, professora associada da Universidade de Luanda, que possui formação acadêmica e familiar no Estado do Pará.	DOAL N° 2.376, de 23 a 24/11/2023, pág. 07.
49	DL N° 43/2023	MESA DIRETORA	Ratifica o Convênio ICMS n° 174/23, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4° da Lei n° 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei n° 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências".	DOE N° 35.629, de 30/11/2023, pág. 141.
50	DL N° 42/2023	EX-DEP. ALEX SANTIAGO	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" à Ferreira Melo Barroso Advocacia.	DOAL N° 2.378, de 30/11 a 01/12/2023, pág. 09.
51	DL N° 44/2023	DEP. LÍVIA DUARTE	Institui a Semana Estadual do Orgulho Autista, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.	DOAL N° 2.378, de 30/11 a 01/12/2023, pág. 09.
52	DL N° 45/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Sr. EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA, Secretário Estadual de Justiça do Pará, radialista e político brasileiro.	DOAL N° 2.378, de 30/11 a 01/12/2023, pág. 09.
53	DL N° 46/2023	DEP. DEL. TONI CUNHA	Dispõe sobre a concessão do título honorífico de "Cidadão do Pará", de	DOAL N° 2.378, de 30/11 a 01/12/2023,

			que trata os arts. 175, XXI e 284, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, ao Sr. GILSON ALVES PEREIRA.	pág. 09.
54	DL Nº 47/2023	DEP. ELIEL FAUSTINO	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" à Senhora GABRIELA AMARAL DOS SANTOS, artista paraense mais conhecida como GABY AMARANTOS.	DOAL Nº 2.381, de 11 a 13/12/2023, pág. 05.
55	DL Nº 48/2023	DEP. MARIA DO CARMO	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" à PASTORA REBECCA ANN HRUBIK.	DOAL Nº 2.381, de 11 a 13/12/2023, pág. 05.
56	DL Nº 49/2023	DEP. MARIA DO CARMO	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao PASTOR JEFFREY ANN HRUBIK.	DOAL Nº 2.381, de 11 a 13/12/2023, pág. 05.
57	DL Nº 50/2023	DEP. MARIA DO CARMO	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Sr. FERNANDO ROY CARMONA CABRERA.	DOAL Nº 2.381, de 11 a 13/12/2023, pág. 05.
58	DL Nº 51/2023	DEP. IRAN LIMA	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Exmo. Sr. CARLOS AUGUSTO DE LIMA GOUVÊA.	DOAL Nº 2.381, de 11 a 13/12/2023, pág. 05.
59	DL Nº 52/2023	DEP. BOB FLLAY	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" a FARLEY CARVALHO VIDAL, com nome artístico TAMATÁ.	DOAL Nº 2.383, de 18 a 20/12/2023, pág. 09.
60	DL Nº 53/2023	DEP. ANA CUNHA	Concede o título honorífico de "Cidadã do Pará" à Sra. LIA SOPHIA FERREIRA DE OLIVEIRA.	DOAL Nº 2.383, de 18 a 20/12/2023, pág. 09.
61	DL Nº 54/2023	DEP. ANA CUNHA	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" à Exma. Sra. NAYHARA DE BRITO MORAES.	DOAL Nº 2.383, de 18 a 20/12/2023, pág. 09.
62	DL Nº 55/2023	DEP. MARTINHO CARMONA	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" à Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (UFPA).	DOAL Nº 2.383, de 18 a 20/12/2023, pág. 09.
63	DL Nº 56/2023	DEP. MARTINHO CARMONA	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Sr. SEBASTIÃO HELVECIO RAMOS DE CASTRO.	DOAL Nº 2.383, de 18 a 20/12/2023, pág. 10.
64	DL Nº 57/2023	DEP. ANA CUNHA	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Sr. ROLON HO.	DOAL Nº 2.383, de 18 a 20/12/2023, pág. 10.
65	DL Nº 79/2023	MESA	Ratifica o Convênio ICMS nº 186/23,	DOE Nº 35.654, de

		DIRETORA	193/23, 194/23, 199/23 e 203/23, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências".	21/12/2023, pág. 63.
66	DL Nº 80/2023	CFFO	Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, HELDER ZAHLUTH BARBALHO, referente ao exercício financeiro de 2022.	DOE Nº 35.656, de 22/12/2023, pág. 80.
67	DL Nº 81/2023	CCJRF	Encaminha Processo Administrativo ITERPA nº 2022/240428 (ITERPA), que trata de pedido de Regularização Fundiária Onerosa, de um imóvel rural integrante do patrimônio fundiário do Estado do Pará, localizado no Município de Tailândia.	DOE Nº 35.656, de 22/12/2023, pág. 80.
68	DL Nº 58/2023	DEP. ANA CUNHA	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Sr. LUCIANO GROSTEIN HUCK.	DOAL Nº 2.384, de 21 a 22/12/2023, pág. 09.
69	DL Nº 59/2023	DEP. TORRINHO TORRES	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará", de que trata o art. 284, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, ao Sr. JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES.	DOAL Nº 2.384, de 21 a 22/12/2023, pág. 09.
70	DL Nº 60/2023	DEP. ÂNGELO FERRARI	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Doutor DANIEL AUGUSTO DOS SANTOS SOARES, médico cirurgião.	DOAL Nº 2.385, de 15 a 27/12/2023, pág. 04.
71	DL Nº 61/2023	EX-DEP. PROFESSORA NILSE	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará", ao Senhor ANTÔNIO LOPES MAURÍCIO.	DOAL Nº 2.385, de 15 a 27/12/2023, pág. 04.
72	DL Nº 62/2023	DEP. CARLOS BORDALO	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará", ao educador, Presidente Honorário do Conselho de Educação Popular da América Latina,	DOAL Nº 2.385, de 15 a 27/12/2023, pág. 04.

			Membro da Diretoria da Campanha Latinoamericana pelo Direito à Educação (CLADE Brasil), Doutor PEDRO DE CARVALHO PONTUAL.	
73	DL Nº 63/2023	EX-DEP. RENILCE NICODEMOS	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Senhor RODRIGO GALENDE MARQUES DE CARVALHO.	DOAL Nº 2.385, de 15 a 27/12/2023, pág. 04.
74	DL Nº 64/2023	EX-DEP. RAIMUNDO SANTOS	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Comandante do 4º Distrito Naval, Vice-Almirante EDGAR LUIZ SIQUEIRA BARBOSA.	DOAL Nº 2.385, de 15 a 27/12/2023, pág. 05.
75	DL Nº 65/2023	DEP. LUTH REBELO	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" ao Senhor JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA DE SOUZA.	DOAL Nº 2.385, de 15 a 27/12/2023, pág. 05.
76	DL Nº 66/2023	EX-DEP. DR. GALILEU	Concede o título honorífico de "Honra ao Mérito" (Post-Mortem), ao Senhor HILDEBRANDO COSTA RIBEIRO JÚNIOR.	DOAL Nº 2.385, de 15 a 27/12/2023, pág. 05.
77	DL Nº 67/2023	EX-DEP. DR. GALILEU	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" ao Sr. ANDERSON MADSON OLIVEIRA MAIA.	DOAL Nº 2.385, de 15 a 27/12/2023, pág. 05.
78	DL Nº 68/2023	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Concede o título honorífico de "Cidadão do Pará" (Post-Mortem) ao Sr. TIAGO BATISTA KOCH.	DOAL Nº 2.385, de 15 a 27/12/2023, pág. 05.
79	DL Nº 69/2023	EX-DEP. MARINOR BRITO	Concede o título honorífico de "Cidadã do Pará" à jornalista, escritora e tradutora Sra. PILAR DEL RIO SANCHEZ.	DOAL Nº 2.385, de 15 a 27/12/2023, pág. 05.

4.3.4. RESOLUÇÕES

RESOLUÇÕES PUBLICADAS - 2023				
Nº	Nº DA RESOL.	AUTOR	EMENTA	PUBLICAÇÃO
1	02/2022	DEP. RAIMUNDO SANTOS	Aprova o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.	DOAL Nº 2.304 (EXTRA), de 30/01 a 03/02/2023, pág. 02. *Republicado no DOAL Nº 2.308 (EXTRA), de 27/02 a 03/03/2023, pág. 02.

2	01/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Dispõe sobre a criação do serviço telefônico "Disque Prevenção às Drogas", no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.	DOAL Nº 2.383, de 18 a 20/12/2023, pág. 09.
3	02/2023	MESA DIRETORA	Altera e acrescenta dispositivos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, instituído por meio da Resolução nº 02, de 20 de dezembro de 2022.	DOAL Nº 2.384, de 21 a 22/12/2023, pág. 09.

4.3.5. ATOS DA PRESIDÊNCIA

ATOS DA PRESIDÊNCIA PUBLICADOS - 2023			
Nº	Nº DO ATO	ASSUNTO	PUBLICAÇÃO
1	Ato da Presidência Nº 01/2023	Nomeia membros às comissões permanentes e dá outras providências.	DOAL Nº 2.306, de 13 a 17/02/2023, pág. 05.
2	Ato da Presidência Nº 03/2023	Nomeia membros à comissão de estudo para levantamento socioeconômico da região do Tapajós, e dá outras providências.	DOAL Nº 2.308, de 27/02 a 03/03/2023, pág. 03.
3	Ato da Presidência Nº 04/2023	Nomeia membros à comissão externa de representação, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obras de natureza condicionantes da UHE de Belo Monte, e dá outras providências.	DOAL Nº 2.308, de 27/02 a 03/03/2023, pág. 03. * Republicado no DOAL Nº 2.355, de 11 a 13/09/2023, pág. 07.
4	Ato da Presidência Nº 05/2023	Nomeia membros à comissão externa de representação, com a finalidade de acompanhar a implementação das recomendações do Relatório da CPI da Vale aprovado por este parlamento em 31 de janeiro de 2023, e dá outras providências.	DOAL Nº 2.309, de 06 a 10/03/2023, pág. 02. *Republicado no DOAL Nº 2.345, de 07 a 09/08/2023, pág. 04.
5	Ato da Presidência Nº 07/2023	Nomeia membros à comissão externa de representação, com a finalidade de acompanhar a situação dos deslizamentos de terra no município de Abaetetuba, e dá outras providências.	DOAL Nº 2.309, de 06 a 10/03/2023, pág. 02.
6	Ato da Presidência Nº 06/2023	Institui a Comissão de Legislação Participativa.	DOAL Nº 2.311, de 20 a 24/03/2023, pág. 03.

7	Ato da Presidência Nº 08/2023	Nomeia membros à comissão de estudos sobre o crédito de carbono e carbono neutro.	DOAL Nº 2.311, de 20 a 24/03/2023, pág. 03.
8	Ato da Presidência Nº 10/2023	Dispõe sobre as datas definidas como pontos facultativos e feriados nacionais do mês de abril/2023.	DOAL Nº 2.313, de 03 a 07/04/2023, pág. 04.
9	Ato da Presidência Nº 09/2023	Nomeia membros à comissão de estudos para desenvolver estudo, análise e verificações sobre a metodologia e critérios para alcançar os índices da cota parte do ICMS.	DOAL Nº 2.315, de 17 a 21/04/2023, pág. 07.
10	Ato da Presidência Nº 11/2023	Nomeia membros à comissão externa de representação, com a finalidade de acompanhar o processo de desintrusão da Terra Indígena Alto do Rio Guamá, no Nordeste do Pará.	DOAL Nº 2.326, de 01 a 02/06/2023, pág. 13.
11	Ato da Presidência Nº 12/2023	Prorroga por 90 dias o Ato da Presidência Nº 04/2023 (Comissão da UHE de Belo Monte).	DOAL Nº 2.331, de 19 a 21/06/2023, pág. 07.
12	Ato da Presidência Nº 13/2023	Nomeia membros à Comissão Representativa e dá outras providências.	DOAL Nº 2.333, de 26 a 28/06/2023, pág. 08.
13	Ato da Presidência Nº 15/2023	Dispõe sobre os dias de recesso parlamentar e suspensão de atividades administrativas no mês de julho/2023.	DOAL Nº 2.336, de 06 a 07/07/2023, pág. 04.
14	Ato da Presidência Nº 16/2023	Altera o Ato da Presidência Nº 01/2023 - Composição das Comissões Permanentes. (substituição do Dep. Victor Dias pelo Dep. Eliel Faustino).	DOAL Nº 2.345, de 07 a 09/08/2023, pág. 04.
15	Ato da Presidência Nº 14/2023	Nomeia membros à Comissão Externa de Representação e dá outras providências. (com a finalidade de acompanhar o trabalho desenvolvido pela ONU, visando atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável).	DOAL Nº 2.353, de 04 a 06/09/2023, pág. 05.
16	Ato da Presidência Nº 18/2023	Nomeia membros à Comissão Externa de Representação e dá outras providências. (para cooperação e amizade Brasil-Israel no âmbito do Estado do Pará).	DOAL Nº 2.357, de 18 a 20/09/2023, pág. 04.
17	Ato da Presidência Nº 19/2023	Nomeia membros à Comissão Externa de Representação e dá outras providências. (para defesa da mineração/garimpo no Estado do Pará).	DOAL Nº 2.357, de 18 a 20/09/2023, pág. 04.
18	Ato da Presidência Nº 20/2023	Nomeia membros à Comissão Externa de Representação e dá outras providências. (para acompanhar a crise agropecuária que se instala no Estado do Pará).	DOAL Nº 2.357, de 18 a 20/09/2023, pág. 04.

19	Ato da Presidência Nº 21/2023	Nomeia membros à Comissão de Estudos e dá outras providências. (para desenvolver estudo, análise e verificações sobre a metodologia e critérios para alcançar os índices da cota parte do ICMS).	DOAL Nº 2.361, de 02 a 04/10/2023, pág. 04.
20	Ato da Presidência Nº 17/2023	Nomeia membros à Comissão Externa de Representação e dá outras providências. (para acompanhar o atentado a lideranças indígenas Tembé).	DOAL Nº 2.365, de 16 a 18/10/2023, pág. 09.
21	Ato da Presidência Nº 22/2023	Nomeia membros à Comissão Externa de Representação e dá outras providências. (para acompanhar o processo de desintrusão de não indígenas das áreas Apyterewa e Trincheira Bacajá).	DOAL Nº 2.370, de 02 a 03/11/2023, pág. 08.
22	Ato da Presidência Nº 23/2023	Nomeia membros à Comissão Externa de Representação e dá outras providências. (acompanhar o andamento da comissão que está analisando a Reforma Tributária no Congresso Nacional).	DOAL Nº 2.378, de 30/11 a 01/12/2023, pág. 06.
23	Ato da Presidência Nº 24/2023	Retifica o Ato da Presidência Nº 22/2023.	DOAL Nº 2.378, de 30/11 a 01/12/2023, pág. 07.
24	Ato da Presidência Nº 26/2023	Dispõe sobre os dias de recesso natalino e ano novo no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.	DOAL Nº 2.384, de 21 a 22/12/2023, pág. 08.
25	Ato da Presidência Nº 27/2023	Nomeia membros à Comissão Representativa e dá outras providências.	DOAL Nº 2.384, de 21 a 22/12/2023, pág. 09.



LEGISLAÇÃO PUBLICADA

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA MULHER;

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO;

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA SEGURANÇA PÚBLICA;

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS;

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PODER EXECUTIVO;

REESTRUTURAÇÃO DE ÓRGÃOS - PODER EXECUTIVO;

REAJUSTE DO SUBSÍDIO;

REAJUSTE SALARIAL.

5. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PUBLICADA

5.1. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA MULHER

2023				
Nº	Nº DA LEI	AUTOR	EMENTA	PUBLICAÇÃO
1	LEI Nº 9.786	EX DEP. PAULA GOMES	Institui a Semana do Combate à Mortalidade Materna no Estado do Pará.	DOE Nº 35.249, de 09/01/2023, pág. 04.
2	LEI Nº 9.802	DEP. FÁBIO FREITAS	Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Mulheres do Bairro Nagibao (AMUGIBAO).	DOE Nº 35.252, de 11/01/2023, pág. 04.
3	LEI Nº 9.862	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU).	DOE Nº 35.317 (EXTRA), de 08/03/2023, pág. 04.
4	LEI Nº 9.894	DEP. ELIEL FAUSTINO	Institui a Campanha de Orientação e Conscientização sobre a Depressão Pós-Parto, no âmbito do Estado do Pará.	DOE Nº 35.378, de 27/04/2023, pág. 04.
5	LEI Nº 9.924	DEP. THIAGO ARAÚJO	Institui o Dia Estadual da Mobilização dos Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres, no âmbito do Estado do Pará.	DOE Nº 35.398, de 15/05/2023, pág. 04.
6	LEI Nº 9.945	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	Dispõe sobre a criação de cota para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei Nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no Estado do Pará.	DOE Nº 35.433, de 14/06/2023, pág. 04.
7	LEI Nº 9.950	DEP. DIANA BELO	Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e das Atividades das Mulheres Marisqueiras no Estado da Pará.	DOE Nº 35.445, de 22/06/2023, pág. 04.
8	LEI Nº 10.000	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB).	DOE Nº 35.469, de 13/07/2023, pág. 04.
9	LEI Nº 10.033	DEP. LÍVIA DUARTE	Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.	DOE Nº 35.531, de 05/09/2023, pág. 04.
10	LEI Nº 10.059	DEP. TORRINHO	Institui a Semana Estadual da Mãe	DOE Nº 35.554, de

		TORRES	Atípica.	26/09/2023, pág. 04.
11	LEI Nº 10.060	DEP. CARLOS BORDALO	Declara como patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará, as formas de saberes culturais das “mulheres fazendeiras”, inscritos na prática artesanal de produzir cuia, na comunidade dos Rios Quianduba e Xingu, Município de Abaetetuba.	DOE Nº 35.554, de 26/09/2023, pág. 04.
12	LEI Nº 10.061	EX DEP. DILVANDA FARO	Institui a campanha permanente de combate ao assédio sexual contra a mulher no Sistema Estadual de Transporte Público Coletivo de Passageiros.	DOE Nº 35.554, de 26/09/2023, pág. 04.
13	LEI Nº 10.092	EX DEP. DILVANDA FARO	Institui a Política Estadual de Valorização da Mulher no Campo.	DOE Nº 35.562, de 03/10/2023, pág. 04.
14	LEI Nº 10.104	EX DEP. PROFESSORA NILSE	Dispõe sobre o Dia Estadual em Defesa dos Direitos da Viúva do Policial Militar.	DOE Nº 35.590, de 30/10/2023, pág. 04.
15	LEI Nº 10.109	DEP. JOSUÉ PAIVA	Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia da Mulher Cristã Evangélica.	DOE Nº 35.592, de 31/10/2023, pág. 04.
16	LEI Nº 10.168	DEP. DIANA BELO	Dispõe sobre determinação que as concessionárias de serviços públicos de fornecimento de água, energia elétrica e de gás, no Estado do Pará, divulguem em suas faturas os números para denúncias de violência contra mulher, no âmbito doméstico-familiar.	DOE Nº 35.617, de 22/11/2023, pág. 04.
17	LEI Nº 10.251	DEP. PAULA TITAN	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.361, de 1º de dezembro de 2021, que Institui a Semana Estadual de Incentivo à Participação da Mulher no Processo Eleitoral.	DOE Nº 35.640, de 12/12/2023, pág. 06.
18	LEI Nº 10.261	DEP. ANDRÉIA XARÃO	Dispõe sobre a garantia às mulheres vítimas de violência doméstica a prioridade no atendimento de todos os programas sociais ofertados pelo Governo do Estado do Pará.	DOE Nº 35.648, de 18/12/2023, pág. 04.

19	LEI Nº 10.267	DEP. PAULA TITAN	Institui a Semana Estadual de Estudos sobre os Direitos da Mulher, no âmbito do Estado do Pará.	DOE Nº 35.648, de 18/12/2023, pág. 04.
20	LEI Nº 10.305 (vetada parcialmente)	DEP. CARLOS BORDALO	Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos do Femicídio no Estado do Pará.	DOE Nº 35.654, de 21/12/2023, pág. 04.

5.2. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA EDUCAÇÃO

2023				
Nº	Nº DA LEI	AUTOR	EMENTA	PUBLICAÇÃO
1	LEI Nº 9.805	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Escola Comunitária Casa Familiar Rural Padre Oscar Albino Fuhr de Brasil Novo - Pará.	DOE Nº 35.252, de 11/01/2023, pág. 04.
2	LEI Nº 9.822	DEP. ELIEL FAUSTINO	Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação Paraense de Desporto Escolar (FPDE).	DOE Nº 35.254, de 12/01/2023, pág. 06.
3	LEI Nº 9.867	PODER EXECUTIVO	Institui o Programa Alfabetiza Pará, vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em regime de colaboração com os municípios do Estado do Pará.	DOE Nº 35.323, de 14/03/2023, pág. 04.
4	LEI Nº 9.891	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre a concessão de reajuste aos profissionais do magistério da rede pública de ensino do Estado do Pará.	DOE Nº 35.363, de 14/04/2023, pág. 09.
5	LEI Nº 9.893	DEP. THIAGO ARAÚJO	Estabelece diretrizes para a implementação de ações de prevenção e controle do diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas da rede de ensino público e privado do Estado do Pará.	DOE Nº 35.367, de 18/04/2023, pág. 04.
6	LEI Nº 9.900	PODER EXECUTIVO	Institui o Programa Escola Segura e cria o Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação	DOE Nº 35.384, de 03/05/2023, pág. 05.

			(SEDUC).	
7	LEI Nº 9.902	PODER EXECUTIVO	Autoriza o Poder Executivo estadual a instituir a Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação Paraense (FADEP); e altera a Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015.	DOE Nº 35.385 (EXTRA), de 03/05/2023, pág. 05.
8	LEI Nº 9.915	DEP. DR. WANDERLAN	Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente de Educação e Neurofuncional Milton Melo.	DOE Nº 35.391, de 09/05/2023, pág. 04.
9	LEI Nº 9.932	DEP. FÁBIO FREITAS	Fica instituído em todo território paraense o Projeto de Preservação da Vida, onde todo mês de setembro serão fixadas placas na cor amarela nas escolas públicas e privadas durante o mês de setembro, informando meios para ajudar e instruir de forma positiva pessoas que sofrem de depressão, com a finalidade de prevenir o suicídio e preservar a vida.	DOE Nº 35.416, de 29/05/2023, pág. 04.
10	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 89	PODER EXECUTIVO	Altera o inciso III e alíneas "a" e "b" do § 3º do art. 278 da Constituição do Estado do Pará.	DOE Nº 35.459 do dia 04/07/2023, pág. 86.
11	LEI Nº 9.978	PODER EXECUTIVO	Cria o Programa Dinheiro na Escola Paraense, vinculado a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).	DOE Nº 35.463 do dia 07/07/2023, pág. 04.
12	LEI COMPLEMENTAR Nº 166	PODER EXECUTIVO	Revoga a Lei Complementar Estadual nº 06, de 27 de fevereiro de 1991.	DOE Nº 35.464 do dia 07/07/2023, pág. 04.
13	LEI Nº 9.981	PODER EXECUTIVO	Institui a Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), e revoga a Lei Estadual nº 5.600, de 15 de junho de 1990, que dispõe sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis, de acordo com o art. 225, inciso IV da Constituição Estadual do Pará.	DOE Nº 35.463 do dia 07/07/2023, pág. 05.

14	LEI Nº 9.985	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre o funcionamento do Conselho Escolar das unidades escolares da rede estadual de ensino paraense.	DOE Nº 35.463 do dia 07/07/2023, pág. 06.
15	LEI Nº 9.986	PODER EXECUTIVO	Institui os critérios técnicos de mérito e de desempenho para investidura na função de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da rede estadual de ensino paraense; altera e revoga dispositivos da Lei Estadual nº 9.901, de 3 de maio de 2023; e revoga a Lei Estadual nº 7.855, de 12 de maio de 2014.	DOE Nº 35.463 do dia 07/07/2023, pág. 07.
16	LEI Nº 10.005	DEP. CARLOS BORDALO	Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Ensino Social Profissionalizante (ESPRO).	DOE Nº 35.469, de 13/07/2023, pág. 05.
17	LEI Nº 10.051	DEP. LU OGAWA	Institui no âmbito do Estado do Pará, a Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária.	DOE Nº 35.536, de 12/09/2023, pág. 04.
18	LEI Nº 10.084	DEP. MARIA DO CARMO	Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Baixo Amazonas (CEFT-BAM).	DOE Nº 35.558, de 29/09/2023, pág. 08.
19	LEI Nº 10.091	DEP. FÁBIO FREITAS	Dispõe sobre a instituição da Semana Estadual da Visão nas Escolas Públicas do Estado do Pará.	DOE Nº 35.562, de 03/10/2023, pág. 04.
20	LEI Nº 10.095 (vetada parcialmente)	DEP. ELIEL FAUSTINO	Dispõe sobre a devolução integral da taxa de matrícula pelas universidades privadas em caso de desistência.	DOE Nº 35.572, de 11/10/2023, pág. 04.
21	LEI Nº 10.140 (vetada parcialmente)	DEP. LÍVIA DUARTE	Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual em Defesa dos Direitos e da Dignidade das Educadoras da Educação Infantil.	DOE Nº 35.604, de 10/11/2023, pág. 06.
22	LEI Nº 10.223	DEP. FÁBIO FREITAS	Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual do Programa Educacional	DOE Nº 35.631, de 01/12/2023, pág. 04.

			de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).	
23	LEI Nº 10.274	DEP. CORONEL NEIL	Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Educação, Esporte, Lazer, Cultura, Moradia, Assistência Social, Trabalho e Geração de Renda Realiza Brasil (IRB).	DOE Nº 35.648, de 18/12/2023, pág. 05.

5.3. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA SEGURANÇA PÚBLICA

2023				
Nº	Nº DA LEI	AUTOR	EMENTA	PUBLICAÇÃO
1	LEI Nº 9.786	DEP. PAULA GOMES	Institui a Semana do Combate à Mortalidade Materna no Estado do Pará.	DOE Nº 35.249, de 09/01/2023, pág. 04.
2	LEI Nº 9.868	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	Institui a Semana Estadual de Combate à Omissão aos Crimes de Violência na Primeira Infância.	DOE Nº 35.325, de 15/03/2023, pág. 04.
3	LEI Nº 9.881	PODER EXECUTIVO	Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA).	DOE Nº 35.348 (EXTRA), de 31/03/2023, pág. 04.
4	LEI COMPLEMENTAR Nº 165	PODER EXECUTIVO	Altera a Lei Complementar Estadual nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA); altera a Lei Complementar Estadual nº 142, de 16 de dezembro de 2021, que institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará; e cria e extingue cargos na estrutura da Polícia Militar do Pará (PMPA).	DOE Nº 35.382, de 02/05/2023, pág. 04.
5	LEI Nº 9.900	PODER EXECUTIVO	Institui o Programa Escola Segura e cria o Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).	DOE Nº 35.384, de 03/05/2023, pág. 05.
6	LEI Nº 9.924	DEP. THIAGO ARAÚJO	Institui o Dia Estadual da Mobilização dos Homens pelo fim da	DOE Nº 35.398, de 15/05/2023, pág. 04.

			Violência contra as Mulheres, no âmbito do Estado do Pará.	
7	LEI Nº 9.945	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	Dispõe sobre a criação de cota para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei Nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no Estado do Pará.	DOE Nº 35.433, de 14/06/2023, pág. 04.
8	LEI Nº 10.020	PODER EXECUTIVO	Altera a Lei Estadual nº 8.937, de 2 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).	DOE Nº 35.480 (EXTRA), de 24/07/2023, pág. 04.
9	LEI Nº 10.028	PODER EXECUTIVO	Altera a Lei Estadual nº 6.626, de 3 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA).	DOE Nº 35.530, de 04/09/2023, pág. 04.
10	LEI Nº 10.061	DEP. DILVANDA FARO	Institui a campanha permanente de combate ao assédio sexual contra a mulher no Sistema Estadual de Transporte Público Coletivo de Passageiros.	DOE Nº 35.554, de 26/09/2023, pág. 04.
11	LEI Nº 10.080	DEP. RAIMUNDO SANTOS	Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Dia Estadual da Guarda Municipal.	DOE Nº 35.558, de 29/09/2023, pág. 07.
12	LEI Nº 10.163	PODER EXECUTIVO	Institui como "Corporação de Fontoura" a denominação histórica da Polícia Militar do Pará (PMPA); e declara como patrimônio histórico e cultural do povo paraense a Polícia Militar do Pará (PMPA).	DOE Nº 35.614, de 20/11/2023, pág. 04.
13	LEI Nº 10.168	DEP. DIANA BELO	Dispõe sobre determinação que as concessionárias de serviços públicos de fornecimento de água, energia elétrica e de gás, no Estado do Pará, divulguem em suas faturas os números para denúncias de violência contra mulher, no âmbito	DOE Nº 35.617, de 22/11/2023, pág. 04.

			doméstico-familiar.	
14	LEI N° 10.169	DEP. PAULA TITAN	Dispõe sobre a divulgação, pela rede de prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, da cartilha “Eu Me Protejo Porque Meu Corpinho É Meu”, a qual ensina a própria criança a reconhecer e se proteger de abusos e agressões na infância, no âmbito do Estado do Pará.	DOE N° 35.617, de 22/11/2023, pág. 04.
15	LEI N° 10.228	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Dispõe sobre a proibição de fabricação, venda e comercialização de armas de fogo e armas brancas de brinquedo, no âmbito do Estado do Pará.	DOE N° 35.640, de 12/12/2023, pág. 04.
16	LEI N° 10.261	DEP. ANDRÉIA XARÃO	Dispõe sobre a garantia às mulheres vítimas de violência doméstica a prioridade no atendimento de todos os programas sociais ofertados pelo Governo do Estado do Pará.	DOE N° 35.648, de 18/12/2023, pág. 04.
17	LEI N° 10.290 (vetada parcialmente)	DEP. MARIA DO CARMO	Institui a responsabilização daqueles que praticarem atos racistas e de ódio em eventos públicos no Estado do Pará.	DOE N° 35.648, de 18/12/2023, pág. 07.

5.4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS

2023				
N°	N° DA LEI	AUTOR	EMENTA	PUBLICAÇÃO
1	LEI N° 9.861	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	Institui a Semana Estadual da Acessibilidade no Estado do Pará.	DOE N° 35.314, de 07/03/2023, pág. 04.
2	LEI N° 9.878	DEP. LUTH REBELO	Dispõe sobre a instalação de brinquedos adequados ou adaptados para crianças portadoras de deficiência, em locais públicos e privados de lazer estabelecidos no Estado do Pará.	DOE N° 35.332, de 21/03/2023, pág. 04.

3	LEI Nº 9.905	EX DEP. IGOR NORMANDO	Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção, nas placas de atendimento prioritário dos órgãos da administração pública do Estado do Pará, do símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA).	DOE Nº 35.390, de 08/05/2023, pág. 04.
4	LEI Nº 9.933 (vetada parcialmente)	DEP. CARLOS BORDALO	Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtornos Mentais e Sofrimento Psíquico.	DOE Nº 35.416, de 29/05/2023, pág. 04.
5	LEI Nº 9.940 (vetada parcialmente)	DEP. MARTINHO CARMONA	Estabelece, no âmbito do Estado do Pará, o programa estadual de atendimento e acompanhamento às pessoas portadoras da Síndrome da Fibromialgia.	DOE Nº 35.429, de 07/06/2023, pág. 04.
6	LEI Nº 9.944	DEP. CARLOS BORDALO	Dispõe sobre a Política Estadual de Atenção à Gagueira e à Pessoa que Gagueja, no âmbito do Estado do Pará.	DOE Nº 35.432, de 13/06/2023, pág. 04.
7	LEI Nº 9.993	DEP. DELEGADO NILTON NEVES	Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre Apraxia de Fala na Infância (AFI), no Calendário Oficial de Datas Comemorativas do Estado do Pará e dá outras providências.	DOE Nº 35.467, de 12/07/2023, pág. 04.
8	LEI Nº 10.052	DEP. MIRO SANNOVA	Dispõe sobre a obrigatoriedade de Podium adaptado nas competições esportivas que possuem pessoas com deficiência participando.	DOE Nº 35.539, de 14/09/2023, pág. 04.
9	LEI Nº 10.058	DEP. DR. GALILEU	Institui a Semana Estadual de Conscientização e Atenção à Doença Falciforme, no âmbito do Estado do Pará.	DOE Nº 35.554, de 26/09/2023, pág. 04.
10	LEI Nº 10.090 (vetada parcialmente)	DEP. AVEILTON SOUZA	Dispõe sobre a validade do laudo médico que atesta a Síndrome de Fibromialgia.	DOE Nº 35.558, de 29/09/2023, pág. 08.
11	LEI Nº 10.183	DEP. RAIMUNDO SANTOS	Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Dia Estadual da Criança Traqueostomizada.	DOE Nº 35.625, de 28/11/2023, pág. 04.
12	LEI Nº 10.197	DEP. BOB FLLAY	Institui no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, a	DOE Nº 35.627, de 29/11/2023, pág. 04.

			Semana Estadual de Controle e Combate à Leishmaniose.	
13	LEI Nº 10.292	DEP. IGOR NORMANDO	Institui a Campanha Transtorno do Espectro Autista é Amor (TEAMO).	DOE Nº 35.650, de 19/12/2023, pág. 04.
14	LEI Nº 10.305 (vetada parcialmente)	DEP. CARLOS BORDALO	Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos do Femicídio no Estado do Pará.	DOE Nº 35.654, de 21/12/2023, pág. 04.

5.5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PODER EXECUTIVO

2023				
Nº	Nº DA LEI	ÓRGÃO	EMENTA	PUBLICAÇÃO
1	LEI Nº 9.882	SEPLAD / SEDUC	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União. (US\$ 100.000.000,00)	DOE Nº 35.348 (EXTRA), de 31/03/2023, pág. 04.
2	LEI Nº 9.935	SEPLAD / SETRAN	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto a instituições financeiras nacionais, com a garantia da União. (" Infraestrutura por Todo Pará " - R\$1.471.000.000,00)	DOE Nº 35.420, de 31/05/2023, pág. 04.
3	LEI Nº 9.936	SEPLAD / SEDOP	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto a instituições financeiras nacionais, com a garantia da União. (" Asfalto por Todo Pará - 3ª etapa " - R\$1.600.000.000,00)	DOE Nº 35.420, de 31/05/2023, pág. 04.
4	LEI Nº 10.053	SEPLAD / SEMAS	Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo junto a instituições financeiras. ("Descarboniza Pará" e "Avança Pará" - US\$300.000.000,00 e US\$280.000.000,00)	DOE Nº 35.539, de 14/09/2023, pág. 04.

5	LEI Nº 10.217	SEPLAD	Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito interno junto a instituições financeiras nacionais e dá outras providências (R\$ 5.317.660.000,00).	DOE Nº 35.630 (EXTRA), de 30/11/2023, pág. 04.
---	---------------	--------	---	--

5.6. REESTRUTURAÇÃO DE ÓRGÃOS - PODER EXECUTIVO

2023				
Nº	Nº DA LEI	ÓRGÃO	EMENTA	PUBLICAÇÃO
1	LEI Nº 9.862	SEMU	Dispõe sobre a Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU).	DOE Nº 35.317 (EXTRA), de 08/03/2023, pág. 04.
2	LEI Nº 9.881	CBMPA	Dispõe sobre o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA).	DOE Nº 35.348 (EXTRA), de 31/03/2023, pág. 04.
3	LEI Nº 9.886	SEPI	Dispõe sobre a Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará (SEPI).	DOE Nº 35.350, de 04/04/2023, pág. 04.
4	LEI Nº 9.887	SECIR	Dispõe sobre a Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR).	DOE Nº 35.350, de 04/04/2023, pág. 06.
5	LEI Nº 9.888	SEIRDH	Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH).	DOE Nº 35.354, de 06/04/2023, pág. 04.
6	LEI Nº 9.891	SEDUC	Cria e estrutura as Carreiras de Gestão Governamental, Infraestrutura e Política Educacional e Gestão em Suporte Educacional na Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); altera a Lei Estadual nº 7.442, de 02 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará; e dá outras providências.	DOE Nº 35.363, de 14/04/2023, pág. 09.

7	LEI Nº 9.892	SEASTER	Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social no Estado do Pará; estrutura o Sistema Único de Assistência Social do Estado do Pará (SUAS/PA); e revoga a Lei Estadual nº 5.940, de 15 de janeiro de 1996.	DOE Nº 35.363, de 14/04/2023, pág. 10.
8	LEI Nº 9.901	SEDUC	Dispõe sobre a reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC); revoga a Lei Estadual nº 6.620, de 07 de janeiro de 2004, a Lei Estadual nº 7.107, de 12 de fevereiro de 2008, e dispositivos da Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015.	DOE Nº 35.385 (EXTRA), de 03/05/2023, pág. 04.
9	LEI Nº 9.903	CASA MILITAR	Altera a Lei Estadual nº 9.661, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará; e cria cargos na estrutura da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará.	DOE Nº 35.386, de 04/05/2023, pág. 04.
10	LEI Nº 9.899	SEAF	Dispõe sobre a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF).	DOE Nº 35.384, de 03/05/2023, pág. 04.
11	LEI COMPLEMENTAR Nº 165	PMPA	Altera a Lei Complementar Estadual nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA); altera a Lei Complementar Estadual nº 142, de 16 de dezembro de 2021, que institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará; e cria e extingue cargos na estrutura da Polícia Militar do Pará (PMPA).	DOE Nº 35.382, de 02/05/2023, pág. 04.
12	LEI Nº 9.927	SEPLAD	Altera a Leis Estaduais nsº 6.213/1999; 6.623/2004; 6.674/2004; 6.936/2006; 7.029/2007; 7.087/2008; 7.570/2011; 7.731/2013; 8.096/2015; 9.594/2022; 9.647/2022 e dá outras providências (Reestruturação das Secretarias).	DOE Nº 35.405, de 19/05/2023, pág. 04. * Republicada no DOE Nº 35.409, de 23/05/2023, pág. 04.

13	LEI Nº 9.983	SEOP / SECIR	Altera a Lei Estadual nº 6.213, de 28 de abril de 1999, cria cargos de provimento em comissão na estrutura da Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP) e promove a redistribuição de cargos de provimento efetivo da Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR) para a Secretaria de Obras Públicas (SEOP).	DOE Nº 35.463, de 07/07/2023, pág. 08.
14	LEI Nº 10.020	SEAP	Altera a Lei Estadual nº 8.937, de 2 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).	DOE Nº 35.480 (EXTRA), de 24/07/2023, pág. 04.
15	LEI Nº 10.021	AGE / CGE	Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, a transformação da Auditoria-Geral do Estado do Pará (AGE) em Controlaria-Geral do Estado do Pará (CGE), e cria o Conselho Estadual de Transparência Pública e Prevenção da Corrupção (CTPC) e a carreira de Auditor de Finanças e Controle, no âmbito do Poder Executivo.	DOE Nº 35.517, de 24/08/2023, pág. 04.
16	LEI Nº 10.165	SEAC	Cria a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), altera a Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, altera a Lei nº 9.771, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a institucionalização da política pública Territórios pela Paz (TerPaz), no âmbito do Estado do Pará e revoga a Lei Estadual nº 9.045, de 29 de abril de 2020, que cria a Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC).	DOE Nº 35.616, de 21/11/2023, pág. 04.

17	LEI Nº 10.308	ARTRAN	Institui a Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Transporte do Estado do Pará (ARTRAN/PA); altera as Leis Estaduais n.ºs 5.922/1995, 8.027/2014, 8.096/2015, 8.470/2017, 8.908/2019, 9.056/2020, 9.210/2021, 9.219/2021; e revoga a Lei Estadual n.º 9.049, de 29 de abril de 2020.	DOE Nº 35.660, de 27/12/2023, pág. 04.
18	LEI Nº 10.309	ARCON	Altera a Lei Estadual n.º 6.099, de 30 de dezembro de 1997, que cria a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará (ARCON/PA); reestrutura a carreira da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará (ARCON/PA); e altera a Lei Estadual n.º 8.096, de 1.º de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.	DOE Nº 35.660, de 27/12/2023, pág. 12.

5.7. REAJUSTE DO SUBSÍDIO CONCEDIDO PELOS PODERES

REAJUSTE DO SUBSÍDIO 2023 - TODOS OS PODERES				
Nº	PODER	CATEGORIA	DISPOSITIVO LEGAL	PUBLICAÇÃO
1	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (ALEPA)	GOVERNADOR	DL Nº 01/2023, de 12/01/2023 e DL Nº 06/2023, de 21/03/2023	DOE Nº 35.262, de 20/01/2023, pág. 100 e DOE Nº 35.338, de 24/03/2023, pág. 4.
		VICE-GOVERNADOR		
		SECRETÁRIOS DE ESTADO		
		DEPUTADOS ESTADUAIS		
2	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ (DPE/PA)	-	-	-
3	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO (MPCE)	PROCURADORES DE CONTAS	LEI Nº 9.859, de 23/02/2023.	DOE Nº 35.301, de 24/02/2023, pág. 04.

4	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (MPCM)	PROCURADORES DE CONTAS	LEI Nº 9.934, de 30/05/2023.	DOE Nº 35.420, de 31/05/2023, pág. 04.
		SUBPROCURADORES DE CONTAS		
5	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA)	PROCURADORES DE JUSTIÇA	LEI Nº 9.858, de 23/02/2023.	DOE Nº 35.301, de 24/02/2023, pág. 04.
		PROMOTORES DE JUSTIÇA		
6	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (TCM)	CONSELHEIROS	LEI Nº 9.873, de 14/03/2023.	DOE Nº 35.325, de 15/03/2023, pág. 04.
		CONSELHEIROS-SUBSTITUTOS	LEI Nº 9.874, de 14/03/2023.	DOE Nº 35.325., de 15/03/2023, pág. 04.
7	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)	CONSELHEIROS	LEI Nº 9.875, de 16/03/2023.	DOE Nº 35.328 (EXTRA), de 16/03/2023, pág. 04.
		AUDITORES (CONSELHEIROS-SUBSTITUTOS)	LEI Nº 9.876, de 16/03/2023.	DOE Nº 35.328 (EXTRA), de 16/03/2023, pág. 04.
8	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO (TJE)	DESEMBARGADORES	LEI Nº 9.857, de 23/02/2023.	DOE Nº 35.301, de 24/02/2023, pág. 04.
		MAGISTRADOS		


5.8. REAJUSTE SALARIAL CONCEDIDO PELOS PODERES

REAJUSTE GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO - TODOS OS PODERES					
Nº	PODER	PERÍODO	PERCENTUAL	DISPOSITIVO LEGAL	PUBLICAÇÃO
1	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (ALEPA)	Abril/2022 a Março/2023	10%	Ato da Mesa Nº 118/2023.	DOAL Nº 2322, de 18 a 19/05/2023.
2	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ (DPE/PA)	Mai/2022 a Abril/2023	4,18%	Lei Nº 9.956 de 23/06/2023	DOE Nº 35.453 de 28/06/2023, pág. 04.
3	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO (MPCE)	-	-	-	-
4	MINISTÉRIO PÚBLICO DE	-	-	-	-

	CONTAS DOS MUNICÍPIOS (MPCM)				
5	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA)	Novembro/2021 a Março/2023	6,51%	Lei Nº 9.941, de 07/06/2023.	DOE Nº 35.431 de 12/06/2023, pág. 05.
6	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (TCM)	Abril/2022 a Março/2023	4,65%	Lei Nº 9.931, de 24/05/2023.	DOE Nº 35.412, de 24/05/2023, pág. 04.
7	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)	Abril/2022 a Março/2023	4,65%	Lei Nº 9.930, de 24/05/2023.	DOE Nº 35.412, de 24/05/2023, pág. 04.
8	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO (TJE)	Maio/2021 a Abril/2022 Maio/2022 a Abril/2023	4,62% (maio/2023) 2,19% (agosto/2023) = 6,91%	Lei Nº 9.955 de 23/06/2023	DOE Nº 35.453 de 28/06/2023, pág. 04.

REAJUSTE PODER EXECUTIVO

Nº	CATEGORIA	REAJUSTE	DISPOSITIVO LEGAL	PUBLICAÇÃO
1	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA	15%	Lei Nº 9.891, de 13/04/2023.	DOE Nº 35.363 de 14/04/2023, pág. 09.
2	SOLDOS DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR (ATIVOS E INATIVOS)	SALÁRIO MÍNIMO E ESCALONAMENTO	Lei Nº 9.954, de 26/06/2023.	DOE Nº 35.451 de 27/06/2023, pág. 04.
3	SERVIDORES CIVIS (ATIVOS E INATIVOS) E PENSIONISTAS DO PODER EXECUTIVO	SALÁRIO MÍNIMO	Lei Nº 10.007, de 14/07/2023.	DOE Nº 35.473 do dia 17/07/2023, pág. 05.
4	QUADRO DE PESSOAL ADMINISTRATIVO DA POLÍCIA CIVIL	15%	Lei Nº 10.027, de 01/09/2023.	DOE Nº 35.530, de 04/09/2023, pág. 04.
5	INVESTIGADOR E ESCRIVÃO DE POLÍCIA	15%	Lei Complementar Nº 168, de 04/09/2023.	DOE Nº 35.531, de 05/09/2023, pág. 05.



PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES APRESENTADOS PELOS PODERES

QUADRO GERAL

PROCESSOS DE CONTAS DO GOVERNADOR



Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

6. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES APRESENTADOS PELOS PODERES

6.1. QUADRO GERAL

APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANUAIS DOS OUTROS PODERES A ESTE PARLAMENTO					
Nº	ÓRGÃO	PERÍODO	FORMA	PREVISÃO LEGAL	APRESENTAÇÃO
1	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	MAIO	SESSÃO PÚBLICA	Art. 190, §6º da Constituição Estadual.	
2	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO	PRIMEIRO TRIMESTRE	SESSÃO PÚBLICA	Art. 179, §3º da Constituição Estadual.	23/05/2023
3	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	TRIMESTRAL E ANUAL		Art. 92, inc. XXVII e Art. 116, §4º da Constituição Estadual.	Enviado a CFFO em 02/05/2023 (1º trimestre) e em 31/10/2023 (2º e 3º trimestres).
4	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	TRIMESTRAL		Art. 92, inc. XXVII da Constituição Estadual.	

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DOS OUTROS PODERES A ESTE PARLAMENTO				
Nº	ÓRGÃO	PERÍODO	FORMA	PREVISÃO LEGAL
1	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	ANUAL (apresentará em até 60 dias da abertura da Sessão Legislativa)	JULGAMENTO	Art. 92, inc. XXX e Art. 122 da Constituição Estadual; Arts. 269 e 270 do Regimento Interno da ALEPA.
2	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	ANUAL (apresentará em até 60 dias da abertura da Sessão Legislativa)	JULGAMENTO	Art. 123 da Constituição Estadual; Arts. 269 e 270 do Regimento Interno da ALEPA.

Obs: deverá ser notificado para apresentar, uma vez que o Regimento Interno antigo (Resolução nº 02/1994), em seu art. 242, apenas mencionava o Tribunal de Contas do Estado. Já o novo Regimento Interno (Resolução nº 02/2022), em seu art. 270, cita tanto o TCE quanto o TCM.


6.2. PROCESSOS DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO

DECRETOS LEGISLATIVOS - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO HELDER BARBALHO (2019-2022)						
Nº	DATA DE ENTRADA	OFÍCIO	Nº PROCESSO	EMENTA	TRAMITAÇÃO	SITUAÇÃO
1	26/08/2020	OFÍCIO Nº 0137/2020-SEGER	PROCESSO Nº 108/2020 PDL Nº 133/2020	Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. HELDER ZAHLUTH BARBALHO, referente ao exercício financeiro de 2019.	Aprovado até a REDAÇÃO FINAL no Plenário do dia 15/12/2020.	Promulgado Decreto Legislativo nº 114, de 15/12/2020. Publicado no DOE nº 34.458, de 13/01/2021, pág. 70.
2	09/08/2021	OFÍCIO Nº 148/2021-SEGER	PROCESSO Nº 32/2021 PDL Nº 37/2021	Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. HELDER ZALUTH BARBALHO, referente ao exercício financeiro de 2020.	Aprovado até a REDAÇÃO FINAL no Plenário do dia 16/11/2021.	Promulgado Decreto Legislativo nº 35, de 16/11/2021. Publicado no DOE nº 34.772, de 22/11/2021, pág. 83.
3	24/05/2022	OFÍCIO 088/2022-SEGER	PROCESSO Nº 07/2022 PDL Nº 29/2022	Aprova a prestação de contas do Governador do Estado do Pará, Helder Zahluth Barbalho, referente ao exercício financeiro de 2021.	Aprovado até a REDAÇÃO FINAL no Plenário do dia 16/08/2022.	Promulgado Decreto Legislativo nº 20, de 16/08/2022. Publicado no DOE Nº 35.086, de 23/08/2022, pág. 104.
4	13/09/2023	OFÍCIO 03471/2023-SEGER	PROCESSO Nº 21/2023	Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Helder Zahluth Barbalho, referente ao exercício financeiro de 2022, e dá outras providências.	APROVADO na CFFO em 13/12/2023. APROVADO no Plenário em 20/12/2023.	Promulgado Decreto Legislativo nº 80, de 20/12/2023. Publicado no DOE Nº 35.656, de 22/11/2023, pág. 80.



COMISSÕES PERMANENTES

DE CARÁTER TÉCNICO LEGISLATIVO



Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

7. COMISSÕES PERMANENTES - CARÁTER TÉCNICO LEGISLATIVO

As Comissões permanentes de caráter técnico-legislativo ² são co-partícipes e agentes do processo legiferante e têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao seu exame e sobre eles deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação.

Para o Biênio 2023-2025, as comissões foram instaladas em Sessão Especial, realizada no dia 14 de fevereiro de 2023, cuja ata foi publicada no DOAL N° 2.306, de 13 a 17/02/2023, pág. 03.

7.1. COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

A composição das Comissões Permanentes para o Biênio 2023-2025 está prevista nos **Atos da Presidência N°s 01 e 16/2023**, publicados no DOAL N° 2.306, de 13 a 17/02/2023, pág. 05 e DOAL N° 2.345, de 07 a 09/08/2023, pág 04, respectivamente.

COMISSÕES PERMANENTES – BIÊNIO 2023-2025			
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO FINAL (CCJRF)			
TITULARES	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
DEP. ERALDO PIMENTA	MDB	DEP. ZECA PIRÃO	MDB
DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	PSB	DEP. PAULA TITAN	MDB
DEP. IRAN LIMA	MDB	DEP. RONIE SILVA	MDB
DEP. MARTINHO CARMONA	MDB	DEP. THIAGO ARAÚJO	FE PSDB CID23
DEP. ANA CUNHA	FE PSDB CID23	DEP. MARIA DO CARMO	PT
DEP. DIRCEU TEN CATEN	PT	DEP. ANTÔNIO TONHEIRO	PP
DEP. LU OGAWA	PP	DEP. AVEILTON SOUZA	PL
DEP. ROGÉRIO BARRA	PL	DEP. ELIEL FAUSTINO	UNIÃO
DEP. DEL. TONI CUNHA	PL	DEP. RENATO OLIVEIRA	PODE
DEP. DEL. NILTON NEVES	PSD	DEP. FÁBIO FREITAS	REPUBLIC
DEP. JOSUÉ PAIVA	REPUBLIC	DEP. WESCLEY TOMAZ	AVANTE

COMISSÃO FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (CFFO)			
TITULARES	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
DEP. CHAMONZINHO	MDB	DEP. ANDREIA XARÃO	MDB
DEP. ELIEL FAUSTINO	UNIÃO	DEP. MARTINHO CARMONA	MDB

² Art. 42, inc. I do Regimento Interno da ALEPA.

DEP. IRAN LIMA	MDB	DEP. CARLOS VINICIOS	MDB
DEP. ZECA PIRÃO	MDB	DEP. THIAGO ARAÚJO	FE PSDB CID23
DEP. ERICK MONTEIRO	FE PSDB CID23	DEP. DIRCEU TEN CATEN	PT
DEP. CARLOS BORDALO	PT	DEP. LU OGAWA	PP
DEP. ANTÔNIO TONHEIRO	PP	DEP. DEL. TONI CUNHA	PL
DEP. CORONEL NEIL	PL	DEP. DEL. NILTON NEVES	PSD
DEP. GUSTAVO SEFER	PSD	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	PSB
DEP. BRAZ	PDT	DEP. AVEILTON SOUZA	PL
DEP. TORRINHO TORRES	PODE	DEP. LÍVIA DUARTE	PSOL

COMISSÃO DE AGRICULTURA, TERRAS, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CATICS)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
DEP. FÁBIO FREITAS	REPub	DEP. IRAN LIMA	MDB
DEP. ADRIANO COELHO	PDT	DEP. DIANA BELO	MDB
DEP. CARLOS VINICIOS	MDB	DEP. RENATO OLIVEIRA	PODE
DEP. ERALDO PIMENTA	MDB	DEP. TORRINHO TORRES	PODE
DEP. ELIAS SANTIAGO	PT	DEP. CORONEL NEIL	PL
DEP. AVEILTON SOUZA	PL	DEP. ÂNGELO FERRARI	MDB
DEP. ANTÔNIO TONHEIRO	PP	DEP. DIRCEU TEN CATEN	PT

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CCTIC)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
DEP. WESCLEY TOMAZ	AVANTE	DEP. IRAN LIMA	MDB
DEP. DIANA BELO	MDB	DEP. CARLOS VINICIOS	MDB
DEP. ERALDO PIMENTA	MDB	DEP. ELIEL FAUSTINO	UNIÃO
DEP. CARLOS BORDALO	PT	DEP. AVEILTON SOUZA	PL
DEP. ERICK MONTEIRO	FE PSDB CID23	DEP. BOB FLLAY	PRB
DEP. ADRIANO COELHO	PDT	DEP. THIAGO ARAÚJO	FE PSDB CID23
DEP. CORONEL NEIL	PL	DEP. DR. WANDERLAN	MDB

COMISSÃO DE CULTURA (CCULT)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
DEP. LIVIA DUARTE	PSOL	DEP. IRAN LIMA	MDB
DEP. ELIAS SANTIAGO	PT	DEP. ZECA PIRÃO	MDB
DEP. BOB FLLAY	PRB	DEP. AVEILTON SOUZA	PL
DEP. DIANA BELO	MDB	DEP. ANA CUNHA	FE PSDB CID23
DEP. ROGÉRIO BARRA	PL	DEP. MARIA DO CARMO	PT
DEP. ERICK MONTEIRO	FE PSDB CID23	DEP. FÁBIO FREITAS	REPub
DEP. PAULA TITAN	MDB	DEP. DEL. NILTON NEVES	PSD

COMISSÃO DE DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E ADOLESCENTE (CDICA)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
DEP. ANA CUNHA	FE PSDB CID23	DEP. DR. WANDERLAN	MDB
DEP. ANDREIA XARÃO	MDB	DEP. ELIEL FAUSTINO	UNIÃO
DEP. PAULA TITAN	MDB	DEP. RONIE SILVA	MDB

DEP. MARIA DO CARMO	PT	DEP. DIRCEU TEN CATEN	PT
DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	PSB	DEP. AVEILTON SOUZA	PL
DEP. CORONEL NEIL	PL	DEP. LÍVIA DUARTE	PSOL
DEP. DEL. NILTON NEVES	PSD	DEP. ÂNGELO FERRARI	MDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DEFESA DO CONSUMIDOR E DEFESA DOS DIREITOS (CDH)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
DEP. CARLOS BORDALO	PT	DEP. DIRCEU TEN CATEN	PT
DEP. LÍVIA DUARTE	PSOL	DEP. ANDREIA XARÃO	MDB
DEP. PAULA TITAN	MDB	DEP. DIANA BELO	MDB
DEP. MARTINHO CARMONA	MDB	DEP. THIAGO ARAÚJO	FE PSDB CID23
DEP. ERICK MONTEIRO	FE PSDB CID23	DEP. DEL. TONI CUNHA	PL
DEP. ELIEL FAUSTINO	UNIÃO	DEP. AVEILTON SOUZA	PL
DEP. ROGÉRIO BARRA	PL	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	PSB

COMISSÃO DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO, ASSUNTOS MUNICIPAIS E TRIBUTAÇÃO (CDA)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
DEP. DIANA BELO	MDB	DEP. RONIE SILVA	MDB
DEP. JOSUÉ PAIVA	REPUB	DEP. ERALDO PIMENTA	MDB
DEP. IRAN LIMA	MDB	DEP. ELIAS SANTIAGO	PT
DEP. DIRCEU TEN CATEN	PT	DEP. CORONEL NEIL	PL
DEP. AVEILTON SOUZA	PL	DEP. WESCLEY TOMAZ	AVANTE
DEP. ANTÔNIO TONHEIRO	PP	DEP. ELIEL FAUSTINO	UNIÃO
DEP. GUSTAVO SEFER	PSD	DEP. TORRINHO TORRES	PODE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CEDU)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
DEP. THIAGO ARAÚJO	FE PSDB CID23	DEP. ERICK MONTEIRO	FE PSDB CID23
DEP. PAULA TITAN	MDB	DEP. IRAN LIMA	MDB
DEP. ANDREIA XARÃO	MDB	DEP. ZECA PIRÃO	MDB
DEP. DIRCEU TEN CATEN	PT	DEP. JOSUÉ PAIVA	REPUB
DEP. LU OGAWA	PP	DEP. DEL. TONI CUNHA	PL
DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	PSB	DEP. CORONEL NEIL	PL
DEP. GUSTAVO SEFER	PSD	DEP. LÍVIA DUARTE	PSOL

COMISSÃO DE MINERAÇÃO, ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMERHMADS)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTES	PARTIDO
DEP. RONIE SILVA	MDB	DEP. ZECA PIRÃO	MDB
DEP. BRAZ	PDT	DEP. ERALDO PIMENTA	MDB
DEP. CHAMONZINHO	MDB	DEP. ELIEL FAUSTINO	UNIÃO
DEP. WESCLEY TOMAZ	AVANTE	DEP. ADRIANO COELHO	PDT

DEP. ANA CUNHA	FE PSDB CID23	DEP. CARLOS BORDALO	PT
DEP. MARIA DO CARMO	PT	DEP. CORONEL NEIL	PL
DEP. AVEILTON SOUZA	PL	DEP. TORRINHO TORRES	PODE

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA (CPA)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTE	PARTIDO
DEP. MARIA DO CARMO	PT	DEP. ELIAS SANTIAGO	PT
DEP. RENATO OLIVEIRA	PODE	DEP. ANDREIA XARÃO	MDB
DEP. ÂNGELO FERRARI	MDB	DEP. IRAN LIMA	MDB
DEP. RONIE SILVA	MDB	DEP. LU OGAWA	PP
DEP. DEL. NILTON NEVES	PSD	DEP. CORONEL NEIL	PL
DEP. AVEILTON SOUZA	PL	DEP. FÁBIO FREITAS	REPUBLICA
DEP. JOSUÉ PAIVA	REPUBLICA	DEP. ANA CUNHA	FE PSDB CID23

COMISSÃO DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS (COPRED)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTE	PARTIDO
DEP. ROGÉRIO BARRA	PL	DEP. DIANA BELO	MDB
DEP. ERICK MONTEIRO	FE PSDB CID23	DEP. ANDREIA XARÃO	MDB
DEP. IRAN LIMA	MDB	DEP. JOSUÉ PAIVA	REPUBLICA
DEP. MARTINHO CARMONA	MDB	DEP. MARIA DO CARMO	PT
DEP. CARLOS BORDALO	PT	DEP. ÂNGELO FERRARI	MDB
DEP. DEL. TONI CUNHA	PL	DEP. DEL. NILTON NEVES	PSD
DEP. FÁBIO FREITAS	REPUBLICA	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	PSB

COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRTPAS)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTE	PARTIDO
DEP. ADRIANO COELHO	PDT	DEP. CORONEL NEIL	PL
DEP. ELIAS SANTIAGO	PT	DEP. IRAN LIMA	MDB
DEP. DR. WANDERLAN	MDB	DEP. RONIE SILVA	MDB
DEP. ANDREIA XARÃO	MDB	DEP. THIAGO ARAÚJO	FE PSDB CID23
DEP. LU OGAWA	PP	DEP. GUSTAVO SEFER	PSD
DEP. ANTÔNIO TONHEIRO	PP	DEP. DIRCEU TEN CATEN	PT
DEP. AVEILTON SOUZA	PL	DEP. ELIEL FAUSTINO	UNIÃO

COMISSÃO DE SAÚDE (CSAU)

TITULARES	PARTIDO	SUPLENTE	PARTIDO
DEP. DR. WANDERLAN	MDB	DEP. IRAN LIMA	MDB
DEP. ANA CUNHA	FE PSDB CID23	DEP. PAULA TITAN	MDB
DEP. CARLOS VINÍCIOS	MDB	DEP. DEL. TONI CUNHA	PL
DEP. BOB FLLAY	PTB	DEP. GUSTAVO SEFER	PSD
DEP. MARIA DO CARMO	PT	DEP. CORONEL NEIL	PL
DEP. ROGÉRIO BARRA	PL	DEP. ERICK MONTEIRO	FE PSDB CID23
DEP. LU OGAWA	PP	DEP. ELIAS SANTIAGO	PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA (CSP)			
TITULARES	PARTIDO	SUPLENTE	PARTIDO
DEP. DEL. NILTON NEVES	PSD	DEP. PAULA TITAN	MDB
DEP. CORONEL NEIL	PL	DEP. CARLOS BORDALO	PT
DEP. ÂNGELO FERRARI	MDB	DEP. AVEILTON SOUZA	PL
DEP. MARIA DO CARMO	PT	DEP. IRAN LIMA	MDB
DEP. DEL. TONI CUNHA	PL	DEP. BRAZ	PDT
DEP. FÁBIO FREITAS	REPUBLICANA	DEP. ELIEL FAUSTINO	UNIÃO
DEP. RONIE SILVA	MDB	DEP. ANA CUNHA	FE PSDB CID23

COMISSÃO DE TURISMO E ESPORTES (CTE)			
TITULARES	PARTIDO	SUPLENTE	PARTIDO
DEP. LU OGAWA	PP	DEP. RENATO OLIVEIRA	PODE
DEP. ANA CUNHA	FE PSDB CID23	DEP. AVEILTON SOUZA	PL
DEP. ÂNGELO FERRARI	MDB	DEP. WESCLEY TOMAZ	AVANTE
DEP. ZECA PIRÃO	MDB	DEP. MARTINHO CARMONA	MDB
DEP. ELIAS SANTIAGO	PT	DEP. ERALDO PIMENTA	MDB
DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	PSB	DEP. DIRCEU TEN CATEN	PT
DEP. DEL. NILTON NEVES	PSD	DEP. THIAGO ARAÚJO	FE PSDB CID23

COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS (CVTIOP)			
TITULARES	PARTIDO	SUPLENTE	PARTIDO
DEP. RENATO OLIVEIRA	PODE	DEP. BRAZ	PDT
DEP. THIAGO ARAÚJO	FE PSDB CID23	DEP. ELIAS SANTIAGO	PT
DEP. CARLOS VINÍCIOS	MDB	DEP. IRAN LIMA	MDB
DEP. ZECA PIRÃO	MDB	DEP. TORRINHO TORRES	PODE
DEP. DEL. TONI CUNHA	PL	DEP. RONIE SILVA	MDB
DEP. CORONEL NEIL	PL	DEP. CARLOS BORDALO	PT
DEP. JOSUÉ PAIVA	REPUBLICANA	DEP. AVEILTON SOUZA	PL

7.2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DAS COMISSÕES

7.2.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO FINAL (CCJRF)

PROJETOS COM ORIGEM EM 2023

PROJETOS ANO 2023	Quantidade Entrada	Em Tramitação	Quantidade saída
Projeto de Lei ordinária - PLO	868 *	261	607
Projeto de Lei Complementar - PLC	18	3	15
Projeto de Emenda Constitucional - PEC	8	2	6
Projeto de Resolução - PR	4	2	2
Projeto de Decreto - PD	67	2	65
Processos - PCS	21	0	21
Vetos - VTS	14	8	6
Projetos Retirados/Outros	19	0	19
Total	981	278	703

* Referente a 7 projetos apreciados pelo ex-pres. Dep. Ozório Juvenil

VETOS - VTS ORIGEM 2023

Projetos Vetados	Qunatidade Entrada	Em Tramitação	Quantidade saída
Projeto de Lei ordinária - PLO	13	7	6
Projeto de Lei Complementar - PLC	1	1	0
Total	14	8	6

Projetos Retirados/Outros - ORIGEM 2023

Projetos Retirados/Outros	Qunatidade Entrada	Em Tramitação	Quantidade saída
Retirados	16	0	16
Prejudicados	1	0	1
Juntado	1	0	1
Reexame	1	0	1
Total	19	0	19

PROJETOS COM ORIGEM EM ANOS ANTERIORES

PROJETOS ANOS ANTERIORES	Quantidade Entrada	Em Tramitação	Quantidade saída
DESARQUIVADOS	53	33	20
VETOS - VTS	40	25	15
RETIRADOS/OUTROS	4	3	1
Total	97	61	36

PROJETOS DESARQUIVADOS - ANOS ANTERIORES

Projetos Desarquivados - Anos Anter.	Quantidade Entrada	Em Tramitação	Quantidade saída
Projeto de Lei Ordinária - PLO	49	30	19
Projeto de Emenda Constitucional- PEC	3	3	0
Projeto de Resolução - PR	1	0	1
Total	53	33	20

VETOS VTS - ANOS ANTERIORES

Projetos Vetados	Quantidade Entrada	Em Tramitação	Quantidade saída
Projeto de Lei ordinária - PLO	37	22	15
Projeto de Lei Complementar - PLC	3	3	0
Total	40	25	15

Projetos Retirados/Outros - ANOS ANTERIORES

Projetos Retirados/Outros - Anos Anter.	Quantidade Entrada	Em Tramitação	Quantidade saída
Projeto de Lei Ordinária - PLO	3	2	1
Projeto de Emenda Constitucional- PEC	1	1	0
Total	4	3	1



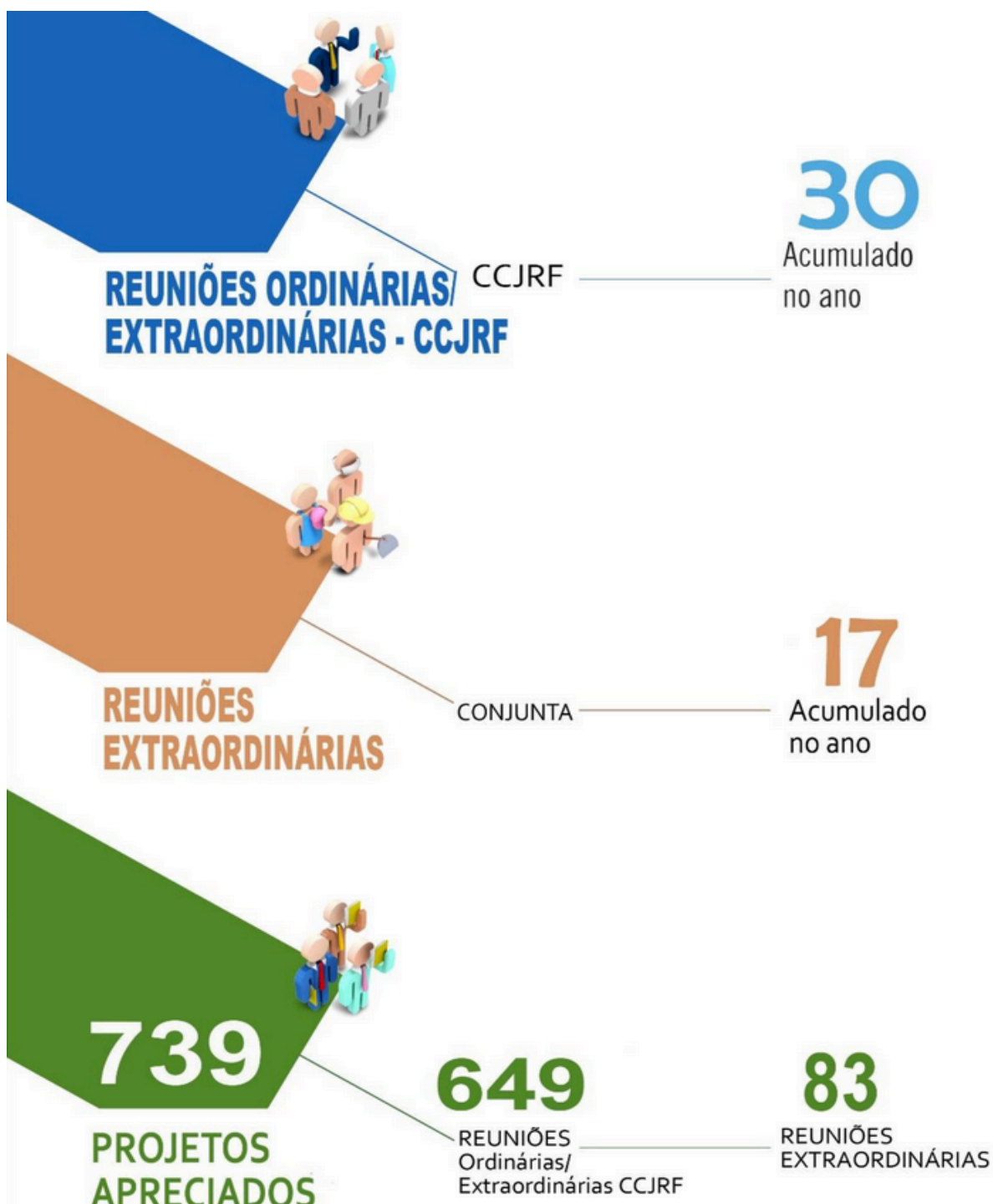
REUNIÕES

PRIMEIRO SEMESTRE		
Projetos Desarquivados	Reuniões	Quantidade PROJETOS APROVADOS
Reuniões Ordinárias/Extraordinárias - CCJRF	11	189
Reuniões Extraordinárias - Conjunta	7	54
Reuniões Extraordinárias - CCJRF. Pres. Dep. Ozório Juvenil	1*	7
Total	18	250

* Entra no relatório visto que apreciou projetos do ano de 2023, mesmo sendo a presidência de uma outra legislatura, não entra como somatoria de reuniões e sim na de projeto.

SEGUNDO SEMESTRE SEMESTRE		
Projetos Desarquivados	Reuniões	Quantidade PROJETOS APROVADOS
Reuniões Ordinárias/Extraordinárias - CCJRF	19	460
Reuniões Extraordinárias - Conjunta	10	29
Total	29	489

ANO DE 2023		
Projetos Desarquivados	Reuniões	Quantidade PROJETOS APROVADOS
Reuniões Ordinárias/Extraordinárias - CCJRF	30	649
Reuniões Extraordinárias - Conjunta	17	83
Reuniões Extraordinárias - CCJRF. Pres. Dep. Ozório Juvenil	1*	7
Total	47	739





PROJETOS COM TRAMITAÇÃO DIFERENTE

REUNIÃO COM EX-PRES. DEP. OZÓRIO JUVENIL	QUANTIDADE
PROJETOS COM ORIGEM EM 2023	7

PROJETOS DESARQUIVADO COM RELATÓRIO

PROJETOS DE ANOS ANTERIORES - APRECIADOS	QUANTIDADE
PROJETO DE LEI	7*
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	2*

* OS 09 Projetos Desaquivados estavam com voto do relator, sendo aproveitados em reunião, sem a designação de um novo relator para os mesmos.

7.2.2. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (CFFO)

PROPOSIÇÕES TRAMITADAS POR AUTOR:

AUTORIA	QUANTIDADE
DEPUTADOS	247
MESA DIRETORA	04
PODER EXECUTIVO	98
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	08
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	04
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	03
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO	07
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO	01
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO MUNICÍPIO	02
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	04
TOTAL	378

STATUS DAS PROPOSIÇÕES QUE TRAMITARAM EM 2023

SITUAÇÃO		QUANTIDADE
TRAMITADOS	APROVADOS (parecer favorável)	338
	APROVADOS (parecer contrário)	01
	DEVOLVIDOS	01
EM TRAMITAÇÃO	AGUARDANDO REUNIÃO	03
	COM RELATOR	22
	PEDIDO DE VISTA	06
	DESIGNAR RELATOR	06
	DILIGÊNCIA	01
TOTAL		378

REUNIÕES REALIZADAS

REUNIÃO	QUANTIDADE
REUNIÃO LEGISLATURA ANTERIOR	01
INSTALAÇÃO	01
ORDINÁRIA	13
EXTRAORDINÁRIA CFFO	05
EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA COM OUTRAS COMISSÕES	18
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	03
TOTAL	41

PROPOSIÇÕES DE OUTRAS LEGISLATURAS

	QUANTIDADE
APROVADOS	40
APROVADOS COM VOTO CONTRÁRIO	02
TOTAL	42

7.2.3. COMISSÃO DE AGRICULTURA, TERRAS, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CATIC)

A Comissão visitou no ano de 2023, 54 municípios paraenses, alcançando um total de 60 mil pessoas. Dentre os números acima, visitou também 40 entidades, sendo 16 associações, 12 cooperativas, 8 feiras agropecuárias e 4 sindicatos.

Realizou ainda 1 reunião ordinária, 3 reuniões extraordinárias e 2 audiências públicas, tendo apresentado 1 Projeto de Resolução, apreciado 6 Projetos e 2 estão em andamento.

7.2.4. COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CCTIC)

A Comissão Permanente de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação – CCTIC, seguindo a Resolução nº 02 de 20 de dezembro de 2022, do Regimento

Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), em seu Art. 55-II, apresenta a distribuição das **atividades** propostas em Plano de Atividade entregue aos quarenta e um Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, no início dos trabalhos legislativos.

O Plano de Trabalho buscou elencar as atividades que seriam propostas e desenvolvidas pela Comissão ao longo do ano, que envolveriam: o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Organizacional e Institucional da **Política Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, difundindo, incentivando e transformando as novas tecnologias presentes na **Telemática, Robótica, Software, Hardware, Programas Estatísticos, Eficiência, Matrizes Energéticas, Sustentabilidade, Reciclagem, Genética, Cartografia, Demografia** entre outras temáticas, capazes de gerar ferramentas digitais referentes à Comissão no território paraense.

Ao longo do ano de 2023, a CCTIC se colocou à disposição junto ao Parlamento, visando participar, intermediar e propor atividades e projetos que envolvessem o acesso à informação e as novas tecnologias, buscando estar presente nos trabalhos legislativos, se citando: Audiências Públicas, Mesas Redondas, Reuniões em Conselhos, Sessões Solenes, *Workshops*, que dentre os eventos, buscou entender as mudanças propostas pelo Poder Executivo, se colocando como um elo importante entre os poderes, propiciando maior agregação de valor e notoriedade aos trabalhos da CCTIC, não somente atendendo as demandas parlamentares, bem como as sociais, através de visitas técnicas e reconhecendo os trabalhos dos setores técnicos responsáveis pela transformação tecnológica e inovação em todo território paraense. A presidência da CCTIC buscou se fazer presente nos trabalhos legislativos por entender que o trabalho da Comissão é representar os interesses da sociedade, através da otimização dos trabalhos parlamentares, se fazer presente nos processos que envolveram as práticas e opções tecnológicas para o Estado.

Além da necessidade de estarmos sempre atualizados nas inovações científicas, tecnológicas e comunicacionais, a CCTIC pode ser considerada uma forma mais eficiente de se produzir proposições contextualizadas com as reais necessidades socioeconômicas e ambientais do Estado do Pará, além de influenciar virtuosamente as relações humanas eticamente responsáveis com o meio ambiente, além de ser primordial para o desempenho legislativo, objetivado em planos e ações da Governança Pública Estadual, em especial, nos projetos do **Pará 2050** e do **PlanBio Pará** e, atualmente se prepara para a **COP 30** que ocorrerá no ano de 2025 no município de Belém, capital do estado do Pará, que dentre os desafios enfrentados, as problemáticas latentes que comprometem a qualidade de vida e o bem-estar social, podem ser mitigados a partir do diálogo entre os entes federados que buscam melhores opções para transformar o evento em um dos melhores já vividos em edições anteriores.

AÇÕES E RESULTADOS 2023-2025 – CCTIC

A Ciência e Tecnologia possui destaque nos principais projetos atuais e futuros desenhados pelo Poder Executivo no estado, sendo importante destacar que a CCTIC busca estar sempre atualizada nas tendências globais, além de buscar se colocar à disposição em assuntos referentes a sua competência, acompanhando sempre que solicitada, em situações que envolvam proposições, ações e projetos que possam de alguma forma, colaborar para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas inerentes à temática dentro do estado do Pará, que

de forma sustentável, visa atender os interesses e compromissos da coletividade, em conformidade com os pactos celebrados em agendas nacionais e internacionais.

Por possuir papel importante, a CCTIC buscou se fazer presente em Audiências Públicas, bem como, integrar atores de diversos setores da sociedade, além de proporcionar na prática, a democracia cidadã, dando destaque as diferentes necessidades, além de ter se colocado como uma efetiva ferramenta capaz de conectar as esferas públicas e privadas, além de promover situações que buscaram minimizar lacunas na governança, diminuindo também, o tempo demandado nas respostas, que impediam ou prejudicavam a conectividade e a resolutividade, pois o *network*, se faz importante para uma plena Administração Pública Eficiente, como determina o Art. 37 (Princípio da Eficiência) da Constituição Federal de 1988, que prevê que o poder público deverá obedecer dentre seus princípios, a publicidade e a eficiência, ao qual a CCTIC está intrinsecamente ligada aos processos de produção, inseridos no dia-a-dia da vida em sociedade, independente do porte, especificidade e particularidade, agregando valor nas práticas sociais, corporativas e institucionais, integrando concomitante e simbioticamente pessoas, processos e produtos de forma digital, customizada, automatizada, integrada e humanizada, tornando as instituições mais inteligentes, sustentáveis, otimizadas, personalizadas, eficientes e eficazes, destacando o reflexo positivo da modernidade na produtividade, competitividade, melhoria da qualidade de vida e dos resultados positivos esperados dos serviços públicos, aprimorando também o diálogo e a comunicação das partes interessadas, sendo inclusivo com os cidadãos.

Conforme publicizado no Plano de Trabalho da CCTIC, a Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação se destacam por sua capacidade e capilaridade nos setores econômicos, sociais e ambientais, gerando conhecimento e ferramentas importantes para o incremento da eficiência e eficácia dos setores e áreas importantes para a plena produtividade e competitividade, não somente no Estado do Pará, mas em todo mundo devido a maior parte da base econômica do estado paraense estar pautada na exportação de *commodities* e futuramente na bioeconomia.

Todos os avanços tecnológicos contemporâneos só se tornaram possíveis através da Comunicação a partir de trocas de informações, que possuem capacidade de difundir, incentivar e inovar as revoluções industriais, econômicas e sociais, criando ambientes estratégicos capazes de contribuir positivamente na gestão e no ordenamento territorial, fundamentais para um pleno crescimento e desenvolvimento socioeconômico com respeito ao meio ambiente no Estado do Pará.

O aprimoramento de novos meios tecnológicos e comunicacionais possibilitam maior qualidade no diálogo na prestação de informações à sociedade, englobando o que há de melhor nas redes, sítios e portais eletrônicos, além de colaborar com a inclusão digital e social, fundamentais para dar aporte aos Municípios, que de maneira geral, dependem ou contam com assistência técnica na implantação desses recursos tecnológicos.

Ratifica-se a importância da CCTIC nas ações que podem reverberar positivamente em mudanças de atitude de maneira multiescalar, colocando o Estado do Pará em um novo patamar de inovação e desenvolvimento sustentável, fundamentais para as gerações futuras em um mundo globalizado, tendo como objetivo principal, opinar, nortear, organizar e propor as ações voltadas à melhoria

da Qualidade Tecnológica, Infraestrutura e Meios de Comunicação Social no Estado do Pará, além de discutir e votar em matérias referentes a sua competência desde que lhes sejam distribuídas, englobando o acesso à informação, respostas às manifestações da sociedade, incluindo as ações referentes à Liberdade de Imprensa, Proteção aos Direitos e Garantias Fundamentais. Ressalta-se que os processos produtivos nas Regiões de Integração, são fundamentais para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do Pará, em especial, quando se considera os objetivos referentes ao Pará 2050, por estar diretamente conectado às novas tecnologias, por considerar em suas metas o desenvolvimento e diversificação das cadeias produtivas indo além do pensamento.

A CCTIC apresentou em seu Plano de Trabalho sua principal missão e ambição, propondo um ambiente colaborativo para o atendimento dos seguintes objetivos específicos:

- Organizar, opinar e propor sobre as principais pautas e atividades de interesses coletivo, científico, tecnológico, industrial, computacional e estratégico do que envolve a temática no Estado do Pará;
- Organizar, Opinar e Propor sobre a melhoria da Infraestrutura, Tecnologia e Comunicação nas áreas da: Saúde, Educação, Transportes, Agronegócio, Cultura, Turismo, Esporte, Direitos Humanos, Administração Pública, Empregabilidade, Segurança Pública, Infância, Juventude e Recursos Energéticos Estratégicos no Estado do Pará;
- Mapear e propor a implementação de projetos de infraestrutura, manutenção e serviços de Telecomunicações nas Regiões de Integração do Pará referentes aos sistemas de comunicação, tais como: acesso a telefonia móvel e internet de qualidade (5G), ampliação e modernização dos serviços de Radiodifusão;
- Levantar dados e informações sobre as reais necessidades locais e regionais referentes à Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação no Estado do Pará;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo da qualidade dos serviços ofertados nos setores referentes a cadeia produtiva da fauna e flora referentes ao Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio Pará) e o Plano Pará 2050;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo da qualidade dos serviços a serem ofertados nos setores referentes a cadeia produtiva abarcada no Plano Pará 2050;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Novas Tecnologias, de Informação e Comunicação, bem como, ferramentas de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados na Rede Pública de Ensino no Estado do Pará;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a Instalação e Assistência Técnica de Placas Fotovoltaicas nas Escolas Públicas de Ensino nas Áreas Urbanas e Rurais em todo território do Pará;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a Instalação e Assistência Técnica de Parques Eólicos em todo território do Pará;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a Instalação e Assistência Técnica de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) nas Regiões de Integração do Pará;
- Realizar Audiências Públicas voltadas ao levantamento de vocações, requisitos e proposições voltadas às pesquisas e estratégicas na geração e uso de novas

tecnologias e inovações, como forma de desenvolvimento da cadeia produtiva de alimentos, fibras, energia e novos produtos a partir do reaproveitando de resíduos sólidos nas Regiões de Integração do Pará;

- Realizar estudos, requisitos e proposições voltados ao patrimônio genético, incluindo combate à biopirataria, proteção de patentes na era da Bioeconomia, Proteção de Dados e Informações, Fiscalização e Royalties;
- Realizar estudos, requisitos e proposições voltados ao incentivo e fomento de inovações tecnológicas e científicas, destinadas ao desenvolvimento e segurança da propriedade intelectual, registro de patentes com o capital humano do Pará;
- Realizar estudos, requisitos e proposições voltados a instalação e modernização tecnológica de postos aduaneiros e alfandegários voltados ao Monitoramento Integrado e contínuo dos Aeroportos, Portos, Ferrovias e Hidrovias, no combate e controle do transporte, comercialização e exportação ilegal da Fauna e Flora do Estado do Pará;
- Realizar estudos, requisitos e proposições voltados a instalação e modernização tecnológica dos Laboratórios de Análises da Qualidade da Água, Ar e Solo, em especial, em áreas sensíveis ou que já foram palco de desastres socioambientais no Estado do Pará;
- Realizar estudos, requisitos e proposições voltados a instalação e modernização de Central de Toxicologia e Hemodinâmica no Estado do Pará;
- Realizar estudos, requisitos e proposições voltados a instalação de Central ou Setor voltado ao patrimônio genético, incluindo combate à Biopirataria, Proteção de Patentes a partir da Bioeconomia, Proteção de Dados e Informações, Fiscalização e *Royalties* do setor;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados nas Unidades de Baixa, Média e Alta Complexidade de Saúde no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados na Segurança Pública Urbana e Rural no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados na Rede Socioassistencial no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados nos Setores Produtivos no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados no acesso e incentivos à Cultura, Esporte, Lazer e Turismo no Estado.
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade e desempenho dos serviços ofertados na utilização Financeira e Orçamentária dos Recursos públicos no Estado.

- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados no setor de Transportes no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados no setor Alfandegário no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados no setor de Ferroviário no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados no setor Portuário no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados no setor de Aviação no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados nas Áreas Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais, Reservas Extrativistas e Unidades de Conservação no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados à qualidade dos serviços ofertados nas Parcerias Público-Privada (PPP), Contrapartidas, Fundos Internacionais, Nacionais e Estaduais no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados da qualidade da produção de bens e serviços ofertados nos setores da economia
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados da qualidade dos serviços ofertados no setor de Transportes no Estado;
- Criar laboratório de Análises Químicas em Mineração sobre a qualidade e composições dos minérios e subprodutos nas Regiões de Integração do Pará;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação das Tecnologias da Informação (TICs) e de monitoramento contínuo da qualidade dos serviços ofertados no Saneamento Básico (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas) no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação das Tecnologias da Informação (TICs) e de monitoramento contínuo da qualidade dos serviços ofertados democratizando a informação referentes aos Projetos, Ações e Obras Públicas realizadas nos municípios do Estado;

- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação das Tecnologias da Informação (TICs) e de monitoramento contínuo da qualidade dos serviços ofertados advindos das Multas, Compensações Financeiras, Taxas Hídricas e Minerais nos municípios do Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação das Tecnologias da Informação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados da qualidade dos serviços ofertados referentes ao Cadastro Estadual de Empregados e Desempregados no Estado;
- Realizar estudos, requisitos e proposições para a atualização e implementação das Tecnologias da Informação (TICs) e de monitoramento contínuo integrados sobre a qualidade dos serviços ofertados a partir dos Fundos Estaduais;
- Mapear e Analisar o acesso dos diferentes segmentos estaduais localizados no Pará ao fomento, voltado às inovações e tendências tecnológicas;
- Proporcionar condições de acesso e viabilidade ao setor produtivo, bem como, a sociedade em geral, aos mecanismos capazes de colaborar com o aumento da produtividade, competitividade e sustentabilidade de suas atividades produtivas e vocações;
- Promover debates e opinar ações referentes ao uso de sistemas integrados tais como: Cidades Inteligentes (Smart City), Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial (IA), Robôs Colaborativos (Cobots), Biotecnologia, Nanotecnologia e Aplicativos (APP), em conformidade com os anseios e necessidades de melhoria contínua direcionando o Estado do Pará à indústria 5.0 e;
- Apresentar as temáticas referentes às Revoluções Industriais, Tecnológicas e Sustentabilidade;
- Deliberar sobre a Escola dos Membros do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (CONSECTET) e;
- Outros assuntos referentes à Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.

Cabe ressaltar que a CCTIC se colocou à disposição dos parlamentares em 2023, visando somar forças para o pleno desenvolvimento das atividades, porém as metas precisam ser coletivas para lograr êxito, ou seja, precisam de *quórum* nas reuniões agendadas para serem apreciadas e aprovadas, o que infelizmente não foi possível realizar o trabalho de forma mais ostensiva, devido a incompatibilidade com a agenda da maioria dos membros que compõem a referida Comissão.

No tocante ao arcabouço da CCTIC, inicialmente cita-se a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que em seu Art. 218, prevê que o Estado promova e incentive o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, considerando como **prioridade** criar soluções para os problemas, melhorar o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional, oportunizar condições para a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, englobando o apoio às atividades tecnológica e proporcionando condições especiais de trabalho.

Ainda de acordo com a CF/1988, a lei determina o apoio e o estímulo às empresas que invistam em pesquisa, que criem tecnologias adequadas ao País, formem e atualizem os recursos humanos, estimulem a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, **nas diferentes esferas de governo**, promovendo e incentivando a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, sendo fundamentalmente importante inserir o Estado do Pará nas pautas tecnológicas e inovadoras.

Relacionado a viabilidade técnica das ações dos Eixos Temáticos, o Art. 219-A (CF/1988), autoriza a União, os **Estados**, o Distrito Federal e os Municípios firmarem instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicas e privadas, englobando o compartilhamento de recursos humanos especializados e a capacidade de instalação para a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, apenas mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário em conformidade com as leis vigentes.

Referente às Ações e Resultados da CCTIC, podemos citar: produção e distribuição do Plano de Trabalho da Comissão, que serviu como portfólio de trabalho para os Parlamentares, visitas técnicas aos órgãos de CT&I, Perfil no Instagram e participações em eventos tecnológicos no estado do Pará.

Em 2024, a CCTIC ratifica seu compromisso com a Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação no estado do Pará, se fazendo presente nos eventos e atividades que sua presença lhe for solicitada, colocando-se à disposição em assuntos que envolvam o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Organizacional e Institucional da **Política Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, difundindo, incentivando e transformando as novas tecnologias presentes na **Telemática, Robótica, Software, Hardware, Programas Estatísticos, Eficiência, Matrizes Energéticas, Sustentabilidade, Reciclagem, Genética, Cartografia, Demografia**, capazes de gerar ferramentas digitais no território paraense.

7.2.5. COMISSÃO DE CULTURA (CCULT)

I. TEMAS DISCUTIDOS NA COMISSÃO PERMANENTE DE CULTURA EM 2023.

a) Criação do Grupo de Trabalho para Fazedores e Fazedoras de Cultura do Estado do Pará.

A Comissão de Cultura possui o objetivo de opinar sobre o desenvolvimento cultural e artístico no âmbito do Poder Legislativo, estabelecendo o debate propositivo de avaliar, revisar, inovar, ampliar as políticas públicas no Estado do Pará, reconhecendo as práticas sociais peculiares a região e contribuindo para que as mesmas se tornem políticas públicas, alcançando o reconhecimento do saber tradicional. Neste sentido, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Pará autoriza a criação de Grupos de Trabalho, para assim, delimitar os eixos a serem desenvolvidos dentro da Comissão de Cultura, evidenciando-os no âmbito das pautas sob a observância da Comissão na forma aprovada no novo Regimento Interno da ALEPA. Portanto, para dialogar sobre a condição dos fazedores de cultura do Pará, foi criado o Grupo de Trabalho Para Fazedores e Fazedoras de Cultura Do Estado Do Pará, ligado à Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, sendo uma oportunidade para discutir não somente a problemática cultural no Pará, mas aumentar os compromissos e esforços internos e externos para mecanismos de mudanças práticas e efetivas.

II. PROJETOS APROVADOS EM REUNIÕES TÉCNICAS E QUE TIVERAM TRAMITAÇÃO NA COMISSÃO DE CULTURA.

Durante o ano de 2023 ocorreram diversas reuniões técnicas da comissão de cultura cuja pauta principal era a aprovação dos projetos relatados pelos nobres Deputados e que foram aprovados nas referidas reuniões, conforme relação estabelecida abaixo:

PROJETO DE LEI: 76 com Parecer favorável;
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO: 07 com Parecer favorável;
PROJETO DE RESOLUÇÃO: 02 com Parecer favorável.

7.2.6. COMISSÃO DE DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E ADOLESCENTE (CDICA)

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA possui em suas funções a de fiscalizar a legislação vigente e regular a vida em comum dos cidadãos, e através da Comissão em Defesa da 1ª Infância, Criança e Adolescente se posicionou quanto à garantia de direitos da criança e do adolescente.

E no desenvolvimento do seu plano de trabalho a Comissão promoveu reuniões e amplo debate sobre os riscos e danos físicos, psicológicos contra crianças e adolescentes, em vários aspectos, como excesso de telas, nos crimes virtuais, na violência física e maus tratos, no meio ambiente e nas questões do clima, com a participação dos atores sociais e a sociedade.

Desse modo, a Comissão em Defesa da 1ª Infância, Criança e Adolescente apresenta seu Relatório Anual de Trabalho 2023, com registro de suas atividades, com base no artigo 227 da Constituição Federal, que preconiza ser dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar com absoluta prioridade, todos os direitos das crianças e adolescente e mantê-los a salvo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

REUNIÕES DA COMISSÃO

No exercício de 2023 foram realizadas 03 REUNIÕES ORDINÁRIAS e 01 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, tendo sido aprovados 03 Projetos de Lei, 02 Projetos de Resolução, 01 Moção e a realização de Audiência Pública e Encontros Regionais- Diálogos da 1ª Infância, Criança e Adolescentes Amazônida.

REALIZAÇÃO DE EVENTOS E PROJETOS.

1 - AUDIÊNCIA PÚBLICA QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CARA NÃO VÊ CRIME – PROTEJA SUA CRIANÇA.

No dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e três realizou-se no auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Pará-João Batista- Audiência Pública com o tema “**QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CRIME - proteja sua criança**”, convocada pela Presidente da Comissão em Defesa da Primeira Infância, Criança e adolescente.

A Audiência Pública teve como objetivo dialogar sobre as políticas públicas na área de prevenção, proteção e segurança e nas ações para o enfrentamento aos crimes cibernéticos.

A Deputada Ana Cunha, coordenou a mesa de trabalho em que esteve presente a Vice- Presidente da Comissão Deputada Andreia Xarão e os membros, Deputado Coronel Neil, da Deputada Paula Titan. Como convidados, o Conselheiro do TCE Luís Cunha, a Conselheira Substituta do TCM Márcia, estes membros do Comitê Técnico da Primeira Infância dos Tribunais de Contas do Brasil, da Polícia Civil PA as delegadas Vanessa Lee, Diretora da e a Divisão do Combate aos Crimes Cibernéticos e Ariane Lilian atuante nas causas de crimes cibernéticos. Presentes o Dr. Carlos Teixeira, médico psiquiatra do Hospital de Clínicas, a

Secretária de Assistência Social Irene Ayres e a professora Renata Bezerra do Instituto Flora, entre outras autoridades.

Como resultados da Audiência foram registrados as seguintes recomendações para integrar as ações contra a violência infanto juvenil no ambiente virtual.

- A 1ª Infância como prioridade absoluta no planejamento e orçamento público - Decisão dos Tribunais TCE/ TCM – Criança tem que estar no orçamento;
- A Proteção Infanto Juvenil em todo o Estado do Pará contra os crimes cibernéticos;
- A Garantia a Escuta Protegida e o Acolhimento a toda criança e adolescente e sua família, vítimas da violência pelo abuso e exploração no ambiente virtual;
- Capacitação de multiplicadores que trabalham na rede de prevenção, proteção e de cuidados à criança e adolescente.
- Nas áreas da Saúde - Os (as) agentes comunitários de saúde, nos Conselhos conselheiros (as) tutelares, Conselheiros (as) municipais de direitos e de Assistência Social, na Educação – Professores (as) e técnicos na Gestão das Políticas Públicas - Técnicos e Gestores, na Família e Entidades e outros.
- Viabilizar material de orientação para a educação digital para ser distribuído, juntamente com as palestras educativas para os multiplicadores.

2-ENCONTRO REGIONAL / GUAJARÁ

DIÁLOGOS DA 1ª INFÂNCIA, CRIANÇA E ADOLESCENTES AMAZÔNIDA

A Comissão em Defesa da 1ª infância, da Criança e Adolescente, se propõe a ampliar o diálogo, sobre esta pauta, com atores, públicos e privados e a sociedade e apresentar a Conferência das Partes - COP 30, os mecanismos de apoio à implementação das políticas públicas em consonância com a realidade amazônica.

A programação de trabalho será desenvolvida através do Projeto – Diálogos da 1ª Infância, Criança e Adolescentes Amazônica, com realização de Encontros temáticos regionalizados, cujo objetivo é de articular esforços conjuntos para o enfrentamento dos desafios sociais da 1ª Infância, criança e adolescente.

Objetivos Específicos:

- Ampliar o diálogo com a rede de políticas públicas para a 1ª infância, a criança e adolescente do Estado do Pará,
- Promover encontros temáticos nas regiões do Estado do Pará, com vistas a articular esforços conjuntos para o enfrentamento dos desafios sociais de crianças e adolescentes.
- Buscar meios de minimizar e enfrentar as situações causadas pelo ambiente virtual, os danos físicos e psicológicos na vida de criança e adolescentes;
- Construir um canal de referência e proposições de políticas públicas através da Comissão Municipal em defesa da 1ª infância, criança e adolescente.
- Promover uma escuta ativa de atores sociais, que atuam nas políticas públicas para crianças e adolescentes para proposições para a COP 30.
- Criar a Sala de Criança como espaço interativo, com falas e diálogos de meninos e meninas da Amazônia Paraense.

Público Alvo

- Gestores Estaduais e Municipais
- Legislativo Municipal
- Professores e Técnicos das áreas da 1ª infância, Crianças e adolescente;
- Lideranças sociais da área da 1ª infância, criança e adolescente;
- Conselheiros municipais, tutelares e de educação.
- Atores sociais.

Metas e resultados esperados

- Realizar os Encontros – Diálogos da 1ª Infância, da Criança e Adolescente, nas 13 Regionais do Estado do Pará;
- Implantar e/ou implementar as Comissões Municipais em 144 municípios do Estado do Pará;
- Criar da Sala de Criança, Espaço Interativo da criança e do adolescente nos municípios que tiverem suas comissões municipais;

As ações do projeto iniciaram em novembro / 2023 com a realização do Encontro Regional / Guajará com participação dos 5 municípios da região, antes metropolitana, representado por 278 atores dos mais variados setores e áreas de trabalho ligados à 1ª infância, a Criança e Adolescente, como representantes do executivo e legislativo municipal, gestores e técnicos dos municípios da região Guajará.

Os diálogos com os atores e a sociedade em geral, versa sobre os direitos ambientais e a proteção de crianças e adolescentes no enfrentamento aos impactos dos riscos climáticos, a garantia dos direitos ambientais na perspectiva de uma geração mais saudável.

Faz parte deste projeto a efetivação de um canal de referência legislativa, e de proposições de políticas públicas, com a criação das Comissões Municipais em Defesa da 1ª infância, Criança e Adolescente nas Câmaras Municipais do Estado do Pará.

3 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS

- **CRIAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL EM DEFESA DA 1ª INFÂNCIA, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**
- **SALA DA CRIANÇA**

Considerando a importância do planejamento na política pública nas áreas da primeira infância, criança e adolescente, com priorização de investimento no atendimento e/ou implantação de programas estratégicos e de amplos retornos à sociedade nos curtos e longos prazos, para reduzir taxas de mortalidade infantil, criminalidade e evasão escolar, para melhorar o desempenho acadêmico e profissional.

Considerando que o investimento público precisa ser assegurado através do orçamento, planejamento anual, PPA e outros instrumentos de captação financeira para garantir com serviços e benefícios para as crianças, suas famílias, comunidades e a sociedade em geral.

Nessa perspectiva, é necessário para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de vagas nas escolas e qualidade na educação, o acesso a oportunidades de cultura e a garantia de políticas públicas de saúde, transporte, moradia, visando-se a diminuir a exclusão social. É preciso assegurar o acesso delas, com qualidade. Assim, a garantia da educação e da escolaridade, incluindo a erradicação do analfabetismo, é condição para assegurar direitos e elevar o nível de desenvolvimento sustentável do país. Crianças e adolescentes de hoje são o presente e não apenas o futuro do país.

Este projeto apresenta algumas etapas operacionais. Em primeiro lugar a Criação ou implementação das Comissões das Câmaras Municipais em todo o Estado do Pará, com objetivo de ser um instrumento de diálogo e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, criando mecanismos de participação e de visibilidade a sociedade nas questões orçamentárias e financeiras do município.

A Comissão Municipal, como parte do legislativo, vai representar os interesses da 1ª Infância, da Criança e do Adolescente em todas as discussões que dizem respeito à garantia de direitos nos aportes de recursos de investimento e custeio das ações para o desenvolvimento de programas e projetos.

Em continuidade a Instalação da Comissão na Câmara Municipal como um órgão técnico e político de articulação à implantação do Projeto da Sala da Criança, que é um espaço interativo, de falas e diálogos com crianças, estimulando sua criatividade, o protagonismo de meninos e meninas, e a ouvidoria na infância que refletirá nos resultados do amplo conteúdo de registros atuais da realidade de vida e do cotidiano das crianças.

E finalmente a Comissão vai atuar no processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades

4- OUTRAS ATIVIDADES DA COMISSÃO.

4.1- **Participação em eventos e reuniões** técnicas com os órgãos do Sistema Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e de Tribunal de Contas dos Municípios, Órgãos do Executivo da Rede de Proteção e Atendimento.

4.2- **Atendimentos as demandas** que comparecem na sala da Comissão – Situações como: Violação de direitos, abuso e exploração, pedofilia e abandono de incapaz

4.3- **Acompanhamentos** de notificações e recomendações da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Adolescência aos órgãos que têm adolescentes em cumprimento de medida em internação (FASEPA) na escola (SEDUC) ou em atividades externas.

7.2.7. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DEFESA DO CONSUMIDOR E DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA MULHER, DA JUVENTUDE, DA PESSOA IDOSA E DAS MINORIAS (CDHDC)

DIA 17/01, ÀS 9H, NA SALA VIP, REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA DE ESTUDO E ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE, DA

SEGURANÇA E DA FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE FLUVIAL DE PASSAGEIROS NO PARÁ:

Na sede da Alepa, o Deputado Bordalo e o Deputado Orlando Lobato, relator e presidente da Comissão Temporária Interna de Estudo e Acompanhamento da Qualidade, da Segurança e da Fiscalização do Transporte Fluvial de Passageiros no Pará, respectivamente ouviram os representantes e os diretores das empresas de navegação que fazem linhas no Estado.

O objetivo era coletar informações sobre a segurança, os problemas e os desafios em realizar o transporte hidroviário no Pará, concluindo assim a fase de oitivas da Comissão.

A próxima fase será a elaboração do relatório final contendo as recomendações ao Governo do Estado do Pará e demais instituições públicas que atuam no setor. A previsão é que o documento seja apresentado até o final do mês de janeiro.

DIA 13/02, NA SALA VIP, REUNIÃO COM AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR):

O Deputado Bordalo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, Defesa da Pessoa com Deficiência, da Mulher da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias realizou o encontro a pedido dos Oficiais da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e contou com a presença de escritórios da ACNUR nos Estados de Roraima e Amazonas; Silvia Sander, oficial de proteção da ACNUR; Janaína Galvão, chefe do escritório da ACNUR em Belém.

A agência solicitou apoio do parlamentar para a regulamentação da Lei Estadual no

9.662/2022, e que instituiu a Política Estadual de Migrantes, Refugiados e Apátridas do Pará.

Estima-se que no Pará tenha mais de quatro mil nacionalidades que migraram para o estado, metade são venezuelanos. Mas, há aumento no fluxo de cubanos e haitianos.

DIA 13/03, LIVE, CAFÉ COM FORMAÇÃO CEFOR:

O Deputado Bordalo esteve nesta segunda-feira, dia 13 na participação da Live, Café com Formação, que neste mês de março traz uma discussão e reflexão da nossa história recente, com a Mesa-redonda “EDUCAÇÃO PELA MEMÓRIA E MECANISMOS DE NÃO REPETIÇÃO”. A programação faz parte do lançamento do Relatório final da Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará (CEV/PA), instaurada pela Lei No 7.802 de março de 2014.

Denominado “Paulo Fontelles Filho”, o relatório é o último documento oficial que narra as graves violações aos direitos humanos durante a Ditadura Militar na Amazônia.

DIA 16/03, NA SALA VIP, REUNIÃO SOBRE CADEIA PRODUTIVA AÇAÍ E EXPLORAÇÃO:

O Deputado Bordalo esteve dia 16, na reunião para dialogar sobre a cadeia produtiva do açaí e os possíveis impactos socioeconômicos de uma indústria flutuante de beneficiamento do fruto (balsa-indústria), que está operando de forma itinerante em regiões do Pará.

O parlamentar cobra a realização de estudos de impacto sociais e ambientais para o funcionamento da draga que pode gerar sérios problemas a batedores e comunidades que dependem do ouro roxo da Amazônia.

DIA 31/03, SESSÃO SOLENE ENTREGA DO RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE NO PARÁ:

A Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias da ALEPA, presidida pelo Deputado Bordalo, e a Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), realizaram uma sessão solene para o lançamento do Relatório Final, intitulado “Paulo Fontelles Filho”, da Comissão Estadual da Verdade – CEV/PA, que ocorreu no dia 31 de março, no auditório João Batista, da casa legislativa, às 10h.

Denominado “Paulo Fontelles Filho”, o relatório é o último documento oficial que narra as graves violações aos direitos humanos durante a Ditadura Militar na Amazônia.

A publicação compreende uma coleção de três obras, divididas em Tomo I, II e III e que explanam diferentes dimensões sobre os Direitos Humanos e a Ditadura Civil-Militar. Publicada pela Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPa), através da Editora Pública Dalcídio Jurandir, com recursos de emenda parlamentar do deputado Bordalo e Marinor Brito.

DIA 17/04, SÃO FÉLIX DO XINGU, ÁREA DO DIVINO PAI ETERNO:

O deputado Bordalo esteve no dia 17, em São Felix do Xingu, na área conhecida como Divino Pai Eterno, com ordem judicial federal em favor da desocupação para parte do complexo por ocupação ilegal em desfavor de fazendeiros, sendo indicada para instalação de projeto de assentamento no programa nacional de reforma agrária, pistoleiros a serviços de grileiros, atacam moradores que sofrem violências, torturas, tem plantações queimadas, casas incendiadas, assassinatos, vivendo em estado de pânico e desespero.

Além de parlamentares, participaram da diligência o superintendente do INCRA Marabá, Reginaldo Negreiros, o Defensor Público da União, Marcos Teixeira.

DIA 20/04, NA SALA VIP, REUNIÃO DE TRABALHO SOBRE SAÚDE MENTAL:

A Comissão de Direitos Humanos, realizou no dia 20, a reunião com grupo de trabalho em saúde mental. O encontro teve o foco realizar um balanço sobre as ações do Grupo de Trabalho (GT) desde a sua criação, retomar atividades convidando outras instituições para participação, definir cronogramas de trabalho, fazer um balanço sobre as leis aprovadas ou em fase de aprovação que tratam da pauta, além de discutir a realização do Congresso da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME).

Uma reunião produtiva, com foco em progredir por mais dedicação pelo trabalho em saúde mental no nosso Estado, o que ao longo desses dois anos, tem se comprometido em atuar pela garantia e proteção dos direitos das pessoas com sofrimento psíquico e/ou transtorno mental.

DIA 17/05, NA SALA VIP, REUNIÃO SOBRE O CASO DEZINHO:

A reunião ocorreu no dia 17, quarta-feira, na Alepa, que tratou sobre o andamento do caso Dezinho, líder sindical assassinado em novembro de 2000. O processo está na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Tem sido mobilizado por Maria Joel, viúva do Líder sindical que esteve em reunião conosco para pedir que as cláusulas resolutivas sejam cumpridas de maneira ágil.

Já existe um acordo proposto pelo Governador do Estado, Helder Barbalho a pedido do Doutor Jarbas Vasconcelos, Secretário de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará feito ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, que busca a resolução de 100% dos casos do Estado Brasileiro e do Estado do Pará que estão em análise na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

DIA 18/05, SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM AOS 40 ANOS DA DPE-PA:

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, Defesa da Pessoa com Deficiência, da Mulher da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias realizou uma sessão especial no auditório João Batista, sede da casa legislativa em comemoração aos 40 anos da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) que é parceira da ALEPA e já realizou com a Comissão inúmeros trabalhos voltados à cidadania e garantia de direitos humanos, como a caravanas de emissão de documentos e serviços de assistência jurídica, entre outros.

DIA 26/05, ÀS 9H, NA SALA VIP, REUNIÃO SOBRE OS USUÁRIOS DO PLANO DE SAÚDE IASEP:

A reunião ocorreu no dia 26, às 09:00, na Sala Vip, na qual participaram o deputado Carlos Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor-CDHDC; Carlos Marques, Édila Lima e Rosane Teles, assessores da CDHDC/ALEPA; Camila, presidenta da Fetagri Marajó; Professor Carlos Augusto; Ivanilde, Cáritas Marajó; Vânia Neu, professora da UFRA e José Gonçalves, representante da FETAGRI e por áudio, Nilson Correa, da Comunidade São Ezequiel Moreno, de Portel.

DIA 30/05, manhã e tarde, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA- CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, Defesa da Pessoa com Deficiência, da Mulher da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias realizou a primeira caravana do ano. Na primeira edição do projeto, diversos serviços assistenciais foram oferecidos à comunidade, incluindo assistência jurídica e emissão de documentos. Ao todo, foram realizados 170 atendimentos, 112 registros de identidade, emitidas 47 certidões e 11 atendimentos jurídicos.

A Caravana foi realizada em parceria com a Central de Atendimento ao Cidadão - CAC da Alepa, servidores da casa legislativa e Polícia Civil. O deputado Bordalo, durante sua visita ao evento, teve a oportunidade de entregar pessoalmente alguns documentos às pessoas que estavam aguardando o serviço.

Para ele, a caravana de direitos humanos é uma iniciativa de extrema importância para garantir os direitos fundamentais da população, uma ação que reforça o compromisso em assegurar que todos necessitam ter acesso aos seus direitos básicos.

A Caravana foi realizada atendendo a um pedido das lideranças locais, com a parceria do Centro de Apoio ao Cidadão da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) e da Ordem Franciscana Secular (OFC), que cedeu o espaço para a realização dos atendimentos.

DIA 01/06, RECONHECIMENTO FUNDIÁRIO DA COMUNIDADE VILA ROMARIA EM CUMARU DO NORTE:

A Comunidade Vila Romana existe desde a década de 70 e apresenta uma boa produtividade com o cultivo de alimentos básicos, a criação de animais de pequeno porte na região na qual está localizada.

O deputado Bordalo apresentou durante sessão ordinária na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), a moção no 652/2023 que solicita ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA), que se manifeste para o reconhecimento da situação fundiária da Comunidade Vila Romaria, no município de Cumaru do Norte, sudeste paraense.

O parlamentar recebeu por meio da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias, uma denúncia dos moradores da Comunidade Vila Romaria que relatam possíveis falhas na emissão do título de propriedade por parte do ITERPA. Eles buscam o reconhecimento da área em que residem, a qual está em disputa com a alegada proprietária, Juliana Santos de Sousa, a quem foi atribuída a posse da propriedade rural denominada “Fazenda Terra Bravia” desde 29/12/2009.

DIA 05/06, RELATÓRIO DA CDHDC/ALEPA SOBRE O DIVINO PAI ETERNO APONTA TENSÃO E VIOLÊNCIA NO CONFLITO POR TERRA:

O relatório sobre a situação do acampamento Complexo Divino Pai Eterno, localizado no município de São Félix do Xingu, sul do Pará, alerta para situação de tensão na região e recomenda de forma urgente a criação da Comissão de Conflitos Fundiários pelo Poder Judiciário Federal (STF).

O documento é resultado da apuração realizada durante a diligência conduzida pelo deputado Bordalo no dia 17 de abril, no município de São Félix do Xingu, e foi produzida pela Comissão de Direitos Humanos e o parlamentar que preside essa comissão.

Denominado relatório e recomendações – Complexo Divino Pai Eterno – Distrito Sudoeste – município de São Félix do Xingu, o documento traz uma análise detalhada das condições encontradas no acampamento, destacando questões relacionadas aos direitos humanos e apontando recomendações para a melhoria das condições de segurança na comunidade.

Dia 19 ao dia 23/06, manhã e tarde, NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI, ABAETETUBA E MOCAJUBA - CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:

O projeto ofertou assistência jurídica e emissão de documentos para as comunidades desses municípios, foram realizados 4.082 ATENDIMENTOS. Desse total, 1.249 pessoas conseguiram emitir novos registros de identidade, expedido pela Defensoria Pública e Delegacia de Polícia Civil. E para aquelas pessoas que não tinham foto 3x4, 1.802 fotografias foram tiradas. Foram feitos também 127 agendamentos para a emissão da carteira de trabalho, entregas de 25 títulos de eleitores e 86 CPF's.

A Caravana contou com a parceria da Defensoria Pública e Polícia Civil do Pará, possibilitou 45 "senha gov.br", realizou 10 atendimentos "espelho sistema" do rg, 97 orientações jurídicas, a emissão de 433 certidões, 65 retificações, 101 orientações documentais, 4 registros extemporâneos, 10 reconhecimentos de paternidade, 25 ações judiciais e acordos, 2 atendimentos processuais (consulta).

DIA 04/08, ÀS 9H, NO AUDITÓRIO JOÃO BATISTA MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS CONVIDA BORDALO PARA O LANÇAMENTO AÇÕES DO PROGRAMA CIDADANIA MARAJÓ:

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) convidou o deputado Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias da Alepa, para participar da cerimônia de lançamento de Ações do Programa Cidadania Marajó, que ocorreu no Auditório João Batista a partir das 9h. A Comissão de Direitos Humanos também é parceira na realização do evento. Durante o evento houve a instalação do Fórum Permanente da Sociedade Civil do Marajó e o anúncio das ações do Programa entre o Governo Federal e o Governo do Estado. O Programa Cidadania Marajó foi instituído por meio Portaria No 292, de 17 de maio de 2023, e visa o enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e promoção de direitos humanos e acesso a políticas no Arquipélago de Marajó, no Estado do Pará.

DIA 05/08, ÀS 14H NO AUDITÓRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-OAB, PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ALEPA NO EVENTO SOBRE RACISMO AMBIENTAL:

O encontro "Diálogos Amazônicos" tem como objetivo discutir os desafios e oportunidades da região que abriga a maior floresta tropical do mundo. O encontro dos Diálogos Amazônicos busca debater um tema que tem raízes nas injustiças sociais e também desempenha um papel ativo na sua geração e amplificação.

O evento faz parte do conjunto de debates promovidos pelos Diálogos Amazônicos, e será realizado no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de discutir uma questão de grande relevância na Amazônia: o racismo ambiental.

Além da Comissão de Direitos Humanos da Alepa, estiveram presentes a Subcomissão de políticas de drogas e saúde mental do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME).

O termo “racismo ambiental” é empregado para descrever a discriminação que afeta as populações periféricas ou compostas por minorias étnicas, decorrente da degradação ambiental. O termo denuncia que a distribuição dos impactos ambientais não se dá de forma igual entre a população, sendo a parcela marginalizada e historicamente a mais afetada pela poluição e degradação ambiental.

Dia 11 e 12/08, manhã e tarde, MUNICÍPIO DE BELÉM - CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:

A Caravana ofertou uma série de serviços gratuitos como assistência jurídica, emissão de documentos para a comunidade, foram realizados 484 ATENDIMENTOS. Desse total foram emitidas 303 novos registros de identidade, 20 “senha gov.br”, 82 segundas vias de certidão de nascimento, segundas vias de certidão de óbito, 21 CPFs, 36 atendimentos jurídicos foram emitidos 20 carteiras de trabalho. Estes serviços foram realizados em parceria com a Defensoria Pública do Estado e Polícia Civil.

Foram emitidos 240 fotos 3x4, 52 atendimentos odontológicos e 30 atendimentos estéticos.

A Caravana de Direitos Humanos contou com a parceria da Defensoria Pública do Estado do Pará, Polícia Civil e Faculdade Faci Wyden.

DIA 19/09, DILIGÊNCIA NO ACAMPAMENTO QUINTINO LIRA E 13 INSTITUIÇÕES PARTICIPAM:

Uma diligência convocada pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias da Alepa, deputado Bordalo, foi realizada na manhã de segunda-feira (18) no acampamento Quintino Lira, no município de Santa Luzia do Pará, com o objetivo de apurar denúncias de casos de violência e ameaças às famílias do acampamento.

De acordo com os relatos, as famílias denunciam que desde o dia 7 de setembro até o dia 10, empregados da Fazenda da família Bengston, com participação, inclusive, do Sr. Marcos Bengston, ameaçaram os trabalhadores. Roças foram queimadas e casas destruídas com ajuda de um trator. O clima de medo e terror foi imposto durante esse período. De acordo com a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) o acampamento existe desde 2007 em uma área ocupada por agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente 200 famílias vivem no local.

Ainda segundo a SDDH, conforme denúncia recebida, os empregados da fazenda procuravam por João Batista Galdino de Sousa, mais conhecido como Clone. Ele é

testemunha no processo criminal que investiga a tentativa de homicídio contra si, e o homicídio do José Valmeristo Soares, o Caribé, e ainda da Sra. Nailce Verônica Galdino de Sousa, liderança do acampamento e que tem sofrido recorrentes ameaças. Marcos Bengtson, filho do ex-deputado federal Josué Bengtson, tio de Damares Alves, é acusado de ser o mandante do crime de homicídio de Caribé, morto em setembro de 2010 aos 27 anos de idade. Marcos segue em liberdade.

Participaram da diligência cerca de 13 representantes de instituições públicas e movimentos sociais e como encaminhamento em busca de uma resolução e pacificação quanto ao conflito agrário, será montado uma força tarefa destas instituições para a criação do assentamento, além de outras providências como inserção de João Batista Galdino de Sousa e Nailce Verônica Galdino de Sousa como integrantes no Programa Federal de Assistência às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas – PROVITA.

Estiveram presentes a Dra Lone Missae da Silva Nakamura, Promotora de Justiça Agrária da 1ª Região, coordenadora do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA); Marcos Teixeira, Defensor Regional de Direitos Humanos na Defensoria Pública da União (DPU); Roseane Borcem, vice-coordenadora da Regional Bragantina da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri-PA), vice-presidenta do STTR de São Domingos do Capim; Lucia Machado, Presidenta do PT de Santa Luzia; vereador Kaio Lucena; Vera Tavares, ouvidora Secretaria Estadual de Igualdade Racial e Direitos Humanos; Delegado da Polícia Civil Aurélio Paiva; Jane Cabral, Superintendente Nacional do MST Pará; Carolina Araújo, Superintendente substituta do Incra Regional Nordeste e Ronaldo Coelho, chefe de serviço de implantação de projetos de assentamento também do mesmo Regional do Incra, além de representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT-PA), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM-PA) e assessoria da deputada Lívia Duarte, vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Alepa.

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará apresentará um relatório contendo as denúncias e proposições sugeridas aos órgãos responsáveis.

Dia 27 ao dia 30/09, manhã e tarde, NO MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ E IPIXUNA DO PARÁ (DISTRITO DE CANAÃ) - CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:

O projeto ofertou assistência jurídica e emissão de documentos para a comunidade, foram realizadas 2.209 ATENDIMENTOS. Desse total 836 pessoas conseguiram emitir novos registros de identidade, expedido pelo Centro de Atendimento ao Cidadão da ALEPA, Defensoria Pública e Delegacia de Polícia Civil do Município. E para aquelas pessoas que não tinham foto 3x4, 850 fotografias foram tiradas.

Foram feitos também 44 agendamentos para a emissão da carteira de trabalho, entregas de 74 títulos de eleitores, e 76 CPF's.

A Caravana contou com a parceria da Defensoria Pública e Polícia Civil do Pará, possibilitou 74 senha gov.br, a emissão de 162 2a via de certidão de nascimento, 6 2a via de certidão de casamento, 5 2o via de certidão de óbito, 24 retificações extrajudiciais, 35 orientações e encaminhamentos, 9 registros extemporâneos, 3 ações judiciais, 5 atendimentos processuais e 7 divórcios.

Dia 02 e 03/10, manhã e tarde, NO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO, AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, No 424, CENTRO- CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:

O projeto ofertou assistência jurídica e emissão de documentos para a comunidade, foram realizadas 1.369 ATENDIMENTOS. Desse total, 479 pessoas conseguiram emitir novos registros de identidade, expedido pela Defensoria Pública e Delegacia de Polícia Civil do Município. E para aquelas pessoas que não tinham foto 3x4, 520 fotografias foram tiradas.

Foram feitos também 46 agendamentos para a emissão da carteira de trabalho, entregas de: 24 títulos de eleitores, 40 CPF's e um total de 15 segundas vias de certidões de casamento, 132 segundas vias de certidão de nascimento.

A Caravana contou com a parceria da Defensoria Pública e Polícia Civil do Pará, possibilitou 36 senha gov.br, 35 retificações extrajudiciais, 29 orientações e encaminhamentos, 2 registros extemporâneos, 3 ações judiciais, 7 atendimentos processuais e 1 divórcio.

Dia 13 E 14/10, manhã e tarde, NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM- CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:

O projeto ofertou assistência jurídica e emissão de documentos para a comunidade, foram realizados 756 ATENDIMENTOS. Desse total, 548 pessoas emitiram novos registros de identidade, foram emitidas 185 certidões e realizados 23 atendimentos jurídicos.

Esta ação presidida pelo Deputado Bordalo e Presidente da Comissão de Direitos Humanos envolveu o Centro de Atendimento ao Cidadão da ALEPA e a Polícia Civil, servidores públicos da casa legislativa, lideranças sociais e políticas, prefeitura do município, sindicatos rurais e muita gente que trabalha na garantia de direitos.

Dia 19/10, manhã e tarde, NO MUNICÍPIO DE TAILÂNDIA, SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE TAILÂNDIA – CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:

Ação dos DIREITOS HUMANOS no Município de Tailândia, ofereceu 238 ATENDIMENTOS. Desse total 198 pessoas conseguiram emitir novos registros de identidade, 28 certidões e 12 atendimentos jurídicos.

A Caravana para o município de Tailândia envolveu a Polícia Civil, servidores públicos da casa legislativa, lideranças sociais e políticas, a prefeitura do município, sindicatos rurais e muita gente que trabalha na garantia de direitos.

Dia 25/10, NA ALEPA, REUNIÃO COM PROFESSOR DOUTOR FODÉ:

No dia 25, quarta-feira, estivemos reunidos com o Presidente da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau, Professor Doutor Fodé A. Mané. Compartilhamos experiências e lutas que os dois países enfrentam no campo da garantia de direitos e justiça social.

Dia 23/11, ÀS 14H, NA SALA VIP, COLÓQUIO SOBRE "ANCESTRALIDADES, DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA AMAZÔNIA PARAENSE & GUINÉ-BISSAU":

Como parte da Missão Internacional Integrada de Cooperação Solidária entre a Amazônia Paraense e Guiné-Bissau, foi realizado nesta quinta-feira (23), um colóquio sobre "Ancestralidades, Direitos Humanos e Cooperação Solidária Amazônia Paraense & Guiné-Bissau". A partir das 14h, na Sala Vip, sede da Alepa. Coordenado pela vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Alepa, deputado Lívia Duarte, o evento contou com a presença do Prefeito de Bissau, capital de Guiné-Bissau, Justen Nozoliny, que falou sobre o tema Bissau e Amazônia: Conexões Históricas, Território Irmãos.

O Secretário de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH), Jarbas Vasconcelos do Carmo, a Professora Dra. Jacqueline Freire, uma das coordenadoras do projeto Djumbai da UFPA e o Centro de Estudo de Defesa do Negro no Pará (Cedenpa), também a mesa como palestrantes.

O colóquio é uma realização da Comissão de Direitos Humanos da Alepa, presidida pelo deputado Bordalo, SEIRDH, Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico Racial do Ministério Público do Estado do Pará (NIERAC-MPPA), Prefeitura de Belém, UFPA e Unama.

Dia 23 AO DIA 26/11, manhã e tarde, NOS MUNICÍPIOS CUMARU DO NORTE, REDENÇÃO E XINGUARA - CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS:

O projeto ofertou assistência jurídica e emissão de documentos para a comunidade, foram realizados 2.578 ATENDIMENTOS. Desse total 1.131 pessoas emitiram novos registros de identidade, foram emitidas 301 certidões e realizados 71 atendimentos jurídicos.

Esta ação, presidida pelo Deputado Bordalo e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, envolveu o Centro de Atendimento ao Cidadão da ALEPA e a Polícia Civil, servidores públicos da casa legislativa na garantia de direitos.

Dia 04/12, às 9HRS SESSÃO ESPECIAL EM CELEBRAÇÃO AOS 7 ANOS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS (PPDDH):

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (CDH-Alepa), presidida pelo deputado Bordalo, realizou na manhã desta segunda-feira dia 04 uma sessão especial em celebração aos 7 anos do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH).

A celebração foi uma forma de prestar um agradecimento aos defensores e defensoras, que lutam diariamente na defesa dos Direitos Humanos, seja na luta pela terra, pelo direito à cidade, em prol dos povos indígenas e quilombolas, assim como ativistas LGBTQI+, comunicadores sociais, ambientalistas e militantes que atuam em outras frentes de luta cujos conflitos de interesses resultem em situação de vulnerabilidade e risco sobre sua integridade física, psíquica e moral.

A sessão ocorreu no auditório João Batista, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) e contou com a presença de representantes da sociedade civil, movimentos sociais e instituições públicas governamentais.

Dia 04, ÀS 15H, AUDITÓRIO JOÃO BATISTA, AULA MAGNA DO PROFESSOR PEDRO PONTUAL:

No dia 4 de dezembro, ocorreu a entrega do livro “Educação Popular na Amazônia Paraense: Paulo Freire Vive!”. A obra foi organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Alepa por meio de seu presidente deputado Bordalo, pela coordenadora da Comissão Priscila Souza, pela representante da Universidade Federal do Pará (UFPA), professora Jacqueline Freire, pelo representante da Universidade do Estado do Pará (UEPA), professor João Colares e pelos representantes do Instituto Paulo Freire, a diretora Ângela Biz Antunes e o presidente Moacir Gadotti.

A obra, composta por diversos textos, incluindo artigos e homenagens, destaca a eficácia contínua e amplamente adotada da metodologia de Paulo Freire em diferentes contextos educacionais e sociais na Amazônia. Além disso, reforça a importância de prestar homenagem a um grande pensador, evidenciando a contemporaneidade e a relevância de suas ideias para o momento específico na história da sociedade.

O evento contou com apresentações culturais, uma aula magna do professor Pedro Pontual, com a participação popular e de vários representantes do setor da educação.

Dia 15, ÀS 14:30, NO PLENÁRIO NEWTON MIRANDA, SESSÃO SOLENE ENTREGA MEDALHA PAULO FROTA:

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará (CDH-ALEPA), presidida pelo deputado Bordalo, realizou nesta sexta-feira, 15, às 14h30 no plenário Newton Miranda da Casa Legislativa.

As homenagens ocorreram na semana em que se celebra o Dia Internacional de Direitos Humanos, comemorado no dia 10 de dezembro. Neste ano, mais de cinquenta 50 defensores foram homenageados, dentre eles instituições, representantes da sociedade civil e personalidades que tiveram uma atuação

significativa no campo da promoção e defesa da garantia dos Direitos Humanos no Pará.

CARAVANAS DE DIREITOS HUMANOS REALIZADAS EM 2023:

MUNICÍPIO (S)	DATA	ATENDIMENTOS
CAPANEMA	30/05/2023	170
IGARAPÉ-MIRI	19 E 20/06/2023	1.537
ABAETETUBA	22 E 23/06/2023	1.529
MOCAJUBA	25 E 26/06/2023	1.016
BELÉM	11 E 12/08/2023	484
AURORA DO PARÁ	27 E 28/09/2023	1.388
IPIXUNA DO PARÁ	30/09/2023	821
MÃE DO RIO	02 E 03/10/2023	1.369
SÃO DOMINGOS DO CAPIM	13 E 14/10/2023	775
TAILÂNDIA	19/10/2023	238
CUMARU DO NORTE	23/11/2023	443
REDENÇÃO	24 E 25/11/2023	754
XINGUARA	26/11/2023	300
TOTAL:	-	10.824

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, Defesa das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), realizou em 2023 o Projeto “CARAVANA DE DIREITOS HUMANOS”, presidida pelo Deputado Bordalo.

O Projeto levou cidadania e direitos para diversos municípios do Estado do Pará, ofertou assistência jurídica e emissão de documentos para a comunidade, foram realizadas 10.824 ATENDIMENTOS.

A Caravana contou com apoio e parceria do Centro de Atendimento ao Cidadão da ALEPA, Defensoria Pública Estadual e Polícia Civil do Estado do Pará.

7.2.8. COMISSÃO DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO, ASSUNTOS MUNICIPAIS E TRIBUTAÇÃO (CDA)

Relatório de Atividades desta Comissão referente ao ano de 2023.

Dia 25/04/2023 – 1ª reunião Ordinária da Comissão

Pauta:

- Apresentação do Plano de Trabalho;
- Apreciação de proposta de Reunião com a Desembargadora do TRE, para verificação de realização dos plebiscitos;
- Proposta para solicitar junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, a possibilidade de incorporação, fusão e delimitação das referidas localidades nos municípios pretendidos que tramitam na nesta Comissão;

□ Conforme entendimento com o TRE, será proposto Audiência Pública com data e hora a ser marcada.

Dia: 27/04/2023 – Reunião de Consolidação para o Seminário da Reforma Tributária e o Reflexo na Região Norte.

Dia: 28/04/2023 – Reunião com o Vereador Jumbrega de Santana do Araguaia para falar a respeito do Processo do Distrito de Vila Mandi.

Dia: 04/05/2023 – Reunião para elaboração de propostas para o Seminário.

Dia: 11/05/2023 – Reunião com os membros da Comissão para indicação de Relatores aos Processos em tramitação na Comissão;

Dia: 12/05/2023 – Reunião com a Comissão Pró Emancipação de Marabá.

Dia: 23/05/2023 – Reunião com representantes da Localidade de Vila Matão, em Rio Maria.

Dia: 23/05/2023 – Reunião com o Vereador de Santarém o Senhor Faleó, a respeito do Processo de Lago Grande do Curuai, que se encontra no TRE para realização do Plebiscito.

Dia: 14/06/2023 – Reunião com o Sr. Vice Prefeito de Senador José Porfírio.

Dia: 14/06/2023 – Reunião com a Comissão de Santana do Capim para tratar sobre documentos pendentes em seus Processo de Emancipação.

Dia: 21/06/2023 – Reunião com representantes do FISCO e convidados.

Dia: 22/06/2023 – Reunião com o Sr. Vilson a respeito do Processo da Vila Mocotó.

Dia: 10/08/2023 – Reunião com representantes do IBGE;

Dia: 29/08/2023 – Reunião com representantes do IBGE, ITERPA, PGE, OUVIDORIA PÚBLICA, PROCURADOR DA ALEPA

Pauta:

□ Tratar dos Limites Territoriais do Estado do Pará;

Dia: 18/09/2023 – Reunião com Subsecretário de Administração Tributária, Auditor, Coordenador da Cota Parte e Técnicos da Secretaria da Fazenda,

Pauta:

□ Alinhamento do ICMS

Dia 20/09/2023 – Reunião com Representantes da Prefeitura de Garrafão do Norte, Tracuateua, Colares e o Presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará.

Pauta:

□ A distribuição do ICMS, COTA PARTE e a Restituição de perdas do ICMS, para o ano de 2024.

7.2.9. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (CEDU)

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA possui dentre suas funções a de fiscalizar a legislação vigente, além de garantir o direito à educação, equacionar a política e o sistema educacional na rede pública e privada em todos os seus aspectos e singularidades, por meio da Comissão da Educação (CEDU).

A CEDU, mediante o seu cronograma e desenvolvimento do seu plano de trabalho, promoveu reuniões ordinárias e extraordinárias em conjunto com outras comissões temáticas da ALEPA, com amplo debate sobre os projetos voltados ao sistema educacional e todas as peculiaridades que a Educação do Estado do Pará requer, tendo em vista as diferenças sociais e demográficas em virtudes de

localidades de difíceis acessos e da falta de cobertura de rede de internet e de celulares.

Durante o ano de 2023, o presidente e alguns deputados membros também receberam e dialogaram com atores sociais e interessados na temática da educação, levando as discussões e propostas para as sessões plenárias e órgãos do Governo e da Secretaria de Educação para tentar atender as demandas e solucionar as tratativas solicitadas.

Desse modo, a Comissão de Educação apresenta seu Relatório Anual de Trabalho em 2023, com registro de suas atividades desempenhadas em consonância com os artigos 55 e 56 do regimento interno que tratam das competências das comissões permanentes e da Comissão de Educação.

REUNIÕES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

No exercício de 2023 foram realizadas 03 REUNIÕES ORDINÁRIAS e 02 REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS, tendo sido aprovados 21 Projetos de Lei, 06 Projetos de Decretos Legislativos e 01 Projeto de Resolução.

OUTRAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO.

1- **Participação em eventos e reuniões** técnicas com os órgãos e Instituições de Ensino da rede Pública e Privada, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Contas dos Municípios, professores e servidores.

2 – **Atendimentos às demandas** que comparecem na sala da Comissão por meio de professores, alunos, servidores e autoridades.

3 – **Eficiência e agilidade na Comissão de Educação** quanto a distribuição para os deputados relatarem a organização das Sessões Ordinárias para pautar os projetos. Em 2023 foram recebidos 28 processos na Comissão de Educação e com prosseguimento no transcurso destes.

4 – **Visita “in loco” nas escolas** em diferentes municípios do Pará, através de convites de vereadores e prefeito das regiões.

7.2.10. COMISSÃO DE MINERAÇÃO, ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMERHMADS)

A Comissão tem os instrumentos das reuniões ordinárias e extraordinárias, além da audiência pública para lhes servir de referências procedimentais à consecução de seus objetivos.

Dito isto, passaremos a dispor sobre as ações da Comissão que culminaram na consecução de suas atribuições no ano de 2023.

a) Reuniões deliberativas

A Comissão realizou reuniões ordinárias e extraordinárias nas modalidades individuais e conjuntas com outras comissões, visando apreciar matérias de relevante impacto para o Estado do Pará, dada a relevância de suas ações.

Dentre aqueles projetos mais impactantes apreciados pela Comissão

temos as seguintes matérias e proposições:

Proposição	Autor	Ementa
PL 214/2023	Dep. Gustavo Sefer	Dispõe sobre permitir o Governo de Estado a estabelecer uma Política Estadual de Incentivo ao uso de carros movidos à propulsão elétrica e hídricos e dá outras providências
PL 668/2023	Poder Executivo	Institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS).
PL 766/2023	Dep. Chicão	Institui a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza; dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC); altera a Lei Estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012; e revoga os arts. 83 e 84 da Lei Estadual nº 5.887, 9 de maio de 1995.
PL 769/2023	Poder Executivo	Institui o Projeto acerca da constituição da Companhia de Ativos Ambientais e Participações do Pará S.A (CAAPP)
PL 770/2023	Poder Executivo	Institui a Unidade de Recuperação da Vegetação Nativa no Estado do Pará
PL 271/2021	Dep. Paula Gomes	Proíbe a comercialização e consumo de bebidas em garrafas de vidro em praias no Estado do Pará
Memorando	Dep. Wescley Tomaz	Requer realização de audiência pública externa pela Comissão a se realizar no município de Itaituba
Memorando	Dep. Wescley Tomaz	Solicitação de informações da Comissão à ANM – Agência Nacional de Mineração
Proposta	Dep. Ronie Silva	Calendário de audiências públicas da Comissão de Mineração, Energia, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável para o ano de 2023
Memorando	Dep. Aveilton Souza	Solicita deliberação sobre a proposta de envio de Ofício à ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para que Suspensa o Processo Administrativo 48500.007066/2010-04 nos termos que especifica
Memorando	Dep. Wescley Tomaz	Solicita a deliberação sobre a proposta de envio de Ofício ao Ministério Público

		Federal para que decida sobre a conveniência e oportunidade na celebração de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta com a União Federal e a ANM – Agência Nacional de Mineração nos termos em que solicita
Proposta	Dep. Ronie Silva	Deliberação sobre as demandas apresentadas na audiência pública realizada no município de Itaituba em 14/04/2023
Memorando	Dep. Aveilton Souza	Solicita realização de audiência pública no município de São Félix do Xingu para tratar do processo de desintrusão da terra indígena Apyterewa

Estas foram as proposições e demandas tratadas nas Reuniões Ordinárias que merecem especial destaque para o ano de 2023 em nossa Comissão.

b) Audiências Públicas

Nossa Comissão, como é de conhecimento da sociedade paraense, tem se destacado também no importante fomento ao debate social de temas de impacto.

Assim, realizou-se as seguintes audiências públicas:

Autor	Local	Tema
Dep. Wescley Tomaz	Itaituba/PA	“O que queremos para o garimpo no Tapajós?”
Dep. Ronie Silva	ALEPA	“A política estadual de resíduos sólidos e a instalação de aterros sanitários no Estado do Pará”
Dep. Ronie Silva	ALEPA	“O sistema de exploração mineral no estado do Pará e seus impactos no meio ambiente”

Diante do exitoso trabalho com as audiências públicas, a meta para 2024 é ampliar o leque de atuação da Comissão para continuar a perseguir um movimento que garanta a participação cidadã de nossa população nos debates legislativos.

Considerando o exitoso trabalho, como dito supra, entendemos pela continuidade do fomento à participação popular nos debates legislativos, tudo com vistas a cumprir nossa missão precípua de instruir as proposições em trâmite nesta Casa de Leis e dar-lhes melhor condicionamento aos anseios da sociedade.

CONCLUSÃO

Diante de tudo o que se apresentou, a Comissão tem por satisfeita com o resultado de suas ações e desde logo planeja uma ação mais intensa para garantir o Estado do Pará no rumo dos grandes debates mundiais, ainda mais se levarmos em consideração que nosso Estado será palco da maior conferência

mundial do clima, a 30ª Edição da Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP-30), que se realizará no ano de 2025, em nossa capital.

7.2.11. COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA (CPA)

1. Reunião Extraordinária de Instalação da Comissão de Pesca e Aquicultura, realizada no dia 24/05/2023. Teve início às 13:48 e término às 15:16h.

Na reunião foram realizadas as seguintes atividades:

- Abertura – Apresentação dos Membros Titulares e Suplentes da Comissão e Convidados;
- Apresentação das Competências Regimentais da CPA;
- Plano de Trabalho da Comissão;
- Manifestação e sugestão dos Deputados Membros e convidados;
- Sugestão da Criação de Grupo de Trabalho formado pelas entidades que tiverem interesse em elaborar propostas para o desenvolvimento da Pesca e Aquicultura.

Da ordem do dia:

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 137/2021

Ementa: Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e das Atividades das Mulheres Marisqueiras no Estado do Pará e dá outras providências.

Autor: Deputada Diana Belo

Relator: Deputado Orlando Lobato

Relatório: **VOTO FAVORÁVEL.**

2. Reunião Extraordinária, realizada no dia 26/06/2023. Teve início às 14:00 e término às 14:37.

Na reunião foi deliberado o Plano de Trabalho da Comissão.

3. Audiência Pública, realizada no dia 11/09/2023, às 14:00, no Auditório João Batista. Com a iniciativa de tratar acerca do Desenvolvimento Sustentável na Pesca e Aquicultura.

4. Audiência Pública, realizada no dia 20/11/2023, às 14:00, na UEPA (CAMPUS BRAGANÇA-PA). Com o intuito de discutir acerca da atividade pesqueira bragantina, diálogo esse tratado diretamente com os pescadores da região.

5. Reunião Extraordinária, realizada no dia 13/12/2023.

Da ordem do dia:

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 426/2023

Ementa: Institui o Programa de Incentivo à Indicação Geográfica e Marcas Coletivas do Estado do Pará (Programa IG e Marcas Pará), vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), e cria o Conselho Estadual do referido Programa.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputada Maria do Carmo

Relatório: **VOTO FAVORÁVEL.**

7.2.12. COMISSÃO DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS (COPRED)

Inicialmente, insta consignar que a COPRED tem como missão primordial desenvolver estratégias e ações voltadas para a prevenção do uso indevido de substâncias psicoativas. Ao longo do ano de 2023, a COPRED buscou cumprir sua missão de maneira eficaz, através das seguintes atividades:

- Apoio a comunidade: a Comissão analisou a possibilidade de orientação às famílias, visando fortalecer os laços familiares como uma medida preventiva, bem como a sensibilização destes.
- Participação em Eventos Locais: A COPRED marcou presença em eventos locais, para interagir diretamente com a comunidade e atender, de alguma forma, aos anseios da população. Realizou uma visita técnica, por meio de seu Presidente, ao Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, com o objetivo de conhecer de perto as ações desenvolvidas por essa instituição, bem como trocar informações e experiências no combate à problemática.
- Confecção de minutas para atividade legislativa, especificamente:
- Dispõe sobre a realização, por parte da Secretaria de Educação do Estado do Pará, de seminário de prevenção e combate às drogas, em escolas da rede estadual pública de ensino fundamental e médio, no âmbito do Estado do Pará.
- Dispõe sobre a proibição de propagandas de bebidas alcoólicas em logradouros públicos e estradas estaduais.
- Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede estadual pública de ensino fundamental e médio realizarem campanhas de prevenção e combate às drogas, no âmbito do Estado do Pará.
- Dispõe sobre a proibição da comercialização e exposição de estampas que induzam e/ou estimulem o uso de drogas.
- Institui o programa de atendimento a crianças e adolescentes “sim à vida, não às drogas”, no âmbito do Estado do Pará.

O ano de 2023 representou um período de intensa atividade para a COPRED, repleto de desafios superados e conquistas significativas. A comissão reafirma seu compromisso contínuo com a promoção da prevenção às drogas, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais saudável e consciente.

7.2.13. COMISSÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRTPAS)

A Comissão Permanente das Relações do Trabalho, Previdência e Assistência Social possui como diligência técnico-legislativa apreciar os assuntos ou proposições dentro das sua temáticas, nas relações entre capital e trabalho, cumprimento e divulgação das normas asseguradoras dos direitos trabalhistas, do trabalho da Mulher, dos menores de 18 anos, do trabalhador rural, assim como receber as eventuais denúncias sobre violações a acordos coletivos, convenções ou qualquer contrato de trabalho.

Na parte previdenciária aprecia o regime dos servidores públicos estaduais, a assistência social oficial, inclusive a proteção à maternidade, à criança, aos

idosos e aos portadores de deficiência (art. 55 , XIII ,A,B,C,D,E,F e G do Regimento Interno da Casa.

Doravante o ato da presidência no 01/2023 de 14 de Fevereiro de 2023 que nomeou os membros das comissões permanentes desta casa de leis, os integrantes desta comissão debaterão especificamente, trabalhando na prática das ações voltadas a promover a relevância das temáticas trabalhista, assistencial e previdenciária.

A CRTPAS teve como centralidade neste período estar apta para apreciar e deliberar sobre os projetos apresentados na ALEPA pelos deputados e deputadas, em articulação com as demandas da sociedade civil organizada.

A CRTPAS, através de seu presidente e de seus membros, foi convidada a participar de reuniões, sessões especiais e audiências públicas, tendo em vista a importância da sua temática para a sociedade local.

Ressalta-se que, nesse contexto, os debates mais amplos da comissão se deram inicialmente através do regime de Previdência Social dos servidores estaduais.

Em parceria com o IGEPREV, atual IGEPPS (Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará), proposto pelo Presidente da comissão, Deputado Adriano Coelho em articulação com o presidente do Instituto, Dr. Giuseppe Mendes, constituiu encontro com matéria informativa e de discussão sobre o tema em reunião extraordinária ocorrida no dia 24 de Maio de 2023, na sala VIP desta casa Legislativa .

Esta reunião extraordinária trouxe como escopo aos deputados membros da Comissão uma análise do Regime Próprio de Previdência Social do Pará à luz do Princípio da Eficiência Pública.

Buscando incessantemente compreender a problemática da Previdência Social no Brasil - E sua inserção no Estado do Pará enquanto componente do Sistema de Seguridade Social, cuja finalidade primordial é assegurar direitos relacionados à Saúde, Previdência Social e Assistência Social, frente à discussão acerca de sua eficiência e sustentabilidade.

Neste primeiro momento, mostrou-se fundamental aos senhores deputados da Comissão a discussão e estudo mais aprofundado acerca do nosso Regime Próprio de Previdência Social, sendo estabelecidas, ainda considerações sobre os efeitos da Emenda Constitucional no 103/2019 (Reforma da Previdência), assim como a lei complementar 111 de 2016 que instituiu o regime próprio de previdência complementar do Estado do Pará e seus desdobramentos.

A partir do efetivo conhecimento de seus aspectos jurídico-normativos, como parlamentares da Comissão podem avançar na apresentação de eventuais propostas para sua constante evolução e adequação à Reforma da Previdência.

Considerando a possibilidade de funcionar como política redistributiva e, ainda, de garantir a renda da população contribuinte que não mais possui capacidade laborativa, houve o interesse e a necessidade de maior compreensão da Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará que, nos moldes atuais, incentivando os debates sobre o tema, cumprindo seu papel constitucional, analisando ser considerado eficiente.

PARTICIPAÇÃO CRTPAS EM REUNIÕES TÉCNICAS, ENCONTROS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O 23º Encontro Regional COEGEMAS NORTE - que contou com a presença do presidente da CRTPAS - ADRIANO COELHO e da secretária da Comissão das relações de trabalho, previdência e assistência social.

O Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS, os Colegiados Estaduais de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS da Região Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER, e o Ministério de Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, realizaram nos dias 09, 10 e 11 de agosto, no CENTUR, o 23º Encontro Regional COEGEMAS NORTE.

- O referido Encontro integrou um circuito de encontros das cinco regiões do Brasil, e foi o preparatório para o 23º Encontro Nacional do CONGEMAS, realizado no mês de outubro de 2023 em Pernambuco;
- O Encontro foi um espaço de formação para gestores e técnicos que atuam nas Secretarias Municipais de Assistência Social, na execução dos programas, serviços e benefícios do SUAS, contribuindo assim para o fortalecimento dos municípios;
- O Encontro contou com mais de 750 participantes entre gestores municipais, técnicos dos serviços socioassistenciais, e pesquisadores com atuação na região norte, o que se tornou desafiador frente ao fator amazônico;
- Na programação do Encontro, houve um diálogo com o Parlamento Estadual com objetivo de instituição de uma Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, movimento este que está ocorrendo em diversos estados da federação, inclusive na Câmara Federal.
- A Frente Parlamentar se configura como um importante espaço de diálogo entre o parlamento, entes governamentais e a sociedade civil, para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social.

Considerando a importância do tema acima exposto, a CRTPAS na pessoa de seu presidente, participou do 23º Encontro Regional - COEGEMAS NORTE - , e a Comissão de Relações do Trabalho, Previdência e Assistência Social - CRTPAS, vem analisando a questão com base no regimento da ALEPA, para iniciar tratativas e encaminhamentos necessários para instituição da referida Frente, com possibilidades de lançamento, na certeza que o legislativo estadual paraense dará um passo importante na consolidação do SUAS.

Primeira Semana da Previdência - IGEPPS

Ocorreu no período de 04 a 06 de outubro de 2023, contou com a participação do presidente da CRTPAS, Adriano Coelho.

Com o advento da Lei no 10.051, de 11 de setembro de 2023, por meio da qual foi instituída, no âmbito do Estado do Pará, a Semana Estadual de Conscientização sobre Educação Financeira e Previdenciária, teve como diretrizes:

- I - estimular ações educativas visando à conscientização da importância da Educação Financeira e Previdenciária;
- II - promover debates, palestras, feiras temáticas, workshops, atividades culturais e manifestações públicas, e outros eventos que esclareçam sobre políticas públicas voltadas à consolidação e expansão das ações de Educação Financeira e Previdenciária;

III – apoiar e divulgar iniciativas básicas de economia, gerenciamento e planejamento de finanças pessoais, de investimentos, de direitos do consumidor, de consumo consciente e socioambiental responsável e formação para o completo exercício da cidadania.

Conferência Previdência Social Sustentável e Outorga das Medalhas do Mérito Previdenciário

A CRTPAS esteve presente no Ciclo de Conferências realizado pelo IGEPPS na celebração dos seus 20 anos de criação, cujo tema foi 'Previdência Social Sustentável – Avanços e Desafios'.

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev) convidou a Comissão das Relações de Trabalho, Previdência e Assistência Social para a programação de 20 anos de criação e estruturação, ocorrida no dia 01 de Agosto de 2023. Essa data especial foi marcada pelo 'Ciclo de Conferências', com o tema 'Previdência Social Sustentável – Avanços e Desafios'.

O evento aconteceu no Teatro Maria Sylvia Nunes, na Estação das Docas, e foi composto por vários palestrantes da área e diversas personalidades do campo da Previdência e correlatos, entre eles o presidente da CRTPAS, dep. Adriano Coelho, buscando abordar questões pertinentes sobre a sustentabilidade do sistema previdenciário.

- Migração para o Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos: a Natureza do Benefício Especial.

Palestrantes: Ministro Benjamin Zymler e Giuseppe Mendes

- Investimentos para Regimes Próprios de Previdência Social

Palestrantes: Mansueto Almeida, Bruno Funchal e Adriano Coelho

- Certificações para Regimes Próprios de Previdência Social

Palestrantes: Sérgio Cutolo e Stanley Botti Fernandes

- Painel Educação Previdenciária

Palestrantes: Conselheiro Domingos Augusto Taufner, Luisa Porto e Luana Santalices

- Previdência Complementar

Palestrantes: Sérgio Oliva Reis, Milene Cunha e Alexandre Tourinho

- Contratações Públicas

Palestrantes: Jaques Reolon, André Luiz Freire e Giuseppe Mendes

- Crescimento Econômico com Sustentabilidade Fiscal

Palestrantes : Thomas Wu, Ana Paula Vescovi e Tiago Cordeiro Nogueira

Houve o Lançamento do Livro Seguridade Social: Reforma da Previdência, Orçamento e Gestão Pública e outorga da Medalha Mérito Previdenciário ao presidente da CRTPAS Deputado Adriano Coelho.

7.2.14. COMISSÃO DE SAÚDE (CSAU)

No ano de 2023, a Comissão de Saúde desta Casa Legislativa, sob a Presidência do Deputado que esta Subscrive, desenvolveu as tarefas inerentes ao seu mister, notadamente a recepção de projetos provenientes das demais comissões, a nomeação de relator, a marcação de reuniões ordinárias e extraordinárias para a aprovação de projetos. Neste sentido foram aprovados 08 Projetos de Lei e 06 estão aptos para a pauta.

7.2.15. COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA (CSP)

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, cumprindo os dispositivos regimentais da Resolução nº 02/2022, se manifestou, no ano de 2023, nas seguintes proposições legislativas:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 01/2023 que: “requer a realização de uma Audiência Pública, com o objetivo de criar o Dia Nacional de Conscientização e Doutrinação nas Escolas”, de autoria do Deputado Coronel Neil. Requerimento aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 207/2021, de autoria da Deputada Marinor Brito, que dispõe sobre o programa estadual de enfrentamento e assédio e violência política contra a mulher. Voto da relatora na Comissão de Segurança Pública, deputada Michele Begot, favorável ao Projeto. Foi concedido vista ao deputado Iran Lima.

PROJETO DE LEI Nº 373/2021, de autoria do Deputado Fábio Freitas, que cria medidas de proteção às crianças e adolescentes na aquisição de livros e artigos literários no Estado do Pará. Parecer favorável do deputado Coronel Neil. Em reunião da Comissão de Segurança Pública, os senhores deputados sugeriram que o PL fosse encaminhado para o autor para que, querendo, fosse transformado em Requerimento de Indicação. Por determinação do senhor presidente da CSP, Deputado Delegado Nilton Neves, o Projeto de Lei foi encaminhado para o autor, Deputado Fábio Freitas, que protocolou pedido de arquivamento, que foi acatado pelo Presidente da CSP que determinou o arquivamento e o PL foi encaminhado ao DIDEX.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração da Lei Complementar Estadual nº 053, de 07 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA). Altera a Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021, que institui o Sistema de Proteção Social dos Policiais Militares do Estado do Pará, e cria e extingue cargos da estrutura militar do Pará. Parecer e voto favorável do relator Deputado Delegado Nilton Neves. Voto favorável do relator aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 169/2023, de autoria do Poder Executivo, institui o Programa Escola Segura e cria o Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, SEDUC. Voto favorável do relator Deputado Delegado Nilton Neves, aprovado o voto favorável do relator por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 144/2023, de autoria do Poder Executivo, altera a Lei Estadual nº 9.661 de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre a reestruturação organizacional da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará; e cria cargos na estrutura da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará. Parecer e voto favorável do relator Delegado Nilton Neves. Aprovado o voto favorável do relator, deputado Del. Nilton Neves;

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 8/2021 que Institui, no âmbito do Estado do Pará, o Programa de Cooperação e Código Sinal Vermelho, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, de autoria da Deputada Professora Nilse, relatado pela deputada Maria do Carmo, com voto favorável. Voto favorável da relatora aprovado à unanimidade;

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 96/2021 que dispõe sobre a instituição da Semana de Prevenção ao Femicídio e dá outras providências, de autoria da Deputada Marinor Brito. Foi relatora a deputada Maria do Carmo que votou favorável. Voto favorável da relatora aprovado.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 134/2019 que institui o Programa de Segurança e Saúde no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública no Estado do Pará. EMENDA MODIFICATIVA: Altera a EMENTA que passa a vigorar com a seguinte redação: Institui a política de Segurança no Trabalho dos Agentes de Segurança Pública no Estado do Pará. Projeto de autoria do Deputado Carlos Bordalo, com voto favorável do Deputado Fábio Freitas. Aprovado à unanimidade o voto favorável do relator deputado Fábio Freitas.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 17/2023, que dispõe sobre a proibição de fabricação, venda e comercialização de armas de fogo e armas brancas de brinquedo, no âmbito do Estado do Pará. Projeto de autoria do Dep. Dirceu Ten Caten, com voto favorável do deputado Eliel Faustino. Voto favorável do relator aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 383/2021 que dispõe sobre a Política de Proteção das mulheres surdas, vítimas de violência doméstica e familiar a serem atendidas nas Delegacias da Mulher do Estado do Pará por profissionais habilitados em Língua de Sinais (LIBRAS) de autoria da ex-deputada Estadual Dilvanda Faro. Com voto favorável da deputada Michele Begot. O Presidente da CSP, deputado del. Nilton Neves concedeu o pedido de vista ao Deputado Iran Lima.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 99/2021, que institui no âmbito do Estado do Pará, o Programa Estadual de Atenção às Pessoas LGBTI+ em privação de liberdade, cumprindo penas e medidas alternativas, medidas de segurança, presas provisoriamente e egressas do Sistema Prisional, de autoria do Deputado Carlos Bordalo. Na reunião da CSP, realizada no dia 30/08/2023 foi rejeitado o voto contrário do deputado Fábio Freitas e a Comissão deliberou para que fosse designado outro Relator, para apresentar voto substitutivo, tendo sido designado o Deputado Eliel Faustino que apresentou o parecer favorável ao Projeto. Projeto aprovado.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 174/2021, que dispõe sobre a instalação de Câmeras de vídeo e áudio em viaturas, aeronaves e embarcações e micro câmeras nos uniformes dos Policiais Cíveis e Militares do Estado do Pará e dá outras providências, de autoria do Deputado Fábio Figueiras, com o parecer e voto desfavorável do Deputado Coronel Neil. Obs.: Foi concedida vista ao deputado Eliel Faustino que devolveu o Projeto de Lei nº 174/2021 para esta Comissão de Segurança Pública, sem manifestação e reservou-se no direito de apresentar posterior manifestação em plenário. Na 4ª. Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública realizada no dia 12 de dezembro de 2023, a Comissão de Segurança Pública deliberou pela retirada de pauta do Projeto de Lei e o senhor Presidente deputado delegado Nilton Neves determinou a retirada de pauta do PL.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 18/2021 (Anexos PL 28/2021 e PL 31/2021), que dispõe sobre medidas de enfrentamento ao crime de fraude à ordem de preferência de imunização contra o coronavírus e dá outras providências. De autoria do Deputado Delegado Nilton Neves., com relatório e voto favorável do Deputado Ângelo Ferrari. À unanimidade, os senhores deputados entenderam que houve perda do objeto, razão pela qual votaram pelo arquivamento. Por determinação do deputado Nilton Neves o Projeto foi encaminhado para arquivamento ao DIDEX.

Projetos votados nas reuniões conjuntas ordinárias e extraordinárias da Comissão de Segurança Pública com a CCJRF e CFFO:

PROJETO DE LEI Nº 94/2023 – de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA). Voto: Relatório com voto favorável do relator, deputado delegado Nilton Neves. Projeto aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 231/2023, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre os valores dos soldos dos círculos de Praças e de Praças Especiais dos Quadros de Ativos e Inativos da Polícia Militar do Pará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Voto favorável do Relator deputado Iran Lima na CFFO e na CSP, voto favorável do relator deputado delegado Nilton Neves. Projeto Aprovado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de reajuste do vencimento base dos cargos de provimento efetivo que compõem os quadros de Agente de Autoridade e de Técnicos de Polícia e os cargos mencionados no art. 106 da Lei Complementar Estadual, nº 22, de 15 de março de 1994. Aprovado por unanimidade o parecer favorável do relator Deputado Gustavo Sefer pela CFFO e o parecer e voto favorável do Deputado Del. Nilton Neves pela CSP.

PROJETO DE LEI Nº 387/2023 de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei estadual nº 6.626, 3 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Aprovado por unanimidade o parecer favorável do relator Deputado Gustavo Sefer pela CFFO e o parecer e voto favorável do Deputado Del. Nilton Neves pela CSP.

PROJETO DE LEI Nº 371/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de reajuste do vencimento base dos cargos de provimento efetivo que compõem o quadro de pessoal administrativo da Polícia Civil. Aprovado à unanimidade o voto favorável do relator Deputado Gustavo Sefer pela CFFO e o voto favorável do Deputado Del. Nilton Neves pela CSP.

Relatório de Atividades do 1º Encontro Nacional dos Presidentes de Comissões de Segurança das Assembleias Legislativas Estaduais, do Senado, da Câmara Federal e autoridades similares realizado no final do mês de setembro em Brasília-DF, do qual participou o Presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Delegado Nilton Neves.

No dia 26 de setembro houve extensa reunião entre os membros da Unale e seus convidados, ocorrido na sede da UNALE, para discutir diversos assuntos referentes às futuras atividades e ações da entidade para o fortalecimento dos Legislativos Estaduais.

No dia 27 de setembro foi realizada a visita técnica à sede da FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, visando troca de informações, produção de conhecimento e discussão sobre o futuro da organização e suas ações no âmbito nacional e internacional.

Posteriormente ocorreu reunião de trabalho no Ministério da Justiça, com toda a Diretoria Executiva do ministério e os congressistas da Unale, para tratar de programas técnicos, ações efetivas atuais e futuras, transferência de recursos para os Estados membros (especificamente na área de justiça e segurança pública). Na ocasião, diversos temas foram tratados e cada Estado participante pôde expor os avanços no combate à criminalidade e desigualdade social ocorrido em seus respectivos Estados.

A realização do **1º Encontro Nacional dos Presidentes de Comissões de Segurança das Assembleias Legislativas Estaduais, do Senado, Câmara Federal e autoridades similares**, foi um sucesso, para que todos conhecessem

outros Parlamentares que atuam nas áreas de justiça e segurança pública, no âmbito das Casas Legislativas, bem como conhecer políticas públicas do Governo Federal, seus planos e desdobramentos.

O Senhor Presidente deputado Del. Nilton Neves, na 3ª. Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública desta Casa, realizada no dia sete de novembro de 2023, apresentou o relatório de atividades e expôs para a Comissão de Segurança Pública que a UNALE pretende realizar um encontro em nosso Estado para a realização de um congresso regional com o Apoio da ALEPA, no ano de 2024, para tratar sobre o tema referente à COP 30 e seus desdobramentos ambientais na área de Segurança Pública, Justiça e Cidadania na região Amazônica. Colocada a proposta em discussão, o deputado Iran Lima manifestou-se no sentido de que fosse feito o requerimento e a sugestão do deputado Iran Lima foi aprovada.

7.2.16. COMISSÃO DE TURISMO E ESPORTES (CTE)

"Apresentamos no dia 08/03/2023 um plano de trabalho, que tem como objetivo propor ações norteadoras da atuação da Comissão de Turismo e Esporte, visando o cumprimento de suas competências legais, conforme disposto no Regimento Interno, bem como alcançar os objetivos da política estadual do esporte e a do turismo e outras legislações correlatas. A execução das atividades será desenvolvida a partir de fevereiro de 2023 a dezembro de 2024." Afirma o Deputado Lu Ogawa, presidente da comissão.

A Comissão de Turismo e Esportes da Assembleia Legislativa do Pará realizou em 18/04/2023, a primeira reunião ordinária do período legislativo. A partir dessa primeira reunião de trabalho, os deputados que integram a comissão vão se reunir semanalmente, às terças-feiras, após a sessão no plenário.

O presidente da comissão, deputado Lu Ogawa, conduziu a apreciação e votação dos projetos.

Os Projetos de Leis 7/2020, que institui o "Dia do Remismo"; o 244/2020, que classifica como Estância turística o município de Floresta do Araguaia; o PL 221/2023, institui no calendário oficial do Pará o Dia Estadual do Beach Tennis; e o PL 327/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de podium adaptado nas competições esportivas que possuem pessoas com deficiência participando foram aprovados por unanimidade.

"Os projetos serão encaminhados para a Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, para prosseguir a tramitação das proposições e ficarem aptos para a pauta, no plenário da Alepa", explicou o deputado Lu Ogawa, encerrando a reunião.

Nº	PROJETOS	AUTOR (A)	EMENTA	VOTO	COMISSÃO
01	Projeto de Lei nº 7/2020	EX-DEP. MARINOR BRITO	Institui o "Dia do Remismo" e dá outras providências.	FAVORÁVEL	CTE
02	Projeto de Lei nº 244/2020	EX-DEP. ALEX SANTIAGO	Classifica como Estância Turística para o Estado do Pará. o Município de Floresta do Araguaia e dá outras providências.	FAVORÁVEL	CTE
03	Projeto de Lei nº 221/2021	DEP. THIAGO ARAÚJO	Institui no Calendário Oficial do Estado do Pará, o DIA ESTADUAL DO BEACH TENNIS.	FAVORÁVEL	CTE
04	Projeto de Lei nº 327/2022	EX-DEP. MIRO SANOVA	Dispõe sobre a obrigatoriedade de Podium adaptado nas competições esportivas que possuem pessoas com deficiência participando, e dá outras providências.	FAVORÁVEL	CTE
05	Projeto de Lei nº 202/2023	DEP. LU OGAWA	Classifica como Estância Turística para o Estado do Pará, o Município de Tomé-Açu e dá outras providências.	FAVORÁVEL	CTE
06	Projeto de Lei nº 414/2023	DEP. WESCLEY TOMAZ	Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Pará, a Copa Ouro de Futsal, no Município de Itaituba e dá outras providências.	FAVORÁVEL	CTE
07	Projeto de Lei nº 90/2023	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Reconhece o Beach Tennis como modalidade esportiva no âmbito do Estado do Pará.	FAVORÁVEL	CTE
08	Projeto de Lei nº 267/2023	DEP. JOSUÉ PAIVA	Institui o Dia 07 de fevereiro como o Dia Estadual do Desporto Escolar.	FAVORÁVEL	CTE
09	Projeto de Lei nº 377/2023	DEP. BRAZ	Dispõe sobre a criação de um Programa de Estágio em academias de praças e centro de práticas esportivas públicas para alunos do curso de Educação Física das Universidades Estaduais do Estado do Pará.	FAVORÁVEL	CTE

7.2.17. COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES, INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS (CVTIOP)

É com grande satisfação que apresento o relatório anual das atividades da Comissão de Viação, Infraestrutura, Transporte e Obras Públicas, abrangendo o período de 01/01/2023 a 31/12/2023. Durante este intervalo, nossa comissão manteve um compromisso firme com a promoção do desenvolvimento urbano sustentável, aprimoramento da mobilidade e garantia de infraestruturas seguras e eficientes em nossa jurisdição.

I. Projetos Estratégicos de Infraestrutura:

Ao longo do último ano, concentramos nossos esforços na concepção e implementação de projetos estratégicos de infraestrutura. Dentre os principais empreendimentos, destaca-se o Projeto de Lei no 303/2023, que instituiu o Subsistema Ferroviário do Estado do Pará, voltado para a expansão da malha viária, visando não apenas a melhoria da mobilidade, mas também o estímulo ao desenvolvimento econômico social.

II. Modernização do Transporte Público:

Reconhecendo a necessidade de um transporte público eficiente e sustentável, dedicamos especial atenção à modernização dos sistemas de transporte coletivo. Iniciamos estudos de viabilidade para a implementação de tecnologias inovadoras, alinhadas com os princípios da mobilidade urbana inteligente, especialmente Projeto de Lei no 219/2023, que alterou a Lei Estadual no 6.213/1999, a qual dispõe sobre a criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Regional.

III. Obras de Manutenção e Conservação:

A preservação das obras públicas existentes é uma prioridade inegociável. Desenvolvemos e implementamos programas de manutenção preventiva, realizando inspeções regulares e intervenções tempestivas para garantir a segurança e a durabilidade de pontes, viadutos, estradas e demais infraestruturas sob nossa responsabilidade.

IV. Planejamento Urbano Integrado:

Entendemos que o sucesso de nossas iniciativas está intrinsecamente ligado a um planejamento urbano integrado. Trabalhamos em colaboração com especialistas em urbanismo para assegurar que nossas ações estejam alinhadas com uma visão holística do desenvolvimento sustentável, considerando aspectos como o uso do solo, a preservação ambiental e a qualidade de vida da população.

V. Participação Cidadã e Transparência:

Acreditamos na importância da participação ativa da comunidade em nossas decisões.

Organizamos audiências públicas, consultas populares e sessões informativas para garantir que as vozes dos cidadãos sejam ouvidas e consideradas em todas as etapas de nossos projetos. Além disso, mantemos um compromisso contínuo com a transparência, disponibilizando informações relevantes sobre nossas atividades por meio de canais acessíveis.

VI. Transporte Público Sustentável:

Em consonância com as demandas crescentes por opções de transporte público mais eficientes e ecológicas, a Comissão desenvolveu propostas para a implementação de sistemas de transporte coletivo sustentáveis. Este trabalho incluiu análises de viabilidade e consulta à comunidade para garantir a aceitação e a eficácia dessas iniciativas.

Tivemos 2 reuniões extraordinárias, 2 reuniões conjuntas com outras comissões e 1 reunião ordinária, com a análise de 09 projetos de lei.

À medida que nos encaminhamos para o próximo ano, reafirmamos nosso compromisso com a excelência na gestão pública e na promoção do bem-estar de nossa comunidade.

O empenho da CTCOP no ano de 2023 foi notável, revelando-se como um período de significativa colaboração e cooperação. Tornaram-se cada vez mais perceptíveis os pontos de intersecção da CTCOP com praticamente todas as outras comissões desta Casa Legislativa. Todavia, mesmo com o dedicado esforço de seus membros, torna-se evidente que um desafio substancial persiste: é imprescindível um aumento significativo nos investimentos para o fomento de transporte e obras públicas.

Ao encerrar este ciclo, desejo expressar minha sincera gratidão a todos os membros da CTCOP. Foi uma verdadeira honra trabalhar ao lado de colegas Deputados tão dedicados e nobres. Quero estender meus agradecimentos aos convidados que generosamente participaram das audiências públicas, enriquecendo nossas perspectivas e contribuindo para tomadas de decisão mais esclarecidas. A diversidade de opiniões e conhecimentos compartilhados foi fundamental para o enriquecimento de nossos debates.


Estamos comprometidos em continuar a busca por avanços tecnológicos e científicos em prol do progresso do nosso querido Estado do Pará, contando com a confiança e o suporte de todos os envolvidos.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

INTERNAS:
DE ESTUDOS;
DE INQUÉRITO E
REPRESENTATIVAS.

EXTERNAS:
DE REPRESENTAÇÃO



Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

8. COMISSÕES TEMPORÁRIAS

As Comissões Temporárias ³ podem ser Internas, sendo: de estudos, de inquérito e representativas durante o recesso, ou Externas.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS - 61ª LEGISLATURA			
COMISSÃO DE ESTUDOS			
Nº	AUTOR	NOME	ATO
1	DEP. THIAGO ARAÚJO	Crédito de Carbono e Carbono Neutro.	Ato da Presidência Nº 08/2023 DOAL Nº 2.311, de 20 a 24/03/2023, pág. 03.
2	DEP. WESCLEY TOMAZ	Levantamento socioeconômico da Região do Tapajós.	Ato da Presidência Nº 03/2023 DOAL Nº 2.308, de 27/02 a 03/03/2023, pág. 03.
3	DEP. VICTOR DIAS	Desenvolver Estudo, Análises e Verificações sobre a metodologia e critérios para alcançar os índices da Cota Parte do ICMS.	Ato da Presidência Nº 09/2023 DOAL Nº 2.315, de 17 a 21/04/2023, pág. 07.
4	DEP. DIANA BELO	Para desenvolver estudo, análise e verificações sobre a metodologia e critérios para alcançar os índices da Cota Parte do ICMS.	Ato da Presidência Nº 21/2023 DOAL Nº 2.361, de 02 a 04/10/2023, pág. 04.
COMISSÃO EXTERNA DE REPRESENTAÇÃO			
Nº	AUTOR	NOME	ATO
1	DEP. CARLOS BORDALO	Acompanhar a implementação das recomendações do Relatório da CPI da Vale.	Ato da Presidência Nº 05/2023 DOAL Nº 2.309, de 06 a 10/03/2023, pág. 02. * Republicado no DOAL Nº 2.345, de 07 a 09/08/2023, pág. 04.
2	DEP. MARTINHO CARMONA	Acompanhar e fiscalizar as obras da UHE Belo Monte.	Ato da Presidência Nº 04/2023. DOAL Nº 2.308, de 27/02 a 03/03/2023, pág. 03. * Republicado no DOAL Nº 2.355, de 11 a 13/09/2023, pág. 07. Prorrogado pelo Ato da Presidência Nº 12/2023 DOAL Nº 2.331, de 19 a 21/06/2023, pág. 07.

³ Art. 76 do Regimento Interno da ALEPA.

3	DEP. LÍVIA DUARTE	Acompanhar a situação dos deslizamentos de Terra no Município de Abaetetuba.	Ato da Presidência Nº 07/2023 DOAL Nº 2.309, de 06 a 10/03/2023, pág. 02.
4	DEP. ROGÉRIO BARRA	Acompanhar o processo de desintrusão da Terra Indígena Alto Rio Guamá, no nordeste do Pará.	Ato da Presidência Nº 11/2023 DOAL Nº 2.326, de 01 a 02/06/2023, pág. 13.
5	DEP. LÍVIA DUARTE	Acompanhar o caso do atentado às lideranças indígenas Tembé em Tomé-Açu.	Ato da Presidência Nº 17/2023 DOAL Nº 2.365, de 16 a 18/10/2023, pág. 09.
6	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Acompanhar o trabalho desenvolvido pela ONU visando atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável no âmbito do Estado do Pará.	Ato da Presidência Nº 14/2023 DOAL Nº 2.353, de 04 a 06/09/2023, pág. 05.
7	DEP. DEL. TONI CUNHA	Para Cooperação e Amizade Brasil-Israel, no âmbito do Estado do Pará.	Ato da Presidência Nº 18/2023 DOAL Nº 2.357, de 18 a 20/09/2023, pág. 04.
8	DEP. WESCLEY TOMAZ	Em defesa da Mineração/Garimpo no Estado do Pará.	Ato da Presidência Nº 19/2023 DOAL Nº 2.357, de 18 a 20/09/2023, pág. 04.
9	DEP. TORRINHO TORRES	A fim de acompanhar a crise agropecuária que se instala no Estado do Pará.	Ato da Presidência Nº 20/2023 DOAL Nº 2.357, de 18 a 20/09/2023, pág. 04.
10	DEP. ROGÉRIO BARRA	A fim de acompanhar o processo de desintrusão de não indígenas das áreas Apyterewa e Trincheira Bacajá.	Ato da Presidência Nº 22/2023 DOAL Nº 2.370, de 02 a 03/11/2023, pág. 08. * Retificado pelo Ato da Presidência Nº 24/2023 Publicado no DOAL Nº 2.378, de 30/11 a 01/12/2023, pág. 07.
11	DEP. FÁBIO FREITAS	Para acompanhar o andamento, as reuniões e as decisões da Comissão que está analisando a Reforma Tributária no Congresso Nacional	Ato da Presidência Nº 23/2023 DOAL Nº 2.378, de 30/11 a 01/12/2023, pág. 06.

8.1. COMISSÃO EXTERNA DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS OBRAS DE NATUREZA CONDICIONANTES DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

O presente Relatório compreende as atividades realizadas pela Comissão Parlamentar de Representação que acompanha e fiscaliza o fiel cumprimento das obras de natureza **CONDICIONANTES DA UHE BELO MONTE**, impostas pelo **IBAMA**, principalmente aquelas exigidas por ocasião da **Licença de Operação**, bem como o **Plano Básico Ambiental - PBA** e o **Plano Sub-Regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu - PSRDSX**, relativas ao **exercício 2023**, para efeito de cumprimento do **Artigo 25, Inciso II, alínea “j” do Regimento Interno da ALEPA. (Resolução nº 02/22)**.

Esta Comissão Parlamentar de Representação, que acompanha e fiscaliza as obras de natureza Condicionantes da **UHE Belo Monte**, foi constituída através do **Ato da Mesa Diretora nº 04/2023, de 27/02/2023**, publicado no Diário Oficial da ALEPA nº 2355, edição de 11 a 13 de setembro de 2023, em atendimento ao **Requerimento nº 20/2023**, de autoria dos **Deputados Martinho Carmona e Eraldo Pimenta**, com o objetivo principal de **acompanhar e de fiscalizar o fiel cumprimento das Condicionantes da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**, foi devidamente **INSTALADA no dia 07 de março de 2023**, de acordo com a **Ata da Reunião de Instalação** realizada no Plenário Newton Miranda, na qual compareceram todos os seus membros, que, unanimemente, **elegeram o Deputado Eraldo Pimenta para a Presidência, o Deputado Ângelo Ferrari para a Vice-Presidência e o Deputado Martinho Carmona para a Relatoria**, conforme anexos das páginas 11 a 21.

DAS CONDICIONANTES

Um empreendimento da magnitude de uma Usina Hidrelétrica como a de Belo Monte, considerada a terceira maior do Mundo, e a maior do Brasil, **construída 100% em território paraense**, em que pese os vultosos Investimentos Federais carreados para a Região do Xingu, que em muito contribuirão para o seu desenvolvimento, causa também enormes impactos ambientais e sociais para as comunidades localizadas no entorno dessa gigantesca obra.

Os impactos ambientais e sociais acima referidos atingem mais diretamente as comunidades, inclusive indígenas, localizadas nos onze Municípios dos arredores das obras, a saber, **Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu** (Área de Influência Direta), e **Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz e Uruará** (Área de Influência Indireta).

Então, com o objetivo de mitigar esses irreparáveis impactos sociais e ambientais, o **IBAMA**, após muitos estudos e qualificadas pesquisas, **estabeleceu**, como contrapartida daqueles impactos sociais e ambientais, o **cumprimento**, por parte da **Norte Energia**, de inúmeras obras de natureza **Condicionantes**, inclusive no **Pós Licença de Operação**.

Por ocasião da Licença de Operação, ou seja, para iniciar a geração de energia, o **IBAMA determinou que a Norte Energia, Empresa Concessionária da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, cumprisse Novas Condicionantes**, visando **minorar os Impactos Ambientais e Sociais que atingem toda a Região dos arredores desse megaempreendimento, que engloba os onze (11) Municípios das Áreas de Influência Direta e Indireta**.

Pois bem, a **Licença de Operação** é composta por **36 Condicionantes específicas, desmembradas em 71 obrigações executáveis**. Conforme o vigésimo terceiro Relatório consolidado protocolizado no **IBAMA** em 31.03.2023, e atualizações apresentadas ao órgão ambiental durante **Seminário Técnico** realizado de 24 a 28 de abril de 2023, o **status das condicionantes/obrigações** é o que segue abaixo:

- **18 obrigações atendidas e validadas pelo IBAMA;**
- **13 obrigações atendidas a serem validadas pelo Órgão Ambiental;**
- **40 OBRIGAÇÕES EM ATENDIMENTO**, considerando **Condicionantes de Monitoramento Contínuo**, como por exemplo, as **Ações para o Trecho de Vazão Reduzida da Volta Grande do Xingu; Projetos para Ribeirinhos; Assistência Técnica para Pescadores e Ações para os Povos Indígenas da Área de Influência da UHE Belo Monte.**

A Concessionária da **Usina de Belo Monte** afirma que vem cumprindo as **Condicionantes do Licenciamento Ambiental do Empreendimento, tendo algumas cujos prazos e ações são continuadas, e os monitoramentos estão atrelados ao período de Concessão da Usina Hidrelétrica.**

A Empresa Norte Energia informou que as Condicionantes previstas no Licenciamento Ambiental vêm sendo cumpridas, seja no âmbito do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), seja nas demais obrigações referentes aos Termos de Cooperação firmados, **enfatizando que é importante ressaltar que muitas obrigações são de execução continuada e perdurarão até o prazo final da concessão da UHE Belo Monte**, conforme se vê dos anexos das páginas 11 a 21.

DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO

Esta Comissão Parlamentar de Representação, cujo foco principal é acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obras de natureza Condicionantes da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, faz contatos permanentes com a Diretoria da Norte Energia, tanto no escritório de Brasília, quando é para falar com o Diretor-Presidente, **Dr. Paulo Roberto Ribeiro Pinto**, como no canteiro de obras, ora no **Município de Altamira**, ora no **Município de Vitória do Xingu**, quando é para falar com o **Dr. Eduardo Camilo**, Diretor Superintendente de Relações Institucionais, bem como com os **onze (11) Municípios das Áreas de Influências Direta e Indireta**, como se pode verificar da farta documentação arrolada nos Anexos.

Uma vez criada através do **Ato da Mesa Diretora nº 04/2023**, de 27 de fevereiro de 2023, ao norte referido, o **Deputado Martinho Carmona**, na condição de membro **mais idoso**, de acordo com os **§§ 1º e 2º, do Art. 77 do Regimento Interno**, (Resolução 02/2022), **convocou**, tempestivamente, **todos os Deputados membros para a Reunião de Instalação da presente Comissão Parlamentar de Representação**, como se pode ver pelos **Memorandos** convocatórios e pela competente **Ata da Reunião de Instalação**, ocorrida no dia **07 de março de 2023**, no Plenário Newton Miranda, **tendo sido eleitos, por unanimidade, e imediatamente empossados**, o Deputado **Eraldo Pimenta**, para Presidente, o Deputado **Ângelo Ferrari**, para Vice-Presidente e o Deputado **Martinho Carmona**, para Relator.

O Deputado **Eraldo Pimenta**, já como Presidente da Comissão, ao assumir a condução dos trabalhos, **determinou a expedição de ofícios ao Presidente da Norte Energia, solicitando informações detalhadas a respeito do andamento das Condicionantes da UHE Belo Monte, do Plano Básico Ambiental e do Plano Sub-Regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu**, bem como para as **13 Prefeituras e Câmaras Municipais que formam o Consórcio Belo Monte**, a saber, **Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Uruará, Portel e São Félix do Xingu**, dando ciência da criação e da instalação da presente Comissão Parlamentar de Representação e ao mesmo tempo para que **referidas Municipalidades informassem todas as demandas relacionadas às Condicionantes da UHE Belo Monte**.

Em atendimento às determinações do Presidente desta Comissão Parlamentar de Representação e, tendo em vista o **mister** de acompanhar e de fiscalizar o fiel cumprimento das **Condicionantes** da UHE Belo Monte, durante o **exercício de 2023**, esta Comissão Parlamentar de Representação desenvolveu as tarefas a seguir arroladas, cujas cópias seguem anexas.

- Contatos semanais com a Diretoria da Norte Energia, via celular, inclusive whatsapp e e-mails, através do **Dr. Eduardo Camilo**, Diretor Superintendente de Relações Institucionais, relacionados às **Condicionantes**;

- Expedição de 06 Memorandos;

- Reunião com a Diretoria da NE, no dia 18 de abril de 2023, na ALEPA, mais precisamente na Sala do Presidente Chicão, que passou a ser informal devido uma estrondosa manifestação popular que ocorria na frente da ALEPA. Ressaltamos que essa Reunião foi prejudicada pela estridente manifestação popular, uma vez que não dava para ouvir o que os participantes falavam, visto que não havia serviço de som, razão pela qual a Norte Energia fez apenas a **exibição de um vídeo** a respeito das **Condicionantes** e, finalizado, quase aos gritos, o Presidente da Norte Energia convidou os Deputados Membros da Comissão para uma visita à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e também para fazer um sobrevoo, de helicóptero, para vislumbrar todo o conjunto da obra. O que acabou não ocorrendo.

- Expediu, via SEDEX e e-mails, **35 Ofícios**, sendo 29 de pedidos de informações;

- Seis (06) trocas de e-mails com a NE a respeito das Condicionantes e para confirmar a realização de uma Reunião de Trabalho com a Diretoria da NE, na Cidade de Altamira, no dia 23 de fevereiro de 2024.

Dos ofícios acima referidos, **ganham ênfase os de números 001, 002, 032, 033 e 035/2023**, endereçados à Norte Energia, que tratam e que confirmam a realização de uma Reunião de Trabalho com a Diretoria da Norte Energia, na Cidade de Altamira, no **dia 23 de fevereiro de 2024**, no **Auditório da Sede da Associação Consórcio Belo Monte** e que **define a Pauta dos Trabalhos**.

Sobre a **Reunião de Trabalho** acima referida, **informamos que a mesma deveria ter ocorrido na segunda quinzena do mês de novembro de 2023**. Ocorreu que o Presidente da NE estava com a agenda lotada, inclusive com compromissos internacionais, motivo pelo qual, de comum acordo, essa Reunião de Trabalho **ficou agendada para o dia 23 de fevereiro de 2024, às 08:00 horas da manhã, na Cidade de Altamira, mais precisamente no Auditório da Sede da Associação Consórcio Belo Monte**. Ver anexos das páginas 22 a 71.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório compreende todas as atividades desenvolvidas pela Comissão Parlamentar de Representação que acompanha e fiscaliza o fiel cumprimento das **Condicionantes da Usina Hidrelétrica de Belo Monte** impostas pelo **IBAMA**.

Esta Comissão, composta pelos Deputados **ERALDO PIMENTA - MDB, Presidente; ÂNGELO FERRARI - MDB, Vice-Presidente; MARTINHO CARMONA- MDB, Relator; BRAZ - PDT e DIRCEU TEN CATEN - PT, Membros**, criada através do **Ato da Mesa Diretora nº 04/2023**, de 27 de fevereiro de 2023, em atendimento ao **Requerimento nº 20/2023**, **interage com as comunidades dos onze (11) Municípios, direta ou indiretamente impactados pela construção da UHE Belo Monte**, na Região do Xingu e cobra da Empresa Concessionária Norte Energia, que construiu a Usina, **o cumprimento das Condicionantes** impostas pelo **IBAMA**, tendo conseguido muitos e importantes avanços.

As atuais Condicionantes, que foram impostas pelo **IBAMA** por ocasião da Licença de Operação, **em número de 36, se desdobram em 71 OBRIGAÇÕES EXECUTÁVEIS**, conforme o vigésimo terceiro Relatório consolidado protocolado em 31.03.2023 e atualizações apresentadas ao órgão ambiental durante **Seminário Técnico** realizado de 24 a 28 de abril de 2023. Segundo esse Relatório, **18 (dezoito) obrigações já foram atendidas e validadas pelo IBAMA; 13 (treze) obrigações, que também já foram atendidas, estão aguardando o Processo de Validação pelo Órgão Ambiental e, 40 (quarenta) OBRIGAÇÕES ESTÃO EM ATENDIMENTO**, considerando Condicionantes de monitoramento contínuo, como por exemplo, as **Ações para o Trecho de Vazão Reduzida da Volta Grande do Xingu; Projetos para Ribeirinhos; Assistência Técnica para Pescadores e Ações para os Povos Indígenas da Área de Influência da UHE Belo Monte**.

É bem verdade que algumas condicionantes ainda não foram totalmente concluídas, conforme foi informado pela própria Concessionária, mas esta Comissão continuará atenta e cobrando as providências da alçada daquela Empresa.

O presente Relatório visa demonstrar o cumprimento do principal objetivo da Comissão, que é o de acompanhar e de fiscalizar o fiel cumprimento de todas as **CONDICIONANTES da UHE Belo Monte**, bem como a **reparação dos danos ambientais e sociais** que atingiram a Região do Xingu, nos arredores desse Mega Empreendimento, que engloba os Municípios de **Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz e Uruará**.

8.2. COMISSÃO EXTERNA DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE APUROU AS CONDUTAS DA EMPRESA VALE S.A NO ESTADO DO PARÁ

A Comissão Externa de Representação instalada em 11 de abril de 2023, objeto do requerimento **011/2023 de autoria do Deputado Carlos Bordalo**, com a finalidade de acompanhar a implementação das recomendações do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou as condutas da Empresa Vale S.A no Estado do Pará, por **Ato da Mesa nº 05/2023** delegou como membros da CER os parlamentares: Deputado Carlos Bordalo/PT; Eraldo Pimenta/MDB;

Martinho Carmona/MDB; Braz/PDT; e Torrinho Torres/PODE. Após o ato de instalação oficial da CER, ficaram designados para os cargos de Presidente e Relator, os Deputados Martinho Carmona e Carlos Bordalo respectivamente.

DEMONSTRATIVO DE REUNIÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, VISITAS TÉCNICAS E TRATATIVAS OCORRIDAS EM 2023:

■ REUNIÃO ADMINISTRATIVA
■ TRATATIVAS

INSTALAÇÃO DA CPI				
DATA	HORÁRIO	LOCAL	PARTICIPANTES	ASSUNTO
11/04	11:30	Sala VIP	Todos os Deputados membros	Instalação da CPI
1ª REUNIÃO – 27 DE SETEMBRO DE 2023 – QUARTA-FEIRA				
DATA	HORÁRIO	LOCAL	PARTICIPANTES	ASSUNTO
27/09	18:00	Auditório do Hotel Vila Carajás - Parauapebas	Todos os Deputados membros	Cerimônia de entrega do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito seguida de diálogo sobre a criação do Consórcio Intermunicipal Multimodal dos Municípios Mineradores do Estado do Pará.
TRATATIVAS				
ÓRGÃO	DOCUMENTO	ASSUNTO	PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELA CER	
MPPA/MARABÁ	OFÍCIO 389/23	Pedido de informações sobre relatório final da CPI da Vale S.A.	Respondido via e-mail através do Ofício 001/2023/CER.	
ANM	OFÍCIO 25914/2023/COFIS/ANM	Solicitação de acesso aos dados da CPI relativos a venda de ouro e subprodutos de cobre.	Respondido via SEI	
TCU	OFÍCIO 50502/2023/TCU/Seproc	Diligência TCU/Seproc processo de representação no TC 021.708/2023-1	Respondido via e-mail através do Ofício 142/2023.	

8.3. COMISSÃO REPRESENTATIVA

A Comissão Representativa ⁴ da Assembleia Legislativa atua nos períodos de recesso, com a finalidade de exercer as atribuições específicas e de caráter urgente, eleita em processo eleitoral conduzido pela Mesa, na última sessão ordinária de cada um dos dois períodos legislativos anuais, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária,

Para o recesso parlamentar de julho, a Comissão Representativa atuou no período compreendido entre os dias 1º a 31 de julho de 2023, e foi instituída pelo **Ato da Presidência nº 13/2023**, publicado no DOAL Nº 2.333, de 26 a 28/06/2023, pág. 08.

⁴ Art. 85 do Regimento Interno da ALEPA.

COMISSÃO REPRESENTATIVA - julho/2023	
TITULARES	SUPLENTES
DEP. FRANCISCO MELO - CHICÃO (MDB)	-
DEP. LU OGAWA (PP)	DEP. ANA CUNHA (PSDB)
DEP. CILENE COUTO (PSDB)	DEP. ADRIANO COELHO (PDT)
DEP. DEL. NILTON NEVES (PSD)	DEP. DIRCEU TEN CATEN (PT)
DEP. CARLOS BORDALO (PT)	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS (PSB)
DEP. DR. WANDERLAN (MDB)	DEP. DIANA BELO (MDB)
DEP. FÁBIO FREITAS (REP)	DEP. AVEILTON SOUZA (PL)
DEP. LÍVIA DUARTE (PSOL)	DEP. MARTINHO CARMONA (MDB)
DEP. THIAGO ARAÚJO (FE PSDB CID)	DEP. RENATO OLIVEIRA (PODE)
DEP. VICTOR DIAS (UB)	DEP. MARIA DO CARMO (PT)
DEP. IRAN LIMA (MDB)	DEP. WESCLEY TOMAZ (AVANTE)


Já para o recesso parlamentar do final de ano, a Comissão Representativa atuou no período compreendido entre os dias 21 de dezembro a 31 de janeiro de 2024, e foi instituída pelo **Ato da Presidência nº 27/2023**, publicado no DOAL Nº 2.384, de 21 a 22/12/2023, pág. 09.

COMISSÃO REPRESENTATIVA - dezembro/2023	
TITULARES	SUPLENTES
DEP. FRANCISCO MELO - CHICÃO (MDB)	-
DEP. LU OGAWA (PP)	DEP. ANA CUNHA (PSDB)
DEP. ERICK MONTEIRO (PSDB)	DEP. ADRIANO COELHO (PDT)
DEP. DEL. NILTON NEVES (PSD)	DEP. DIRCEU TEN CATEN (PT)
DEP. CARLOS BORDALO (PT)	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS (PSB)
DEP. DR. WANDERLAN (MDB)	DEP. DIANA BELO (MDB)
DEP. FÁBIO FREITAS (REP)	DEP. AVEILTON SOUZA (PL)
DEP. LÍVIA DUARTE (PSOL)	DEP. MARTINHO CARMONA (MDB)
DEP. THIAGO ARAÚJO (FE PSDB CID)	DEP. RENATO OLIVEIRA (PODE)

DEP. ELIEL FAUSTINO (UB)	DEP. MARIA DO CARMO (PT)
DEP. IRAN LIMA (MDB)	DEP. WESCLEY TOMAZ (AVANTE)



PROCURADORIA DA MULHER



**Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200**

9. PROCURADORIA DA MULHER

NOVA PROCURADORA TITULAR E ADJUNTAS

O ano de 2023 iniciou com a 61ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) e a Procuradoria Especial da Mulher (PROMULHER) ganhou uma nova bancada feminina composta por 7 (sete) parlamentares. A procuradora titular é a deputada Paula Titan, natural de Castanhal, parlamentar com extensa atuação na criação de políticas públicas para grupos em situação de vulnerabilidade. As procuradoras adjuntas são 6 (seis), as deputadas: Diana Belo, Ana Cunha, Andréia Xarão, Lívia Duarte, Cilene Couto e Maria do Carmo.

GRUPO DE TRABALHO (GT)

Criação do Grupo de Trabalho (GT) que se consolidou com a participação de várias entidades públicas e privadas e movimentos sociais, para analisar leis, programas e projetos voltados para as mulheres. Foram realizadas reuniões por eixos, quais sejam: Segurança Pública; Saúde; Esporte e Lazer; Educação; Povos Originários e Populações Tradicionais; Trabalho, Renda e Moradia.

INSTALAÇÃO PROCURADORIAS MUNICIPAIS

O trabalho da Procuradoria se intensificou no ano de 2023 com a instalação de 8 (oito) novas Procuradorias Municipais, os municípios: São Domingos do Capim, Nova Esperança do Piriá, Marabá, Cametá, Itupiranga, Concórdia do Pará, Trairão e Parauapebas. Nossa meta principal neste último ano era a intensificação do número de instalação das procuradorias nas câmaras dos municípios, ampliando assim a rede de atendimento à mulher vítima de violência. A meta é expandir pelos 144 municípios do estado. Hoje temos 22 (vinte e duas) procuradorias municipais instaladas e 11 (onze) em processo de instalação, sendo que esse número é atualizado constantemente.

ZAP DELAS

Lançamento do Zap Delas, canal de comunicação Procuradoria Especial da Mulher, para agendamento de atendimentos, notícias, campanhas e sugestões.

EXPOSIÇÃO PROCURADORIA DA MULHER EM FOCO

Realizada no início do mês de março, abrindo as ações em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A exposição contou um pouco da história de criação da Procuradoria, seu funcionamento, campanhas de conscientização realizadas e de uma biblioteca virtual onde o visitante pode escanear um qr code e baixar publicações e cartilhas.

BRASÍLIA – ENCONTRO COM PARLAMENTARES NO EXECUTIVO E NA CÂMARA FEDERAL

Encontro realizado com mulheres que representam as mulheres paraenses no Parlamento, para celebrar a semana da mulher.

I ENCONTRO ESTADUAL DAS PROCURADORIAS MUNICIPAIS E REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO PARÁ

A ALEPA sediou o I Encontro Estadual das Procuradorias Municipais e Representações Femininas no Pará. A programação foi coordenada pela procuradora titular da Procuradoria da Mulher, deputada Paula Titan. O encontro

discutiu a necessidade da ampliação da representatividade feminina na política. Estiveram presentes parlamentares (deputadas e vereadoras), procuradoras municipais e autoridades de diversos órgãos que atuam na defesa das mulheres.

CAMPANHAS AGOSTO LILÁS

O mês de agosto é conhecido como o mês de conscientização que alerta a população sobre a importância da prevenção e do enfrentamento à violência contra a mulher, e este ano teve por tema: “17 anos da Lei Maria da Penha e outras conquistas femininas. Foi realizada ação no hall da Alepa com a distribuição de panfleto informativo e laço lilás em alusão ao nome da campanha. Além disso, a Procuradoria da Mulher participou de diversos eventos realizados pelos órgãos que compõem a rede de enfrentamento à violência da mulher.

CAMPANHA OUTUBRO ROSA

Ação realizada em conjunto pela Procuradoria da Mulher e pelo Departamento de Bem-Estar Social (DBES) da ALEPA para reforçar a prevenção e a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama e colo de útero. Foi feita visita nos gabinetes e setores administrativos com aplicação de questionário para a conscientização das funcionárias e funcionários sobre a importância do auto-exame.

AÇÃO CIDADANIA E SAÚDE MATERNAL NA PRAÇA DA REPÚBLICA

Iniciativa da Secretaria Estadual da Mulher para chamar a atenção para a Campanha Nacional de Redução da Mortalidade Materna. A ação aconteceu em parceria com a SESP, SEAC, SEBRAE, DPE/PA, com o apoio da Procuradoria da Mulher.

1ª CARAVANA PROMULHER/ALEPA

Encontro realizado no município de Castanhal com as vereadoras do estado do Pará para troca de conhecimento e formação política para as mulheres. As palestras e as conversas foram sobre a organização da campanha, marketing político, direito eleitoral e o combate à violência política de gênero.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

A produção legislativa em prol de aprovar projetos de leis em defesa dos direitos das mulheres foi prioridade no ano de 2023. Foram protocolados inúmeros PL's que tramitam na Casa Legislativa de autoria da procuradora titular, bem como das adjuntas. Tais como: Lei Sancionada 10.267, institui a Semana Estadual de Estudos sobre os Direitos das Mulheres; Lei Atualizada 9.361, institui a Semana Estadual à Participação da Mulher no Processo Eleitoral, etc.

NOTAS DE REPÚDIO E DENÚNCIAS

Assim como nos anos anteriores, as notas de repúdio tornaram-se crescentes nas redes da Procuradoria da Mulher, sendo contrária de forma veemente às tentativas de feminicídios ocorridos no Estado e no país.



FRENTES PARLAMENTARES



**Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200**

10. FRENTES PARLAMENTARES

A Frente Parlamentar ⁵ é a associação suprapartidária de pelo menos um terço dos membros do Poder Legislativo Estadual, destinada a promover o debate e o aprimoramento da legislação sobre determinado tema ou setor da sociedade.

FRENTES PARLAMENTARES - 61ª LEGISLATURA			
Nº	REQUERIMENTO	NOME	PUBLICAÇÃO DO ESTATUTO
1	31/2023 (DEP. AVEILTON SOUZA)	Mista da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará.	DOAL Nº 2.308, de 27/02 a 03/03/2023, pág. 03.
2	199/2023 (DEP. JOSUÉ PAIVA)	Mista do Modal Ferroviário, Fluvial e Rodoviário	DOAL Nº 2.322, de 18 a 19/05/2023, pág. 05.
3	288/2023 (DEPS. DIRCEU TEN CATEN E DEL. NILTON NEVES)	Defesa da Assistência Farmacêutica no Estado do Pará.	DOAL Nº 2.345, de 07 a 09/08/2023, pág. 05.
4	305/2023 (DEP. CARLOS BORDALO)	Defesa da Autodeterminação dos Povos.	DOAL Nº 2.328, de 08 a 09/06/2023, pág. 04.
5	310/2023 (DEP. GUSTAVO SEFER)	Estudo sobre a Exploração de Gás e Petróleo na Região Norte do País.	DOAL Nº 2.328, de 08 a 09/06/2023, pág. 05.
6	375/2023 (DEP. LU OGAWA)	Requer o Registro da Frente Parlamentar de Acompanhamento e Fortalecimento das Ações da COP-30 no Estado do Pará.	DOAL Nº 2.334, de 29 a 30/06/2023, pág. 04.

⁵ Art. 346, § 1º do Regimento Interno da ALEPA.




SESSÕES REALIZADAS

SESSÕES SOLENES

SESSÕES ESPECIAIS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

11. SESSÕES REALIZADAS

COMPILADO DE REUNIÕES REALIZADAS EM 2023													
TIPO DE REUNIÃO	JAN EIRO	FEV EREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
REUNIÃO PREPARATÓRIA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
REUNIÃO DE INSTALAÇÃO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
REUNIÃO ORDINÁRIA	0	4	6	6	8	4	0	5	8	8	7	5	61
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	0	3	8	3	3	4	0	1	3	4	5	4	38
SESSÃO SOLENE	1	1	2	2	2	7	0	4	2	4	4	3	32
SESSÃO ESPECIAL	0	0	4	1	4	4	0	2	6	5	6	3	35
AUDIÊNCIA PÚBLICA	0	1	0	1	4	2	0	0	2	0	0	1	11
TOTAL GERAL =													180

11.1. SESSÕES SOLENES

SESSÕES SOLENES REALIZADAS EM 2023			
Nº	DATA	PROPONENTE	ASSUNTO
1	01/01/2023	REGIMENTAL	Sessão Solene de Posse do Governador Helder Zaluth Barbalho.
2	02/02/2023	REGIMENTAL	Sessão Solene de abertura da 61ª Legislatura com a leitura da Mensagem do Governador.
3	08/03/2023	REGIMENTAL	Sessão Solene em alusão ao Dia Internacional da Mulher, com outorga da medalha "Isa Cunha".
4	31/03/2023	CDH	Sessão Solene para entrega do Relatório Final da Comissão da Verdade no Pará.
5	13/04/2023	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Sessão Solene em alusão aos profissionais do SOME.
6	24/04/2023	DEP. ERICK MONTEIRO	Sessão Solene em alusão aos 89 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará - CREA/PA.
7	15/05/2023	REGIMENTAL	Sessão Solene em alusão ao Dia do Legislativo.
8	26/05/2023	DEP. ANA CUNHA	Centenário do Título Basilical da Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré.
9	05/06/2023	DEP. CHICÃO	em comemoração ao Dia de Portugal, Camões e Comunidades Portuguesas.
10	12/06/2023	EX-DEP. RAIMUNDO SANTOS	Aniversário das Assembleias de Deus e Medalha do Mérito Evangélico Daniel Berg e Gunnar Vingren.
11	12/06/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Homenagem ao Dia do Profissional de Contabilidade.
12	16/06/2023	DEP. JOSUÉ PAIVA	Homenagem a Fundação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus.
13	19/06/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Comemoração ao Jubileu de Diamante - Aniversário de 75 anos da Sociedade Bíblica do Brasil.
14	26/06/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Alusiva aos 24 anos da Associação Comercial do Pará- ACP.
15	26/06/2023	PRESIDÊNCIA	Alusiva aos 132 anos do Ministério Público do Estado do Pará

16	10/08/2023	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Alusão ao "Profissional da Advocacia Paraense", com entrega de Comendas para as entidades e personalidades.
17	24/08/2023	DEP. IRAN LIMA	Em comemoração aos 200 anos do Centro Israelita do Pará, Sinagoga Eshel Abraham.
18	28/08/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Homenagem aos 50 anos da Associação Brasileira de Agências de viagens do Pará - ABAV/PA.
19	28/08/2023	PRESIDÊNCIA	Em alusão aos 70 anos do Hospital Adventista.
20	18/09/2023	DEP. DEL. NILTON NEVES	Alusiva à "Semana Solidária Padre Bruno Sechi".
21	22/09/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Homenagem aos 35 anos de fundação do Programa de Proteção ao Consumidor-PROCON/PA.
22	16/10/2023	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Comenda de Honra ao Mérito Educação.
23	19/10/2023	DEP. IRAN LIMA	Em comemoração ao Dia do Profissional Fisioterapeuta e Terapia Ocupacional.
24	19/10/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Em alusão ao Dia Nacional do Técnico Industrial.
25	27/10/2023	DEP. RONIE SILVA	Em alusão aos 25 anos da Igreja Assembleia de Deus de Missões.
26	06/11/2023	DEP. FABIO FREITAS	Homenagem ao Dia Estadual do Capelão.
27	20/11/2023	DEP. MARTINHO CARMONA	50 anos de fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular no Estado do Pará
28	27/11/2023	DEP. AVEILTON SOUZA	Em Homenagem aos 150 anos do Poder Judiciário no Estado do Pará.
29	27/11/2023	DEP. FABIO FREITAS	Homenagem ao Dia do Profissional da Beleza
30	1/12/2023	DEP. JOSUÉ PAIVA	Em Homenagem ao transcurso dos 58 anos de fundação da EMATER-PA.

31	15/12/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Homenagem ao aniversário do CIMADMUBE - Conve. Evangélica.
32	21/12/2023	PRESIDÊNCIA	Entrega de Títulos Honoríficos.

11.2. SESSÕES ESPECIAIS

SESSÕES ESPECIAIS REALIZADAS EM 2023			
Nº	DATA	PROPONENTE	ASSUNTO
1	14/03/2023	REGIMENTAL	Sessão Especial de Arguição Pública da Senhora Daniela Lima Barbalho, indicada à vaga de Conselheira do TCE.
2	14/03/2023	REGIMENTAL	Sessão Especial de Votação da indicada a ocupar a vaga de Conselheira do TCE, Senhora Daniela Lima Barbalho.
3	13/04/2023	DEP. AVEILTON SOUZA	Sessão Especial para discutir estratégias voltadas para a agricultura paraense e lançamento da Frente Parlamentar Mista de Agricultura e Pecuária
4	11/05/2023	DEPS. CARLOS BORDALO, LÍVIA DUARTE E MARIA DO CARMO	Sessão Especial para discutir sobre a Semana Estadual da luta pelos direitos das pessoas com sofrimento mental e por uma sociedade sem manicômios e sobre a violência nas escolas.
5	18/05/2023	DEP. CARLOS BORDALO	Sessão Especial em comemoração aos 40 anos da Defensoria Pública do Estado do Pará.
6	25/05/2023	DEP. CARLOS BORDALO	Sessão Especial em alusão a 7ª Marcha das Margaridas.
7	29/05/2023	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	Sessão Especial em alusão ao Dia mundial da pessoa com deficiência, ao Dia Nacional da acessibilidade, ao Dia Mundial das Línguas de Sinais, ao Dia Nacional da Pessoa Surda e às comemorações da Semana da Síndrome de Down.
8	12/06/2023	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Sessão Especial para discutir as políticas públicas culturais de igualdade racial e educação antirracista no Estado do Pará dentro da Década Internacional dos Afro Descendentes 2015-2024 (ONU)

9	15/06/2023	DEP. CARLOS BORDALO	Sessão Especial em comemoração aos 50 anos da EMBRAPA.
10	19/06/2023	DEP. FÁBIO FREITAS	Sessão Especial em alusão a Semana Paraense de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas.
11	26/06/2023	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	Sessão Especial em alusão ao Dia do Exército Brasileiro.
12	24/08/2023	PRESIDÊNCIA	Em alusão a Semana Nacional da Anistia.
13	31/08/2023	DEPS. LÍVIA DUARTE E CARLOS BORDALO	Para tratar questões climáticas, desenvolvimento sustentável e sobre realização da Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas (COP 30).
14	04/09/2023	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Alusão a Semana do Bem Viver e do Dia da Amazônia.
16	21/09/2023	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	Comemoração ao Dia Mundial da Doença de Alzheimer e Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer.
17	22/09/2023	DEP. AVEILTON SOUZA	15 anos do Escritório Fonseca Brasil.
18	25/09/2023	DEP. AVEILTON SOUZA	Em alusão ao Dia Nacional do Surdo.
19	28/09/2023	DEP. LÍVIA DUARTE	Para debater as Políticas Estaduais para Promoção de Políticas Públicas voltadas para população LGBTQIAP+.
20	02/10/2023	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	Comemoração ao Dia da Pessoa Idosa e Combate a Violência contra a Pessoa Idosa no Estado do Pará.
21	05/10/2023	PRESIDÊNCIA	Outorga da Comenda do Mérito Legislativo Nossa Senhora de Nazaré.
22	26/10/2023	DEP. GUSTAVO SEFER	Em homenagem à Sorveteria Cairu, pelos 60 anos de existência.
23	26/10/2023	DEP. DIRCEU TEN CATEN	Parawara de indígena em contexto urbano do Estado do Pará.
24	30/10/2023	DEP. FÁBIO FIGUEIRAS	Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.
25	09/11/2023	DEP. CARLOS BORDALO	Em alusão aos 120 Anos de Fundação do Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré
26	13/11/2023	DEP. MARIA DO CARMO	Em alusão aos 40 Anos do CUT
27	16/11/2023	DEP. AVEILTON SOUZA	Homenagem aos 35 anos do CONJOVE.

28	23/11/2023	DEP. ÂNGELO FERRARI	Para tratar sobre o uso do Canabidiol
29	30/11/2023	DEP. CARLOS BORDALO	Em homenagem aos 30 Anos da Ação Cidadania.
30	30/11/2023	DEP. WESCLEY TOMAZ	Em homenagem aos 70 Anos do PRODEPA
31	4/12/2023	DEP. CARLOS BORDALO	Alusiva aos 07 anos do Programa de Proteção e Defesa dos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH.
32	11/12/2023	DEP. CORONEL NEIL	Em comemoração aos 120 anos da fundação do Colégio Santa Catarina de Sena.
33	18/12/2023	DEP. LÍVIA DUARTE	Para discutir as políticas de atenção às pessoas refugiadas e migrantes do Pará.


11.3. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM 2023			
Nº	DATA	PROPONENTE	ASSUNTO
1	28/02/2023	CFFO / PODER EXECUTIVO	Apresentação por parte do Poder Executivo, dos relatórios de avaliação de cumprimento de meta de superávit primário e os demais definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (Relatórios referentes ao 3º Quadrimestre do exercício de 2022).
2	14/04/2023	CMERHMADS	Para tratar sobre a exploração mineral garimpeira de ouro em Itaituba.
3	22/05/2023	CDICA	Para discutir sobre a proteção à criança e adolescente no ambiente virtual (Projeto "Quem vê cara, não vê crime: proteja sua criança").
4	24/05/2023	CCULT	Para discutir os 25 anos da Educação do Campo e do Pronera.
5	25/05/2023	CMERHMADS	Para tratar da Política Estadual de Resíduos Sólidos e a Instalação de Aterros Sanitários no Estado do Pará.
6	31/05/2023	CFFO / PODER EXECUTIVO	Apresentação por parte do Poder Executivo, dos relatórios de avaliação de cumprimento de meta de superávit primário e os demais definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (Relatórios referentes ao 1º Quadrimestre do

			exercício de 2023).
7	16/06/2023	FP PETRÓLEO / GUSTAVO SEFER	Debater a exploração de Petróleo e Gás na Margem Equatorial.
8	29/06/2023	CMERHMADS	Para discutir o serviço de Exploração Mineral no Estado do Pará e seus impactos no meio ambiente.
9	11/09/2023	CPA	Diálogo sobre o Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura.
10	29/09/2023	CFFO / PODER EXECUTIVO	Apresentação dos Relatórios do 2º Quadrimestre do exercício de 2023.
11	18/12/2023	CATIC	Para tratar sobre o comércio local, desenvolvimento do turismo na ilha de Cotijuba e apoio social aos moradores.



REPRESENTATIVIDADE PARLAMENTAR EM CONSELHOS



**Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200**

12. REPRESENTATIVIDADE PARLAMENTAR EM CONSELHOS

A Presidência da Casa coordena a indicação de Deputados(as) para participação na composição dos Conselhos Estaduais, considerando a atuação dos mesmos dentro das Comissões Permanentes, para posterior encaminhamento ao Governador, tendo em 2023 representatividade parlamentar em 14 Conselhos, conforme elencado abaixo:

CONSELHOS 2023			
Nº	CONSELHOS	ÓRGÃO	DEPUTADOS
1	Conselho Estadual de Previdência – CEP *	IGEPREV	1 Titular: Dep. Adriano Coelho 1 Suplente: Dep. Iran Lima
2	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA / PARÁ	SEASTER	1 Titular: Dep. Ana Cunha 1 Suplente: Dep. Maria do Carmo
3	Conselho Gestor da FUNCACAU	SEDAP	1 Titular: Dep. Adriano Coelho 1 Suplente: Dep. Fábio Freitas
4	Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES *	SECIR	2 Titulares: Dep. Iran Lima e Dep. Renato Oliveira 2 Suplentes: Dep. Ronie Silva e Dep. Fábio Figueiras
5	Conselho Estadual do Cooperativismo - CECOOP	SEDEME	1 Titular: Dep. Fábio Freitas 1 Suplente: Dep. Adriano Coelho
6	Conselho Estadual de Educação - CEE *	SEDUC	1 Titular: Dep. Thiago Araújo
7	Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSEP	SEGUP	2 Titulares: Dep. Coronel Neil e Dep. Del. Nilton Neves 2 Suplentes: Dep. Fábio Figueiras e Dep. Fábio Freitas
8	Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos – CEDJDH *	SEJU	1 Titular: Dep. Carlos Bordalo 1 Suplente: Dep. Paula Titan
9	Conselho Universitário da UEPA - CONSUN/UEPA	UEPA	1 Titular: Dep. Gustavo Sefer 1 Suplente: Dep. Andreia Xarão
10	Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA*	SEMAS	1 Titular: Dep. Fábio Freitas 1 Suplente: Dep. Wescley Tomaz
11	Conselho Penitenciário Estadual - COPEN *	SEAP	1 Titular: Dep. Del. Nilton Neves 1 Suplente: Dep. Ronie Silva
12	Conselho Gestor do Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará- FRC	TJ / SEASTER	1 Titular: Dep. Maria do Carmo 1 Suplente: Dep. Paula Titan

13	Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - CGFEHIS *	COHAB	2 Titulares: Dep. Iran Lima e Dep. Zeca Pirão 2 Suplentes: Dep. Diana Belo e Dep. Carlos Vinícios
14	Conselho Estadual de Cultura *	SECULT	1 Titular: Dep. Lívia Duarte 1 Suplente: Dep. Elias Santiago



RELATÓRIOS DOS SETORES

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ESCOLA DO LEGISLATIVO

DEPARTAMENTO DE BEM-ESTAR SOCIAL (DBES)

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

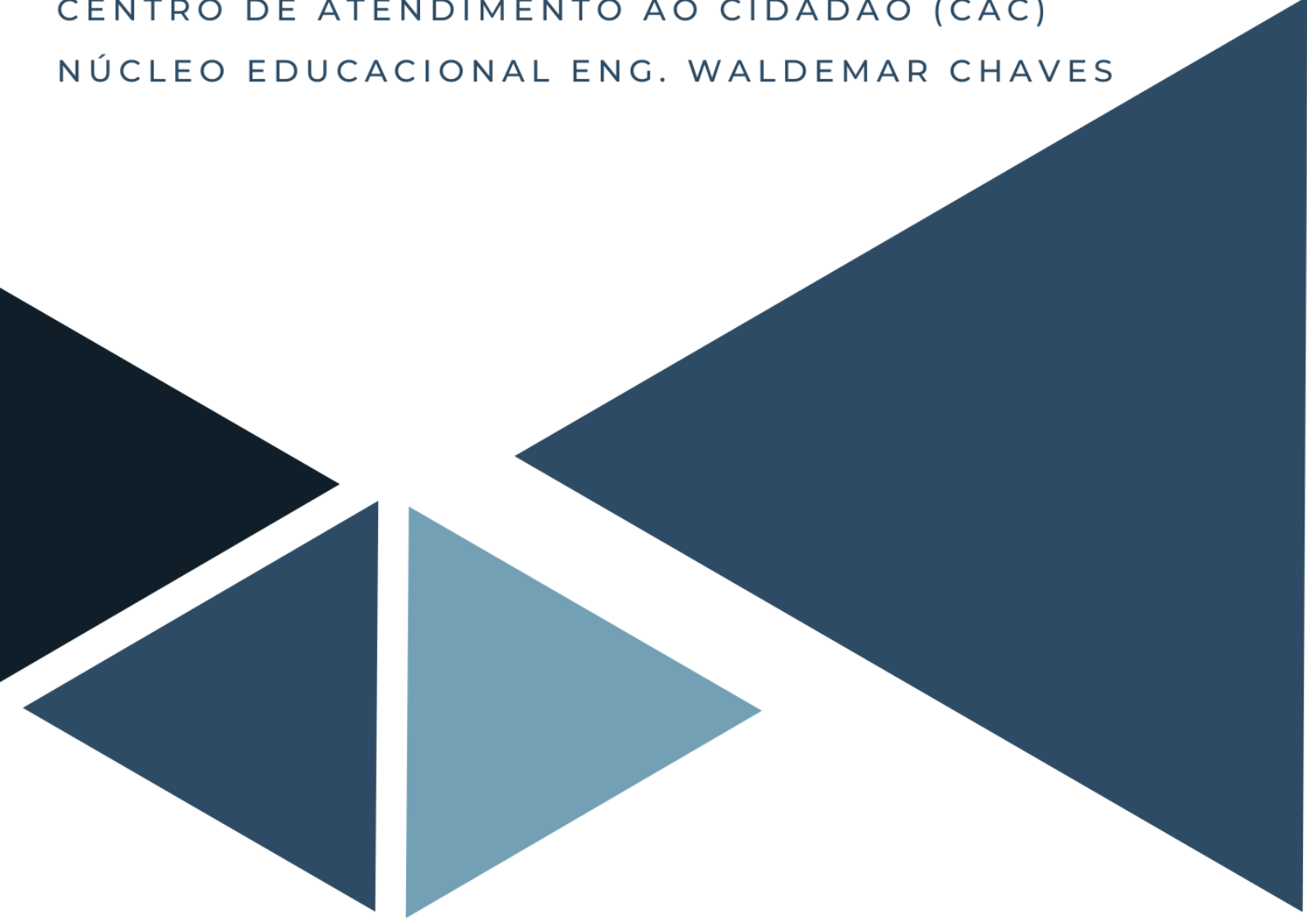
DEPARTAMENTO DE MEMORIAL LEGISLATIVO

GABINETE MILITAR

DIVISÃO DE CERIMONIAL

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (CAC)

NÚCLEO EDUCACIONAL ENG. WALDEMAR CHAVES



Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200

13. DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

O Poder Legislativo tem como missão constitucional elaborar as leis que devem orientar a vida da sociedade. Na formação de leis é preciso que se atente para as garantias coletivas e individuais. Na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, a construção normativa formal tem procedimentos consignados tanto na Carta da República, quanto na Constituição estadual. Os procedimentos da formação de leis estão disciplinados no regimento interno da Casa. Toda essa tramitação passa pelo Departamento Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (DL), que é responsável pelo acompanhamento de todas as proposições que são submetidas à análise do Poder Legislativo, desde sua origem até sua conclusão, sempre em obediência aos princípios do devido processo legislativo, entregando à sociedade o resultado do trabalho desenvolvido na Casa, fruto das demandas sociais, econômicas e políticas. Compete também ao Departamento Legislativo a coordenação das Reuniões Plenárias, onde são debatidos os temas e proposições de interesse do povo paraense.

Nesse processo, são deliberadas as espécies normativas autorizadas pela Carta Magna, como Emendas Constitucionais, Projetos de Lei Complementar e Ordinária, Decretos Legislativos e Resoluções, além de Requerimentos, Moções e demandas de outras naturezas.

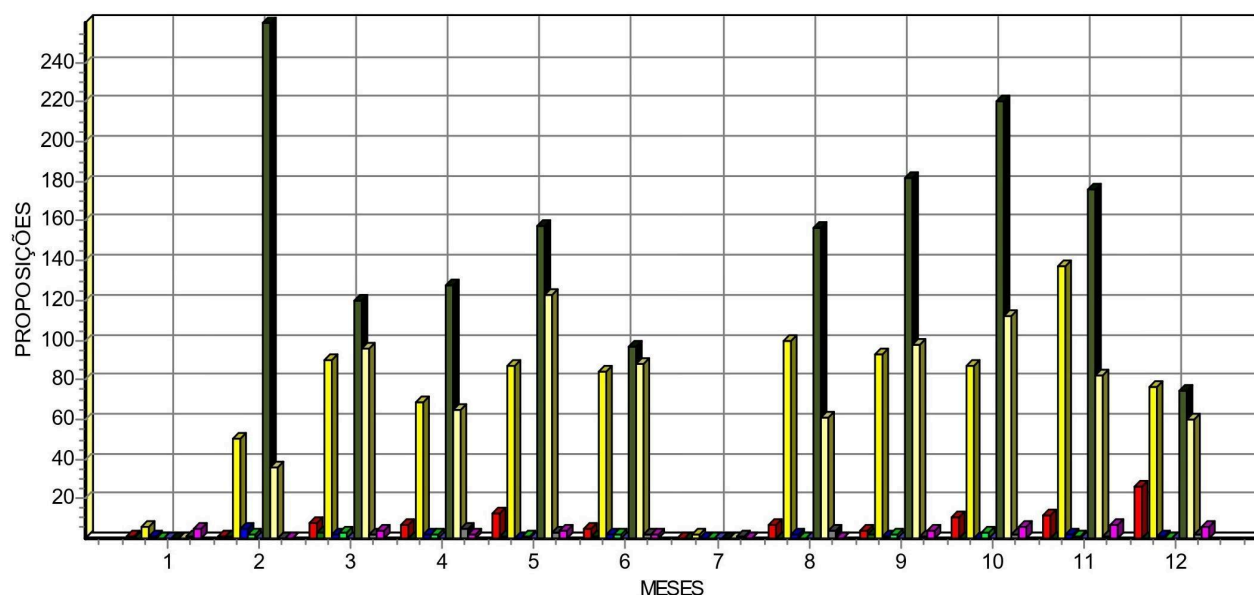
O Departamento Legislativo conta com uma equipe de servidores que buscam oferecer o melhor suporte aos parlamentares, a fim de que possam exercer o seu mandato da forma mais plena possível. Fazem parte da estrutura do Departamento Legislativo a Divisão de Anais e Divisão de Expediente, com suas respectivas Seções (Taquigrafia, Documentação de Plenário, Revisão de Plenário, Composição de Anais, Som, Apoio à Mesa, Registro e Controle, Redação do Plenário e Expediente e Redação Final).

DIVISÃO DE EXPEDIENTE

RESUMO DE PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NO ANO DE 2023

PROPOSIÇÕES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	1	1	8	7	13	5	0	7	4	11	12	26	95
PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL	0	1	3	0	1	1	0	0	2	0	0	0	8
PROJETO DE LEI	6	50	90	69	87	84	2	100	93	87	137	76	881
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	1	5	2	2	0	2	0	2	1	0	2	1	18
PROJETO DE RESOLUÇÃO	0	2	3	2	1	2	0	0	2	3	1	0	16
PROCESSO	1	0	2	5	3	2	1	4	1	2	1	2	24
INDICAÇÃO	0	17	35	25	17	11	0	23	10	12	12	4	166
MOÇÃO	0	260	120	128	158	97	0	157	182	220	176	74	1572
REQUERIMENTO	0	36	96	65	123	88	0	61	98	112	82	60	821
VETO	5	0	4	2	4	2	0	0	4	6	7	6	40
TOTAL DE PROPOSIÇÕES:	14	372	363	305	407	294	3	354	397	453	430	249	3641

GRÁFICO COMPARATIVO

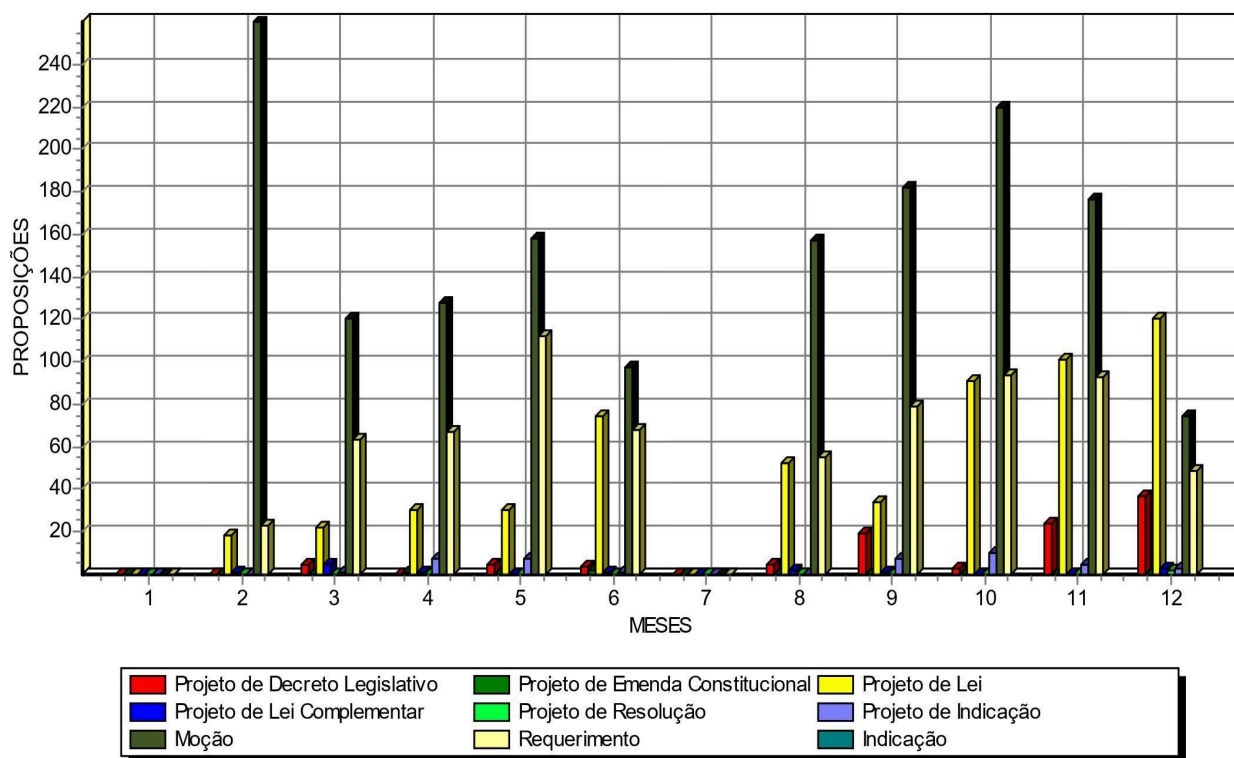


Projeto de Decreto Legislativo	Projeto de Emenda Constitucional	Projeto de Lei
Projeto de Lei Complementar	Projeto de Resolução	Projeto de Indicação
Moção	Requerimento	Processo
Veto	Indicação	

RESUMO DE PROPOSIÇÕES APROVADAS E DEFERIDAS NO ANO DE 2023

PROPOSIÇÕES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	0	0	5	0	5	4	0	5	19	3	24	37	102
PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	3
PROJETO DE LEI	0	18	22	30	30	74	0	52	34	91	101	120	572
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	0	1	5	1	0	1	0	2	1	0	0	3	14
PROJETO DE RESOLUÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
PROJETO DE INDICAÇÃO	0	0	1	7	7	1	0	0	7	10	5	3	41
INDICAÇÃO	0	17	25	25	17	11	0	19	10	12	12	3	151
MOÇÃO	0	260	120	128	158	97	0	157	182	220	176	74	1572
REQUERIMENTO	0	23	63	67	112	68	0	55	79	94	93	49	703
TOTAL DE PROPOSIÇÕES:	0	319	241	259	329	258	0	290	332	430	411	291	3160

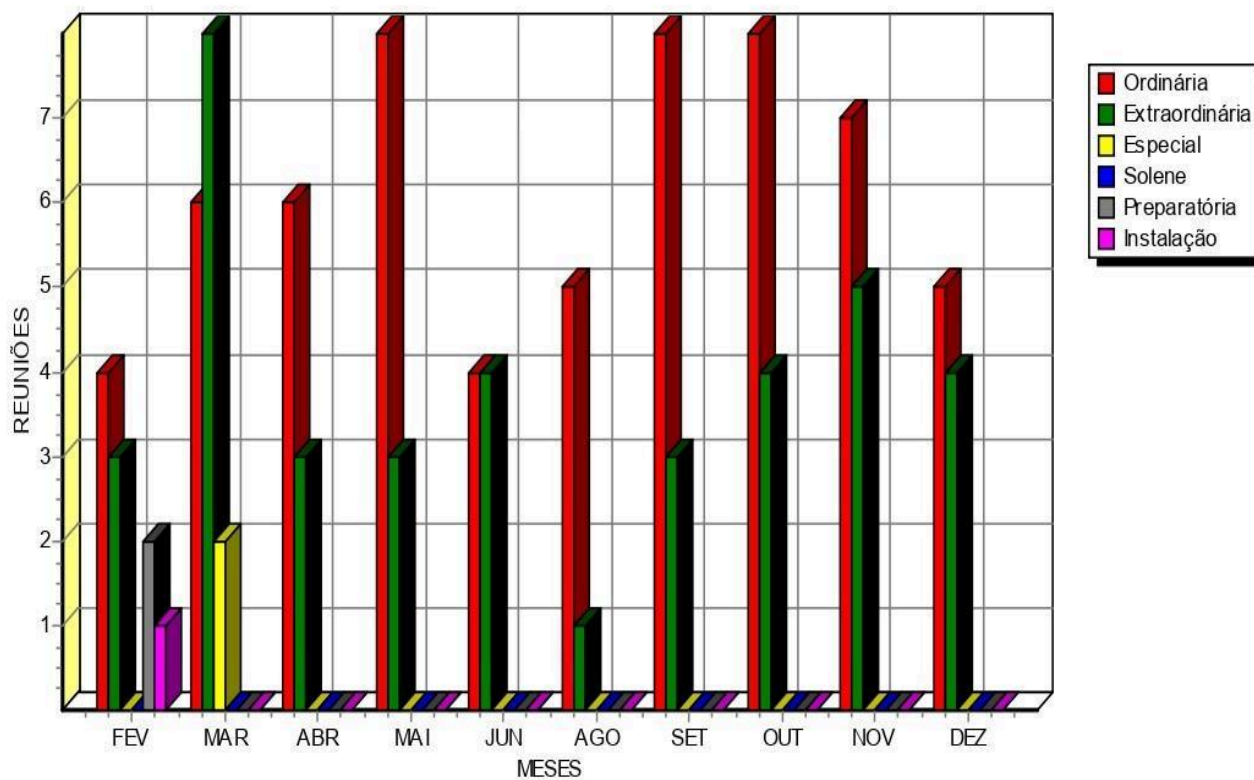
GRÁFICO COMPARATIVO



REUNIÕES PLENÁRIAS REALIZADAS NO ANO DE 2023

SESSÕES	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
SESSÃO ORDINÁRIA	4	6	6	8	4	5	8	8	7	5	61
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3	8	3	3	4	1	3	4	5	4	38
SESSÃO ESPECIAL	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
SESSÃO PREPARATÓRIA	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
SESSÃO DE INSTALAÇÃO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL DE SESSÕES:	10	16	9	11	8	6	11	12	12	9	104

GRÁFICO COMPARATIVO



RELATÓRIO GERAL DE ATIVIDADE PARLAMENTAR NO ANO DE 2023 – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA – 61ª LEGISLATURA

PROJETOS	<i>Apresentados</i>	1248	Índice de aproveitamento (em relação aos apreciados):
	<i>Apreciados</i>	887	
	<i>Aprovados</i>	885	99,77%
MOÇÕES	<i>Apresentadas</i>	1572	Índice de aproveitamento (em relação as apreciadas):
	<i>Apreciadas</i>	1572	
	<i>Deferidas</i>	1572	100%
REQUERIMENTOS	<i>Apresentados</i>	821	Índice de aproveitamento (em relação aos apreciados):
	<i>Apreciados</i>	715	
	<i>Aprovados e Deferidos</i>	703	98,32%
SESSÕES PLENÁRIAS	<i>Ordinárias</i>	61	Total de sessões:
	<i>Extraordinárias</i>	38	
	<i>Preparatória</i>	2	
	<i>Instalação</i>	1	
	<i>Especial</i>	2	
TOTALIZADOR GERAL	<i>Total de Proposições apresentadas em Plenário:</i>	3641	
	<i>Média Mensal:</i>	364,1	
	<i>Total de Proposições apreciadas em Plenário:</i>	3174	
	<i>Média Mensal:</i>	317,4	
	<i>Total de Proposições aprovadas, deferidas e conclusivos em Plenário:</i>	3160	
	<i>Média Mensal:</i>	316	
	<i>Índice Geral de Produção:</i>	87,17%	
	<i>Índice Geral de Aproveitamento:</i>	99,56%	

RELATÓRIO SEÇÃO DE REDAÇÃO DE PLENÁRIO - SRP

1º PERÍODO: 07/02/2023 a 27/06/2023

2º PERÍODO: 08/08/2023 a 20/12/2023

TÍTULO	QUANTIDADE												
	JAN EIRO	FEVE REIRO	MA RÇO	AB RIL	M AI O	JU NH O	JU LH O	AGO STO	SETE MBR O	OUT UBR O	NOVE MBRO	DEZE MBR O	TO TA L
POSSE DO GOVERN ADOR	1	0	0	0	0	0	RE CE SS O P A R L A M E N T A R	0	0	0	0	0	0
POSSE MESA DIRETOR A	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
REUNIÃO PREPAR ATÓRIA	0	2	0	0	0	0		0	0	0	0	0	2
SOLENE DE INSTALA ÇÃO	0	1	0	0	0	0		0	0	0	0	0	1
REUNIÃO ORDINÁR IA	0	4	6	6	8	4		5	8	8	7	5	61
REUNIÃO EXTRA ORDINÁRI A	0	3	8	3	3	4		1	3	4	5	4	38
REUNIÃO ESPECIAL	0	0	2	0	0	0		0	0	0	0	0	2
SESSÃO SOLENE	0	0	1	0	0	0		0	0	0	0	0	1
REUNIÃO S NÃO REALIZA DAS	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
POR FALTA DE QUÓRUM *													

1.1 SEÇÃO DE EXPEDIENTE E REDAÇÃO FINAL

Atividades desenvolvidas pela Seção de Expediente e Redação Final ao longo do ano de 2023:

PROJETOS	QUANTIDADE
LEIS PROMULGADAS PELA ALEPA	03
PROJETOS DE LEI	514
PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR	11
PROJETOS DE INDICAÇÃO	24
INDICAÇÃO	173
RESOLUÇÃO	02
DECRETO LEGISLATIVO	104
EMENDA CONSTITUCIONAL	03
PROJETOS TRANSFORMADOS EM INDICAÇÃO	-

OUTROS	QUANTIDADE	OFÍCIOS GERADOS
MOÇÃO	1.572	4.975
REQUERIMENTO	252	

2. DIVISÃO DE ANAIS

REUNIÕES

MÊS	REUNIÕES REALIZADAS
JANEIRO	00
FEVEREIRO	08
MARÇO	14
ABRIL	23
MAIO	28
JUNHO	33
JULHO	00
AGOSTO	42
SETEMBRO	46
OUTUBRO	35
NOVEMBRO	43
DEZEMBRO	15
TOTAL	287

2.1 SEÇÃO DE TAQUIGRAFIA

A Seção de Taquigrafia realizou o registro de 129 sessões de natureza Ordinária, Extraordinária, Solene e Comissões, no ano de 2023.

2.2 SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE PLENÁRIO

A Seção de Documentação de Plenário após receber as notas taquigráficas, documentou 129 sessões e posteriormente enviou à Seção de Revisão de Plenário.

2.3 SEÇÃO DE REVISÃO DE PLENÁRIO

A Seção de Revisão de Plenário recebeu as documentações referentes às 129 reuniões realizadas no período entre 01/02/2023 e 22/12/2023, e após revisão encaminhou para a Seção de Composição de Anais.

2.4 SEÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE ANAIS

No Ano de 2023 foram Inseridas nos Anais da Casa, as seguintes Reuniões:

PERÍODO ORDINÁRIO: 01/02/2023 a 22/12/2023

- 003 Reunião Solene
- 063 Reuniões Ordinárias
- 046 Reuniões Extraordinárias
- 002 Reuniões CPI
- 003 Reuniões Audiência Pública
- 012 Reuniões Especiais

REUNIÕES DE AUDIÊNCIA PÚBLICA:

- 002 Reuniões da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.
- 001 Relatório anual das atividades do Ministério Público.

TOTAL DE REUNIÕES: 129

PESQUISAS:

- Recebemos 18 solicitações de notas taquigráficas no decorrer do ano.

2.5 SEÇÃO DE SOM

A Seção de Som esteve presente nas 287 reuniões realizadas no ano de 2023, atendendo todas as demandas solicitadas.

14. ESCOLA DO LEGISLATIVO

A Escola Superior do Legislativo (ESLEPA), vinculada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), tem como principal missão oferecer aos funcionários a oportunidade de desenvolvimento integral de educação aplicada no âmbito do poder legislativo, caracterizada com base na formação de recursos humanos nas áreas de conhecimento em que atuam, a fim de torná-los cada vez mais aptos à inserção em setores profissionais ao atender as suas devidas aptidões.

No ano de 2023 a ESLEPA, por meio de atividades formativas e de capacitação, promoveu ações com o intuito de fortalecer práticas profissionais e acadêmicas, ao incentivar o aprimoramento e o desenvolvimento de conhecimento relativos ao legislativo estadual e municipal, o que possibilitou a difusão de informações de acordo com as suas finalidades institucionais para o fortalecimento do Poder Legislativo estadual e municipal.

O planejamento das ações foi realizado a partir das demandas referentes à consolidação e revigoramento da educação legislativa, contemplou tanto o público interno quanto o público externo, especificamente funcionários da ALEPA, das Câmaras Municipais paraense e de algumas Secretarias do poder executivo do Estado do Pará.

A disseminação das ações formativas no âmbito do legislativo estadual e municipal – *Forma ELEPA/ALEPA Itinerante*; a oferta de novas turmas de Graduação presencial, híbrida e à distância, consideram-se como principais atividades realizadas no ano de 2023 e enquadram-se no *rol* de inovações propostas pela Direção da Escola Superior do Legislativo.

Diante disso, apresentamos neste **Relatório de Atividades** a aplicabilidade das ações, metas executadas e cumpridas, assim como alguns resultados das atividades planejadas para o exercício de 2023.

AÇÕES PLANEJADAS E EXECUTADAS

Forma ELEPA/ALEPA Itinerante – Região de Integração Marajó Ocidental

Municípios contemplados: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-açu, Inhangapi, Magalhães barata, Maracanã, Marapanim, Santo Antônio do Tauá, Santa Maria do Pará, Santa Isabel do Pará, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia de Nazaré.

Município polo: Castanhal

Período: 04 e 05 de maio de 2023

Hora: 8h às 12h e 14h às 17h

Local: Câmara Municipal de Castanhal

Endereço: Rua Major Wilson, 450 – Nova Olinda / Castanhal

Quadro 01 – Programação da Região de Integração Guamá

MÊS	DATA	HORA	PROGRAMAÇÃO	MEMBRO DA MESA E/OU PALESTRANTE
Maio	04	8h	Administração pública contemporânea: novos desafios a partir da reforma do Estado	André Luiz Amaral da Silva – Assessor Técnico Jurídico da Presidência/ALEPA
		11h	Mesa de Abertura e Assinatura dos Termos de Cooperação Técnica entre a ALEPA e as Câmaras Municipais	Professora Betânia Fidalgo – Diretora da ESLEPA Presidentes das Câmaras Municipais da Região Representantes dos Municípios
		12h	Intervalo	Intervalo
		14h	Comunicação pública na era digital: a Imagem do político e o case da Assembleia Legislativa do Pará.	Rogério Paiva Coordenador da Mídia Digital da Assessoria de Imprensa e Divulgação da ALEPA.
		15h	Autonomia do Direito, Governança e Direitos Sociais dos Índios. Palestrante	Prof. Dr. Frederico Antônio Lima de Oliveira Promotor do MPPA.
		8h	Técnicas e processos Legislativos	Dr. José Gambôa – Procurador/ALEPA
	05	12h	Intervalo	Intervalo
		14h	Licitação e Contratos – Lei nº 14.133/2021 – Cont.	Marcelo Gomes Pinheiro – Chefe da Licitação da ALEPA

Fonte: Elaboração Equipe ESLEPA, 2023.

Quadro 02 – Quantitativo de participante no *Forma ESLEPA/ALEPA Itinerante*

Cargo/Função	Quantidade
Deputados	01
Prefeitos	00
Presidente de Câmaras Municipais	02
Vereadores	12
Assessores do Legislativo Municipal	11
Outros participantes	94
Total de participantes	120

Fonte: Elaboração Equipe ESLEPA, 2023.

Oferta da turma híbrida e aula inaugural em Parauapebas do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública

Oferta de 1 turma híbrida com 80 alunos na modalidade híbrida, contemplando as Câmaras Municipais de Parauapebas, Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás e Curionópolis, bem como servidores da Prefeitura de Parauapebas, por meio do Acordo de Cooperação celebrado entre a ALEPA e a Câmara Municipal de Parauapebas.

As vagas foram preenchidas via Processo Seletivo organizado pela Escola Superior do Legislativo e Câmara Municipal de Parauapebas, conforme Edital nº 01/2023-CMP.

A aula inaugural foi realizada no dia 24 de agosto, com a presença de várias autoridades municipais e estaduais, dentre elas o presidente da Câmara, vereador Rafael Ribeiro; o presidente da Alepa, deputado Chicão; o vice-prefeito de Parauapebas, João do Verdurão; o deputado estadual Ivanaldo Braz, a diretora da Escola Superior do Legislativo da Alepa, Betânia Fidalgo; o Diretor do Senai, Carlos Felipe Francis, a Diretora do Sebrae, Ana Suzy, presidente da Câmara Municipal de Canaã dos Carajás, Dinilson José; além de secretários municipais de Parauapebas. Estiveram presentes também os vereadores Francisco Eloecio, Eliene Soares, Raianny Rodrigues, Josivaldo da Farmácia, Anderson Moratorio, Cássio da VS-10, Israel Miquinha, Joel do Sindicato, Josemir Silva, Leandro do Chiquito e Zacarias Marques.

1º Encontro da Rede das Escolas do Legislativo de Contas do Norte

Data: 19 a 20 de outubro de 2023

Hora: 8h às 12h e 14h às 18h

Local: Auditório João Batista – ALEPA

O 1º Encontro das Escolas de Governo do Norte - evento foi organizado pela Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas – Abel, através da Diretoria da Regional Norte, Escola Superior do Legislativo da ALEPA e Escola do Legislativo de Marabá.

O evento contou com a seguinte programação: Solenidade de abertura; Palestra “As Escolas do Governo como ferramenta de Cidadania” – Madu Macedo; Painel “Passo a passo na elaboração do Projeto Político Pedagógico das Escolas de Governo” – Professora Doutora Fábila Jaqueline Miranda; Palestra Agenda 2030

nas ações das Escolas de Governo; Apresentação dos trabalhos das Escolas de Governo.

Seminário Transição Energética, Fontes Renováveis e Produção de Hidrogênio

Data: 19 de novembro de 2023

Hora: 8h às 12h

Local: Plenário Newton Miranda – ALEPA

O tema central do evento foi a "Transição Energética-Fontes Renováveis e Produção de Hidrogênio", foi proposto pela Câmara dos Deputados Federais, por meio da Comissão Especial da Transição Energética e Produção de Hidrogênio da Câmara dos Deputados, atendeu requerimento do Deputado Federal Raimundo Santos, integrante da Comissão.

A Mesa Redonda debateu o marco regulatório do setor e reuniu os seguintes especialistas: Deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP), Presidente da Comissão de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde – CEENERGIA; Deputado Raimundo Santos (PSD/PA), autor do Requerimento nº 1/2023 – CEENERGIA. E como debatedores: General de Brigada Jorge Luiz Abreu Do Ó de Almeida Filho, Diretor de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente do Exército Brasileiro; Renato Ogawa, Prefeito do Município de Barcarena; Herdjanía Veras, Reitora da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA; Fernando De Castro Ribeiro, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Pará; Wilton Marcello Santos Teixeira, Diretor de Concessões da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Estado do Pará; Jesus Nazareno M. De Sena, Superintendente Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Pará; Daniel De Oliveira Sobrinho, representante da Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA; WALKYMÁRIO DE PAULO LEMOS, Chefe Geral da Embrapa Amazônia Oriental; Lucia Cristina De Andrade Lisboa, Assessora Econômica da Federação do Comércio do Estado do Pará – Fecomércio; Sebastião De Oliveira Campos, Presidente do Sistema Fecomércio PA/SESC/SENAC; e Carlos Fernandes Xavier, Diretor da, Federação da Agricultura e Pecuária do Pará – FAEPA,

A Comissão Especial da Transição Energética e Produção de Hidrogênio da Câmara dos Deputados, criada em maio deste ano, tem o objetivo de acompanhar

as iniciativas e medidas adotadas para a transição energética-Fontes renováveis e produção de hidrogênio no Brasil. Tem também a finalidade de fomentar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em aplicações do hidrogênio sustentável, incentivo ao desenvolvimento de disciplinas em nível de graduação e pós-graduação, além da promoção do intercâmbio entre o setor privado e a academia.

Inauguração da Escola do Legislativo de Nova Ipixuna

Data: 25 de setembro de 2023

Hora: 8h às 12h

Local: Câmara Municipal de Nova Ipixuna

Participação da Escola Superior do Legislativo na organização do Evento Diálogos da 1ª Infância, Criança e Adolescente Amazônica

Data: 24 de novembro de 2023

Hora: 8h às 12h

Local: Auditório João Batista – Alepa

15. DEPARTAMENTO DE BEM-ESTAR SOCIAL (DBES)

O Departamento de Bem-Estar Social (DBES) da Assembleia Legislativa do Pará, sob a administração de Karla Lobato faz um balanço das ações e trabalhos realizados até dezembro de 2023 e a realizar ao longo do ano de 2024.

Frente à missão de prestar serviços de qualidade aos servidores da Alepa, assim como, aos seus dependentes e a comunidade em geral, este departamento dispõe de gabaritado quadro de profissionais nas mais diversas áreas da saúde.

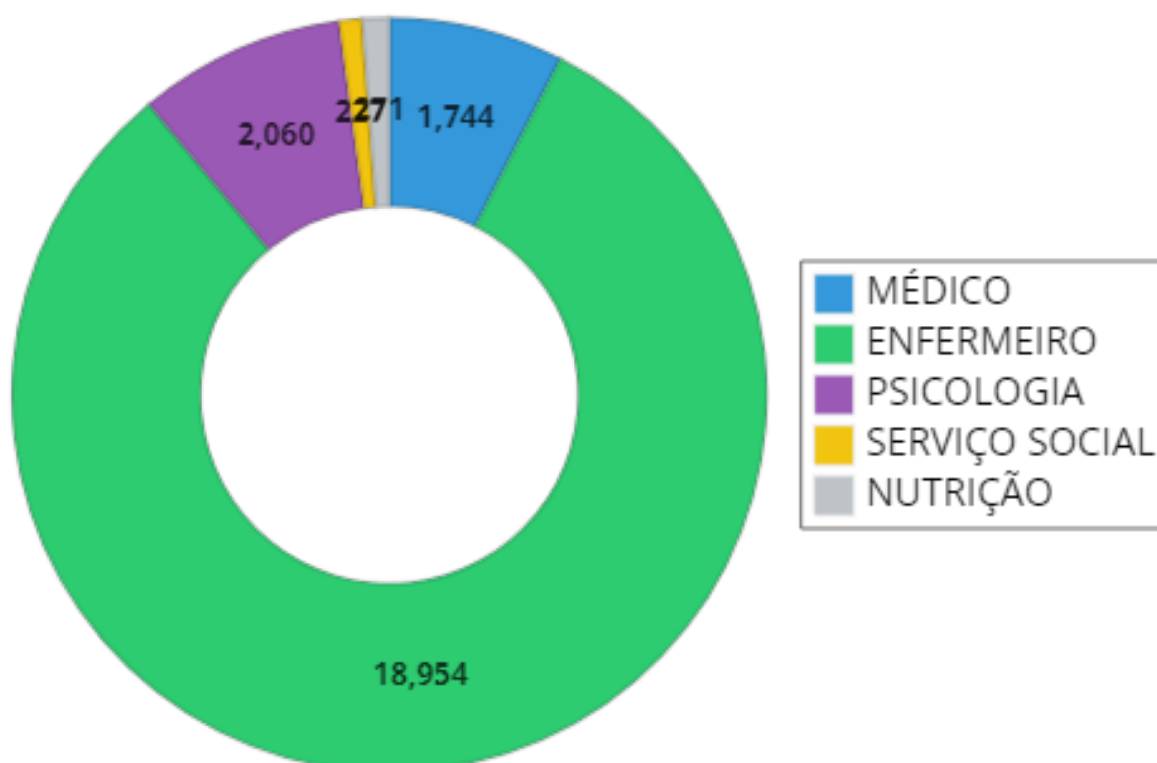
Com apoio da presidência, a diretoria do DBES destaca as principais atuações: Reuniões com as equipes; conhecimento e organização de fluxos e processos internos; elaboração de termos de referência para as demandas do setor, ações e campanhas internas e externas, entre outras.

Localizado no prédio Senador Almir Gabriel, complexo Mariuadir.

Em 07/11/2022, o departamento foi completamente interditado e passando a funcionar na sala da comissão de obras até a conclusão do serviço e entrega do departamento.

Realizada reunião com a equipe de arquitetura em junho/2023 para definição de planta do departamento com as devidas necessidades do setor.

Produção de Atendimentos

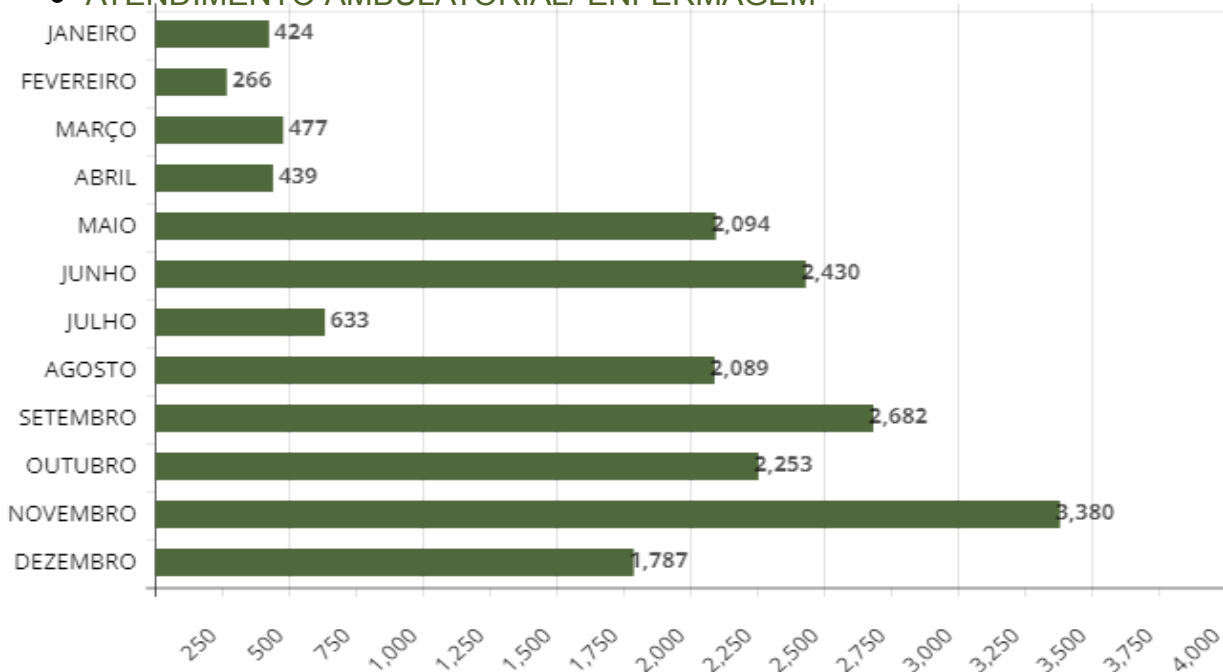


QUANTITATIVO DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO AMBULATÓRIO

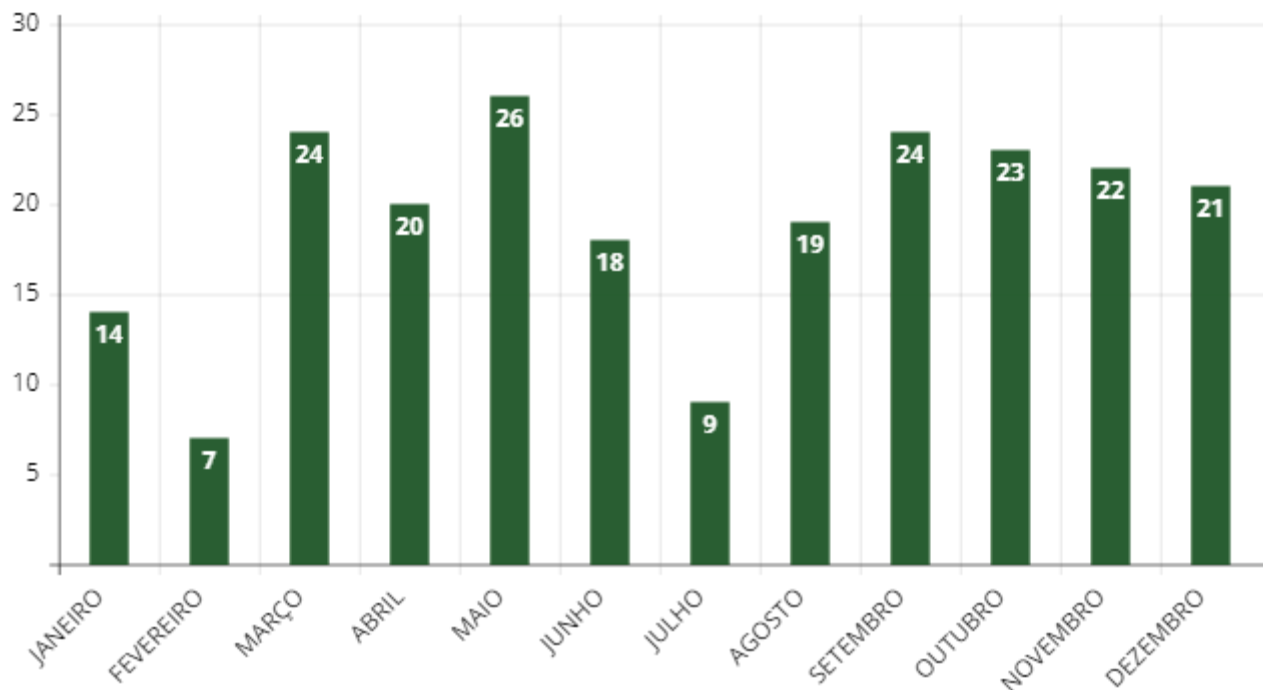
MESES	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL/ ANO
PROCEDIMENTOS													
Aferição da Temperatura	01	-	-	01	04	02	-	02	-	4		01	15
Aferição de PA	182	102	179	156	350	721	244	662	700	609	719	604	5228
Orientações de Enfermagem	212	133	237	223	988	123	286	1056	144	1.411	223	720	10.183
Aferição do Peso	-	-	-	-	-	-	-	04	-	-1	-	-	5
Avaliação de Emergência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	3
Curativos	03	02	9	10	12	19	09	07	09	15	16	-	111
Glicemia Capilar	07	09	25	18	116	402	74	286	453	379	328	419	2516
Injeção Intradérmica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Injeção Intramuscular	03	01	-	3	592	05	-06	02	-	4	4	-	700
Injeção Intravenosa		01		2	-	-	-	01	-	2	2	-	8
Injeção Subcutânea	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Massagem	01		01		01	01	03	-	-	-	10	-	17
Medicamento Sublingual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Medicamento Via Oral	11	16	16	16	25	33	10	27	47	69	59	41	370
Mensuração de Estatura	-	-	-	-	-	-	-	02		1	-	-	3
Nebulização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saturação de O2	03	02	5	5	03	05	-	-	13	12	3	-	51
Oxigenoterapia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retirada de Pontos	-	-	-	-	-	-	01	01		-	-	-	2
FC (Frequência cardíaca)	01		5	5	03	-	-	-	13		3	-	30
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	01	3		-	4

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO

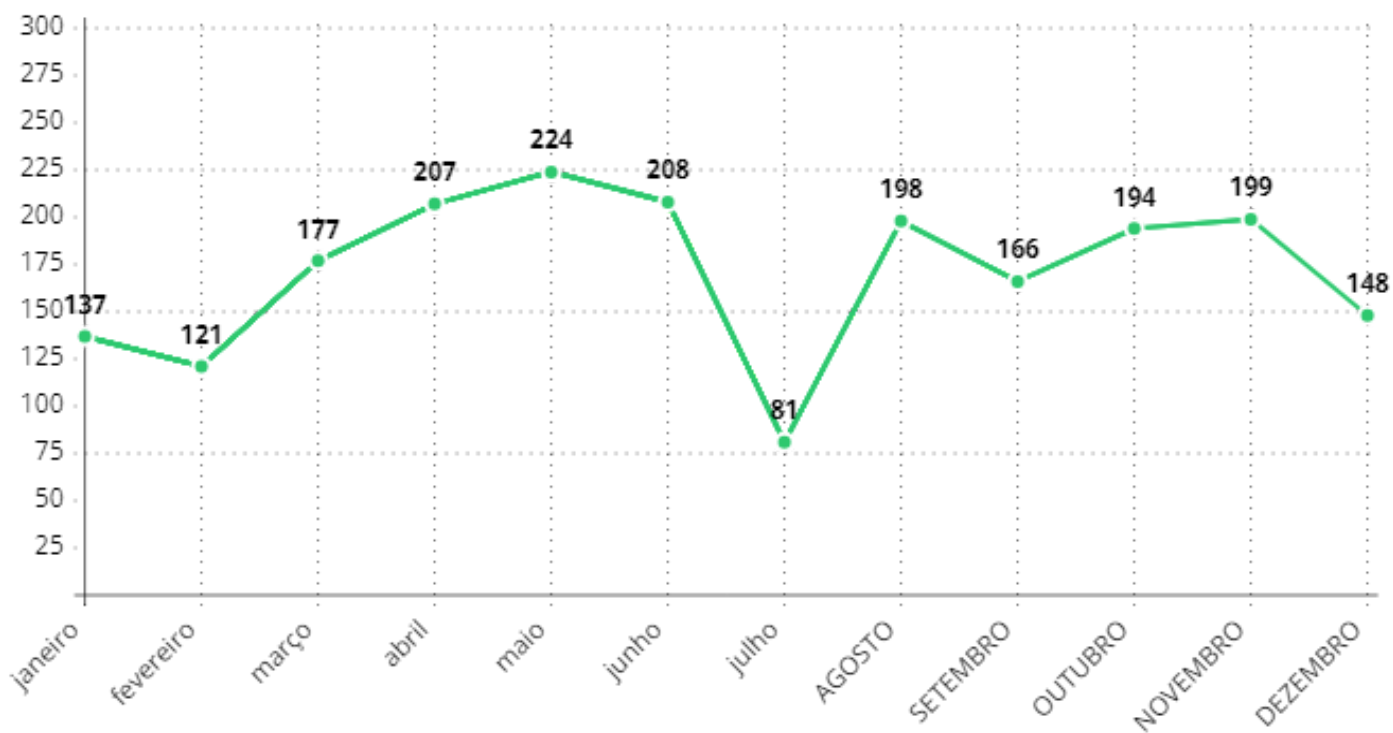
● ATENDIMENTO AMBULATORIAL/ ENFERMAGEM



PRODUÇÃO DE ATENDIMENTO SERVIÇO SOCIAL



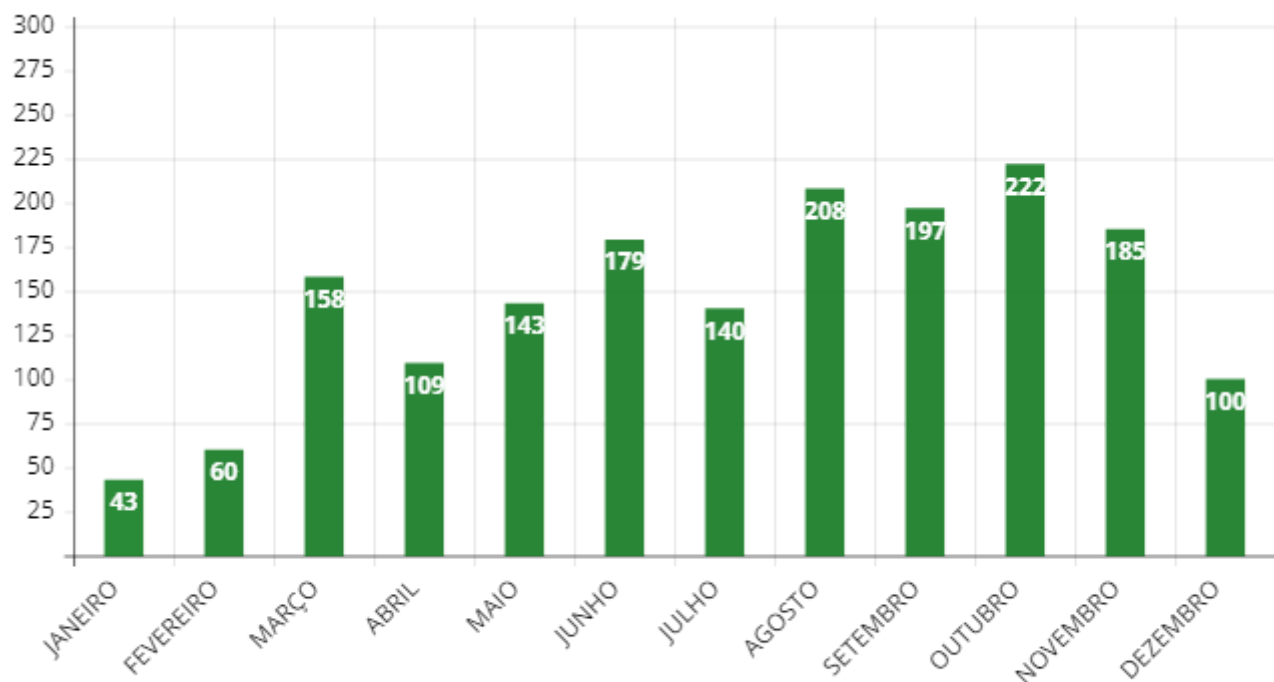
PRODUÇÃO DE ATENDIMENTOS PSICOLOGIA



PRODUÇÃO DE ATENDIMENTO DE NUTRIÇÃO

220 atendimentos distribuídos ao longo do ano.

PRODUÇÃO DE ATENDIMENTOS MÉDICO



RELATÓRIO ANUAL DE LICENÇAS MÉDICAS/ 2023

Licenças	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Lic. Saúde Interna	-	-	3	-	-	-	-	1	1	4	3	-	12
Perícias / SEPLAD	10	3	14	5	8	4	5	8	4	2	4	4	71
Perícias / INSS	1	1	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	5
Lic. Maternidade	4	-	2	-	2	1	-	1	-	-	-	1	11
Perícia I.R	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	3
Total	15	4	19	5	11	6	6	10	7	7	7	5	102

RELATÓRIO DAS AÇÕES ITINERANTES-2023

LOCAL DATA	SERVIÇOS OFERTADOS	QUANT. ATENDIMENTO S
São João de Pirabas 20 de maio 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	32
	Nutricionista	06
	Psicóloga	08
	Odontológico/Escovação	38
	Enfermagem	98
TOTAL DE ATENDIMENTO		182
Capitão Poço 27 e 28 de maio 2023 Dep. Diana Belo	Clínico Geral	48
	Nutricionista	21
	Odontológico/Escovação	64
	Enfermagem	150
TOTAL DE ATENDIMENTO		283
Quatipuru – Boa vista 03 de junho 2023 Dep. Diana Belo	Clínico Geral	33
	Nutricionista	16
	Fisioterapia	08
	Odontológico/Escovação	42
	Enfermagem	132
TOTAL DE ATENDIMENTO		231
Quatipuru 04 de junho 2023 Dep. Diana Belo	Clínico Geral	32
	Nutricionista	15
	Fisioterapia	09
	Odontológico/Escovação	22
	Enfermagem	184
TOTAL DE ATENDIMENTO		262
Abaetetuba 09 de junho 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	25
	Odontológico/Escovação	32
	Nutrição	03
	Psicóloga	06
	Enfermagem	91
TOTAL DE ATENDIMENTO		157
Abaetetuba 10 de junho 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	54
	Odontológico/Escovação	35
	Nutrição	14
	Psicóloga	09
	Enfermagem	182
TOTAL DE ATENDIMENTO		294
Moju 15 de junho 2023 Dep. Iran Lima	Clínico Geral	42

Moju 15 de junho 2023 Dep. Iran Lima	Clínico Geral	42
	Nutricionista	15
	Fisioterapia	18
	Odontológico/Escovação	38
	Enfermagem	218
TOTAL DE ATENDIMENTO		331
Moju 16 de junho 2023 Dep. Iran Lima	Clínico Geral	64
	Nutricionista	14
	Fisioterapia	20
	Odontológico/Escovação	45
	Enfermagem	226
TOTAL DE ATENDIMENTO		369
Igarapé Miri 17 de junho 2023 Dep. Iran Lima	Clínico Geral	44
	Nutricionista	26
	Fisioterapia	13
	Odontológico/Escovação	45
	Enfermagem	170
TOTAL DE ATENDIMENTO		369
Abaetetuba 18 de junho 2023 Dep. Iran Lima	Clínico Geral	22
	Nutricionista	17
	Fisioterapia	03
	Odontológico/Escovação	38
	Enfermagem	106
TOTAL DE ATENDIMENTO		186
Belém - Cabanagem 24 de junho 2023 Dep. Elias Santiago	Clínico Geral	43
	Nutricionista	04
	Fisioterapia	03
	Odontológico/Escovação	36
	Enfermagem	98
TOTAL DE ATENDIMENTO		184
Santarém - Alter do Chão 29 de junho 2023 Dep. Maria do Carmo	Clínico Geral	41
	Nutrição	15
	Fisioterapia	11
	Psicologia	11
	Odontológico/Escovação	52
	Enfermagem	168
TOTAL DE ATENDIMENTO		298
Santarém - Uruará 30 de junho 2023 Dep. Maria do Carmo	Clínico Geral	46
	Nutrição	17
	Fisioterapia	08
	Psicologia	15
	Odontológico/Escovação	80
	Enfermagem	256
TOTAL DE ATENDIMENTO		422

Santarém – Santarenzinho 01 de julho 2023 Dep. Maria do Carmo	Clínico Geral	49
	Nutrição	22
	Fisioterapia	18 204
	Psicologia	07
	Odontológico/Escovação	60
	Enfermagem	234
TOTAL DE ATENDIMENTO		390
Santarém – Nova República 02 de julho 2023 Dep. Maria do Carmo	Clínico Geral	31
	Nutrição	14
	Fisioterapia	13
	Psicologia	17
	Odontológico/Escovação	62
	Enfermagem	169
TOTAL DE ATENDIMENTO		306
Marapanim / Marudazinho 05 de agosto 2023 Dep. Diana Belo	Clínico Geral	24
	Nutrição	06
	Fisioterapia	04
	Odontológico/Escovação	38
	Enfermagem	118
TOTAL DE ATENDIMENTO		190
Santa Izabel 12 de agosto 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	58
	Ginecologista	59
	Nutricionista	19
	Fisioterapia	05
	Odontológico/Escovação	62
	Enfermagem	214
TOTAL DE ATENDIMENTO		417
São João da Ponta 26 de agosto 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	41
	Dermatologista	39
	Fisioterapia	11
	Psicólogo	03
	Odontológico/Escovação	51
	Enfermagem	300
TOTAL DE ATENDIMENTO		445
Igarapé Miri 26 de agosto 2023 Dep. Nilton Neves	Clínico Geral	48
	Nutricionista	27
	Psicólogo	13
	Odontológico/Escovação	41
	Enfermagem	148
TOTAL DE ATENDIMENTO		277

Igarapé Miri 27 de agosto 2023 Dep. Nilton Neves	Clínico Geral	47
	Nutricionista	29
	Psicólogo	28 ²⁰⁵
	Odontológico/Escovação	88
	Enfermagem	235
TOTAL DE ATENDIMENTO		427
Soure 02 de setembro 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	80
	Dermatologista	62
	Ginecologia	72
	Nutrição	18
	Fisioterapia	11
	Psicologia	10
	Odontológico/Escovação	65
	Odontológico/Extração	32
Enfermagem	412	
TOTAL DE ATENDIMENTO		762
Salvaterra 03 de setembro 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	48
	Dermatologista	41
	Ginecologia	52
	Nutrição	15
	Fisioterapia	08
	Psicologia	06
	Odontológico/Escovação	49
	Odontológico/Extração	32
Enfermagem	428	
TOTAL DE ATENDIMENTO		679
São Caetano de Odivelas 09 de setembro 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	41
	Dermatologista	07
	Ginecologia	19
	Nutrição	12
	Fisioterapia	03
	Psicologia	06
	Odontológico/Escovação	14
	Odontológico/Extração	40
Enfermagem	283	
TOTAL DE ATENDIMENTO		425
Mãe do Rio 16 de setembro 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	22
	Dermatologista	18
	Ginecologia	12
	Nutrição	9
	Fisioterapia	11
	Psicologia	8
	Odontológico/Escovação	32
	Odontológico/Extração	28
Enfermagem	320	
TOTAL DE ATENDIMENTO		460

Belém - Jurunas 22 de setembro 2023 Dep. Bob Flay	Clínico Geral	37
	Ginecologia	45
	Nutrição	18
	Fisioterapia	12
	Psicologia	08
	Odontológico/Escovação	70
	Enfermagem	332
TOTAL DE ATENDIMENTO		522
Ananindeua – Distrito Industrial 27 de setembro 2023 Dep. Fabio Figueiras	Clínico Geral	37
	Nutrição	06
	Fisioterapia	04
	Psicologia	06
	Odontológico/Escovação	38
	Enfermagem	216
TOTAL DE ATENDIMENTO		307
Tracuateua 29 de setembro 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	61
	Dermatologista	02
	Ginecologia	26
	Nutrição	06
	Fisioterapia	05
	Psicologia	12
	Odontológico/Escovação	50
	Odontológico/Extração	53
	Enfermagem	356
TOTAL DE ATENDIMENTO		571
Nova Timboteua 30 de setembro 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	23
	Dermatologista	31
	Ginecologia	15
	Nutrição	04
	Fisioterapia	06
	Psicologia	02
	Odontológico/Escovação	57
	Odontológico/Extração	32
	Enfermagem	281
TOTAL DE ATENDIMENTO		451
Capitão Poço (Arauaí) 10 de outubro 2023 Dep. Diana Belo	Clínico Geral	46
	Nutrição	27
	Fisioterapia	14
	Psicologia	26
	Odontológico/Escovação	26
	Odontológico/Extração	37
	Enfermagem	177
TOTAL DE ATENDIMENTO		353

Paragominas 13 de outubro 2023 Dep. Cel Neil	Clínico Geral	63
	Nutrição	207
	Fisioterapia	19
	Psicologia	15
	Odontológico/Escovação	12
	Odontológico/Extração	31
	Enfermagem	245
TOTAL DE ATENDIMENTO		410
Capanema 14 de outubro 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	35
	Nutrição	13
	Fisioterapia	14
	Psicologia	06
	Odontológico/Escovação	26
	Odontológico/Extração	15
	Enfermagem	176
TOTAL DE ATENDIMENTO		285
Bragança 15 de outubro 2023 Dep. Wanderlan	Clínico Geral	64
	Nutrição	16
	Fisioterapia	21
	Psicologia	05
	Odontológico/Escovação	39
	Odontológico/Extração	52
	Enfermagem	279
TOTAL DE ATENDIMENTO		476
Itupiranga 18 de outubro 2023 Dep. Aveilton	Clínico Geral	37
	Nutrição	11
	Psicologia	07
	Odontológico/Escovação	22
	Odontológico/Extração	29
	Enfermagem	172
TOTAL DE ATENDIMENTO		278
Cajazeiras - Itupiranga 19 de outubro 2023 Dep. Aveilton	Clínico Geral	41
	Nutrição	15
	Psicologia	17
	Odontológico/Escovação	31
	Odontológico/Extração	44
	Enfermagem	262
TOTAL DE ATENDIMENTO		410
Novo Repartimento 20 de outubro 2023 Dep. Aveilton	Clínico Geral	39
	Nutrição	6
	Psicologia	9
	Odontológico/Escovação	50
	Odontológico/Extração	45
	Enfermagem	218
TOTAL DE ATENDIMENTO		367

Novo Repartimento 21 de outubro 2023 Dep. Aveilton	Clínico Geral	45
	Nutrição	10
	Psicologia	10
	Odontológico/Escovação	37
	Odontológico/Extração	42
	Enfermagem	196
TOTAL DE ATENDIMENTO		340
Abaetetuba 21 de outubro 2023 Dep. Gustavo Sefer	Clínico Geral	21
	Ginecologista	12
	Nutrição	20
	Fisioterapia	22
	Psicologia	06
	Odontológico/Escovação	23
	Enfermagem	160
TOTAL DE ATENDIMENTO		264
Ananindeua – Icuí/Guajará 25 de outubro 2023 Dep. Fábio Figueiras	Clínico Geral	16
	Nutrição	09
	Psicologia	06
	Odontológico/Escovação	19
	Enfermagem	81
TOTAL DE ATENDIMENTO		131
Santana do Araguaia 28 de outubro 2023 Dep. Torrinho Torres	Clínico Geral	23
	Nutrição	21
	Fisioterapia	07
	Psicologia	04
	Odontológico/Escovação	36
	Odontológico/Extração	38
	Enfermagem	184
TOTAL DE ATENDIMENTO		313
Santana do Araguaia 28 de outubro 2023 Dep. Torrinho Torres	Clínico Geral	20
	Nutrição	17
	Fisioterapia	9
	Psicologia	16
	Odontológico/Escovação	42
	Odontológico/Extração	21
	Enfermagem	204
TOTAL DE ATENDIMENTO		239
Marituba 27 de outubro 2023 Dep. Fabio Freitas	Clínico Geral	23
	Nutrição	13
	Psicologia	9
	Odontológico/Escovação	32
	Enfermagem	189
TOTAL DE ATENDIMENTO		266

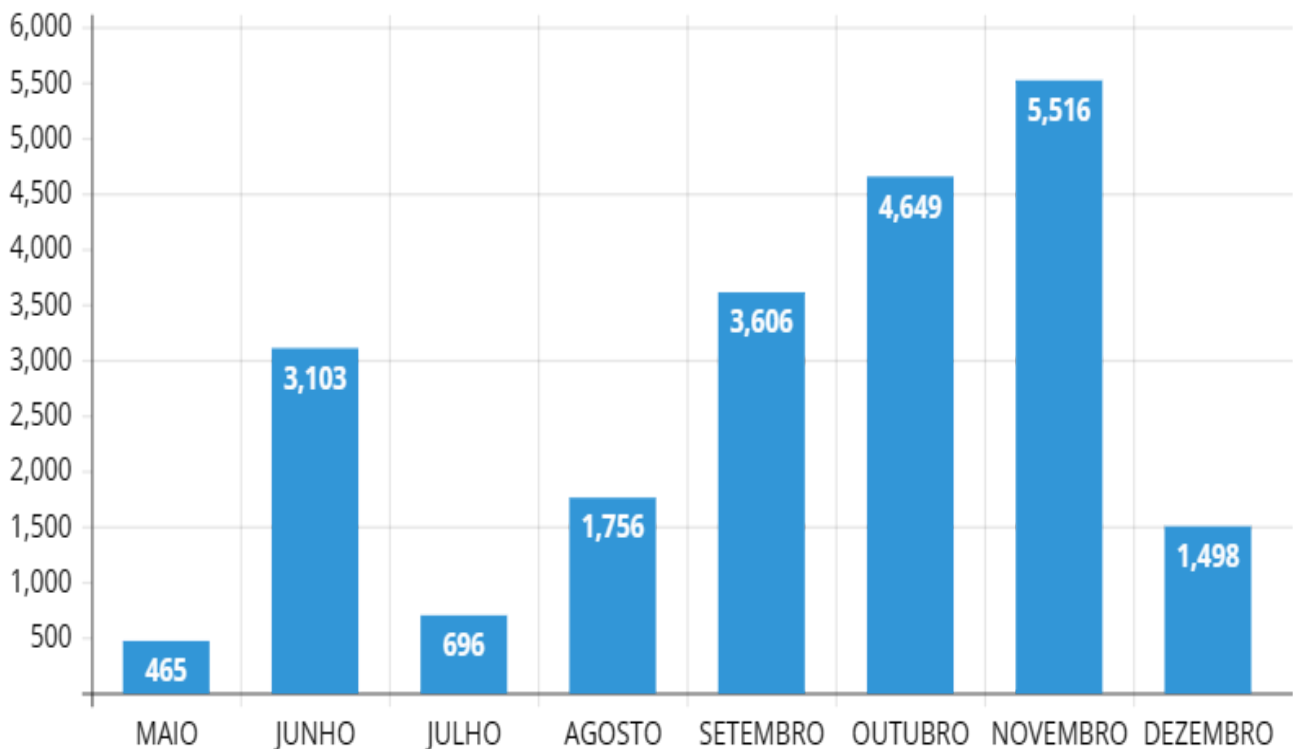
Marituba 28 de outubro 2023 Dep. Livia Duarte	Clínico Geral	32
	Nutrição	11
	Psicologia	9
	Odontológico/Escovação	36
	Enfermagem	152
TOTAL DE ATENDIMENTO		240
Vigia 29 de outubro 2023 Dep. Wanderlan	Dermatologista	16
	Ginecologista	23
	Nutrição	8
	Odontológico/Escovação	41
	Enfermagem	189
TOTAL DE ATENDIMENTO		277
São Felix do Xingu 03 de novembro 2023 Dep. Torrinho	Nutrição	20
	Fisioterapia	22
	Odontológico/Escovação	42
	Odontológico/Extração	19
	Enfermagem	230
TOTAL DE ATENDIMENTO		333
Taboca 04 de novembro 2023 Dep. Torrinho	Médico	20
	Nutrição	19
	Fisioterapia	19
	Odontológico/Escovação	39
	Odontológico/Extração	21
	Enfermagem	157
TOTAL DE ATENDIMENTO		275
Tucumã 05 de novembro 2023 Dep. Torrinho	Nutrição	16
	Fisioterapia	19
	Odontológico/Escovação	32
	Odontológico/Extração	24
	Enfermagem	127
TOTAL DE ATENDIMENTO		218
Muaná 04 de novembro 2023 Dep. Torrinho	Dermatologista	28
	Ginecologista	31
	Odontológico/Escovação	41
	Odontológico/Extração	28
	Enfermagem	241
TOTAL DE ATENDIMENTO		369
Trairão 07 de novembro 2023 Dep. Aveilton Souza	Psicologia	12
	Odontológico/Escovação	23
	Odontológico/Extração	39
	Enfermagem	158
TOTAL DE ATENDIMENTO		232

Novo Progresso 08 de novembro 2023 Dep. Aveilton Souza	Psicologia	13
	Odontológico/Escovação	21
	Odontológico/Extração	32 ¹⁰
	Enfermagem	241
TOTAL DE ATENDIMENTO		307
Castelo dos Sonhos 09 de novembro 2023 Dep. Aveilton Souza	Psicologia	22
	Odontológico/Escovação	31
	Odontológico/Extração	40
	Enfermagem	235
TOTAL DE ATENDIMENTO		328
Cachoeira da Serra 10 de novembro 2023 Dep. Aveilton Souza	Psicologia	9
	Odontológico/Escovação	26
	Odontológico/Extração	39
	Enfermagem	247
TOTAL DE ATENDIMENTO		321
Ponta de Pedra 18 de novembro 2023 Dep. Wanderlan	Dermatologista	38
	Nutricionista	12
	Odontológico/Extração	41
TOTAL DE ATENDIMENTO		91
Salinas 19 de novembro 2023 Dep. Bob Fllay	Ginecologista	38
	Clínico Geral	13
	Nutrição	25
	Psicologia	10
	Odontológico/Escovação	28
	Odontológico/Extração	32
	Enfermagem	248
TOTAL DE ATENDIMENTO		394
Belém - Jurunas 19 de novembro 2023 Dep. Livia Duarte	Clínico	29
	Odontológico/Escovação	23
	Enfermagem	138
TOTAL DE ATENDIMENTO		190
Xinguara 22 de novembro 2023 Dep. Torrinho	Nutrição	13
	Fisioterapia	11
	Psicologia	9
	Odontológico/Escovação	42
	Odontológico/Extração	23
	Enfermagem	224
TOTAL DE ATENDIMENTO		322
Ananindeua 24 de novembro 2023 Dep. Fabio Freitas	Clínico	28
	Nutricionista	11
	Odontológico/Escovação	20
	Enfermagem	148
TOTAL DE ATENDIMENTO		207

Primavera 25 de novembro 2023 Dep. Ronie Silva	Dermatologista	20
	Clínico	52
	Nutrição	11 ²¹¹
	Odontológico/Escovação	70
	Enfermagem	207
TOTAL DE ATENDIMENTO		360
Santarém Novo 26 de novembro 2023 Dep. Ronie Silva	Clínico	22
	Nutrição	16
	Odontológico/Escovação	40
	Enfermagem	212
TOTAL DE ATENDIMENTO		360
Marabá 28 de novembro 2023 Dep. Aveilton	Clínico Geral	38
	Nutrição	19
	Psicologia	12
	Odontológico/Escovação	24
	Odontológico/Extração	34
	Enfermagem	335
TOTAL DE ATENDIMENTO		462
Marabá 29 de novembro 2023 Dep. Aveilton	Clínico Geral	55
	Nutrição	20
	Psicologia	16
	Odontológico/Escovação	43
	Enfermagem	342
TOTAL DE ATENDIMENTO		476
Marabá 30 de novembro 2023 Dep. Aveilton	Clínico Geral	40
	Nutrição	12
	Psicologia	12
	Odontológico/ Extração	41
	Enfermagem	166
TOTAL DE ATENDIMENTO		271
Belém - Tapanã 02 de dezembro 2023 Dep. Fabio Freitas	Clínico Geral	29
	Nutrição	12
	Odontológico/Escovação	34
	Enfermagem	185
TOTAL DE ATENDIMENTO		260
Eldorado dos Carajás 08 de dezembro 2023 Dep. Braz	Dermatologista	28
	Ginecologista	32
	Nutrição	12
	Fisioterapia	8
	Psicologia	15
	Odontológico/Escovação	32
	Enfermagem	159
TOTAL DE ATENDIMENTO		286

Parauapebas 09 de dezembro 2023 Dep. Braz	Dermatologista	12
	Ginecologista	232
	Nutrição	11
	Fisioterapia	9
	Psicologia	7
	Odontológico/Escovação	38
	Enfermagem	158
TOTAL DE ATENDIMENTO		258
Parauapebas 10 de dezembro 2023 Dep. Braz	Dermatologista	14
	Ginecologista	26
	Nutrição	7
	Fisioterapia	6
	Psicologia	9
	Odontológico/Escovação	41
	Enfermagem	172
TOTAL DE ATENDIMENTO		275
Santa Bárbara 12 de dezembro 2023 Dep. Ronie Silva	Clínico	39
	Nutrição	04
	Fisioterapia	17
	Psicologia	08
	Odontológico/Escovação	59
	Enfermagem	292
TOTAL DE ATENDIMENTO		419

GRÁFICO DAS AÇÕES ITINERANTES-2023



NECESSIDADES PARA A REGULARIZAÇÃO DO FLUXO DE ATENDIMENTOS

1. Contrato administrativo nº 009/2023 - Fornecimento de materiais, produtos e medicamentos. Vigência até 04 de julho 2024. O contrato tem garantido materiais para desenvolvimento das atividades internas e ações itinerantes.
2. Contrato de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos: Contrato administrativo nº 006/2022 efetivado em 19/04/2022 com vigência de 12 meses. Em virtude do início da obra, não foi aditado nem iniciado novo contrato até que haja previsão sobre a conclusão da obra do departamento.
3. Recolhimento de lixo patológico: Contrato 006/2021, aditivado até 13/05/2024.
4. Entrega do prédio e conclusão da obra do departamento para retorno ao fluxo normal de atendimentos.

16. DEPARTAMENTO DE MEMORIAL DO LEGISLATIVO

O Departamento de Memorial do Legislativo é formado pela Divisão de Acervo Histórico, Informação e Publicação; Divisão de Educação Patrimonial e Acervo; e, também por quatro seções, sendo: Seção de Museu, Seção de Arquivo, Seção de Biblioteca e Seção de Pesquisa Histórica e Publicações.

Neste ano de 2023, o Departamento de Memorial recebeu um número expressivo de visitantes, contabilizando mais de duzentas pessoas, entre estudantes, professores e profissionais de diversas áreas, tanto para conhecer as instalações internas do Poder Legislativo e seus Departamentos, como para a realização de trabalhos de pesquisas.

Os visitantes foram guiados pelos servidores do Memorial, que discorreram sobre a história do Parlamento do período imperial até os dias atuais, o processo legislativo, o funcionamento dos departamentos e comissões, entre outros.

Foi dado, também, prosseguimento ao contínuo trabalho de pesquisas, que tem como objetivo subsidiar os visitantes que procuram o Departamento em busca de informações, bem como os Departamentos da Casa.

As atividades exercidas encontram-se descritas neste relatório.

VISITAS DE ESTUDANTES

1. Estudantes do Curso de História e Pedagogia da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

No dia 28 junho, o Departamento recebeu a visita dos estudantes do Curso de História e Pedagogia da UEPA – Polo Castanhal, Ananindeua e Igarapé-Miri, sob a coordenação da professora Gerusa Miranda, idealizadora dessa atividade de campo.

Os servidores do Memorial guiaram os alunos pelas instalações da Casa, iniciando as exposições pelo Hall de entrada, onde encontra-se exposta a tela que retrata a “Adesão do Pará a Independência do Brasil”, um dos períodos mais importantes da nossa história, de autoria de Anita Panzutti e Bethy Santos. Conheceram também a Galeria dos Constituintes, onde receberam informações sobre a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1989, o Auditório João Batista, o Plenário Newton Miranda, onde são realizadas as sessões legislativas, bem como informações sobre a tela a “Cidade que pegou fogo”, de autoria de Benedito Melo, que retrata a Cabanagem e exposta no referido plenário.

Em seguida foram recebidos pelo Presidente do Poder Legislativo, Deputado Francisco Melo-Chicão, que ressaltou a importância da visita dos estudantes a esta Casa de Leis, para que todos possam conhecer o trabalho e o papel de cada parlamentar, desejando que essas visitas, tanto da comunidade acadêmica quanto de qualquer outro cidadão, possa se tornar cada vez mais frequente para que toda sociedade possa ter ciência do papel do Poder Legislativo, em consonância com o Executivo e o Judiciário, os reais pilares da nossa República.

Durante a visita dos alunos, estiveram presentes, também, o ex-deputado e ex-presidente da Alepa, Bira Barbosa, os Deputados Dr.Wanderlan Quaresma, Delegado Toni Quaresma e a Deputada Lívia Duarte.

2.Estudantes da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

No dia 25 de setembro, o Departamento recebeu a visita dos estudantes do Curso de História da Universidade do Estado do Pará – UEPA-Polo Vigia, sob a coordenação da professora Geresa Miranda, idealizadora dessa atividade de campo.

Os servidores do Memorial guiaram os alunos pelas instalações da Casa, iniciando as exposições pelo Hall de entrada, onde encontra-se exposta a tela que retrata a “Adesão do Pará a Independência do Brasil”, um dos períodos mais importantes da nossa história, de autoria de Anita Panzutti e Betty Santos. Conheceram a Galeria dos Constituintes, recebendo informações sobre a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1989; o Auditório João Batista; o Plenário Newton Miranda, onde são realizadas as Sessões Legislativas, sendo explanado pela equipe do Memorial e pela professora Geresa Miranda os ritos de tramitação dos projetos e outras matérias, e ressaltado a importância da participação dos cidadãos paraenses nas proposições de interesse popular, que chegam a esta Casa de Leis.

Em seguida, foram recebidos na sala da presidência pelo Chefe de Gabinete do Presidente, Sr. Reginaldo Marques, pelo Deputado Wesley Tomaz e pela Deputada Lívia Duarte.

3. Estudantes da Universidade do Estado do Pará - UEPA

No dia 06 de Novembro, o Departamento recebeu a visita dos estudantes do Curso de História da Universidade Estadual do Pará – UEPA, polo de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, sob a coordenação da professora Gerusa Miranda, idealizadora dessa atividade de campo.

Os servidores do Memorial guiaram os alunos pelas instalações da Casa, iniciando as exposições pelo Hall de entrada, onde encontra-se exposta a tela que retrata a “Adesão do Pará a Independência do Brasil”, um dos períodos mais importantes da nossa história, de autoria de Anita Panzutti e Betty Santos. Conheceram a Galeria dos Constituintes, onde receberam informações sobre a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1989. A Secretária Legislativa, Sra. Rebecca Hesketh, explanou como desenvolve o seu trabalho à frente da Secretaria Legislativa, que tem a tarefa de coordenar as funções administrativas e legislativas do Parlamento. Citou a importância da integração entre os Poderes Legislativos e Executivo. Conheceram também o Auditório João Batista, onde foi contextualizado um resumo da história do Movimento da Cabanagem.

No Plenário Newton Miranda, onde são realizadas as Sessões Legislativas, a equipe do Memorial e a Professora Gerusa Miranda explicaram os ritos de tramitação dos projetos e outras matérias, ressaltando a importância da participação dos cidadãos paraenses nas proposições de interesse popular, que chegam a essa Casa de Leis.

Os alunos tiveram também a oportunidade de manusear o livro aonde está registrada a Ata da Primeira Sessão da Assembleia Legislativa Provincial, datado de 1838.

OUTRAS VISITAS

1. No dia 05 de Setembro, o Departamento recebeu a visita da 1ª Turma de Colaboradores do 5º Tabelionato de Notas de Belém, que vieram conhecer o prédio sede do Poder Legislativo do Estado do Pará, e a história do parlamento desde o século XIX.

Os servidores do Memorial guiaram os visitantes pelas instalações da Casa, iniciando as exposições pelo Hall de entrada, onde encontra-se exposta a tela que retrata a “Adesão do Pará a Independência do Brasil”, um dos períodos mais importantes da nossa história, de autoria de Anita Panzutti e Betty Santos.

Conheceram a Galeria dos Constituintes, onde receberam informações sobre à Assembleia Constituinte e a elaboração da Constituição de 1989, que teve como Relator Geral o grande jurista e Deputado Constituinte Dr.Zeno Veloso, que começou a sua carreira como escrevente de cartório no 1º Ofício de Notas de Belém do Pará, na década de 1960, tornando-se tabelião substituto em 1966, assumiu a serventia titular em 1969 e foi tabelião do 1º Ofício de Notas de Belém do Pará, professor de Direito da Universidade Federal do Pará e da Universidade da Amazônia, e Secretário de Estado de Justiça do Estado do Pará.

Em seguida visitaram o Plenário Newton Miranda, oportunidade em que puderam observar como acontece uma sessão legislativa. O Deputado Carlos Bordalo os recebeu na ante sala de imprensa, explicando detalhadamente o processo legislativo, a tramitação dos projetos de leis e outras matérias, bem como deu informações dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, da qual é presidente. Finalizando a visita, foram recebidos no Departamento de Memorial, onde conheceram documentos históricos do século XIX, que estão sob a guarda do Departamento.

2. No dia 12 de Setembro, o Departamento recebeu a visita de outro grupo de colaboradores do cartório do 5º Tabelionato de Notas de Belém, que vieram conhecer o prédio sede do Poder Legislativo Estadual, e a história do parlamento desde o século XIX.

Os servidores do Memorial guiaram os visitantes pelas instalações da Casa, iniciando as exposições pelo Hall de entrada, onde encontra-se exposta a tela que retrata a “Adesão do Pará a Independência do Brasil”, um dos períodos mais importantes da nossa história, de autoria de Anita Panzutti e Bethy Santos.

Conheceram a Galeria dos Constituintes, onde receberam informações sobre à Assembleia Constituinte e a elaboração da Constituição de 1989, que teve como Relator Geral o grande jurista e Deputado Constituinte Dr.Zeno Veloso, que começou a sua carreira como escrevente de cartório no 1º Ofício de Notas de Belém do Pará, na década de 1960, tornando-se tabelião substituto em 1966, assumiu a serventia titular em 1969 e foi tabelião do 1º Ofício de Notas de Belém do Pará, professor de Direito da Universidade Federal do Pará e da Universidade da Amazônia, e Secretário de Estado de Justiça do Estado do Pará.

Em seguida conheceram o plenário Newton Miranda e encerraram a visita no Departamento de Memorial, onde tiveram acesso a obras e documentos do século XIX. O Diretor do Departamento falou da história do legislativo ao longo dos seus 200 anos, e também, de outras importantes obras que compõem o acervo da Casa.

EXPOSIÇÃO

1. No dia 12 de maio, foi realizada exposição no Hall do Auditório João Batista, em homenagem ao “Dia do Legislativo”, oportunidade em que o Departamento de Memorial expôs a Ata da 1ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial de 1838; Ata da 1ª Sessão Preparatória; Ata da 2ª Sessão Preparatória; Registro da Lei nº 1, aprovada por esta Casa Legislativa e o Registro de Lei determinando o lugar para as reuniões da Assembleia Legislativa Provincial.

SOLICITAÇÕES

1. A professora Geresa Miranda, da Universidade do Estado do Pará – UEPA, solicitou ao Departamento de Memorial cópias de documentos referentes a época imperial, o que foi concedido, sendo fotografado os textos das Atas das Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa Provincial, compreendido entre 1840-1850;

2. Atendendo solicitação da Presidência da Casa, encaminhamos ao gabinete do presidente levantamento elaborado por este Departamento de Memorial, constando o nome de todos os Deputados do período de 1835 a 2024, e das Mesas Diretoras, do mesmo período.

PESQUISAS

1. Pesquisa sobre os 200 anos do Poder Legislativo do Estado do Pará

Nos meses de março e abril, o Departamento de Memorial realizou pesquisa sobre a criação do Poder Legislativo. A pesquisa foi realizada nos livros da época imperial, no site da Câmara Federal, e outras fontes de informação.

Após minuciosa pesquisa, pode-se afirmar que o Poder Legislativo passou a existir com a instalação da Assembleia Constituinte Imperial, ocorrido no dia 03 de maio de 1823, datando de 200 anos. No jornal da Câmara dos Deputados, consta a seguinte citação: “a primeira experiência Parlamentar Brasileira, com a sessão solene de Instalação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Foi criado o primeiro Órgão Legislativo de Representação Nacional do país”.

Na Agência da Câmara de Notícias da Câmara dos Deputados, consta que: “A primeira experiência parlamentar brasileira foi a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, instalado em 03 de maio de 1823, essa data deu origem ao Dia do Parlamento, embora dissolvido é reconhecida por historiadores como o início do poder Legislativo no país, pois reuniu deputados eleitos para elaborar uma constituição e dotar a nação de um novo ordenamento jurídico.” E ainda, que os Conselhos de Províncias, foram os precursores das atuais Assembleias Legislativas. Foi pesquisada, também, a Lei de 27 de agosto de 1828, que dá regimento para os Conselhos Gerais de Províncias e o Decreto de 20 de julho de 1828, onde foi designadas as eleições para a próxima legislatura e para a Constituição de 1824.

Linha do tempo da criação do Poder Legislativo:

- *1823 - Assembleia Constituinte, constituída para elaborar constituições/leis;
- *1824 - Outorga a Constituição (também com leis votadas na Assembleia Constituinte, embora dissolvida);
- *Criados os Conselhos de Província na Constituição Imperial;
- *1834 - Extinção dos Conselhos e criação das Assembleias Provinciais;
- *1835 - Aconteceu a 1ª eleição para a Assembleia Provincial, mas com o movimento da cabanagem, que assumiu o poder na Província do Grão Pará, foi instalada somente em 1838, com a 2ª eleição.

2. Pesquisa para trabalho de mestrado, da Universidade Federal do Pará.

A aluna do curso de mestrado da UFPA, Victória Cecília Elsie Dantas de Feitosa Moraes, do Curso de Ciências do Patrimônio Cultural, procurou o Departamento de Memorial em busca de material sobre a criação e inauguração do Memorial da Cabanagem (monumento construído no entroncamento, área localizada na entrada de Belém, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer), tema do seu trabalho de conclusão de curso.

Através da Seção de Composição de Anais, foram disponibilizados 02 (dois) livros de Anais do Legislativo, datado de 1985.

3. Pesquisa para trabalho de conclusão de doutorado, da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Em agosto de 2023, a aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, Daniele Cristina Salgado Garcia, procurou o Departamento de Memorial em busca de informações e solicitação de acesso aos dados pertinentes à história do legislativo, especificamente a década de 50, para subsidiar a pesquisa para o seu trabalho de doutorado, intitulado “A institucionalização da Escolarização da Pessoa com Deficiência do Estado do Pará, na década de 50”, objetivando saber o posicionamento do Poder Legislativo, a época.

O pedido foi oficiado pelo Professor Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha, coordenador do curso. O Departamento disponibilizou as informações relativas à história do legislativo, e solicitou à Seção de Composição de Anais os livros do período compreendido entre 1947 a 1961, totalizando 43 livros, que foram higienizados no próprio Departamento e após a pesquisa, devolvido para a Seção de Anais.

4. PESQUISA DE LEIS

Continuando o trabalho de pesquisa, o Departamento fez um levantamento das Leis do período imperial, abaixo, que foram separadas para posterior escaneamento e encadernação.

- Decreto de 03 de outubro de 1833, que nomeia uma comissão para a revisão da legislação;

- Decreto de 11 de outubro de 1833, que concede anistia a todos os compreendidos nas comoções políticas que tiverem tido lugar na Província do Pará.

- Carta da Lei de 28 de setembro, sobre a nulidade das sentenças da Província do Pará e de mais quatro estados.

- Fala com que o Regente Interino, em nome do Imperador D. Pedro II, abriu a 1ª Sessão da Quarta Legislatura da Assembleia Legislativa Imperial.

5. TRANSCRIÇÃO

Executamos a transcrição dos livros de Atas do período imperial, composto de 42 duas folhas, que pela época, são manuscritos com uma caligrafia de difícil leitura. Para a transcrição usamos uma lupa que aumenta o diâmetro das letras. O objetivo deste trabalho é auxiliar na pesquisa e acesso deste acervo.

Documentos transcritos:

- Livro da Ata da 1ª Sessão Preparatória da Assembleia Legislativa Provincial do Grão-Pará, de 28 de fevereiro de 1838;

- Livro de Ata da 2ª Sessão Preparatória da Assembleia Legislativa Provincial do Grão-Pará, de 1º de março de 1838;

- Livro de Ata da 1ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial do Grão Pará, de 02 de março de 1838.

O Departamento de Memorial do Legislativo é agente propulsor do armazenamento de dados históricos do Poder Legislativo Estadual, investigativos, de pesquisa e elaboração de textos, e de disponibilizar aos Deputados e ao público, informações pertinentes a Alepa, quais sejam do acervo do mesmo.

A importância do arquivo de documentos e da história é exatamente porque eles representam um patrimônio único, precioso e insubstituível, transmitido de geração em geração, contribuindo com a democracia e com a vida dos cidadãos.

Todas as atividades atendidas foram pautadas nessa linha, visto que a equipe sempre está à disposição da sociedade, atendendo os pleitos solicitados.

17. GABINETE MILITAR

1. DOCUMENTOS DIVERSOS PRODUZIDOS.

Foram produzidos por este Gabinete Militar os documentos e suas quantidades de acordo com o discriminado na tabela a seguir:

TIPO	QUANTIDADE
MEMORANDOS INTERNOS E EXTERNOS	409
OFÍCIOS	074
PARTES MILITARES	025
REQUERIMENTOS MILITARES	017
MEMORANDO SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO	077
TOTAL	602

2. OCORRÊNCIAS POLICIAL MILITAR E BOMBEIRO MILITAR.

Diariamente os militares deste Gabinete Militar cooperam para o bom funcionamento deste Poder Legislativo e em seus arredores, se deparando com as mais variadas ocorrências, que estão discriminadas na tabela a seguir:

TIPO	QUANTIDADE
OCORRÊNCIAS PM (abordagem externa ao prédio)	25
OCORRÊNCIAS BM (ocorrências externa ao prédio)	18
OCORRÊNCIAS DIVERSAS (portas abertas e ar-condicionado ligado)	32
RECUPERAÇÃO DE CELULAR E DOCUMENTOS EXTRAVIADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA ALEPA ATRAVÉS DO CFTV	11
PRINCÍPIOS DE INCÊNDIOS	03
VERIFICAÇÃO E APOIO NA SEGURANÇA DURANTE AS OBRAS	34
CONTROLE DA ORDEM DURANTE MANIFESTAÇÕES	06
TOTAL	129

3. APOIO A VIAGENS DO CAC, DBES E EVENTOS DO PODER LEGISLATIVO.

Este Gabinete Militar atuou em diversos eventos deste Poder Legislativo por todo o Estado do Pará, tais como: ações sociais do CAC e Dbes, Cursos da Escola do Legislativo, Reuniões da Comissão de Direitos Humanos, sempre cuidando da segurança dos funcionários e populares que participam dos eventos, assim como atuou em vários eventos atinentes ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, cooperando sempre para o sucesso de todos os eventos, como podemos observar na tabela a seguir.

TIPO	QUANTIDADE
VIAGENS APOIO – PRESIDÊNCIA	006
VIAGENS APOIO – DBES	005

VIAGENS APOIO – CAC	052
VIAGENS APOIO – ESCOLA LEGISLATIVO	003
VIAGENS APOIO – DIREITOS HUMANOS	002
ESCALA DE APOIO AO CÍRIO	002
TOTAL	070

4. QUALIFICAÇÃO DO EFETIVO E REUNIÃO DE ALINHAMENTO.

Este gabinete realizou reunião para alinhamento de postura dos militares, reconhecimento do militar com entrega de medalhas e condecorações, instrução de manuseio de armamento, instrução de abordagem técnica a tentativa de suicídio e confraternização. Cooperando sempre para a excelência no serviço diário do Policial e Bombeiro Militar neste Poder Legislativo. Conforme tabela a seguir.

TIPO	QUANTIDADE
REUNIÕES	08
INSTRUÇÃO	04
MILITARES CONDECORADOS	15
TOTAL	27

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Cabe a este Gabinete Militar de acordo com o Regimento Interno deste poder Legislativo cooperar com o policiamento dos edifícios da Assembleia Legislativa e de suas dependências externas assim como das ações desempenhadas por este Poder Legislativo e assim foi feito ao longo deste ano de 2023, como podemos observar nas informações e dados fornecidos neste relatório anual, o Gabinete militar sempre cuidando da segurança, ordem e bem-estar de todos.

18. DIVISÃO DE CERIMONIAL

1. SESSÕES SOLENES (REGIMENTAIS)

- 01 de Janeiro - Posse do Governador e Vice-Governadora;
- 01 de Fevereiro - Posse dos Deputados Estaduais;
- 08/03 Dia Internacional da Mulher - Medalha "Isa Cunha";
- 15/05 Comemoração ao Dia do Legislativo - Outorga da Medalha Mérito Legislativo Newton Miranda;
- 12/06 - Comemoração aos 112 anos de fundação da Assembleia de Deus;
- 06/10 - Homenagem a Nossa Senhora de Nazaré - "Mérito Nossa Senhora de Nazaré";
- 21/12 - Títulos Honoríficos Cidadão do Pará e Honra ao Mérito.

2. SESSÕES POR DEPUTADO

2.1. DEPUTADA ANA CUNHA

- SESSÕES SOLENES:
 - 26/05 - Em alusão ao centenário do título basilical da Basílica Santuário de Nossa Senhora de Nazaré
- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:
 - 22/05 - Debater sobre a proteção da criança e adolescente no âmbito virtual
- OUTROS:
 - 24/11 - Encontro: Diálogos da 1º Infância, Criança e Adolescente

2.2. DEPUTADO ÂNGELO FERRARI

- SESSÕES ESPECIAIS:
 - 23/11 - Para Discutir o "Canabidiol no SUS" - Política Estadual de Cannabis para fins "terapêuticos e medicinais"

2.3. DEPUTADO AVEILTON SOUZA

- SESSÕES ESPECIAIS:
 - 13/04 - Discutir estratégias voltadas para a Agricultura Paraense
 - 25/09 - Em alusão ao dia nacional do surdo
 - 16/11 - Em comemoração aos 35 anos do Conselho de Jovens Empresários do Pará - CONJOVEM
 - 27/11 - Solene em homenagem ao sesquicentenário de instalação do poder judiciário no estado.
- OUTROS:
 - De 26 à 28 /04 - Reunião Ampla do Colegiado de Deputados do Parlamento Amazônico

2.4. DEPUTADO CARLOS BORDALO

- SESSÕES SOLENES:
 - 31/03 - Para entrega oficial do Relatório final da Comissão Estadual da Verdade no Pará instalada em 2014
 - 15/12 - Outorga da Medalha "Paulo Frota" de Direitos Humanos
- SESSÕES ESPECIAIS:
 - 18/05 - Especial Homenagem aos 40 anos da Defensoria Pública do Estado do Pará
 - 25/05 - Alusão a 7º marcha das Margaridas

- 14/06 - Comemoração aos 50 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
- 31/08 - Debater sobre questões climáticas, desenvolvimento sustentável e sobre a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas (COP-30) - Conjunto com a Deputada Lívia
- 09/11 - Comemoração aos 120 anos de fundação do Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré
- 30/11 - Comemoração dos 30 anos da Ação Cidadania, movimento criado pelo sociólogo Herbert de Souza, O Betinho
- 04/12 - Homenagem aos 7 anos do Programa de proteção em defesa dos defensores e defensoras dos Direitos Humanos
- OUTROS:
 - 04/08 - Lançamento das Ações do Programa Cidadania Marajó
 - 24/08 - Celebração dos 44 anos da Lei da Anistia
 - 04/12 - Lançamento do " Livro Educação Popular na Amazônia Popular: Paulo Freire Vive"

2.5. DEPUTADO CHAMONZINHO

- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:
 - 31/05 CFFO - Apresentação dos relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário e os demais benefícios, pela secretaria do tesouro nacional que se constitui dos relatórios quadrimestrais previstos na Lei de responsabilidade fiscal

2.6. DEPUTADO CHICÃO

- SESSÕES SOLENES:
 - 05/06 - Semi-presencial em Homenagem ao dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas
 - 28/08 - Homenagem aos 70 anos do Hospital Adventista de Belém
- OUTROS:
 - 19/06 - Lançamento do Livro Constituição do Estado do Pará - Texto e Contexto Homenagem ao Constituinte Zeno Veloso

2.7. DEPUTADO CORONEL NEIL

- SESSÕES ESPECIAIS:
 - 11/12 - EM Comemoração aos 120 anos de fundação do Colégio Santa Catarina de Sena

2.8. DEPUTADO DELEGADO NILTON NEVES

- SESSÕES SOLENES:
 - 18/09 - Alusiva a Semana Solidária Padre Bruno Sechi

2.9. DEPUTADO DIRCEU TEN CATEN

- SESSÕES SOLENES:
 - 13/04 - Alusão aos Profissionais do SOME - Sistema de Organização Modular de Ensino
 - 10/08 - Alusiva ao dia do Profissional da Advocacia Paraense
 - 26/10 - Alusão à Comenda de Honra ao Mérito Educação
- SESSÕES ESPECIAIS:

- 12/06 - Discutir Políticas Públicas Culturais de igualdade racial e educação anti-racista no Estado do Pará, dentro da Década Internacional, dos Afro-descendentes 2018/2024
- 10/08 - Em Alusão a semana do Bem-Viver e ao dia da Amazônia
- 26/10 - PARAWARA de indígenas em contexto urbano no Estado do Pará
- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:
 -
- OUTROS:
 - 04/08 - Encontro Regional de Conselhos Estaduais de Juventudes da Amazônia
 - 23/08 - Instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica no Estado do Pará

2.10. DEPUTADO ERICK MONTEIRO

- SESSÕES SOLENES:
 - 24/05 - Alusiva aos 89 anos do conselho regional de engenharia e agronomia do Pará CREA-PA
- OUTROS:
 - 26/10 Seminário - Autismo na Amazônia - Rota de Inclusão

2.11. DEPUTADO FÁBIO FIGUEIRAS

- SESSÕES ESPECIAIS:
 - 26/06 - Homenagem ao Exército Brasileiro - em reconhecimento a sua importância para a pátria e também pelo aniversário de criação do comando militar do norte
 - 29/05 Especial em Alusão ao dia Especial da Acessibilidade
 - 11/09 - Comemoração aos 104 anos do Clube de Engenharia do Pará
 - 21/09 - Comemoração ao dia Mundial do Alzheimer
 - 02/10- Especial em comemoração ao dia da pessoa idosa e combate à violência contra a pessoa idosa no Estado do Pará
 - 30/10 - Alusão ao dia nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

2.12. DEPUTADO FÁBIO FREITAS

- SESSÕES SOLENES:
 - 12/06 Em comemoração ao dia do profissional da contabilidade
 - 19/06 Em comemoração ao Jubileu de Diamante - Aniversário de 75 anos da Sociedade Bíblica do Brasil
 - 28/08 - Homenagem aos 50 anos da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Pará - ABAV PARA
 - 22/09 - Homenagem aos 35 anos de fundação do Programa de Proteção ao Consumidor - PROCON/PA
 - 19/10- Em homenagem ao dia Nacional do Técnico Industrial
 - 06/11 - Homenagem ao dia Estadual do Capelão
 - 27/11 - Homenagem ao dia do Profissional da Beleza
 - 15/12 - Alusão do Aniversário da Convenção de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus do Utinga de Belém do Pará - CIMADMUDE
- SESSÕES ESPECIAIS:
 - 19/06 Em Razão da semana paraense de prevenção e combate ao uso de drogas

2.13. DEPUTADO GUSTAVO SEFER

- SESSÕES ESPECIAIS:
 - 26/10 - Homenagem aos 60 anos da Sorveteria Cairu
- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:
 - 16/06 Para debater a exploração de Petróleo e gás na margem equatorial

2.14. DEPUTADO IRAN LIMA

- SESSÕES SOLENES:
 - 24/08 - Comemoração aos 200 anos do Centro Israelita do Pará, Sinagoga Eshel Abraham
 - 19/10 - Em comemoração ao dia do Profissional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

2.15. DEPUTADO JOSUÉ PAIVA

- SESSÕES SOLENES:
 - 16/06 - Homenagem ao transcurso da fundação da igreja evangélica da assembleia de deus no estado do pará, abrangendo os demais ministérios e convenções da referida igreja no estado
 - 01/12 - Homenagem do transcurso dos 58 anos de fundação da Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER-PA

2.16. DEPUTADA LÍVIA DUARTE

- SESSÕES ESPECIAIS:
 - 11/05 - Dialogar a semana Estadual de Luta pelo direito das pessoas com sofrimento mental e por uma sociedade sem manicômio. Também será discutido a violência nas escolas do pará e a saúde mental dos estudantes
 - 28/09 - Debater as políticas estaduais para a promoção de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAP+, em alusão ao dia 28 de junho/06, dia internacional do orgulho LGBT
 - 18/12 - Para Discutir as Políticas de Atenção às pessoas refugiadas e migrantes no Pará
- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:
 - 25 anos de educação no campo e no PRONERA

2.17. DEPUTADO LU OGAWA

- OUTROS:
 - 14/11 Instalação da Frente Parlamentar de acompanhamento e fortalecimento das ações da COP-30 no Estado do Pará

2.18. DEPUTADA MARIA DO CARMO

- SESSÕES SOLENES:
 - 13/11 - Homenagem e Comemoração aos 40 anos da Central Única dos Trabalhadores - CUT
- SESSÕES ESPECIAIS:
 - 22/11 Diálogos sobre desenvolvimentos sustentável da pesca e aquicultura

2.19. DEPUTADO MARTINHO CARMONA

- SESSÕES SOLENES:
 - 20/11 - Homenagem aos 50 anos de Fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular no Estado do Pará

2.20. DEPUTADA PAULA TITAN

- OUTROS:
 - 25/08 - 1º Encontro Estadual da Procuradorias Municipais e representações femininas do Estado do Pará
 - 24/11 - 1º Caravana Pro-Mulher - Castanhal

2.21. DEPUTADO RONIE SILVA

- SESSÕES SOLENES:
 - 26/06 Em homenagem aos 132 anos do Ministério Público do Estado do Pará
 - 27/10 - Homenagem aos 25 anos da Assembleia de Deus de Missões
- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:
 - 25/05 Debater a política estadual de resíduos sólidos e a instalação de aterros sanitários no Estado do Pará

2.22. DEPUTADO WESCLEY TOMAZ

- SESSÕES SOLENES:
 - 30/11 - Pelo Transcurso dos 70 anos de Criação da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA

3. EXTRAS

- 04 e 05/05 - Forma ESLEPA/ALEPA Itinerante - Região Guamá - Polo Castanhal
- 18/09 - Mesa Redonda, transição energética- Fontes Renováveis e Produção de Hidrogênio - Dep. Raimundo Santos
- 18/10 1º Encontro das Escolas de Governo do Norte

TIPO DE EVENTO	TOTAL
SESSÃO SOLENE	32
SESSÃO ESPECIAL	26
AUDIÊNCIA PÚBLICA	05
OUTROS EVENTOS	15

19. CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (CAC)

EMIÇÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE EM 2023			
SOLICITANTE	DATA	MUNICÍPIO	RGs EMITIDOS
ATENDIMENTO NO CAC	ANO	BELÉM	583
DEP. ADRIANO COELHO	02/09/2023	BELÉM	62
DEP. ADRIANO COELHO	01/04/2023	BELÉM	98
DEP. ADRIANO COELHO	15/04/2023	BELÉM	109
DEP. AVEITON SOUZA	18/10/2023	ITUPIRANGA	242
DEP. AVEITON SOUZA	19/10/2023	ITUPIRANGA	206
DEP. AVEITON SOUZA	20/10/2023	NOVO REPARTIMENTO	76
DEP. AVEITON SOUZA	21/10/2023	NOVO REPARTIMENTO	144
DEP. AVEITON SOUZA	07/11/2023	TRAIRÃO	163
DEP. AVEITON SOUZA	08/11/2023	NOVO PROGRESSO	112
DEP. AVEITON SOUZA	09/11/2023	CASTELO DOS SONHOS (ALTAMIRA)	170
DEP. AVEITON SOUZA	10/11/2023	CACHOEIRA DA SERRA (ALTAMIRA)	55
DEP. AVEITON SOUZA	28/11/2023	MARABÁ	318
DEP. AVEITON SOUZA	29/11/2023	MARABÁ	438
DEP. AVEITON SOUZA	30/11/2023	MARABÁ	387
DEP. BOB FLLAY	22/09/2023	BELÉM	92
DEP. BOB FLLAY	19/11/2023	SALINÓPOLIS	292
DEP. BORDALO	29/05/2023	CAPANEMA	198
DEP. BORDALO	20/10/2023	TAILÂNDIA	198
DEP. BORDALO	23/11/2023	CUMARU DO NORTE	329
DEP. BORDALO	24/11/2023	REDENÇÃO	218
DEP. BORDALO	25/11/2023	REDENÇÃO	375
DEP. BORDALO	26/11/2023	XINGUARA	203
DEP. BORDALO	13/10/2023	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	235
DEP. BORDALO	14/10/2023	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	313
DEP. BRAZ	17/08/2023	ITUPIRANGA	240
DEP. BRAZ	18/08/2023	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	187
DEP. BRAZ	14/09/2023	JACUNDÁ	252

DEP. BRAZ	15/09/2023	BREU BRANCO	218
DEP. BRAZ	08/12/2023	ELDORADO DOS CARAJÁS	183
DEP. BRAZ	09/12/2023	PARAUAPEBAS	229
DEP. BRAZ	10/12/2023	PARAUAPEBAS	235
DEP. CARLOS VINICIUS	16/06/2023	BAIÃO	173
DEP. CARLOS VINICIUS	17/06/2023	BAIÃO	179
DEP. CARLOS VINICIUS	30/06/2023	BAIÃO	184
DEP. CARLOS VINICIUS	01/07/2023	TOMÉ AÇU	205
DEP. CARLOS VINICIUS	02/07/2023	TOMÉ AÇU	193
DEP. CARLOS VINICIUS	14/09/2023	TOMÉ AÇU	232
DEP. CARLOS VINICIUS	15/09/2023	TOMÉ AÇU	423
DEP. CEL NEIL	13/10/2023	PARAGOMINAS	183
DEP. CEL NEIL	13/10/2023	PARAGOMINAS	60
DEP. CHICÃO	08/03/2023	ANANINDEUA	203
DEP. CHICÃO	18/03/2023	BELÉM	87
DEP. CHICÃO	24/03/2023	BELÉM	112
DEP. CHICÃO	31/03/2023	BELÉM	136
DEP. CHICÃO	28/04/2023	OEIRAS DO PARÁ	192
DEP. CHICÃO	29/04/2023	OEIRAS DO PARÁ	186
DEP. CHICÃO	30/04/2023	OEIRAS DO PARÁ	182
DEP. CHICÃO	06/05/2023	CURUÇÁ	247
DEP. CHICÃO	07/05/2023	CURUÇÁ	213
DEP. CHICÃO	13/05/2023	TERRA ALTA	185
DEP. CHICÃO	18/05/2023	BELÉM	51
DEP. CHICÃO	20/05/2023	ANANINDEUA	120
DEP. CHICÃO	21/09/2023	BELÉM	155
DEP. CHICÃO	21/11/2023	BELÉM	79
DEP. CHICÃO	24/11/2023	ANANINDEUA - EPA	200
DEP. CHICÃO	16/12/2023	ANAJÁS	207
DEP. CHICÃO	17/12/2023	ANAJÁS	241
DEP. CILENE COUTO	29/09/2023	WISEU - FERNANDES BELO	292
DEP. CILENE COUTO	30/09/2023	WISEU - AÇAITEUA	236

DEP. CILENE COUTO	12/11/2023	ACARÁ	217
DEP. CILENE COUTO	17/11/2023	MAGALHÃES BARATA	88
DEP. DELEGADO NILTON NEVES	25/08/2023	IGARAPÉ MIRI	136
DEP. DELEGADO NILTON NEVES	26/08/2023	IGARAPÉ MIRI	196
DEP. DELEGADO NILTON NEVES	16/11/2023	MÃE DO RIO	168
DEP. DELEGADO NILTON NEVES	17/11/2023	MÃE DO RIO	247
DEP. DELEGADO NILTON NEVES	18/11/2023	MÃE DO RIO	203
DEP. DIANA BELO	25/05/2023	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	208
DEP. DIANA BELO	27/05/2023	CAPITÃO POÇO	165
DEP. DIANA BELO	28/05/2023	CAPITÃO POÇO	187
DEP. DIANA BELO	05/08/2023	MARAPANIM	148
DEP. DIANA BELO	10/10/2023	CAPITÃO POÇO	68
DEP. DIRCEU TEN CATEN	23/09/2023	MARABÁ	572
DEP. DR. WANDERLAN	14/10/2023	CAPANEMA	143
DEP. DR. WANDERLAN	15/10/2023	BRAGANÇA	210
DEP. DR. WANDERLAN	09/06/2023	ABAETETUBA	100
DEP. DR. WANDERLAN	10/06/2023	ABAETETUBA	224
DEP. DR. WANDERLAN	12/08/2023	SANTA IZABEL DO PARÁ	137
DEP. DR. WANDERLAN	09/09/2023	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	289
DEP. DR. WANDERLAN	16/09/2023	MÃE DO RIO	223
DEP. DR. WANDERLAN	29/09/2023	TRACUATEUA	140
DEP. DR. WANDERLAN	30/09/2023	NOVA TIMBOTEUA	204
DEP. ERALDO PIMENTA	04/12/2023	URUARÁ	218
DEP. ERALDO PIMENTA	05/12/2023	URUARÁ	200
DEP. ERALDO PIMENTA	06/12/2023	URUARÁ	480
DEP. ERALDO PIMENTA	07/12/2023	PLACAS	284
DEP. ERICK MONTEIRO	26/05/2023	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	280
DEP. ERICK MONTEIRO	27/05/2023	GARRAFÃO DO NORTE	136
DEP. ERICK MONTEIRO	28/05/2023	CAPITÃO POÇO	212
DEP. ERICK MONTEIRO	06/08/2023	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	167

DEP. ERICK MONTEIRO	29/08/2023	ANANINDEUA	121
DEP. ERICK MONTEIRO	09/09/2023	CAPITÃO POÇO	89
DEP. ERICK MONTEIRO	13/10/2023	CAPITÃO POÇO	80
DEP. ERICK MONTEIRO	14/10/2023	CAPITÃO POÇO	128
DEP. ERICK MONTEIRO	15/10/2023	CAPITÃO POÇO	108
DEP. ERICK MONTEIRO	16/12/2023	CAPITÃO POÇO	251
DEP. ERICK MONTEIRO	17/12/2023	CAPITÃO POÇO	76
DEP. FABIO FILGUEIRAS	27/09/2023	ANANINDEUA	48
DEP. FABIO FILGUEIRAS	03/11/2023	ANANINDEUA	45
DEP. FABIO FILGUEIRAS	04/11/2023	ANANINDEUA	88
DEP. FABIO FREITAS	02/12/2023	BELÉM	108
DEP. GUSTAVO SEFFER	15/12/2023	ABAETETUBA	124
DEP. GUSTAVO SEFFER	16/12/2023	ABAETETUBA	132
DEP. IRAN LIMA	15/06/2023	MOJU	151
DEP. IRAN LIMA	16/06/2023	MOJU	236
DEP. IRAN LIMA	17/06/2023	IGARAPÉ MIRI	197
DEP. IRAN LIMA	18/06/2023	ABAETETUBA	187
DEP. JOSUE PAIVA	25/08/2023	FARO	114
DEP. JOSUE PAIVA	26/08/2023	FARO	246
DEP. JOSUE PAIVA	27/08/2023	FARO	44
DEP. LIVIA DUARTE	19/11/2023	BELÉM	108
DEP. MARIA DO CARMO	27/10/2023	SANTARÉM	512
DEP. MARIA DO CARMO	28/10/2023	SANTARÉM	455
DEP. MARIA DO CARMO	29/10/2023	SANTARÉM	448
DEP. MARIA DO CARMO	26/10/2023	SANTARÉM	527
DEP. MARIA DO CARMO	29/06/2023	SANTARÉM	353
DEP. MARIA DO CARMO	30/06/2023	SANTARÉM	379
DEP. MARIA DO CARMO	01/07/2023	SANTARÉM	373
DEP. MARIA DO CARMO	02/07/2023	SANTARÉM	396
DEP. MARIA DO CARMO	06/11/2023	RURÓPOLIS	319
DEP. MARIA DO CARMO	30/11/2023	BELÉM	237
DEP. PAULA TITAN	20/05/2023	CASTANHAL	0

DEP. PAULA TITAN	12/08/2023	CASTANHAL	100
DEP. PAULA TITAN	23/09/2023	CASTANHAL	144
DEP. RENATO OLIVEIRA	17/12/2023	BRAGANÇA	113
DEP. RENATO OLIVEIRA	18/12/2023	BRAGANÇA	196
DEP. RONIE SILVA	25/11/2023	PRIMAVERA	256
DEP. RONIE SILVA	26/11/2023	SANTARÉM NOVO	148
DEP. RONIE SILVA	13/12/2023	SANTA BÁRBARA	205
DEP. TORRINHO	28/10/2023	SANTANA DO ARAGUAIA	280
DEP. TORRINHO	29/10/2023	SANTANA DO ARAGUAIA	324
DEP. TORRINHO	03/11/2023	SÃO FÉLIX DO XINGU	332
DEP. TORRINHO	04/11/2023	SÃO FÉLIX DO XINGU	194
DEP. TORRINHO	05/11/2023	TUCUMÃ	192
DEP. TORRINHO	22/11/2023	XINGUARA	147
ORLANDO LOBATO	08/12/2023	VITÓRIA DO XINGU	44
ORLANDO LOBATO	09/12/2023	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	103
TOTAL			28.024

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE ORIENTAÇÕES SOCIOJURÍDICAS NO ANO DE 2023

ORIENTAÇÕES PRESTADAS NOS PROJETOS CIDADANIA /CAC ITINERANTE PELOS MUNICÍPIOS PARAENSES	ORIENTAÇÕES PRESENCIAIS NAS DEPENDÊNCIAS DA DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO SOCIOJURÍDICA DA ALEPA	TOTAL DE ORIENTAÇÕES SOCIOJURÍDICAS
1.098	1.986	3.084

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIAS SOCIOJURÍDICAS (CONTENCIOSO JUDICIAL) RELATIVO AO ANO DE 2023

DEMANDAS JUDICIAIS NOVAS ATENDIDAS EM 2023	DEMANDAS JUDICIAIS ACUMULADASE EM ANDAMENTO ATÉ 31/12/2023
612	2.584

RELATÓRIO ANUAL DE ENCAMINHAMENTOS PARA OBTENÇÃO DE ISENÇÕES PERANTE OS CARTÓRIOS DO ESTADO DO PARÁ, VISANDO A EXPEDIÇÃO DE SEGUNDAS VIAS DE REGISTROS CIVIS DE NASCIMENTOS E ÓBITOS, AO PÚBLICO USUÁRIO, EM 2023

TOTAL DE ENCAMINHAMENTOS EMITIDOS EM 2023
1.834

20. NÚCLEO EDUCACIONAL ENG. WALDEMAR CHAVES

A Educação Infantil é uma das etapas mais importantes da vida escolar. É nessa fase que a criança começa a construir sua identidade, sua autoestima e suas habilidades sociais e cognitivas. Por isso, é fundamental que sejam criados projetos educacionais de qualidade que ajudem a criança a desenvolver todo o seu potencial e descobrir suas habilidades.

O Núcleo Educacional Eng^o Waldemar Chaves tem como missão proporcionar um ambiente lúdico e estimulante, no qual a nossa criança possa aprender de forma prazerosa e natural. Para isso, desenvolvemos nosso planejamento anual com práticas pedagógicas, levando em consideração as características e necessidades de cada criança.

Trabalhamos através de currículo direcionado e construção de projetos interdisciplinares, desenvolvidos pela equipe docente, divididos por etapas e de acordo com o calendário escolar e dinâmica cotidiana atendendo as demandas de nossos alunos e de suas famílias, uma vez que esta é uma parceria muito importante.

JANEIRO

Iniciamos o mês de Janeiro realizando entre a Equipe a Semana Pedagógica para elaboração do planejamento anual para vigência no ano de 2023, dentro dessa semana elaboramos também, o calendário de projetos onde consta todas as ações a ser realizadas durante o ano letivo, atividades interdisciplinares, datas comemorativas que são um ponto importante dentro do currículo escolar.

Realizamos também através de reuniões com a equipe de coordenação e professoras a enturmação, que consiste em distribuição dos alunos nas turmas e alocação das professoras em suas respectivas séries a serem trabalhadas no decorrer do ano.

A equipe realiza em conjunto o estudo da ficha de anamnese de cada aluno matriculado pela secretaria, olhando cuidadosamente a especificidade e a demanda de cada aluno para que em parceria com a família possamos desenvolver um trabalho de qualidade.

Neste mesmo mês a escola é totalmente reorganizada para receber os alunos, organização e ornamentação das salas, dos corredores, o hall de entrada para que as crianças se sintam acolhidas.

FEVEREIRO

No mês de fevereiro iniciamos as aulas no dia 06 de Fevereiro onde o Núcleo Educacional Engº Waldemar Chaves abre as portas da escola para receber os alunos e iniciar um ano letivo de muitas vivências, experiências e aprendizagem.

A recepção é feita por meio de uma acolhida com o prédio decorado com balões e muita musicalidade. As professoras se apresentam aos alunos e aos responsáveis e conhecem suas salas. O primeiro dia é marcado por atividades lúdicas e de interação para que os alunos possam interagir entre si em um primeiro contato.

Realizamos também o 1ª Encontro Família x Escola com o objetivo estreitar os laços com a família e trazer para dentro da escola, mostrar aos responsáveis como funciona a dinâmica escolar e apresentação de toda equipe.

No mês de Fevereiro damos início as datas comemorativas do currículo escolar e a primeira delas é o Carnaval onde realizamos o “Bailinho do NEALEPA”, um dia de atividades lúdicas, com muita música, marchinhas de carnaval, confetes, pinturas e muita alegria.

MARÇO

O mês de março realizamos Projetos internos com os alunos baseados no currículo escolar baseados em datas comemorativas importantes a serem trabalhadas:

- Dia Internacional da Mulher: onde as crianças construíram homenagens através de atividades artesanais e de pintura para serem entregues as mulheres de sua convivência em casa e na escola.
- Semana da Água: Semana de atividades referentes ao dia da água trabalhando a importância da água para o nosso planeta. Realizamos ao final desta semana um grande cartaz com figuras de sustentabilidade.
- Dia do circo: Atividades direcionadas a pinturas e caracterizações dos personagens de Circo de forma lúdica fazendo uma interdisciplinaridade com as famílias silábicas da letra C.

ABRIL

O Mês de Abril Realizamos com nossos alunos a celebração da Páscoa, onde procuramos ensinar através de uma grande Ceia coletiva o verdadeiro significado da Páscoa, trabalhamos os símbolos da Páscoa e antes da ceia e contamos da história da Páscoa, para que os alunos compreendam o significado. Neste dia de celebração houveram atividades lúdicas e lanche coletivo entre os alunos.

Iniciamos também neste mês o projeto “Semana da Leitura” realizado pelas professoras em sala de aula onde a cada semana um aluno trás de casa um livro para socializar com a turma através da leitura e atividades de fixação como pintura e desenhos sobre seu entendimento do livro.

Realizamos também a culminância sobre o dia do índio, comemorado em 19 de abril, trabalhando com os alunos toda a importância da cultura indígena, através de atividades lúdicas e contação de histórias.

MAIO

No mês de Maio realizamos a homenagem ao Dia das Mães, onde a escola abriu as portas para receber as mães para uma manhã de homenagens, os alunos apresentaram músicas, atividades realizadas em sala mostrando a importância desse dia.

Iniciamos também os ensaios das danças para o “Arraial do NEALEPA”.

Realizamos o 1º Plantão Pedagógico onde os responsáveis têm a oportunidade de conversar individualmente com a professora a sobre o desenvolvimento de seu filho.

JUNHO

No mês de Junho realizamos as culminância das atividades definidas como Atividades Avaliativas, que consiste em observar o desenvolvimento individual da aprendizagem de cada criança e através de uma reunião pedagógica com toda a equipe traçar novas metas de aprendizagem de acordo com a dificuldade de cada aluno.

Ao final do Semestre Letivo realizamos o “Arraial do NEALEPA” com apresentações de danças e manifestações culturais, neste ano abordamos como tema a Cultura da Região Norte onde apresentamos, carimbó, boi-bumbá e quadrilha.

Durante o mês abordamos em sala de aula as comidas típicas, as danças, os costumes para que os alunos já socializem com o tema de cada região abordada.

JULHO

Férias Escolares.

AGOSTO

Retornamos o mês de agosto com o retorno das aulas, acolhida dos alunos para se familiarizar novamente com o ambiente escolar, uma vez que para uma criança 30 dias de férias mexe com a rotina, e a volta às aulas é uma readaptação, recebemos os alunos com brincadeiras e balões.

Na mesma semana já iniciamos os preparativos para homenagem aos pais, data comemorativa importante para o currículo.

Para a homenagem aos pais preparamos um dia de homenagens e um lanche coletivo oferecido aos pais para se confraternizarem.

Neste mês também realizamos o projeto Semana do Folclore, onde durante uma semana trabalhamos lendas do Folclore Brasileiro, parte importante da nossa cultura, e ao final da semana, realizamos a culminância com exposição dos trabalhos e recebemos o Grupo Estudantil que fez a encenação da Lenda da Vitória Régia para os alunos, finalizando o projeto.

Realizamos o 2º Encontro Família x Escola abrindo nossas portas para estreitar mais ainda os laços com os responsáveis para tratar assuntos referentes às atividades que a escola irá desenvolver no segundo semestre.

SETEMBRO

Realizamos no mês de setembro a Semanas dos Jogos, os alunos vêm para escola com camisa de time e as professoras desenvolvem brincadeiras e jogos com os alunos, finalizamos semana com entrega de medalhas e execução do Hino Nacional para todos os alunos.

Em homenagem ao mês da Independência, no dia 05 de setembro realizamos a Marcha da Independência onde abordamos o Tema Mundo em movimento, cada turma representou o esporte, a cultura, meio ambiente e lazer, dividindo o desfile escolar em pelotões na quadra da escola. Vale ressaltar que

estes assuntos foram trabalhados em sala de aula pelas professoras durante o mês.

Dando seguimento ao planejamento anual, realizamos na última semana setembro a “Semana do Meio Ambiente” projeto onde desenvolvemos com os alunos durante uma semana a importância da consciência da sustentabilidade para o futuro do nosso planeta, plantando sementes, realizando atividades de pintura, música, e ao final os alunos acompanham o crescimento de suas sementes plantadas, trazendo para eles a importância do cuidado com o Meio Ambiente.

OUTUBRO

O mês de Outubro é marcado pela maior manifestação cultural de nossa cidade, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, realizamos com os pais dos alunos e funcionários da escola uma Novena de celebração onde as crianças se apresentam com o Coral NEALEPA.

Realizamos também a Celebração do Dia das Crianças, uma manhã repleta de muita brincadeira, brindes e lanche divertido ofertado pela Alepa.

O mês de Outubro também celebramos o Dia dos Professores, que é uma peça fundamental na educação, nossas professoras receberam muitas homenagens de seus alunos, e nossa equipe se confraternizou em um almoço em comemoração a este dia.

Aproximando o final do ano, damos início a revisão anual dos conteúdos, onde resgatamos novamente todos os conteúdos trabalhados desde o início do ano para que os alunos possam ter uma melhor assimilação.

Realizamos o 2º Plantão Pedagógico onde os responsáveis têm a oportunidade de conversar individualmente com a professora a sobre o desenvolvimento de seu filho.

NOVEMBRO

No início de novembro realizamos o 3º Encontro Família x Escola para tratar assuntos referentes ao encerramento do ano letivo, orientações importantes aos alunos de Jardim 2 que irão sair da escola, e aos que irão permanecer.

Finalizamos as Atividades Avaliativas para avaliação geral da equipe sobre o desenvolvimento e aproveitamento que cada aluno teve durante o ano letivo.

Construção em conjunto com a coordenação, professoras e psicopedagogo dos relatórios individuais do desenvolvimento escolar dos alunos que apresentam laudo de TEA – Transtorno do Espectro Autista.

Ensaaios para a entrega de certificados dos alunos de Jardim II e Festa de encerramento do Jardim I e Maternal.

DEZEMBRO

No mês de Dezembro realizamos primeiramente o encerramento das turmas de Maternal e Jardim I com apresentações natalinas, lanche coletivo e brindes.

Realizamos o passeio mediado pela Alepa ao Restaurante Família Sicília para assistir à chegada do Papai Noel, ofertado para todos os alunos da escola acompanhados pela equipe. Finalizamos este dia festivo entregando brinquedos doados pela casa para os alunos.


No dia 7 de Dezembro finalizamos o ano com a Cerimônia de Entrega dos Certificados de conclusão da Educação Infantil aos alunos do Jardim II, este momento importante na vida escolar da criança contou com a benção dos anéis de ABC, apresentação do nosso Coral NEALEPA e muita emoção celebrada em uma linda festa no auditório João Batista, com um belíssimo coquetel oferecido pela Alepa. Nossa equipe recebeu um feedback muito positivo dos pais e finalizou o ano com o sentimento de gratidão por mais uma etapa finalizada.

Na semana seguinte realizamos a entrega dos materiais e atividades aos responsáveis, entregas de declarações para os alunos que irão para o Ensino Fundamental.

A escola NEALEPA finaliza mais um ano de muito trabalho e dedicação ao ensino/aprendizagem de nossos alunos encerrando mais um ciclo de trabalho em equipe entre direção, coordenação, professores, administrativo, secretaria e apoio.



PRINCIPAIS NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO



**Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200**

22. PRINCIPAIS NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO ⁶

JANEIRO:

- No dia 1º de janeiro, o governador reeleito do Pará, Helder Barbalho, e a vice-governadora, Hanna Ghassan Tuma, tomaram posse na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa).
- A equipe do Departamento de Bem-Estar Social do Poder Legislativo (DEBS), da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), realizou nos dias 11 e 12 de janeiro, um ato de sensibilização pelo Janeiro Branco. A iniciativa de promoção da saúde mental ocorreu no Solar da Beira, localizado ao lado da Feira do Ver-o-Peso, em Belém. Cerca de 50 pessoas foram atendidas em dois dias de ação.
- Os parlamentares da Comissão de Estudos do Transporte Fluvial de Passageiros da Assembleia Legislativa do Estado do Pará realizaram, no dia 17.01, a última reunião de trabalho com a realização de oitiva com os representantes das empresas de transporte fluvial de passageiros de pequeno, médio e grande porte do Estado. Desde quando foi instalada, em novembro do ano passado, a comissão realizou cinco reuniões.
- No dia 30.01, a Comissão Temporária Interna de Estudo e Acompanhamento da Qualidade, da Segurança e da Fiscalização do Transporte Fluvial de Passageiros no Pará da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) apresentou o relatório do transporte fluvial no Pará. A comissão investigou o naufrágio da embarcação Dona Lourdes II, que aconteceu nas proximidades da Praia de Cotijuba, em 8 de setembro de 2022, causando a morte de 23 pessoas. A lancha saiu de um porto clandestino em Cachoeira do Arari e parou ilegalmente no Porto do Camará para o embarque de 40 pessoas.

FEVEREIRO:

- Cinco dos sete deputados que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito da Vale (CPI da Vale) aprovaram por unanimidade, no dia 31/01 o relatório final de resultados do grupo de trabalho. Além de enumerar

⁶ Fonte: Portal da ALEPA (AID - Comunicação Social)

resultados da CPI, o relatório indica uma série de proposições para que não somente a Vale, mas as demais mineradoras com atividades em funcionamento no Estado, sigam um padrão de trabalho para mitigar os impactos sociais e ambientais provocados pela mineração.

- O deputado Chicão (MDB), reeleito com 91.542 votos no último pleito, foi empossado em 1º de fevereiro, durante Sessão Preparatória que deu a posse aos 41 deputados eleitos para a 61ª Legislatura. Em seguida ao ato de posse, o parlamentar também foi reeleito para a presidência do Poder Legislativo, para o biênio 2023/2025, com 40 votos a favor e somente um em branco.
- Também no dia 1º de fevereiro do primeiro ano da legislatura vigente, foram realizadas duas Sessões Preparatórias: uma para dar posse aos deputados e outra para eleição da Mesa Diretora para o 1º biênio. A direção dos trabalhos da Mesa Diretora foi conduzida pelo deputado Victor Dias. Com chapa única, foram eleitos os seguintes deputados: Presidente Chicão (MDB); 1º vice-presidente Luth Rebelo (PP); 2º Vice-presidente Gustavo Sefer (PSD); 1ª Secretária Cilene Couto (PSDB); 2º Secretário Elias Santiago (PT); 3º Adriano Coelho (PDT); 4º Aveilton Souza (PL).
- As atividades do Legislativo paraense foram iniciadas no dia 02.02, no plenário Newton Miranda, na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), com a realização da 1ª Sessão de Instalação da 61ª Legislatura. O rito foi marcado pela leitura da mensagem do governador Helder Barbalho, conforme previsto na Constituição Estadual. O chefe do Executivo apresentou aos deputados e à sociedade paraense um balanço da administração e ações realizadas nos últimos anos, além da previsão de investimentos para o ano de 2023.
- Os deputados da ALEPA realizaram, no dia 07.02.2023, a primeira sessão ordinária da 61ª Legislatura, iniciada com a posse dos 41 parlamentares no dia 1º de fevereiro. O encontro, que não foi deliberativo, foi uma Sessão de Instalação dos trabalhos, onde o tempo foi destinado aos oradores, para falarem sobre os assuntos que acharam pertinentes.
- O deputado Chicão, presidente da ALEPA, empossou no mandato, o deputado Torrinho Torres, primeiro suplente do PODEMOS. Ele assumiu a

vaga do deputado Igor Normando, que se licenciou do mandato para ocupar a titularidade da Secretaria Estratégica da Cidadania – SEAC do governo do Pará. O novo parlamentar prestou juramento e apresentou todos os documentos necessários para a envergadura no cargo.

- Uma comitiva de deputados, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), deputado Chicão, participou neste sábado (11/02) do lançamento de mais uma ferramenta estadual: o Alfabetiza Pará. Os deputados Gustavo Sefer, Eraldo Pimenta, Andréia Xarão, Zeca Pirão, Fábio Figueiras, Ana Cunha e Iran Lima participaram do lançamento do programa.
- A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor realizou reunião para debater os desafios para a efetiva regulamentação da Lei nº9.662/2022 (Política Estadual para Migrantes), na manhã do dia 13.02.2023. A reunião foi coordenada pelo presidente da CDHDC, deputado Carlos Bordalo, e contou com a presença de Oscar Sanchez Pinheiro, representante adjunto da ACNUR; Sara Anghelddu, chefe dos escritórios da ACNUR nos Estados de Roraima e Amazonas; Sílvia Sander, oficial de proteção da ACNUR; Janaina Galvão, chefe do escritório da ACNUR em Belém.
- A indicação dos líderes e vice-líderes foi feita em documento assinado pela maioria dos membros da representação partidária e encaminhado à Mesa Diretora. Na Sessão Ordinária do dia 14.02, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) definiu seus líderes de partidos e vice-líderes. No mesmo dia, os 41 deputados elegeram, após sessão ordinária no plenário Newton Miranda, presidentes e vice-presidentes das 17 comissões permanentes da Casa de Leis, além de demais membros.
- Em 27.02.2023, a Procuradoria da Mulher e Bancada Feminina da Alepa discutiram apoio a mulheres vítimas de violência, na realização da primeira Roda de Conversa entre as parlamentares da Bancada Feminina com a equipe do Núcleo de Gênero da Defensoria Pública do Estado do Pará – NUGEM/DPE e o Grupo Reflexiva, formado por mulheres atendidas pelo núcleo. Das sete deputadas que integram a Bancada feminina, quatro estavam presentes na reunião. Além de Paula Titan, participaram da roda de conversa Diana Belo, Maria do Carmo e Andréia Xarão.

- Foi realizada audiência pública pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO) para avaliação da gestão estadual do terceiro quadrimestre de 2022, em 28.02.2023. O Pará foi o Estado que mais cresceu no ano passado, segundo dados apresentados pelas Secretarias Estaduais da Fazenda (Sefa) e de Planejamento e Administração (Seplad) e o presidente da CFFO destacou a importância da participação dos deputados e da sociedade neste evento, que é uma prestação de contas da gestão pública estadual.

MARÇO:

- Em reunião ocorrida em 06.03.2023, Comissões aprovaram criação da Secretaria da Mulher. As Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO) e de Constituição e Justiça e de Redação Final (CCJRF) aprovaram por unanimidade o projeto, do Poder Executivo, de criação da Secretaria de Estado das Mulheres (Semu), em reunião conjunta extraordinária. A reunião foi coordenada pelos deputados Eraldo Pimenta (MDB), presidente da CCJRF e Victor Dias (União), vice-presidente da CFFO. Com a criação da Semu, o Governo do Estado pretende ampliar o universo de ações que vinham sendo realizadas pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) em favor de políticas voltadas especificamente para as mulheres. A Semu vai planejar, coordenar e articular a execução dessas políticas públicas, devendo passar por temáticas como a capacitação profissional, combate à discriminação; inclusão social das mulheres de baixa renda; e combate às violências contra as mulheres, entre outros.
- No Dia Internacional da Mulher, 08.03.2023, a deputada Pauta Titan (MDB) assumiu, oficialmente, a Procuradoria Especial da Mulher da ALEPA. A ex-deputada Professora Nilse esteve presente na sessão e passou, simbolicamente, o cargo para a parlamentar, que já foi Procuradora da Mulher na Câmara Municipal de Castanhal nos anos de 2021 e 2022, quando atuava como vereadora do município. Instalada oficialmente em setembro de 2019, por meio da aprovação do Projeto de Resolução 24/2019, de autoria da ex-deputada professora Nilse Pinheiro, a

Procuradoria da Mulher da Alepa foi implantada na última Legislatura e trabalha para combater todo tipo de violência contra as mulheres.

- Quatorze mulheres foram homenageadas com a medalha "Isa Cunha", em Sessão Solene realizada na Alepa, na manhã do dia 08.03.2023, em alusão ao Dia Internacional da Mulher. A honraria foi instituída por meio da Resolução Nº 001/04, de 19 de fevereiro de 2004, que presta homenagem às mulheres, em reconhecimento aos seus trabalhos, seja na área pública ou privada no Pará. O presidente do Legislativo Estadual, deputado Chicão, conduziu a abertura do evento e em seguida passou os trabalhos para a deputada Paula Titan - procuradora titular da Procuradoria Especial da Mulher da Casa.
- Em reunião do dia 13.03.2023, a Procuradoria da Mulher da Alepa recebeu movimentos de defesa das mulheres. A reunião foi solicitada pela Frente Feminista do Pará, com o objetivo de iniciar um canal de diálogo permanente entre os movimentos sociais e o Parlamento, para tratar de políticas públicas para as mulheres, estabelecendo debates com todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).
- A advogada Daniela Barbalho, primeira-dama do Estado do Pará, foi eleita a nova conselheira do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PA), em Sessão Especial realizada no dia 14.03.2023, no plenário Newton Miranda, na Alepa. Com a aposentadoria do conselheiro Nelson Chaves, fato comunicado oficialmente pelo TCE, foi aberto o prazo de 10 dias úteis para indicações e o nome de Daniela foi indicado pelos líderes de mais de 10 partidos.
- Para incentivar as Casas Legislativas a montarem suas próprias emissoras de rádio e televisão, com sinal aberto e gratuito, e universalizar o acesso às programações, os deputados da Alepa aprovaram na manhã do dia 21.03.2023, em Sessão Ordinária deliberativa, o Projeto de Lei complementar nº 7/2023 que cria a Fundação Rádio e Televisão Assembleia Legislativa do Pará (FRTPA). Com a proposta, todos podem transmitir suas sessões de plenário, o trabalho das comissões, as audiências públicas e programas de interesse público, de forma direta e transparente. O autor da proposta é a Mesa Diretora do Legislativo. Outro projeto de lei

complementar aprovado, de autoria da Mesa Diretora da Alepa, foi o de nº 8/2023 que cria a Fundação Escola do Poder Legislativo do Estado do Pará (Felepa), de acordo com o termo do art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, nos artigos. 21, caput, e 91, inciso IX, da Constituição do Estado do Pará. A Fundação Escola do Poder Legislativo do Pará terá personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira e orçamentária, plena gestão de seus bens e recursos, sem fins lucrativos e vinculados à Alepa.

- Em 28.03.2023, os deputados estaduais aprovaram em 28.03.2023, em turno único, as mensagens do governador Helder Barbalho criando três secretarias de Estado: a dos Povos Indígenas do Pará (SEPI), a de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH), e a Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR). As duas primeiras foram desmembradas da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH); e a terceira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP). O líder do governo, deputado Iran Lima (MDB), explicou à imprensa que o objetivo do governo ao criar estas três secretarias é atender necessidades específicas da população paraense identificadas.
- Com a presença de autoridades estaduais e municipais, a Câmara Municipal de Parauapebas lançou na manhã de 30.03.2023, o programa "Câmara do Futuro". O projeto é uma proposta da Mesa Diretora para os anos de 2023 e 2024. O evento marcou também a formalização da criação da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Parauapebas. Entre as autoridades que fizeram parte da mesa dos trabalhos, estavam o presidente da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), deputado Chicão, o deputado Braz; o prefeito da cidade, Darci Lermen; o presidente da Câmara Municipal de Parauapebas e a diretora da Escola do Legislativo da Alepa, professora Betânia Fidalgo. Durante o evento, o deputado Chicão (MDB), anunciou a oferta do curso superior de 'Tecnologia em Gestão Pública' de modo presencial no município de Parauapebas.
- No dia 30.03.2023, o deputado estadual Aveilton Souza esteve em Rondônia representando o Estado do Pará na reunião do Parlamento

Amazônico 2023. O Parlamento Amazônico é formado pelas Assembleias Legislativas dos Estados que compõem a Amazônia Legal Brasileira. O objetivo da criação do parlamento é discutir assuntos comuns aos nove Estados, durante os encontros que ocorrem uma vez por mês, a cada ano, na sede de cada Estado.

- O plenário Newton Miranda da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, abrigou e testemunhou em 31 de março, a divulgação pública e oficial do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Memória do Estado do Pará, no dia e na data que registra 59 anos da implantação de um Ditadura Civil-Militar no Brasil, através de um Golpe Militar institucionalizado em 1964, com a deposição do presidente constitucional do país, João Goulart, com o apoio do Congresso Nacional. Na solenidade, foram destacadas homenagens especiais aos membros que compuseram a Comissão Estadual da Verdade do Pará, constituída por representantes da sociedade civil e do Poder Público, em especial ao advogado Egídio Sales Filho, presidente, e do principal relator, Paulo Fonteles Filho. Eles foram os idealizadores da comissão, e falecidos antes da conclusão dos trabalhos, e foram homenageados com a medalha Paulo Frota in memoriam de Direitos Humanos, recebidos por filhos e netos presentes.

ABRIL:

- Os deputados aprovaram, em 11.04, três Projetos de Lei enviados pelo Executivo que dispõem sobre avanços na pasta da Educação em território paraense. O PL n° 122/2023 propõe uma completa reestruturação da Secretaria de Estado de Educação (Seduc); já o PL n° 123/2023 cria e estrutura as Carreiras de Gestão Governamental, Infraestrutura e Política Educacional e Gestão em Suporte Educacional do órgão; enquanto o PL n° 125/2023 garante o reajuste dos servidores do órgão, fixado em 15% de acordo com o piso nacional. O líder do governo na Casa, deputado Iran Lima, lembrou que a Seduc é a maior secretaria do estado, e detém de 40 a 50% do quadro de servidores públicos do Pará. Por isso, o parlamentar afirma que existem grandes dificuldades administrativas não só pelo número de servidores, mas também pela extensão territorial do paraense. Os

recursos representam o investimento de R\$400 a R\$500 milhões, um gasto já previsto no orçamento aprovado pelo Estado na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada no final de 2022.

- Também no dia 11, os deputados aprovaram por unanimidade mais dois projetos de autoria do Poder Executivo, que seriam votados na sessão do dia seguinte. O primeiro projeto agregado, autoriza o Poder Executivo estadual a instituir a Fundação de Apoio para o Desenvolvimento da Educação Paraense (FADEP); e altera a Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015. O outro dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social no Estado do Pará; estabelecendo a estrutura do Sistema Único de Assistência Social do Estado do Pará (SUAS/PA); revogando a Lei Estadual nº 5.940, de 15 de janeiro de 1996. Ambos receberam pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Educação.
- Uma Sessão Especial realizada no dia 13.04, presidida pelo deputado Aveilton Souza (PL), oficializou o lançamento da Frente Parlamentar Mista da Agricultura e da Pecuária (FPMAP). O grupo de trabalho foi criado para traçar estratégias e fortalecer o setor produtivo, unindo os municípios do interior para defender interesses comuns, além de aproximar o Parlamento das representações do segmento agropecuário. A FPMAP é constituída por representantes de todas as correntes de opinião política da Alepa, membros da sociedade civil, entidades associativas e órgãos públicos. Além do presidente da Frente, participaram da sessão o deputado Coronel Neil (PL) e a deputada Maria Carmo (PT). Para Aveilton Souza, a bandeira da agricultura e pecuária é uma das mais importantes do estado, devido à sua capacidade de produção.
- Os 43 anos do Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME, no Estado do Pará, foram comemorados em 1304, em uma Sessão Solene, no plenário Newton Miranda, a pedido do deputado Dirceu Ten Caten (PT), coordenador da Frente Parlamentar da Juventude e vice-presidente da Comissão da Educação da ALEPA. Ele é o autor do projeto que instituiu no calendário oficial do Estado o 15 de abril como o Dia Estadual dos Profissionais do SOME.

- Em 14.04, Alepa realizou Audiência Pública sobre a exploração mineral garimpeira de ouro em Itaituba. Os Deputados foram à região do Tapajós ouvir as demandas de quem depende do garimpo para o sustento. Por meio da Comissão de Mineração, Energia, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a ALEPA realizou uma audiência pública que debateu a exploração mineral garimpeira de ouro. Os deputados foram até Itaituba com o objetivo de criar um canal de diálogo permanente que observe toda a comunidade e garantir melhores condições para a atividade, segurança à população e ao ecossistema da Amazônia.
- A Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Pará teve, no dia 17 de abril, reunião com representantes de movimentos sociais de defesa da mulher para a criação do Grupo de Trabalho responsável pelos estudos de legislações em vigor e consolidação de ações pelos direitos das mulheres paraenses. O Grupo de Trabalho vai atuar junto aos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, com o objetivo de iniciar um canal de diálogo permanente entre os movimentos sociais e o poder público, para tratar de políticas públicas para as mulheres. A procuradora especial da mulher, deputada Paula Titan, abriu a reunião apresentando um levantamento da produção legislativa relacionada às demandas da população feminina. Nesta primeira reunião do GT, o eixo temático tratado foi a segurança das mulheres, abordando aspectos como violência doméstica, atenção às mulheres encarceradas e egressas do Sistema Penitenciário, programas e políticas públicas de Governo e a formação e qualificação dos agentes de segurança pública.
- Em 19.04, a Presidência da Alepa entregou o novo auditório João Batista. Como parte do processo de recuperação e valorização da história do Poder Legislativo paraense, projeto liderado pelo presidente Chicão, dentre as obras previstas na reforma do casarão Palácio Cabanagem esteve a revitalização do auditório João Batista. O espaço funcionou como plenário de 1970 a 1996 – quando foi inaugurado o novo salão - Plenário Newton Miranda - e, por isso, sediava as Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). O nome João Batista foi atribuído ao único deputado assassinado no Brasil depois da ditadura militar. Em sua

homenagem, a Alepa batizou o seu auditório com o nome do símbolo da democracia e luta pelo povo amazônico.

- Os 89 anos do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - foram comemorados no dia 24.04, em uma Sessão Solene, realizada no novo auditório João Batista, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, com a entrega de diploma de destaque a profissionais do Pará. A Sessão Solene foi presidida pelo deputado Erick Monteiro, vice-presidente da Comissão Antidrogas, proponente da homenagem, que contou na mesa dos trabalhos com a presidente do CREA/PA, Adriana Falconeri; do deputado Elias Santiago, representando a Mesa Diretora; do secretário de Saneamento e infraestrutura e saneamento da Prefeitura de Ananindeua, Paulo Roberto Cavaleiro de Macedo; do ex-presidente da entidade Danilo Linhares; de Alex Carvalho, presidente do Sindicato das Indústrias do Pará; André Tavares, presidente do Clube de Engenharia; e Paula Ferreira de Pinheiro, diretora da Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA.
- Os deputados da Alepa aprovaram, no dia 25.04, o Projeto de Lei nº 145/2023, que cria a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (Seaf). De autoria do Poder Executivo, a matéria visa a promoção do desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar e do pequeno produtor rural e das comunidades tradicionais no Estado. Autor de duas emendas do projeto, o deputado Adriano Coelho pontua que a intenção é discriminar, de forma clara, as missões de cada secretaria, e garantir a segurança legal desses trabalhadores e trabalhadoras do campo.
- Os deputados Iran Lima (MDB), líder do governo; Carlos Bordalo (PT); e as deputadas Maria do Carmo (PT), vice-líder do governo; e Livia Duarte (PSOL), receberam uma comitiva do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp/PA) no dia 26.04, após a sessão ordinária em plenário. O objetivo foi discutir alguns pontos da pasta da Educação, como a revogação do novo ensino médio, o pagamento do piso salarial em todos os municípios do interior, e, ainda, a inclusão do debate com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) sobre a violência escolar. Participaram da reunião a coordenadora geral do Sintepp/PA, Conceição Holanda; o coordenador estadual do Sindicato, Beto

Andrade; o membro da União dos Estudantes Secundaristas de Belém; além da vereadora Gisele Freitas, da Bancada Mulheres Amazônicas (PSOL); e o vereador Fernando Carneiro (PSOL).

- O vice-presidente da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), deputado Luth Rebelo, recebeu no dia 26.04, a visita do Ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STF) e Corregedor Nacional de Justiça. Estiveram presentes no encontro também os deputados Gustavo Sefer, Dirceu Ten Caten, Lu Ogawa, Maria do Carmo, Nilton Neves, Josué Paiva e Renato Oliveira.
- A Alepa foi sede da 2ª Reunião de 2023 do Parlamento Amazônico Brasileiro (Parlamaz), que aconteceu em 27.04, no auditório João Batista. Com mais de 20 anos de existência, o Parlamento Amazônico congrega 270 deputados estaduais dos nove estados que compõem a Amazônia Legal, com o objetivo de unir forças políticas entre os estados para solucionar problemas comuns entre eles. O deputado Gustavo Sefer, segundo vice-presidente da Casa Legislativa, conduziu os trabalhos. O deputado Aveilton Souza, Secretário de Meio Ambiente do Parlamento Amazônico falou que a Assembleia Legislativa do Pará está contemplada em sediar um encontro sobre a Amazônia. O Ministro das Cidades, Jader Filho, representante do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, participou da reunião e ouviu as colocações dos parlamentares, comentando, ainda, sobre o retorno do Minha Casa, Minha Vida e projetos do Governo Federal para os nove estados que compõe a Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Participaram do encontro os deputados: Andreia Xarão, Maria do Carmo, Elias Santiago, Coronel Neil, delegado Nilton Neves, Dirceu Ten Caten, Fabio Figueiras, Iran Lima, Josué Paiva, Livia Duarte, Renato Oliveira, Torrinho Torres e Wesley Tomaz; além de deputados dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

MAIO:

- A Alepa, por meio da Escola Superior do Legislativo, iniciou no dia 04.05, o Forma Alepa/Eslepa Itinerante, que foi até o dia 05 na Câmara Municipal de Castanhal. A região contemplada é a de Integração do Guamá composta pelos municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santo Antônio do Tauá, Santa Maria do Pará, Santa Izabel do Pará, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia. A formação busca desenvolver potencialidades dos servidores. A reflexão crítica sobre a prática é necessária para intervenção e a inovação, e permitirá a melhoria da capacidade de gestão, de identificação de problemas e de alternativas de solução. Representando a presidência da Alepa, a deputada Paula Titan, procuradora titular da Procuradoria da Mulher da Casa, falou sobre os temas que o servidor público recebe, através da iniciativa do Poder Legislativo e assinou o Termo de Cooperação Técnica entre a Casa de Leis e Câmaras Municipais, que tem o objetivo de qualificar servidores públicos. O trabalho em conjunto, entre Alepa e Câmaras Municipais, é para a implantar o Programa de Formação Continuada e Modernização do Poder Legislativo, que irá estabelecer e regular a implementação das ações de continuidade de formação.
- O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da VALE foi apresentado em solenidade no dia 09.05, no auditório João Batista da Alepa, após a Sessão Ordinária que aprovou projetos contidos na pauta. A reunião foi coordenada pelo deputado Martinho Carmona, eleito presidente da Comissão de Acompanhamento do relatório de Recomendação sobre a Vale, que sucederá os trabalhos. A reunião contou com a presença do presidente interino da Alepa, deputado Luth Rebelo, do líder do governo, Iran Lima e dos deputados Adriano Coelho, Braz e Torrinho. A CPI da Vale foi instalada no dia 26 de maio de 2021, composta ainda pela deputada Cilene Couto e os parlamentares Eliel Faustino, Miro Sanova e Ozório Juvenil.
- Violência nas escolas foi o tema da Audiência Pública realizada, no dia 11.05, no plenário João Batista da Alepa, a pedido dos deputados: Carlos

Bordalo, Livia Duarte e Maria do Carmo, tendo por razão casos registrados em São Paulo, Santa Catarina, Brasília e em Belém. No debate, viu-se presente ainda a questão da saúde mental, a partir da situação do aumento da taxa de suicídio e mutilações entre jovens, os aspectos institucionais e sociais do contexto da violência nas escolas, sua multidimensionalidade, relações e implicações estruturantes no cotidiano do ambiente escolar, bem como estratégias para seu enfrentamento. Após as 15 falas com expositores, foram acertadas medidas a serem implementadas para fazer frente aos problemas identificados. Entre outras, o deputado Carlos Bordalo destacou a necessidade de instalação imediata de um Comitê para elaboração de um protocolo de orientação para o Estado do Pará, a partir da sistematização do que foi relatado e colhido na audiência. E o esforço de integração para que os órgãos estatais unifiquem o trabalho, com a instalação de Centros de Atenção Psicossocial nas Usinas da Paz instaladas e nas que irão ser instaladas.

- A Alepa realizou no dia 15/05, no plenário João Batista, uma Sessão Solene Comemorativa ao Dia do Legislativo, que marcou os 200 anos do Poder Legislativo Brasileiro, e outros dois momentos históricos: os 185 anos de instalação da Assembleia Legislativa do Pará, e os 50 anos do Dia do Legislativo. 41 personalidades indicadas pelos atuais deputados estaduais foram contempladas com a entrega de Medalhas do Mérito Legislativo Newton Miranda. O Presidente do Poder Legislativo, deputado Chicão, presidiu a cerimônia, acompanhado da vice-governadora do Estado do Pará, Hana Ghassan; do deputado federal Raimundo Santos, representando a Câmara dos Deputados; o ex-deputado e também ex-presidente da Alepa, Lauro Sabbá, autor do Projeto de Lei nº 4.778/1973, que criou o Dia do Legislativo; além de diversas outras autoridades, representando a Defensoria Pública do Pará, o Comando Militar do Norte, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o Ministério Público de Contas dos Municípios, a Polícia Científica, e outros.
- O presidente Chicão, acompanhado dos deputados Iran Lima, Luth Rebelo, Gustavo Sefer e Nilton Neves, recebeu no dia 16.05, uma comitiva de empresários interessados em avançar nas negociações para a exploração

de petróleo no Estado, que eles denominaram de novo pré-sal. O governador Helder Barbalho também esteve acompanhando a agenda e se mostrou aberto a apoiar o projeto de exploração de petróleo, que será executado na costa do Amapá, e terá apoio logístico totalmente sediado em Belém. Também participaram do encontro, que ocorreu na antessala da Presidência da Casa de Leis, Fábio Vasconcelos (Vice-presidente do Sindicato Nacional das Indústrias Navais), Rafael Teixeira, Roberto K.Filho, Roberto Kataoka, Paulo Morelli, Antônio Batista, Ivo Borges (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos), Dário Magalhães, Prefeito Dr. Lourival Menezes e a vereadora Marília - Baião, e Ricardo - Federação de Futebol do Oeste do Pará.

- Servidores da Alepa e comunidade voltam a ter 'Manhã com Deus' no auditório João Batista. O deputado Josué Paiva (Republicanos) esteve à frente da retomada dos cultos, que acontecerão sempre às quartas-feiras às 8h.
- Os 40 anos da Defensoria Pública do Estado do Pará foram comemorados em uma Sessão Especial na Alepa no dia 18.05.2023. No auditório João Batista, a reunião foi coordenada pelo deputado Carlos Bordalo, presidente da Comissão de Direitos Humanos e de Defesa do Consumidor e autor da proposição que a originou. A data de fundação institucional da Defensoria Pública foi no dia 11 de maio. No entanto, a programação do aniversário, iniciou com no dia 02 deste mês e se estenderá até o dia 31, com a realização de um casamento comunitário. Para o deputado Bordalo, a Defensoria Pública do Estado do Pará é uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado, na garantia de direitos individuais e coletivos, de pessoas ou grupos sociais em condição de vulnerabilidade. O defensor geral João Paulo Ledo, que está no seu segundo mandato, fez um pronunciamento contundente, fazendo que o público presente, em sua maioria constituída por servidores e membros do DPE, pudessem acompanhar a trajetória da Defensoria Pública nestes 40 anos, com o crescimento institucional e jurídico, bem como suas dificuldades administrativas, funcionais e orçamentárias, que ainda lhe acompanha. Estiveram ainda compondo a mesa oficial do evento, os secretários de

Estado, Jarbas Vasconcelos e Paula Gomes, respectivamente de Direitos Humanos e Cidadania e da Mulher; César Mattar Jr., Procurador Geral do Ministério Público do Pará; Edgar Moreira, Corregedor Geral do MP; o vice-prefeito de Belém, Edilson Moura; Marcos Vinícius Franco, presidente da Associação das Defensores e Defensoras Públicos do Pará; Norma Miranda, ouvidora geral externa da Defensoria Pública.

- A segunda reunião da Procuradoria da Mulher da Alepa, realizada em 22.05, na sala dos ex-presidentes da Casa de Leis, reuniu representantes de 24 instituições voltadas para a garantia de direitos das mulheres paraenses. O objetivo desse encontro do Grupo de Trabalho (GT) foi discutir temáticas voltadas a políticas de segurança pública da mulher no âmbito do Estado. A procuradora da mulher da Alepa, a deputada Paula Titan, liderou a reunião e detalhou os subtemas que foram abordados: violência contra a mulher; mulheres encarceradas egressas do sistema penitenciário; formação contínua para os agentes de segurança pública; e capacitação das Deam's (delegacias especializadas em atendimento à mulher) para o acolhimento especializado das vítimas. Estiveram presentes na reunião outras deputadas que integram a Bancada Feminina da Alepa, como Ana Cunha e Andreia Xarão; a assessora de governo, Karla Bengtson, representando a vice-governadora do Estado, Hana Ghassan e representantes de diversas instituições e entidades.
- A Alepa recebeu, no dia 23.05, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, que apresentou ao parlamento estadual, em sessão pública, o Relatório de Atividades do Ministério Público do Estado do Pará - MPPA sobre o planejamento, ações e necessidades para o ano de 2023, conforme o que estabelece o § 3º do Art. 179 da Constituição Estadual de 1989. A mensagem do Procurador à Casa de Leis, em referência ao Relatório de Atividades do MPPA, aponta as principais atividades realizadas em 2022, a partir de informações de entidades públicas e unidades do Ministério Público, bem como pelos departamentos administrativos, assessorias e demais estruturas da instituição, enfatizando aos parlamentares a aplicação dos recursos financeiros recebidos no exercício.

- O auditório João Batista foi palco de uma audiência pública que lembrou os 25 anos da educação no campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), no dia 24.05. Solicitada pela deputada Lívia Duarte, presidente da Comissão de Cultura da Casa de Leis, o evento iniciou por volta de 16h e contou com a participação de representantes de diversas instituições e entidades, como Fóruns de Educação, universidades e secretarias de estado. Além da deputada Lívia Duarte, que liderou a sessão especial e abriu as discussões, a mesa foi composta pela ex-deputada Marinor Brito; pelo procurador de Justiça Cível do Ministério Público do Estado do Pará, Waldir Macieira da Costa Filho; o vice-reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), prof. Gilmar Pereira Da Silva; o diretor de segurança fundiária do Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), João Pedro da Costa; o coordenador do Fórum Paraense de Educação, professor Salomão Antônio Mufarrej; diretor do Departamento de Combate à Desertificação Na Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Alexandre Bezerra Pires; a Promotora da 8ª Promotoria de Justiça Agrária de Castanhal do MPPA, Ione Missae Da Silva Nakamura; a coordenadora do Núcleo das Defensoria Públicas Agrárias do Estado do Pará, Andreia Macedo Barreto; integrante da direção estadual do setor de Educação do MST no Pará, Valéria Lopes; advogado e presidente da Comissão de Educação da Ordem dos Advogados Do Brasil – Seção Pará, Marcelo Gustavo Coelho Da Costa.
- A diversidade das mulheres do campo, das florestas e das águas foi lembrada no dia 25.05, em sessão especial realizada no auditório João Batista, na Alepa. Proposta pelo deputado Carlos Bordalo, a sétima edição da Marcha das Margaridas integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. O nome da marcha homenageia Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana assassinada em 1983, aos 50 anos, por um matador de aluguel a mando de fazendeiros da região. Presidida pelo deputado Carlos Bordalo (PT), a sessão especial contou com uma mesa formada também pelas deputadas Maria do Carmo (PT), Elias

Santiago (PT) e Livia Duarte (PSOL), além da ex-governadora do Pará, Ana Júlia Carepa; da secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres, Carmem Foro; da coordenadora da Marcha das Margaridas no Estado, Camila Castro; a presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Agricultura do Pará (Fetagri/Pará), Ângela Lopes; da coordenadora da Associação de Mulheres Brasileiras (AMB), Eunice Guedes; e a presidente da Central Única dos Trabalhadores no Pará (CUT/PA), Euci Ana Gonçalves.

- A situação do lixo da capital Belém, Ananindeua e Marituba, na Região Metropolitana, foi a principal preocupação da Audiência Pública realizada na tarde desta quinta-feira (25), no auditório João Batista da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A reunião foi coordenada pelo deputado Ronie Silva, presidente da Comissão de Mineração, Energia, Recursos Hídricos, Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Alepa, autor do requerimento que a ensejou. O debate também afirmou a necessidade de erradicação dos lixões existentes e a de instalação de aterros sanitários em todos os municípios do Estado, o que prevê a Lei nº 12.305/2010 que determina a Política Nacional de Resíduos. No Pará, somente em três municípios existem aterros sanitários: Belém - em fim de operação - Altamira e Vitória do Xingu, os demais não dispõem de tratamento de resíduos e efluentes e os depositam em lixões. Para o deputado Ronie Silva, a destinação final do lixo (resíduos sólidos), é uma questão de saúde pública e de defesa do meio ambiente. Para José Leôncio, representante da Secretaria das Cidades no Pará, a responsabilidade do Estado está no contexto de organizar. No debate se manifestaram ainda representantes dos três municípios: Belém, pelo procurador geral do município, Gustavo Brasil; Vanessa Martins, secretária de Meio Ambiente de Marituba; e Paulo Macedo, secretário de saneamento de Ananindeua. Estiveram presentes, ainda, Hugo Mercês, assessor jurídico da Câmara Municipal de Belém; Manezinho Rocha, vereador de Marituba e a pesquisadora Suzana Romeiro Araújo da UFRA, do departamento socioambiental de resíduos hídricos e do diretor Reginaldo Bezerra da empresa Guamá Resíduos, muito contestado depois de sua exposição.

- Os 100 anos do título Basilical do santuário de Nossa Senhora de Nazaré, marcado para julho próximo, tiveram sua programação de festejos inaugurados no dia 26.05, em uma Sessão Solene no Poder Legislativo do Estado do Pará, no auditório João Batista, presidida pela deputada Ana Cunha (PSDB), autora do pedido de realização. A sessão solene iniciou com a entrada da imagem peregrina da Guarda da Santa, já que a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré está em visita oficial à cidade de Goiânia. A entrada de um grupo de romeiros no auditório da Alepa fez com que a emoção dos presentes viesse à tona. Um anjo iluminado, puxando a corda do Círio, apresentando expressões de dor, de ações de fé, representando interseções divinas, milagres ocorridos e esperanças renovadas. Durante a solenidade, a cantora Lucinha Bastos, o Padre Francisco Maria Cavalcante e Renan Andrade, ex The Voice Kids Brasil, cantaram em homenagem à Santa, assim como o Coral Angelorum da Basílica de Nazaré. A banda de música da Polícia Militar tocou os hinos do Brasil na abertura, e do Pará, no encerramento. A performance foi executada pelo grupo Teatral Renascer da Igreja dos Capuchinhos, com a direção de Suelen Migueli.
- Na Semana da Acessibilidade, a Assembleia Legislativa do Pará realizou uma Sessão Solene em 29.05, para ampliar a visibilidade e o entendimento sobre as questões relacionadas à acessibilidade, inclusão e direitos das pessoas com deficiência. A Sessão foi iniciativa do deputado Fábio Figueiras, que destacou que a Sessão Solene faz parte das comemorações para marcar várias datas importantes: o Dia Mundial da Acessibilidade, Dia Nacional das Línguas de Sinais, Dia Nacional da Pessoa Surda, Dia Internacional da Pessoa Surda e a Semana da Síndrome de Down. O evento tem como objetivo informar e conscientizar sobre os assuntos relacionados à deficiência, além de promover a inclusão e acessibilidade em todos os aspectos sociais, por meio da disseminação de informações e da sensibilização da sociedade para a importância de uma sociedade mais igualitária, acessível e inclusiva. Estavam presentes também os deputados Victor Dias e Lívia Duarte.

- O presidente deputado Chicão e o líder do Governo, deputado Iran Lima, receberam no dia 30.05, Paulo Rocha, o novo Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O objetivo do encontro foi a preparação da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) que será realizada em Belém, no Pará. O evento está marcado para 2025. Na oportunidade, foram tratadas as estratégias e medidas para a conservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia. O encontro contou também com a presença do chefe da Casa Civil, Luiziel Guedes, e do Secretário de Estado de Educação (Seduc), Rossieli Soares.

JUNHO:

- O Dia Estadual da Comunidade Luso-Brasileira, no Pará, foi marcado com a realização de uma Sessão Solene, em 05 de junho, de iniciativa do presidente da Assembleia Legislativa do Pará, deputado Chicão. A sessão foi presidida pelo Líder do Governo na Alepa, deputado Iran Lima, e contou com a presença de representantes das principais instituições lusas no Pará. Empresários, escritores, jornalistas e artistas que representam a comunidade e fomentam a cultura portuguesa no Brasil foram homenageados, com a entrega de 24 diplomas de Homenagens Especiais às autoridades e personalidades que contribuíram para o fortalecimento dos laços entre o Pará e Portugal.
- O Plenário Newton Miranda sediou, na manhã do dia 12.06, a Sessão Especial para a discussão de Políticas Públicas Culturais de Igualdade Social e Educação Antirracista no Pará, dentro da Década Internacional Dos Afro Descendentes. Proposta pelo deputado Dirceu Ten Caten (PT), o encontro contou com a presença de autoridades estaduais e representantes de organizações não governamentais militantes pela causa antirracista. Participaram da sessão, ainda, a deputada Lívia Duarte (PSOL), presidente da Comissão de Cultura da Alepa; o professor doutor Luiz Augusto Pinheiro Leal, coordenador Malungo - Centro de Capoeira Angola; Edna Monteiro, representante do Movimento Mocamba; Mário Augusto Almeida, representante da Secretaria Estadual de Educação (Seduc/PA); Marcelo

Ferreira, presidente do Movimento Negro Zum de Marituba; Denilson Batista Rodrigues Ferreira, representante do Conselho Municipal de Igualdade Racial de Castanhal; Cristina Vasconcelos Nunes, Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/PA; Pedro Cavaleiro, representante da Secretaria Estadual de Igualdade Racial e Direitos Humanos; e professor José Guilherme dos Santos Fernandes, professor titular da Universidade Federal do Pará - UFPA.

- Também no dia 12 de junho, ocorreu uma Sessão Solene em comemoração aos 112 anos de fundação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Igreja Mãe-, que aconteceu em 18 de junho de 1911. A solenidade atende a uma solicitação do deputado federal, Raimundo Santos. O presidente da Alepa, deputado Chicão abriu os trabalhos dizendo que a homenagem é justa devido os trabalhos que a igreja realiza em todo o Estado. Após a fala do presidente, o grupo musical, As Belemitas, da igreja Templo Central, entoaram um hino de louvor. Em seguida foi apresentado um vídeo institucional sobre as comemorações de aniversário da igreja. O Coral e Orquestra, mais antigo das Assembleias de Deus no Brasil, fundado em 1926 e 1936, respectivamente, também se apresentaram. A Missão com Crianças encenou a chegada dos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg. As apresentações seguiram com o Grupo de Mulheres e de Homens. Em seu discurso, o deputado federal, Raimundo Santos disse que a igreja Assembleia de Deus, além de seu trabalho espiritual, faz um trabalho para as famílias, para a alma. Ao final da solenidade, várias personalidades eclesiais foram homenageadas com a Medalha do Mérito Evangélico "Daniel Berg e Gunnar Vingren". A medalha é conferida às pessoas que prestaram serviços de evangelização e com relevantes benefícios para a sociedade.
- Ainda no dia 12, professores, funcionários públicos, empresários e empreendedores que formam a classe contábil paraense estiveram presentes a homenagem ao Dia do Profissional da Contabilidade, transcorrido no dia 25 de abril, por meio de Sessão Solene, a qual foi presidida pelo deputado estadual Fábio Freitas (Republicanos), autor da iniciativa. Compuseram a mesa oficial o deputado Fábio Freitas; o deputado

estadual Iran Lima; presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Pará, Ian Blois Pinheiro; o vice-presidente de Assuntos Administrativos do CRC, Ailton Ramos Corrêa; a vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRC, Taynara Santos; a presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisa do Pará (Sescon), Nelma de Almeida Lemos; e o presidente da Associação dos Profissionais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Paulo Sérgio Fadul Neves. Ao todo, 39 profissionais foram agraciados com diploma em reconhecimento à atuação no cenário contábil, entre os quais o deputado Iran Lima, e o presidente do CRC, Ian Blois.

- No mesmo dia, o Poder Legislativo do Estado do Pará realizou, na sala VIP, uma reunião que debateu a "Luta pela Autodeterminação, como uma questão de soberania dos Povos", em uma promoção da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, das Pessoas Idosas e de Minorias. O evento contou com a presença de representantes do governo do Estado do Pará, das Universidades Públicas e Privadas; dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. O evento foi organizado a pedido do deputado Carlos Bordalo (PT), presidente da Comissão, autor do requerimento que criou a Frente Parlamentar em Defesa da Autodeterminação dos Povos no Pará, a ser instalada na ALEPA. A delegação do governo Cubano foi coordenada pelo deputado Fernando González Llorc, um dos "Cinco Heróis Cubanos", representando a Assembleia Nacional do Poder Popular Cubano, equiparado aqui ao Congresso Nacional Brasileiro.
- Os 50 anos da EMBRAPA foram celebrados em uma Sessão Especial realizada em 15.06, no auditório João Batista, discutindo a história da instituição, que é marcada pela inovação e transformação no Brasil, por meio de tecnologias que impulsionaram o desenvolvimento do trabalho no campo em todas as áreas, tendo como mote pelas cinco décadas a inovação: "Seu futuro inspira a nossa ciência". A reunião comemorativa foi presidida pelo deputado Carlos Bordalo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos e autor do requerimento pedindo a sessão de homenagem. Para ele, a EMBRAPA tem relevância para a economia e para

a agricultura do Brasil e do mundo. Ao final, foram recolhidas todas as contribuições e propostas de qualificação da produção agrícola do Estado do Pará. O chefe geral da EMBRAPA, Walkymário Lemos, reconheceu a homenagem feita pelo Poder Legislativo como simbólica e emblemática. Participaram compondo a Mesa Coordenadora da sessão, Erena Maués, promotora agrária do Ministério Público Estadual; Artemis Luiz, superintendente da Caixa Econômica Federal no Pará; Jesus Magalhães, da superintendência do Ministério da Agricultura; Cleber Perotti, representando a EMATER-PARÁ; e Cristiano Martins, secretário adjunto da recém criada Secretaria da Agricultura Familiar e Povos Originais.

- Em 16.06, a Alepa realizou a primeira Sessão Solene em homenagem aos 112 anos da Assembleia de Deus no Brasil da Convenção de Ministros e Igrejas da Assembleia de Deus no Pará (Comieadepa). A solenidade atendeu solicitação do deputado Josué Paiva, aprovada por unanimidade pelos deputados, em Sessão Ordinária. Durante a solenidade, tiveram apresentações musicais. A primeira foi com o Coral e Orquestra da Assembleia de Deus de Icoaraci. A segunda com o Coral de Homens da Assembleia de Deus do Maguari, em seguida foi a vez da apresentação de Karen Hesketh. Por fim, a Secretaria de Educação Infantil das Assembleias de Deus do Pará. Ao final da solenidade, 14 personalidades eclesíásticas foram homenageadas com a Medalha do Mérito Evangélico "Daniel Berg e Gunnar Vingren". A medalha é conferida às pessoas que prestaram serviços de evangelização e com relevantes benefícios para a sociedade. A Igreja Assembleia de Deus é a única denominação religiosa do Pará que possui o maior número de leis estaduais aprovadas por unanimidade pelos na Alepa.
- Ainda no dia 16, ocorreu uma audiência pública para discutir a exploração de petróleo e gás na margem equatorial amazônica. Denominado de novo pré-sal, de acordo com o deputado estadual Gustavo Sefer, proponente da reunião e presidente da mesa de autoridades do evento, o projeto será executado na costa do Amapá, e terá apoio logístico totalmente sediado em Belém. Compuseram a mesa da audiência pública, ainda, o deputado Iran Lima; a gerente Executiva da Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Petrobrás, Danielle Lomba Zaneti Puelker; o gerente geral de Construção

Avaliação e Abandono de Poços Exploratórios da Petrobrás, José Umberto Armando Borges; o gerente geral de Ativos Exploratórios da Petrobras, Rogério Siares Cunha; o diretor superintendente do Sebrae/PA, Rubens Magno; o secretário em exercício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), Raul Protázio; da Câmara Municipal de Belém, a vereadora Dona Neves e o vereador Emerson Sampaio; o pró-reitor de gestão da Universidade do Estado do Pará (Uepa), Carlos Capela; e o vice-presidente da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), Alex Carvalho. O presidente da Casa de Leis, deputado Chicão, e os deputados Fábio Freitas e Coronel Neil, também se fizeram presentes.

- A abertura da programação da Semana Paraense de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas ocorreu no dia 19/06, em uma Sessão Especial presidida pelo deputado Fábio Freitas, no plenário Newton Miranda da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A sessão iniciou com o pronunciamento do secretário de Estado de Justiça, Evandro Garla, e do deputado Neil Duarte. Participaram ainda representantes de secretários de Estado, outras autoridades civis e militares, e turmas de estudantes das Escola Suboficial Edvaldo Brandão de Jesus e a Escola Salesiana do Trabalho. Para o deputado Fábio Freitas, tanto a Sessão quanto a Semana Paraense de Prevenção, tem como objetivo fortalecer o sistema estadual de políticas sobre drogas, homenageando rede de atenção que integra os canais de diálogo com os poderes no âmbito estadual. Os diplomas de reconhecimento à luta contra as Drogas foram entregues a deputados, autoridades estaduais de órgãos públicos e lideranças da sociedade civil. Nelcy Maranhão Campos, vice-presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas do Pará, representou os 75 homenageados pelo Poder Legislativo. Participaram ainda da Mesa Oficial dos trabalhos a promotora pública Ana Cláudia Pinho do Ministério Público do Estado; o Coronel Walder Braga, da Polícia Comunitária e de Direitos Humanos da PM; Luciara Cristina Moraes, coordenadora de políticas de segurança pública da SEGUP; Delegado Evandro Araújo, diretor da Polícia Especializada de Combate às Drogas da Polícia Civil do Pará; professor e psicólogo Mário Augusto Vitoriano, assessor especial da SEDUC; Maria Ildiney Moraes,

coordenadora estadual de Saúde Mental da SESPA. Presentes ainda na sessão Arthur Jansen, diretor da Associação do Polo Produtivo do Pará e do presidente de honra Walmir Gomes, da Federação das Casas Terapêuticas do Estado.

- Para celebrar os 75 anos da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), a Alepa realizou, na manhã do dia 19.06, uma Sessão Solene em reconhecimento aos trabalhos sociais e espirituais promovidos pela SBB. A solenidade atendeu solicitação do deputado Fábio Freitas. A instituição, que comemora mais um aniversário, tem representação atuante em território paraense, onde desenvolve ações para levar a palavra de Deus a diversas pessoas, como a produção e distribuição da Bíblia Sagrada em condições mais acessíveis à população, em especial a comunidades carentes e a grupos específicos, considerados vulneráveis da sociedade. Segundo o autor da Sessão Solene, a Sociedade Bíblica do Brasil tem se dedicado a semear a Palavra de Deus e transformar vidas. Durante a solenidade, foram entregues 30 diplomas aos líderes eclesiais e pessoas que desenvolvem projetos evangelísticos e sociais, apoiadores da SBB, em reconhecimento aos trabalhos desenvolvidos em favor da sociedade.
- Mais de 100 pessoas passaram pelo Hall do Auditório João Batista, no Palácio Cabanagem, na noite do dia 19, para prestigiar o lançamento do livro "Constituição do Estado do Pará, Texto e Contexto - Homenagem ao Constituinte Zeno Veloso". O livro foi publicado com o apoio da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), da Escola do Legislativo da Casa, Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Federação do Comércio do Estado do Pará (Fecomércio/PA), Associação dos Notários e Registradores do Pará (Anoreg/PA) e Universidade da Amazônia (Unama). Organizado pelo procurador-geral de Justiça do MPPA, César Mattar Jr, professor doutor Jefferson A. F. Bacelar, desembargador Milton Nobre, e deputado federal Raimundo Santos, o livro conta com artigos de mais de 70 co-autores e é coordenado por Jefferson A. F. Bacelar, Frederico A. L. de Oliveira e Francisco das Chagas Melo Filho (deputado Chicão). A editora responsável pela publicação é a Paka-Tatu. O presidente da Alepa, deputado Chicão, afirma que a Assembleia não pode somente ter o papel de aprovar leis ou

discutir projetos, mas também deve ser uma incentivadora da cultura paraense.

- Uma reunião realizada em 21.06, na Sala VIP da Alepa, discutiu o avanço do debate sobre os impactos da reforma tributária no Estado. Participaram os parlamentares Iran Lima, líder do governo na Casa; Maria do Carmo, vice-líder do governo; Eraldo Pimenta, presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final (CCJRF); Aveilton Souza, representando a oposição; e ainda os deputados Fábio Figueiras, Victor Dias e Carlos Vinícius. O encontro, que reuniu ainda diversos atores do setor produtivo e representantes do governo do estado, como o titular da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefa), René Oliveira, e outros integrantes da pasta, funcionou como uma reunião preparatória para um seminário que será proposto ao presidente da Casa de Leis em breve, por meio da Comissão de Divisão Administrativa do Estado, Assuntos Municipais e Tributação, presidida pela deputada Diana Belo. Do setor produtivo, estiveram presentes representantes de diversos órgãos, como Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), Associação Comercial do Pará (ACP), Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual (Sindifisco/PA), Conselho Nacional de Política Fazendária (Consefaz), Federação do Comércio do Pará (Fecomércio/PA), Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), Conselho de Contabilidade e Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará (Famep).
- Uma Sessão Especial de homenagem aos 375 anos do Exército Brasileiro, comemorado no dia 19 de abril, foi realizada na Alepa no dia 26.06. Proposta pelo deputado Fábio Figueiras, a cerimônia, realizada no auditório João Batista, também lembrou os 10 anos do Comando Militar do Norte (CMN), criado para multiplicar as ações do Exército Brasileiro na Amazônia Oriental. A mesa da Sessão Especial foi composta do deputado Fábio Figueiras, que presidiu a sessão; deputado Coronel Neil; general brasileiro Luciano Guilherme Cabral Pinheiro, comandante militar do Norte; major brigadeiro do ar Raimundo Nogueira Lopes Neto, comandante do 1º Comar; general de Brigada André Laranja Sá Corrêa, chefe do Centro de Coordenação e Operações do CMN; general de brigada Francisco

Wellington Franco de Souza, chefe do Estado Maior do CMN; e capitão de Mar e Guerra Marcelo de Abreu Souza, subchefe do Estado Maior do 4º Distrito Naval. De acordo com o deputado Fábio Figueiras, a intenção da proposição foi reconhecer e legitimar a importância do Exército Brasileiro enquanto prestador de serviços à pátria, e protetor e defensor das fronteiras brasileiras.

- Os 204 anos de fundação da Associação Comercial do Pará (ACP) foi marcado por uma Sessão Solene na Alepa, no dia 26/06, no auditório João Batista. A ACP é a segunda entidade empresarial mais antiga do Brasil. Nesse período, a ACP participou de fatos importantes na história do país e do estado. O proponente da homenagem, deputado Fábio Freitas, destacou a importância da ACP para o desenvolvimento do estado. O deputado Coronel Neil também participou da sessão. Durante a cerimônia, houve homenagens com entrega de certificados de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à sociedade paraense. Foram entregues diplomas para 20 entidades representativas do setor produtivo e 54 empreendedores. Os homenageados foram representados pelo diretor da Fábrica Esperança, Artur Jansen, que também representou a Associação dos Pólos Produtivos.
- Também no dia 26, o plenário Newton Miranda foi o local escolhido para celebrar os 132 anos do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). A Sessão Solene atendeu solicitação do presidente da Casa de Leis, deputado Chicão. O Ministério Público é uma das instituições mais importantes na garantia dos direitos do cidadão no país. É a entidade que toma medidas administrativas ou judiciais diante de qualquer desrespeito à legislação brasileira. No Pará, o trabalho do MPPA tem sido ferramenta importante no desenvolvimento do povo paraense. O Procurador-Geral de Justiça do MPPA, Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior e o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Pará (Ampep), Alexandre Tourinho agradeceram a homenagem. Estiveram presentes também os deputados Iran Lima e Maria do Carmo.
- O Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (DOA) completou 38 anos de existência. Sua fundação se deu através do Decreto Legislativo nº 20/85, de 27 de junho de 1985, assinado pelo presidente

Hermínio Calvino Filho, e ainda pelos deputados Aldebaro Klautau (1º secretário) e Itamar Francez (2º secretário). Desde o seu surgimento, são 2.333 edições. Essa, a última, especial para registrar o aniversário deste periódico que com o passar do tempo construiu sua história. Uma história feita por servidores para divulgar de forma impressa e agora digitalmente os atos emanados pelo Poder Legislativo. Para o deputado Chicão, presidente do Poder Legislativo, a mudança na forma como as informações oficiais são disponibilizadas e acessadas tem aspectos de transformação. "Tornar o Diário Oficial da Alepa digital foi uma realização desta gestão, com isso garantimos vantagens, com a redução de custos ao eliminar a necessidade de impressão em papel e armazenamento físico, aumentamos a transparência e facilitamos o acesso às informações. O impacto ambiental positivo da digitalização foi a redução com a demanda por papel, diminuindo a produção de resíduos sólidos, e consequente redução do consumo de água e energia", destacou Chicão. Para Rebecca Hesketh, secretária legislativa, o presidente Chicão permitiu que os servidores responsáveis pela publicação pudessem "ousar" no fazer do Diário Oficial da ALEPA. "Inicialmente, foi feito um estudo sobre o funcionamento e a publicação de Diários Oficiais dos Poderes Legislativos Estaduais nos outros Estados do país. A partir do estudo e do que observamos na prática, viu-se a necessidade de transformá-lo em digital, de modernizar o seu layout, desde a capa e remodelação das páginas, até a sua inclusão no Portal da Assembleia Legislativa", contou. A secretária informa ainda que a nova edição incluiu novos conteúdos, trazendo informações das 17 comissões regimentais da Casa, com atas e atos; e agregado também material jornalístico produzido pela Assessoria de Imprensa e Divulgação da ALEPA. A pretensão da Secretaria Legislativa, dos chefes das seções de Diário Oficial e Diagramação, Rebecca, Fernando Araújo e Susi Cruz, respectivamente, é o de regularizar a publicação em diária, para ampliar sua divulgação e acesso, bem como, fidelizar o público leitor. Em processo de finalização está o estabelecimento do certificado digital, o que vai permitir ao leitor que transforme a matéria em documento validado e com fé pública. Para Susi Cruz, chefe da seção de Diagramação desde 2015, o processo de

produção foi ultrapassado. "Estamos caminhando para a modernização, atualizando o seu formato, formando os servidores nos padrões e na mesma linguagem utilizados na produção de jornais em geral. O presidente Chicão quer que todos os atos praticados sejam publicados quase imediatamente, para garantir publicidade e transparência", considerou. No bate papo para conseguir informações para a confecção desta matéria, além dos já citados participaram relatando outras situações os servidores Antônio Maria da Silva; Paulo Pinheiro; Georgina Maia; e Kelly Paula. E ainda Eliana Barbosa; Auricélia Nascimento; Digliane Almeida; Edmilson Ferreira, primeiro chefe de seção de diagramação; Heraldo de Moraes; e Márcia Barata.

- A Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) recebeu nesta quarta-feira (28) a visita dos alunos dos cursos de licenciatura em História e Pedagogia do polo nº11 da Universidade do Estado do Pará (UEPA) do município de São Miguel do Guamá, no nordeste paraense. Acompanhados pelo Departamento de Memorial da Alepa uma turma com pouco mais de 40 alunos puderam conhecer diversos ambientes da casa, como auditório João Batista, gabinete da presidência, o próprio acervo do memorial e o plenário Newton Miranda, onde acontecem as votações. Sob supervisão da professora Jerusa Barros, os alunos conheceram a história do Poder Legislativo, os documentos históricos que registram desde 1840, que ainda eram manuscritos, além do acervo fotográfico e acervo visual de sessões de plenário da casa legislativa.
- A Comissão Permanente de Mineração, Energia, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, presidida pelo deputado Ronie Silva, realizou no dia 29/06 uma Audiência Pública para tratar do tema "O sistema de exploração mineral no Estado do Pará e seus impactos no meio ambiente". O evento fez parte do cronograma de audiências públicas da Comissão para 2023. Segundo o deputado, os impactos ambientais causados pelo setor minerário no Pará devem ser prioridade nos debates do Legislativo. Participaram da Audiência Pública César Lisboa Chaves, do Serviço Geológico Brasileiro; Marcelo Moreno, da Semas; Geoffrey Freitas, pró-reitor da UEPA; Jamer Andrade Costa, professor da UFRA; Geovane

Penner, professor da UFPA, Anderson Santos, do IBRAM; e Lucas Moreira, da OAB.

JULHO:

- No primeiro semestre de 2023, os deputados do Legislativo Estadual realizaram 28 Sessões Ordinárias, 21 Extraordinárias, duas Preparatórias e uma de Instalação. Foram 583 Projetos de Lei apresentados, sendo 253 aprovados e deliberados. A produção legislativa contou, ainda, com 763 Moções e 408 Requerimentos apresentados. O total de proposições foi de 921 aprovadas e deferidas em plenário. Entre as propostas do Poder Executivo encaminhadas ao Poder Legislativo, a proposição que dispõe sobre a concessão de reajuste aos profissionais da educação básica da rede pública de ensino do Estado do Pará está entre as aprovadas pelos deputados. O Projeto de Lei tem a finalidade do aumento salarial dos profissionais do magistério público estadual, para valorização dos membros da carreira, como instrumento de estímulo à oferta da educação pública com foco na excelência em resultados. A valorização dos profissionais da educação escolar, na forma da Lei, é um dos princípios e diretrizes na manutenção e no desenvolvimento do ensino na educação básica. A educação é um dos temas para as políticas públicas mais significativas para qualquer pessoa. Os deputados do Legislativo Paraense sabem que ações estruturantes e que buscam ampliar melhores condições de ensino ao aluno, bem como bons ambientes de trabalho ao professor, garantem um resultado de ensino-aprendizagem na vida escolar dos alunos do Estado do Pará. A educação no Pará é presença obrigatória no planejamento do governo do Estado, e, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) sabe da importância que é a educação como base de desenvolvimento da sociedade paraense, mesmo que, ainda, haja desafios em relação à educação no Pará. Também voltado para a área da educação, os deputados aprovaram o Projeto de Lei, do Poder Executivo, que institui o Programa Alfabetiza Pará, vinculado à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em regime de colaboração com os municípios do Estado do Pará. As ações do Programa Alfabetiza Pará serão desenvolvidas inicialmente pelos 1º e 2º ano do

Ensino Fundamental e poderá se estender aos demais anos, abrangendo inclusive a Educação Infantil. Os objetivos do Programa Alfabetiza Pará, é garantir que todos os estudantes dos sistemas estadual e municipais de ensino do Pará estejam alfabetizados, na idade certa, até o final do segundo ano do Ensino Fundamental. Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas da rede pública de ensino estadual e municipais do Pará.

Entre as propostas mais recentes aprovadas pela Alepa, sobre a educação no Pará, o Projeto de Lei nº 369/2023 institui os critérios técnicos de mérito e de desempenho para investidura na função de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da rede estadual de ensino paraense. Já o Projeto de Lei nº 368/2023 permite à Secretaria de Estado de Educação, excepcionalmente no exercício de 2023, a transferência de recursos financeiros no valor total de até R\$1 milhão, para a quitação de dívidas contraídas pelos Conselhos Escolares atualmente constituídos. Ambas as propostas têm por objetivo maior assegurar a educação pública, gratuita e de qualidade.

- A Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), por meio do Departamento de Bem-Estar Social do Poder Legislativo (DEBS), encerrou o primeiro semestre de 2023 com saldo positivo no número de atendimentos clínicos e psicológicos. De acordo com a diretora do DEBS, Karla Lobato, o departamento desempenha um papel social de extrema importância dentro e fora da Casa Legislativa. A servidora Danielle Yasmine atua como chefe do Diseg – Divisão de serviços gerais da Alepa. Segundo ela, com os excelentes serviços de saúde prestados pelo DEBS, conseguiu diagnosticar um quadro de Síndrome de Burnout. Segundo Danielle, o DEBS foi fundamental para que ela fosse direcionada para seguir com o tratamento correto de saúde e assim poder trabalhar com mais disposição, e acima de tudo, com saúde. Vale ressaltar que, o número de atendimentos médicos durante o primeiro semestre de 2023 ficou em cerca de 250 ao mês, e dentre as diversas ações promovidas pelo setor podemos destacar as campanhas de doação de sangue, que apenas no último mês de junho, conseguiu coletar quase oitenta bolsas de sangue e a ações itinerantes que

percorreu diversos municípios do estado levando atendimento e orientação clínica a mais de 1500 pessoas.

- A Alepa sediou, na tarde do dia 18, uma reunião para discutir o andamento das pesquisas para a regulamentação do café de açaí no Estado. O encontro, que reuniu representantes da Câmara Técnica de Comercialização, Agroecologia, Produtos Orgânicos e Sociobiodiversidade; da Associação Brasileira das Indústrias de Café de Açaí (Abic); pesquisadores das Universidades Federal do Pará (UFPA), do Estado do Pará (Uepa) e Federal Rural da Amazônia (Ufra); além de empreendedores do segmento; ocorreu no gabinete do deputado Eraldo Pimenta, articulador e mediador desse trabalho pela legalização e promoção desse mercado. A intenção é discutir um regulamento técnico de criação de um Padrão de Identidade e Qualidade para o produto, especificamente o grão de açaí torrado e moído, para a comercialização no Estado do Pará, no Brasil e no mercado internacional. A reunião contou, ainda, com a participação de um agente do Banpará para conhecer a nova atividade empresarial que utiliza resíduos – o caroço do açaí – como principal matéria prima para fabricar um novo produto. De acordo com o chefe de gabinete do deputado, Manoel Messias, a iniciativa atende de forma extraordinária a uma demanda socioambiental.
- O Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) iniciou, no dia 25 deste mês de julho, um processo de recadastramento de servidores da Casa de Leis. A implementação e atualização dos dados cadastrais do E-Social pode ser feita até 1º de setembro e é voltada para todos os servidores: civis efetivos ativos, comissionados, do secretariado parlamentar e inativos do Estado. A medida é regulamentada pela Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2022, e, segundo o presidente da Alepa, deputado Chicão, visa a garantia de direitos, racionalizando e simplificando o processo cadastral do Legislativo paraense. Servidores cedidos, afastados ou licenciados deverão realizar a atualização no mesmo período. Os servidores que não realizarem o recadastramento estabelecido terão suspensos seus vencimentos, salários ou proventos, em consonância com o disposto no Art. 37 da Constituição

Federal – que estabelece os princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

- Pensando no combate à violência doméstica, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), se une com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), para mais uma vez lembrar da importância de enfrentar um assunto que está, infelizmente, no dia a dia de diversas mulheres. A Campanha Agosto Lilás é em prol da conscientização pelo fim da violência contra a mulher. Este ano, o slogan é "O silêncio pode matar". Ações, por parte das entidades, serão realizadas durante o mês de agosto, que é marcado pelo combate à violência doméstica. A deputada Paula Titan, Procuradora da Mulher da Alepa, disse que o enfrentamento à violência contra a mulher é sempre um desafio, uma vez que a violência pode acontecer em vários cenários, seja no ambiente doméstico ou até mesmo, no seu local de trabalho.

AGOSTO:

- Eliel Faustino (União Brasil) tomou posse como deputado estadual, na manhã do dia 02.08, na Sala Vip da Assembleia Legislativa do Pará. Eliel Faustino ocupará a vaga deixada pelo deputado licenciado Victor Dias (União Brasil) que assumiu a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica do Pará (Sectet). A cerimônia de posse contou também com a presença dos deputados: Luth Rebelo, Gustavo Sefer, Iran Lima, Thiago Araújo e Josué Paiva; da prefeita de Benevides, Luziane Solon; do vereador de Belém, Fabrício Gama; do titular da pasta da Educação e do presidente da Companhia Docas do Pará (CDP), Jardel Rodrigues.
- Uma comitiva formada por nove deputados da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) participou, no dia 02.08, do lançamento nacional do Fundo Brasil-ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, realizado no Centro de Convenções Sebastião Tapajós, em Santarém, na região oeste paraense. O evento foi realizado por meio de uma parceria entre o Sistema das Nações Unidas, Governo Federal e governos estaduais da região, por

meio do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal Brasileira, e contou com a assinatura do documento que oficializa o Fundo. A mesa foi composta pelo chefe do Executivo paraense, Helder Barbalho; a vice-governadora Hana Ghassan; o presidente da Alepa, presidente Chicão; o ministro Waldez Goés; os governadores dos Estados do Amazonas, Wilson Lima; do Amapá, Clécio Luís; de Roraima, Antônio Denarium; a deputada federal Elcione Barbalho e o deputado federal Henderson Pinto; além do prefeito de Santarém, Nélio Aguiar. O evento também contou com a presença de outras autoridades de alto nível do Governo Federal, representantes dos Governos dos estados amazônicos, de órgãos diplomáticos, de organismos internacionais, sociedade civil e do setor privado. Além do presidente da Alepa, deputado Chicão, participaram os deputados: Lu Ogawa, Josué Paiva, Iran Lima, Erick Monteiro, o recém-empossado Eliel Faustino, Nilton Neves, Maria e Ana Cunha.

- O governador do Pará, Helder Barbalho, e o ministro Silvio Almeida, dos Direitos Humanos – MDHC, do Governo Federal, assinaram no dia 04.08, no plenário Newton Miranda da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, termo de cooperação técnica de instalação de Centros de Referência de Direitos Humanos do Marajó do MDHC. Foram assinados ainda um acordo interministerial sobre o Plano de Respostas Socioambientais para o Marajó e o protocolo de intenções para a construção de protótipos de lanchas para equipar os Conselhos Tutelares.
- A Alepa, realizou na manhã do dia 10.08 uma Sessão Solene em alusão ao Dia do Advogado, comemorado no próximo dia 11 de agosto. A cerimônia aconteceu no auditório João Batista, e concedeu cerca de trinta e três comendas de Mérito Profissional aos advogados e políticos presentes. A proposta da homenagem foi requerida pelo deputado Dirceu Ten Caten (PT) e foi aprovada por unanimidade por todos os parlamentares da Casa Legislativa. A Honraria aconteceu em reconhecimento à contribuição desses profissionais na defesa da justiça e dos direitos, ressaltando a importância da advocacia na sociedade, na promoção da igualdade, equidade, e garantia dos direitos fundamentais, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática.

- Também de iniciativa do deputado Dirceu Ten Caten, foi realizada, no dia 23.08, a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica no Estado do Pará. No auditório João Batista, a mesa oficial da reunião contou também com a presença dos deputados estaduais Nilton Neves e Iran Lima, além dos presidentes dos Conselhos Federal de Farmácia, Walter da Silva; e Estadual de Farmácia, Patrick de Souza, respectivamente.
- No dia 24.08, foi realizada uma Sessão Solene em comemoração aos 200 anos do Centro Israelita do Pará - Sinagoga Eshel Abraham – a mais antiga em funcionamento do Brasil. De proposição do deputado estadual Iran Lima, o evento ocorreu no auditório João Batista, às 10h, e contou com a presença de diversos representantes da comunidade judaica paraense.
- Ainda no dia 24.08, Sessão Especial marcou os 44 anos da lei da Anistia, realizada no auditório João Batista, fazendo parte da programação em parceria com o Governo do Pará e do Ministério dos Direitos Humanos da Cidadania. A solenidade, presidida pelo deputado Carlos Bordalo, da Comissão de Direitos Humanos da Alepa, é a celebração de um dos marcos do fim da ditadura militar no Brasil e da redemocratização nacional.
- A COP-30, marcada para Belém em 2025, foi a pauta principal de uma Sessão Especial realizada no dia 31.08, no plenário João Batista da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA, por solicitação dos deputados Carlos Bordalo, presidente da Comissão dos Direitos Humanos (CDHDC+); e de Lívia Duarte, presidente da Comissão de Cultura do Poder Legislativo do Estado do Pará. A programação começou com as falas dos deputados proponentes, Bordalo e Lívia, e ainda da deputada Andreia Xarão (MDB), que se define como representante da população ribeirinha do Marajó. Em seguida, houve a exibição de um vídeo sobre a COP discutindo as consequências do aquecimento global em nossas vidas, seguido da palestra de abertura do evento com o tema "Amazônia e Emergência Climática: Desafios e Oportunidades para a Vida Cotidiana", feita pela Prof.^a Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso, Professora Titular da Universidade Federal do Pará, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

SETEMBRO:

- De autoria do deputado Dirceu Ten Caten, foi realizada na manhã do dia 04.09, no auditório João Batista, na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), uma Sessão Especial em Alusão à Semana do Bem Viver e ao Dia da Amazônia. A Semana Estadual do Bem Viver no Pará é realizada anualmente na primeira semana do mês de setembro, e tem como objetivo promover, incentivar e construir um novo paradigma de Bem Viver no Pará. A data tem relação com o Dia da Amazônia, celebrado em cinco de setembro, dia de conscientização das pessoas sobre a importância da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia.
- Ainda no dia 04 de setembro, em audiência com o presidente da Assembleia Legislativa do Pará, deputado Chicão, e o chefe da Casa Civil do Estado, Luiziel Guedes, o Sindicato das Cooperativas e Associações de Transporte Alternativo e Complementar do Estado do Pará apresentou como demandas da categoria a prorrogação da autorização para operação, por mais cinco anos, e a abertura de uma linha de crédito especial para os trabalhadores na aquisição de novos veículos, que custam em média R\$300 mil. As propostas foram acatadas e representantes do Banco do Estado do Pará presentes na reunião receberam de imediato a incumbência de estudar a melhor forma de viabilizar o financiamento, dentro das normas do Banco Central e atendendo às especificidades da atividade. Por solicitação do Sindicato, o governador Helder Barbalho assinará a concessão dos benefícios durante um grande evento no Hangar ou no Mangueirão, com a presença de toda a categoria. Estavam presentes o presidente da Arcon-PA, Euripedes Reis da Cruz Filho, que já deverá tomar as providências quanto à renovação, e o deputado Wanderlan Quaresma, articulador da audiência. Tanto Luiziel Guedes – que falou em nome do governador Helder Barbalho -, quanto o deputado Chicão – em nome do Poder Legislativo e também como poderoso interlocutor político – deixaram claro que a categoria necessariamente terá que oferecer modernização tecnológica com veículos novos, seguros, limpos e confortáveis, e se adequar ao atendimento de turistas estrangeiros, com aprendizagem de inglês, pelo menos o mínimo necessário para a comunicação, além de capacitação para se trajar e se

expressar com urbanidade e garantir a eficiência do serviço e o bem-estar dos usuários, o que inclui regularidade, continuidade e cortesia no trato. Chicão e Luiziel enfatizaram que o Sebrae-PA criou uma série de cursos destinados a qualificar profissionais autônomos, a fim de atender às necessidades geradas pela COP 30 e eventos internacionais que já estão acontecendo com frequência em Belém.

- De autoria do deputado Fábio Figueiras, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) realizou Sessão Especial na manhã do dia 11.09, para celebrar os 104 anos do Clube de Engenharia do Pará (CEP). Fundado em 10 de junho de 1919, o CEP é uma das mais antigas entidades de classe precursora da engenharia, não apenas no Pará, mas também a quarta do Brasil. Ao longo de sua história, o Clube de Engenharia tem sido um farol de excelência técnica, ética e responsabilidade social. A entidade tem a missão de ser uma corporação propulsora de atividades técnico-científicas, político-institucionais, tecnopolíticas e de gestão, que contribui para o progresso do Pará e do país como um todo. Ao final da solenidade, 17 pessoas foram homenageadas com o Diploma de Homenagem Especial. A Sessão Especial contou com a presença do vice-presidente do CEP, Paulo Fernando Vieira; Adriana Falconeri, presidente licenciada do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA-PA); e demais integrantes do Clube de Engenharia do Pará.
- A Comissão Permanente de Apoio à Pesca e Aquicultura da Assembleia Legislativa realizou no dia 11.09 a Audiência Pública "Diálogos sobre o Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura no Estado do Pará". Promotora do evento, a deputada Maria do Carmo destacou a importância da presença de diversas entidades e trabalhadores do setor pesqueiro na audiência, e a necessidade de se debater a legislação do setor. O objetivo foi ouvir os atores envolvidos nas atividades pesqueiras e aquícolas, levantar informações e propor ações para a solução dos problemas que possam ser realizados pela Comissão de Apoio da Pesca e Aquicultura, seja através da regulação ou de articulação com os órgãos competentes.
- A Alepa realizou na manhã do dia 18.09, uma Sessão Solene em alusão à Semana Solidária Padre Bruno Sechi – em conformidade com a Lei

Estadual N°9.231/2021. A cerimônia no auditório João Batista atendeu a proposição do deputado Delegado Nilton Neves (PSD) e contou com a presença de autoridades do meio jurídico, político, representantes da igreja católica e dirigentes do Movimento da República de Emaús.

- Também na manhã do dia 18.09, foi realizada uma Mesa-Redonda com o tema "Transição Energética-Fontes Renováveis e Produção de Hidrogênio". O evento proposto pela Câmara dos Deputados, por meio da Comissão Especial da Transição Energética e Produção de Hidrogênio da Câmara dos Deputados, atendeu requerimento do deputado federal Raimundo Santos, integrante da Comissão. O encontro reuniu especialistas para debater o marco regulatório do setor. A Comissão Especial da Transição Energética e Produção de Hidrogênio da Câmara dos Deputados, criada em maio deste ano, tem o objetivo de acompanhar as iniciativas e medidas adotadas para a transição energética-Fontes renováveis e produção de hidrogênio no Brasil.
- A revisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi assunto pautado pelos deputados na tarde do dia 20.09, na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). O encontro entre os parlamentares e a Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará (Famep) aconteceu após Sessão Ordinária, na sala dos ex-presidentes. O Chefe do Poder Legislativo do Pará, deputado Chicão (MDB), iniciou os trabalhos com a comitiva de prefeitos de cidades paraenses, que pediam a revisão da cota parte do ICMS, devolução tributária que destina aos municípios os recursos que os estados arrecadam em seu território. Algumas prefeituras estão com a situação financeira delicada, umas enfrentam dificuldades para cumprir suas obrigações fiscais, segundo a Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep). Participaram da reunião os deputados Fábio Freitas, Torrinho Torres, Maria do Carmo, Diana Belo, Fábio Figueiras, Eraldo Pimenta, Iran Lima, Neil Duarte, Andreia Xarão, Paula Titan, Ronie Silva e Aveílton Souza.
- A Comissão Temporária Externa com a finalidade de acompanhar a crise agropecuária, com o desequilíbrio do preço da arroba do boi, realizou em 20.09 sua primeira reunião, na sala VIP, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, após a sessão plenária. A comissão foi instalada no dia 19,

e é formada pelo deputado Torrinho Torres, autor do pedido de composição do grupo, e presidente; e pelos deputados Carlos Vinícius (vice); Carlos Bordalo; Thiago Araújo e Adriano Coelho. Participaram, ainda, os deputados Braz e Aveilton Souza. O deputado Torrinho Torres levantou a situação dos produtores rurais localizados na terra dos Apyterewa, área indígena protegida em São Félix do Xingu, e de uma outra região entre os municípios de Altamira e Senador José Porfírio, nas divisas dos rios Ituna e Itata.

- A Alepa realizou em 21.09, Sessão Especial em alusão ao Dia Mundial do Alzheimer e ao Dia Nacional de Conscientização sobre a Doença de Alzheimer. A data, celebrada anualmente em 21 de setembro, foi escolhida em alusão aos cromossomos 21 e 9, que são afetados pela doença e sofrem mutações. Proposta pelo deputado Fábio Figueiras, a sessão reuniu profissionais da saúde do estado, dos municípios, médicos e especialistas para debater avanços em relação ao diagnóstico e tratamento da doença, bem como ouvir demandas do setor. Walkíria Alves, do Conselho Nacional de Saúde, destacou duas demandas importantes para quem tem a doença ou convive com pessoas diagnosticadas. O deputado Fábio Figueiras entregou diplomas de homenagens especiais do Poder Legislativo a nove voluntários que trabalham na Abraz-PA, no apoio aos doentes diagnosticados com Alzheimer, familiares e cuidadores. A homenagem marca os 25 anos de atuação da associação no Pará.
- Com uma média anual de 30 mil atendimentos, o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-PA) completou 35 anos de implantação no dia 25 de agosto. A pedido do deputado Fábio Freitas, a Alepa realizou em 22 de setembro uma Sessão Solene para homenagear o órgão, no Auditório João Batista. A diretora do Procon-PA, Gareza Moraes, destacou o trabalho dos servidores para cumprir o papel da instituição. A Assembleia Legislativa entregou diplomas de Homenagens Especiais pelos 35 anos de criação do Procon a 16 pessoas, entre autoridades e servidores do órgão, como o motorista Cláudio das Mercês Castro, que trabalha no Procon-PA desde a sua fundação.
- Também no dia 22.09, uma Sessão Especial para homenagear os 15 anos de atuação do escritório Fonseca Brasil foi realizada na Alepa. A solenidade

atende solicitação do deputado Aveilton Souza, 4º secretário da Mesa Diretora do Parlamento Estadual. Ao final da Solenidade, 56 pessoas foram homenageadas com o Diploma de Homenagem Especial do Palácio da Cabanagem. A mesa foi composta pelo deputado Aveilton Souza, Adelman Silva, Brahim Bitar, Eduardo Brasil, Gustavo Fonseca, Jean da Silva, Isan Anijar e Giussepp Mendes.

- Instituído pela Lei nº 11.796/2008, o "Dia Nacional dos Surdos" tem como principal objetivo propor a reflexão e o debate sobre os direitos e a luta pela inclusão das pessoas surdas na sociedade. Para celebrar a data, a Assembleia Legislativa do Pará, realizou Sessão Especial, em alusão à data, na manhã do dia 25.09. O autor da solenidade é o deputado Aveilton Souza. Segundo Nayara Barbalho, coordenadora estadual de Políticas para o Autismo, a Sessão Especial colabora com a produção de mais leis em defesa da comunidade surda. Alessandra Amaral, secretária adjunta da Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania, destacou que é preciso construir mais e avançar nas políticas públicas para a comunidade surda. Estiveram na solenidade também, Rafael Borges, presidente da Federação Paraense Desportiva dos Surdos (FPADS); Mariane Xerfan, presidente da Associação de Surdos de Ananindeua; Uisis de Paula Gomes, vice-presidente da Associação de Surdos de Belém; e professor Márcio Cerveira, diretor de esportes da FPADS. Ao final da solenidade, 23 pessoas receberam o Diploma de Homenagem Especial da Assembleia Legislativa do Pará.
- Um encontro promovido pelo deputado Aveilton Souza (PL), na tarde do dia 27.09, discutiu os passos e estratégias necessários para a desocupação do Distrito Industrial de Marabá, na região sudeste do Pará. O objetivo é avançar no diálogo referente às ações dos mais diversos órgãos e entidades para a desintegração de posse da área, ocupada por cerca de 300 famílias. O presidente da Alepa, deputado Chicão, recebeu os representantes dos órgãos e entidades ao lado do deputado Aveilton, e em breve deve integrar uma comitiva de parlamentares que seguirá com destino à Marabá. A intenção é acompanhar de perto esse processo, além de participar de encontros com organizações locais na região. Participaram da reunião,

realizada em sala do auditório João Batista, na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), representantes da Associação Comercial e Industrial de Marabá (ACIM); Conselho de Jovens Empresários de Marabá (Conjove/Marabá), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), Polícia Militar (PM), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Procuradoria Geral do Estado (PGE/PA), Casa Civil da Governadoria do Estado e Tribunal de Justiça do Pará (TJ/PA).

- Com a finalidade de acompanhar a implementação das recomendações do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Pará que apurou as condutas da empresa Vale S.A no Estado do Pará, a Comissão Externa de Representação entregou na noite do dia 27, no município de Parauapebas, o relatório final da CPI da Vale S. A. Os deputados Braz (PDT) e Carlos Bordalo (PT), relator da Comissão Externa de Representação, estiveram na cerimônia. De acordo com o deputado Carlos Bordalo, a comissão avançará na constituição de um consórcio intermunicipal entre as cidades afetadas pela mineração. A Comissão Externa de Representação foi instalada em abril de 2023 e é presidida pelo deputado Martinho Carmona (MDB), que na cerimônia esteve representado por Adriana Mesquita. Estiveram ainda o prefeito de Parauapebas, Darci Lermen; Rafael Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Parauapebas; Adriana Torres, presidente da Câmara Municipal de São Félix do Xingu; Miquinha, vereador de Parauapebas e Sérgio Benedetti, Secretário Executivo de Meio Ambiente de São Félix do Xingu.
- Proposta pela deputada Livia Duarte (PSOL), a Sessão Especial, realizada no auditório João Batista no dia 28.09, celebrou a diversidade e discutiu direitos para pessoas LGBTQIA+. O evento contou com a presença de diversas lideranças do movimento social para tratar de dificuldades e impedimentos para a efetivação de políticas públicas, além de identificar leis que possam ser elaboradas para resguardar os direitos desse público. A parlamentar já desenvolve um trabalho junto ao público, com a realização de uma iniciativa chamada Protocolo Popular, um canal de comunicação direta de seu mandato, em que recebe proposições, demandas, denúncias, cartas abertas, ofícios e outras comunicações das pessoas LGBTQIA+. A mesa

oficial de discussão foi presidida pela deputada Livia Duarte e contou com a participação da Coordenadora de Diversidade Sexual na Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (Seirdh), Darlah Farias; do presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil Pará (OAB-PA), João Jorge Neto; do ator, compositor, cantor, performer e coordenador da Companhia Brasileira de Artes, Sociedade e Meio Ambiente, Eloi Iglesias; da representante do Conselho Estadual da Diversidade Sexual (CEDS), Jane Gama; do Comitê de Enfrentamento à LGBTFobia, Lana Larrá; do Coletivo LesboAmazônidas, Simara Esmael; e da Miss Internacional Queen Brasil 2023, Isabella Santorinni.

- Os deputados e o público que compareceram na sala dos ex-presidentes da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, no dia 29.09, puderam acompanhar as exposições dos secretários adjuntos, da SEFA, Lourival Barbalho e da SEPLAD, Maria de Nazaré, substituindo os titulares, apresentando o relatório contendo avaliação do Governo do Pará das metas fiscais obtidas dos meses de maio, junho, julho e agosto, que compõem o 2º quadrimestre do exercício fiscal, conforme é exigido na Lei Orçamentária Anual de 2023. A audiência pública foi presidida pelo deputado Iran Lima (MDB), titular da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária – CFFO e líder do governo no Poder Legislativo e contou ainda com a presença do deputado Carlos Vinicius (MDB). Os respectivos secretários estiveram acompanhados de suas assessorias técnicas. O governo do Estado é obrigado pela Lei de Responsabilidade Fiscal a apresentar a cada quadrimestre as receitas e despesas ocorridas no período, mostrando os resultados parciais das metas fiscais.

OUTUBRO:

- O naufrágio da embarcação "Dona Lourdes II", ocorrido no dia oito de setembro de 2022, foi o motivo de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias realizada em 02 de outubro. A reunião foi comandada pelo seu presidente, Carlos Bordalo (PT), e pela vice-presidente, deputada Livia Duarte (PSOL) na

manhã desta segunda-feira (02), na sala VIP da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, provocada pelo movimento "Vidas Marajoaras Importam", liderado por parentes e familiares de vítimas. A lancha virou e afundou após colidir na Pedra da Lavadeira, localizada às proximidades da Ilha de Cotijuba, resultando na morte de 23 pessoas, entre elas, 13 mulheres, seis homens e quatro crianças. Apesar da comoção que a tragédia causou e os holofotes que o caso ganhou nacionalmente, familiares das vítimas fatais e dos 66 sobreviventes do acidente continuam em busca de justiça. O promotor Luiz Gustavo Quadros - do Ministério Público em Salvaterra - detalhou como está o andamento do processo na atualidade e ainda explicou e tirou dúvidas de familiares. E o escrivão da Polícia Civil, Rodrigo Barros, relatou ainda importantes fatos recolhidos à época. Os representantes da Casa Civil do Governo do Estado, Walter Costa; Miriquinho Batista da SEASTER; Paulo Victor Ramos do TJE; e o representante da OAB puderam tomar ciência dos fatos e se enquadrar para acompanhar em nível de sua responsabilidade o caso.

- Também no dia 02, uma sessão especial, proposta pelo deputado Fábio Figueiras (PSB), foi realizada no plenário Newton Miranda, na Alepa. Com o objetivo de comemorar o Dia da Pessoa Idosa e do Combate à Violência contra a Pessoa Idosa, o encontro reuniu representantes de diversos segmentos da sociedade e órgãos estaduais e lembrou, ainda, os 20 anos do Estatuto do Idoso e a Semana Solidária Padre Bruno Sechi, um evento dedicado à memória e legado do Padre Bruno Sechi, defensor incansável dos direitos das crianças e adolescentes. A deputada Livia Duarte (PSOL) abriu a sessão e deu início às discussões sobre a temática. Compuseram a mesa o presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa, Mônica Galúcio da Silva; presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Pará, Emídio Rebelo; diretora da Divisão de Atendimento a Grupos Vulneráveis da Polícia Civil, Ariane dos Santos Rodrigues; promotor de Justiça, Waldir Macieira Filho; presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA), Letícia Bitar; pesquisadora de envelhecimento, Régia Darc Ribeiro; e a conselheira Nacional de Saúde, Walquíria Batista Alves. De acordo com o deputado

Fábio Figueiras, a programação está inserida no contexto do Dia Nacional do Idoso e do Dia Internacional da Terceira Idade, e visa a sensibilização da comunidade sobre o respeito e a proteção aos idosos, especialmente em um momento crítico em que se registra um aumento de 18% nas denúncias de violência contra essa parcela vulnerável da população. A sessão também contou a entrega de um certificado a 10 pessoas pela contribuição de trabalho solidário para a pessoa idosa no Pará.

- Olhares emocionados, cheios de fé e gratidão por graças alcançadas, direcionados à Virgem de Nazaré, marcaram a manhã da quinta-feira (05) com a realização da 26ª edição do Círio da Assembleia Legislativa do Pará. As comemorações iniciaram com a celebração de uma missa solene na Catedral Metropolitana de Belém, seguida da tradicional procissão pelas ruas do bairro da Cidade Velha. A celebração, presidida pelo padre Edvaldo Amaral, pároco da Igreja de Santo Inácio de Loyola, contou com a presença dos deputados Coronel Neil Duarte, Lu Ogawa, Paula Titan, e Andreia Xarão, de servidores da Alepa e do público em geral que foi prestigiar de perto a celebração.
- Com honras de Chefe de Estado, a imagem peregrina da Virgem de Nazaré chegou à sede da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), na quinta-feira, dia 05.10. A imagem participa da sessão especial de Outorga da Comenda do Mérito Legislativo Nossa Senhora de Nazaré, como parte da agenda de homenagens do Poder Legislativo. Na ocasião, 38 pessoas foram condecoradas, indicadas pelo mesmo número de parlamentares da Casa de Leis. A mesa foi presidida pelo deputado Gustavo Sefer (PSD); ao lado da deputada Cilene Couto (PSDB); do arcebispo metropolitano de Belém, Dom Alberto Taveira; diretor da Festa de Nazaré Flávio Américo; coordenador da Guarda de Nazaré, Renato Neves; e demais representantes da Diretoria da Festa de Nazaré e da Arquidiocese de Belém. A Outorga foi criada pelo Decreto Legislativo nº 36 de 2001, alusiva à Nossa Senhora de Nazaré conforme Resolução nº09/2001.
- O deputado Carlos Bordalo (PT) coordenou, no dia 09.10, uma reunião para tratar sobre a saúde mental das mulheres a partir de informações de pesquisas, de que em torno de 43% das mulheres brasileiras estão de

alguma forma sofrendo impactos psíquicos advindos de vários fatores, entre estes, foram destacados, a violência doméstica, de gênero; a sobrecarga de trabalho da mulher; e os sintomas pós pandemia da COVID-19. A deputada Paula Titan (MDB), procuradora da Mulher do Poder Legislativo, parceira da reunião, ressaltou a importância da reunião no sentido de buscar um plano de trabalho com um olhar mais específico para as mulheres paraenses em busca de ter um resultado mais efetivo. O deputado Bordalo é o presidente da Comissão de Direitos Humanos, de Defesa do Consumidor, dos Direitos das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias. A ideia acatada foi a de desenvolver uma experiência piloto dentro de uma oficina da Paz, projeto do governo Helder Barbalho, implantado nas periferias em Belém, na região metropolitana e em expansão em municípios do interior do Estado. Ao final, um grupo de trabalho foi formado pelos pesquisadores e membros das instituições presentes, para a formulação do projeto aceito a ser apresentado até final de novembro deste ano.

- Participaram ainda na reunião Marilda Couto, presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental do Pará – ABRASME; Jurelda Guerra do Conselho Regional de Psicologia; Esther Souza do Movimento de Luta Antimanicomial; Natacha Vasconcelos, representando a deputada Livia Duarte (PSOL); e os pesquisadores, da UEPA, Manoel Marques sobre povos característicos da Amazônia; e Leonardo Santos, da UFPA, biografias de Mulheres de Cura.
- O auditório João Batista sediou, no dia 16.10, a cerimônia de entrega da Comenda de Honra Mérito Educação para 25 pessoas. Proposta pelo deputado Dirceu Ten Caten (PT) e aprovada em plenária por unanimidade, a sessão solene atende à resolução nº 3, de 4 de setembro de 2018. A entrega das comendas faz alusão direta ao Dia do Professor, lembrado sempre no dia 15 de agosto, e reconhece o trabalho de várias pessoas que se dedicam diariamente na construção da educação tanto na área pública quanto privada. A mesa oficial da sessão foi presidida pelo deputado Dirceu Ten Caten, e contou com a presença do líder do governo Iran Lima (MDB); a vice-líder do governo, Maria do Carmo (PT); o secretário adjunto de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Marcelo Ribeiro;

a representante do Conselho Estadual de Educação, Cleisi Cardoso; a coordenadora geral do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp), Maria da Conceição Holanda; e o representante da rede privada de ensino, Marcelo Santos. Estiveram presentes, ainda, os deputados Carlos Bordalo (PT), Ronie Silva (MDB), Renato Oliveira (Podemos), Coronel Neil (PL) e Elias Santiago (PT). Para o deputado Dirceu, é fundamental que o parlamento reconheça o trabalho dos educadores do estado.

- Outubro Rosa é uma das campanhas de saúde de maior visibilidade no mundo. As informações sobre câncer de mama, como prevenir a doença e a importância do diagnóstico precoce são fortemente difundidas pelos meios de comunicação. Da mesma maneira, mostram como a conscientização é fundamental para reduzir os impactos da doença. Pensando nisso, na manhã do dia 17.10, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), presidida pelo deputado Chicão (MDB) - por meio do Departamento de Bem-Estar Social (DBES) da Casa, juntamente com a Procuradoria Especial da Mulher da Alepa - realizou uma ação sobre a conscientização dos esclarecimentos em relação ao Outubro Rosa.
- A Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) convoca os servidores para realizar a atualização cadastral do Censo Previdenciário nos Regimes Próprios da Previdência Social (RPPS). A participação dos funcionários no censo, feito pelo Instituto da Gestão Previdenciária e Proteção Social (IGEPPS), é fundamental para a realização bem sucedida do projeto e, ainda, para garantir os direitos aos beneficiários. A atualização na base de dados do RPPS deve ser completa, inclusive com as informações dos dependentes dos pensionistas ativos e inativos. Entre os benefícios do censo estão a eficiência na avaliação de riscos e o equilíbrio financeiro, além da compensação previdenciária e a melhoria na gestão do RPPS.
- Propor, executar políticas públicas de formação e desenvolvimento de pessoas, produção de conhecimento para o fortalecimento da capacidade de governança pública são funções das Escolas de Governo. As Escolas de Governo e as Escolas do Legislativo visam, da mesma forma, o progresso social da comunidade em geral. Pensando nas orientações, a Associação

Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel) realizou durante toda a quarta-feira, dia 18.10, na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), presidida pelo deputado Chicão (MDB), o I Encontro das Escolas de Governo do Norte. A rica programação se estendeu até a sexta-feira, dia 20.

- A Alepa realizou na manhã desta quinta-feira, 19 de outubro, sessão solene em homenagem ao Dia do Profissional de Fisioterapia e Terapeuta Ocupacional, atendendo proposição do deputado Iran Lima (MDB), líder do governo na Casa de leis do Pará. Participaram da sessão solene, o deputado estadual Iran Lima; a presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª região, Dra. Elineth Valente; o vice-presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Dr. Eden Ferreira; a diretora-secretária do Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Dra. Clévia Dantas de Matos; a coordenadora da Pessoa com Deficiência da Sesp, Iraci Tupinambás; a representante da Associação Brasileira Cardiovascular e Fisioterapia e Terapia Intensiva, Dra. Laura Neves; a representante da Associação Brasileira de Fisioterapia em Saúde da Mulher, Dra. Lilian Mascarenhas; o representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais, Dr. Victor Corrêa e o representante da Associação de Fisioterapia Esportiva, Dr. Michel Santos.
- Ainda no dia 19.0, proposta pelo deputado Fábio Freitas, uma sessão solene foi realizada para homenagear o Dia Nacional do Técnico Industrial. A data, celebrada no dia 23 de setembro, reconhece este profissional, que atua diretamente com o desenvolvimento econômico do país. A mesa foi presidida pelo deputado proponente da sessão, que esteve ao lado de vários representantes do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 2ª Região (CRT-02), presidente João Batista Souza, assessor especial Wilson Wanderley Vieira, e conselheiros José Armando da Silva e José Ferreira Costa; além do diretor de relações institucionais do Instituto Federal do Pará (IFPA), Glauco Lira, e do diretor geral do IFPA – Campus Tucuruí, Midson Feitosa Cardoso.
- O deputado Rogério Barra (PL), relator da Comissão de Acompanhamento da Desintrusão da Terra Indígena Alto Rio Guamá aos povos originários,

prestou informações à mídia no dia 25.10, sobre o relatório com o levantamento da situação das famílias não indígenas retiradas da área. O documento foi entregue na sessão plenária de terça (24) pelo deputado Toni Cunha (PL), ao presidente do Poder Legislativo, deputado Chicão (MDB). A palavra desintrusão significa a retirada de pessoas não originárias de área legalmente demarcada como indígena, ou seja, a retirada de intrusos que estão ocupando uma área de forma ilegal. No caso de terras indígenas, é uma medida que promove a retirada de ocupantes não indígenas dessas áreas. O processo de desintrusão no Rio Guamá encontra-se na terceira fase, com cerco da área com barreiras para impedir a volta de não indígenas. O território indígena soma 282 mil hectares, abriga 42 aldeias com cerca de 2.500 habitantes e envolve áreas dos municípios de Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará e Paragominas, no nordeste do Pará. Além de cancelas, estão sendo colocadas novas placas que identificam a área como território protegido. As medidas têm sido tomadas após a entrega do Auto de Reintegração de Posse aos caciques do Alto Rio Guamá, no fim de junho deste ano. A Comissão de deputados designada para acompanhar a operação do governo federal foi constituída pelos deputados: Thiago Araújo (CIDA); Elias Santiago (PT) e Carlos Vinicius (MDB).

- As seis décadas de tradição e de contribuição econômica e cultural da sorveteria Cairu ao Pará foram o cerne da sessão especial realizada na quinta-feira, dia 26.10, na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). Proposta pelo deputado Gustavo Sefer (PSD), a reunião no auditório João Batista possibilitou o compartilhamento de boas lembranças e sentimentos de gratidão de fundadores e colaboradores. Participaram da sessão os diretores da empresa, Rute Helena Laiun dos Santos, Maria de Nazaré Laiun Valério, Maria do Socorro Henriques Laiun, Renee Laiun Valério e Roberto Valério Bino. Bastante emocionada, Renee Laiun Valério, uma das diretoras da empresa, agradeceu a homenagem prestada pela Alepa e lembrou dos desafios em manter uma empresa familiar ao longo de 60 anos, de forma sólida e bastante reconhecida no mercado.
- Ainda no dia 26.10, o Poder Legislativo do Estado do Pará realizou, no

plenário João Batista, uma sessão especial Parawara para discutir a questão dos indígenas em contexto urbano no Estado do Pará. A sessão foi solicitada pelo deputado Dirceu Ten Caten (PT). Para Alana Souto Cardoso, do povo Tupinambá, expositora da sessão, o grande desafio da sessão foi ter escutado os indígenas que não são de Territórios Indígenas (Tis), ou os que ainda atravessam o processo de reconhecimento do seu território, aguardando a demarcação pelas autoridades do Brasil. Alana é Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (UFPA). A mesa da sessão foi presidida pelo deputado e contou ainda com a presença do fiscal Conselheiro da Aldeia Iawa, Ygor Karuaya Xipaia; do chefe da CTL4 da Funai, Arícia Curuaia Xipaia; de representante dos Indígenas Citadinos e Ribeirinhos; e do coordenador de políticas para indígenas em situação de Contexto Urbano do Ministério do Povos Indígenas, Bruno Kanela.

- Discutir e propor medidas destinadas às políticas públicas de Inclusão de Pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma das pautas discutidas pela Assembleia Legislativa do Pará. Na noite do dia 26, o Parlamento Paraense, presidido pelo deputado Chicão (MDB), sediou o Seminário "Autismo na Amazônia". A proposta foi da Subcomissão Especial, integrante da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, que tem o objetivo de debater medidas concretas a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA. A ação conta com o apoio do Poder Legislativo. O seminário contou com a presença das deputadas federais Alessandra Haber (MDB/PA) e Iza Arruda (MDB/PE), da integrante da Comissão de Saúde da Câmara Federal, Joanita Nascimento da Silva Neta, e da coordenadora estadual de Políticas para o Autismo do Núcleo de Atendimento Transtorno do Espectro Autista (Natea), Nayara Barbalho.
- O trabalho humanitário realizado pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Missões (IEADEMI) durante 25 anos foi reconhecido, no dia 27.10, em sessão solene no auditório João Batista da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. De proposição do deputado Ronie Silva (MDB), a sessão reuniu diversos líderes religiosos, que relembrou a trajetória da igreja e sua caminhada para estar hoje presente em 127 municípios paraenses,

somando 1.350 representações, seis mil obreiros e cerca de 50 mil congregados no Pará, Brasil e alguns países, que delegam um trabalho social de grande importância, muito além da evangelização, que é o papel primário da igreja. A sessão foi presidida pelo deputado Ronie Silva e contou com a presença de vários pastores, como o presidente da Igreja, Tugval Gomes Farias e seu vice, Eduardo Arraes de Sousa, que falaram emocionados das tribulações, dificuldades e vitórias alcançadas em mais de duas décadas de existência da instituição, que hoje é uma referência no Brasil e no mundo.

- O Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de Setembro), estabelecido pela Lei nº 11.133/2005, é uma data que marca a construção de mobilizações para a Inclusão Social de Pessoas com Deficiência. A luta pelos direitos humanos da Pessoa com Deficiência é histórica e tem seu início em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para comemorar a data, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) realizou uma Sessão Especial na manhã de 30 de outubro. A solenidade é de autoria do deputado Fábio Figueiras (PSB). A Sessão Especial representa um momento de reflexão sobre a garantia de direitos das pessoas com deficiência. A data visa conscientizar sobre a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e combater preconceitos. É respaldada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), incorporando os princípios da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU). A LBI assegura direitos como igualdade, acessibilidade, atendimento prioritário e a possibilidade de utilizar o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de próteses e órteses. Ao final da solenidade, 20 pessoas foram homenageadas com o Diploma Especial em alusão ao Dia de Luta da Pessoa com Deficiência. Wendell Farias, autista de 22 anos, fez uma apresentação musical.

NOVEMBRO:

- Em uma iniciativa inovadora, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) lançou o podcast "Fala, Presidente", com o deputado Chicão. A ação faz parte dos esforços da Casa para aproximar a população paraense da

dinâmica do dia a dia de trabalho no Palácio Cabanagem. O programa apresenta informações sobre o trabalho do parlamento paraense e os bastidores do governo estadual. O podcast "Fala, Presidente" é uma iniciativa voltada à promoção da democracia, a partir da divulgação das atividades parlamentares. Com a liderança de Chicão e a equipe responsável pelo projeto, os paraenses podem esperar uma visão mais clara e acessível do trabalho da Assembleia Legislativa, garantindo um envolvimento maior das pessoas com o trabalho do Legislativo.

- A Assembleia Legislativa do Estado do Pará sediou, no dia 06.11, a Sessão Solene em homenagem ao Dia Estadual do Capelão, comemorado em 10 de novembro. A data já faz parte do Calendário oficial do Estado e foi regulamentada pelo Projeto de Lei nº 232/2019, de autoria do deputado Fábio Freitas (Republicanos), requerente da cerimônia. A reunião ocorreu no auditório João Batista.
- Ainda no dia 06.11, cerca de 30 alunos do curso de História, do campus de Salvaterra da Universidade do Estado do Pará (Uepa), estiveram na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). O objetivo da ida dos acadêmicos até o Palácio da Cabanagem foi uma aula de campo coordenada pela professora de História da Uepa, Jerusa Miranda.
- A Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) realizou o 5º encontro do Grupo de Trabalho no dia 06.11. A reunião foi presidida pela deputada Andréia Xarão e, na ocasião, foi debatido o tema "Povos Originários, Indígenas e Populações Tradicionais". Como primeira mulher marajoara eleita deputada estadual, Andréia compartilhou suas vivências e experiências com as participantes da reunião, em uma troca produtiva para a formulação de políticas públicas para as mulheres indígenas, ribeirinhas e quilombolas.
- Sob a liderança do deputado Lu Ogawa, a Alepa instalou, na quarta-feira, dia 08.11, a Frente Parlamentar de Acompanhamento e Fortalecimento das Ações da COP 30 do Pará (FPAF/COP 30). O ato contou com a participação de aproximadamente 300 pessoas, entre autoridades e membros da sociedade civil organizada. A associação é integrada por 18 parlamentares, que já se dividem para acompanhar as agendas de sustentabilidade e

desenvolvimento das regiões do Estado. A mesa foi presidida pelo primeiro vice-presidente da Mesa Diretora da Alepa, deputado Luth Rebelo, e contou com a presença do presidente da Frente Parlamentar, deputado Lu Ogawa; da vice-governadora e presidente do Comitê Estadual para a COP 30, Hana Ghassan; do líder do governo na Casa, deputado Iran Lima; do titular da Secretaria Municipal de Controle e Transparência e coordenador do Comitê Executivo Municipal da COP 30, Luiz Araújo; e do segundo secretário da Câmara Municipal de Belém, Emerson Sampaio. Outras instituições e entidades enviaram representantes à instalação da Frente, como Detran; Polícia Civil; Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania; Sebrae; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas; Secretaria de Estado de Assistência Social, Emprego e Renda; Ministério Público de Contas do Pará; Corpo de Bombeiros; Secretarias de Estado de Turismo, de Saúde Pública e de Meio Ambiente e Sustentabilidade; Universidade do Estado do Pará; prefeitura de Barcarena; Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará, e outros.

- A Assembleia Legislativa do Pará, representada pelos deputados Iran Lima (MDB), Dirceu Ten Caten (PT) e Ana Cunha (PSDB), marcou presença na 26ª Conferência da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale). O evento é realizado no Centro de Convenções do Ceará, em Fortaleza. O encontro deste ano teve o tema "As Prerrogativas do Parlamento Estadual". A Unale pode ser considerada a mais relevante reunião da América Latina, em que parlamentares estaduais de diversos estados brasileiros se reúnem a fim de fomentar e facilitar uma ampla troca de informações e compartilhamento de casos de sucesso em diversas áreas temáticas.
- Os 120 anos de fundação do Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré foram comemorados no dia 09.11, no auditório João Batista, do Palácio Cabanagem, sede do Poder Legislativo do Estado do Pará, com a realização de uma Sessão Especial, a pedido do deputado Carlos Bordalo (PT). A Sessão serviu para que o Poder Legislativo, através do deputado, concedesse à instituição Marista um certificado pelo trabalho educacional e religioso que desenvolve em Belém, entregue ao irmão Renato Augusto,

diretor geral. O diretor por sua vez, destacou o parlamentar concedendo a Medalha São Marcelino Champagnat, 1789 - 1810. Foram entregues ainda cerca de 30 destas medalhas a diretores do Colégio, a secretária, ao representante dos professores; de pais; e a presidente e demais diretores do Grêmio Estudantil.

- A deputada Maria do Carmo (PT) representou o Poder Legislativo nesta sexta-feira, 10.11, na inauguração do Centro de Convenções Sebastião Tapajós, em Santarém, na região do Baixo Amazonas. Os deputados Ronie Silva e Josué Paiva também marcaram presença no evento, que entrega oficialmente a obra do governo do estado à população do oeste paraense. Também estiveram presentes os Deputados Federais Airton Faleiro (PT), Júnior Ferrari (PSD), Henderson Pinto (MDB) e Antônio Doido (MDB). O maior complexo artístico, cultural e turístico da Região de Integração Baixo Amazonas, no oeste do Pará, o Centro de Convenções de Santarém Sebastião Tapajós foi entregue em solenidade conduzida pelo governador Helder Barbalho, a vice-governadora Hana Ghassan e o secretário de Estado de Obras Públicas (Seop), Ruy Cabral.
- Representantes de todos os departamentos da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) participaram, na segunda-feira, dia 13.11, de uma reunião de gestão e alinhamento de demandas para a modernização administrativa da Casa de Leis. A convocação foi feita pelo gabinete da Presidência, liderada pelo deputado Chicão (MDB). A digitalização de todos os documentos da Alepa integra o plano de ações da presidência da Casa, que envolve, dentre diversas outras iniciativas, mais rapidez no trânsito dos documentos, conservação de documentos do legislativo paraense e evitará, ainda, o desperdício de papel. Na ocasião, a Montreal, vencedora do processo licitatório para a realização deste trabalho, foi apresentada. A empresa atua com a área de tecnologia da informação há 35 anos no Pará, e possui matriz em outros seis estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Participaram representantes de todas as diretorias e chefes de divisão da Alepa. O trabalho será iniciado pelo Departamento de Memorial da Casa de Leis.
- Também no dia 13, os 40 anos de fundação da Central Única dos

Trabalhadores foram comemorados, na Assembleia Legislativa do Pará, com uma Sessão Especial, solicitada pela deputada Maria do Carmo. A solenidade também marca o reconhecimento da sociedade ao papel desempenhado pela CUT na defesa dos trabalhadores, desde sua fundação, em 28 de agosto de 1983, e contou com a participação de representantes da sociedade civil e da própria CUT, a primeira central sindical criada após o golpe de 1964 e também a primeira no País a ser lançada pela base dos trabalhadores. Participaram da solenidade Euci Ana Gonçalves, que preside a CUT; Vera Paoloni, eleita para presidir a CUT na próxima gestão; Ângela de Jesus, presidente da Fetagri; Ana Júlia Carepa, ex-governadora do Pará; Pedro Góes, presidente do Sindicato dos Urbanitários; Deputado Carlos Bordalo, senador Beto Faro e o superintendente da Sudam, Paulo Rocha. A deputada Maria do Carmo exaltou que os convidados aproveitassem a Sessão para fazer relatos de momentos marcantes de suas vivências na Central Única dos Trabalhadores.

- Em comemoração aos 35 anos do Conselho de Jovens Empresários do Pará (Conjove), a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) realizou no dia 16.11, uma Sessão Solene para homenagear a entidade. O Conjove reúne jovens empresários, de até 40 anos de idade. A solenidade é de autoria do deputado Aveilton Souza (PL), 4º secretário da Mesa Diretora da Alepa. O Conselho de Jovens Empresários do Pará busca por meio do associativismo o aprimoramento pessoal e profissional do jovem empresário da área de atuação da Associação Comercial do Pará – ACP, e do Estado do Pará. A instituição colabora para o crescente exercício da atividade empresarial e associativa, além de atuar na formação e consolidação de uma consciência crítica global em todos os associados, destacando os aspectos empresariais, intelectuais, sociais e políticos, entendendo que essa consciência seja característica essencial do verdadeiro líder. A Mesa foi composta pelas autoridades convidadas: deputado Aveilton Souza; deputada Paula Titan; João Marcelo Santos, presidente do Conjove; Clóvis Carneiro, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa); Leonardo Daher, ex-presidente do Conjove; Isan Anijar,

vice-presidente da Associação Comercial do Pará (ACP); Cássia Costa, diretora financeira do Sebrae-PA e Felipe Chamma, vice-presidente da Federação do Comércio do Estado do Pará (Fecomércio-PA). Ao final da solenidade, entidades e pessoas foram agraciadas com o Diploma de Homenagem Especial da Assembleia Legislativa do Pará, pelos seus relevantes serviços prestados ao estado do Pará.

- O governo do Brasil anunciou oficialmente, na quinta-feira (16.11), o investimento de R\$38,7 bilhões em obras no Pará, a partir do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O presidente da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), deputado Chicão, integrou o grupo de autoridades convidadas para acompanhar a apresentação da nova versão do projeto. A cerimônia ocorreu no Teatro da Paz, em Belém, e reuniu diversas autoridades dos governos federal, estadual e municipal – de mais de 50 municípios do estado, e parlamentares da Casa de Leis, como Iran Lima, Diana Belo, Maria do Carmo, Victor Dias, Adriano Coelho, Torrinho Torres, Nilton Neves e Elias Santiago. A cerimônia contou com a presença do governador Helder Barbalho e sua vice, Hana Ghassan; dos ministros Rui Costa (Casa Civil), Jader Filho (Cidades), Celso Sabino (Turismo), Silvio Filho (Portos e Aeroportos); do senador Beto Faro; dos deputados federais José Priante, Alessandra Haber, Dilvanda Faro, Airton Faleiro, Henderson Pinto, Andreia Siqueira, Keniston Braga, Olival Marques, Renilce Nicodemos, Raimundo Santos; da ex-governadora Ana Júlia Carepa; dos prefeitos de Belém e Santarém, Edmilson Rodrigues e Nélio Aguiar, respectivamente; além do presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira; do ex-senador Paulo Rocha; da presidente eleita da Central Única dos Trabalhadores no Pará (CUT), Vera Paoloni, e diversas outras autoridades.
- Discutir e apresentar dados sobre as queimadas, as grandes responsáveis pelos altos índices da temperatura global, e possíveis soluções para a redução do desmatamento, foram o foco central do 1º Encontro Estadual dos Secretários Municipais de Meio Ambiente do Pará, que este ano tem como tema "Sustentabilidade - Um movimento global que começa no local". As palestras aconteceram nos dias 16 e 17 de novembro, no auditório João

Batista, da Assembleia Legislativa do Pará. O encontro foi realizado pelo Fórum Permanente dos Secretários Municipais de Meio Ambiente (Fopesmma), que contou com o apoio da Alepa, por meio do presidente da casa, deputado Chicão (MDB); governo do Estado, governo Federal, da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep), e da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa). Participaram da mesa de abertura do evento Rodolpho Zahlhuh (Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará); Élcio Ribeiro e Jorge Bittencourt (presidente e vice-presidente do Fopesmma); Bruno Siqueira representante do ministério do Meio Ambiente); Cilene Almeida (representando o município de Salvaterra); José Ribamar (representando a cidade de Almeirim; Sérgio Benedette (representando o município de São Félix do Xingu); Vanessa de Abreu Monteiro (Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do município de Marituba); Cinthia Hoffmann (Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do município de Vitória do Xingu; e Pedro Paulo (representante do Conselho Estadual de Meio Ambiente).

- Fundada pela Evangelista Aimée Semple McPherson, em 1922, nos Estados Unidos, a Igreja do Evangelho Quadrangular completou, em 15 de outubro, 50 anos no Pará. Para celebrar a data, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) realizou, na manhã do dia 20.11, uma Sessão Solene em comemoração ao aniversário da Igreja. A solenidade atende requerimento do deputado Martinho Carmona (MDB). A Mesa foi composta pelo presidente da Alepa, deputado Chicão; deputado Martinho Carmona; deputado Josué Paiva; pastor Josué Bengtson, presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular no Pará; Paulo Bengtson, titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme); Marilene Bengtson, pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular; Ray Tavares, vereadora de Ananindeua; Paulo Queiroz, vereador de Belém; Pastor Rodvaldo Chaves e Rafaela Santa Rosa, vice-prefeita de Marituba. Ao iniciar a solenidade, Patrícia Queiroz entoou um hino de louvor em adoração a Deus, em seguida foi a vez da cantora Cleide Duarte. Ao final da Sessão, o pastor Josué Bengtson foi homenageado com uma placa que

marca os 50 anos da Igreja do Evangelho Quadrangular no Pará e Diploma Especial pelos seus serviços prestados à população paraense.

- Uma das proposições mais importantes apreciadas na pauta do dia 21.11, durante a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), foi o Projeto de Lei nº 488/2023, que institui o Plano Plurianual do Estado (PPA) para o período de 2024-2027. Enviada pelo Poder Executivo, a matéria foi aprovada por unanimidade. O PPA recebeu um total de 463 emendas; destas, 181 foram acatadas e integraram parte do parecer do deputado Chamonzinho, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO). O parlamentar ressaltou que a tramitação do projeto na CFFO aconteceu de forma muito tranquila, com os devidos ajustes propostos por meio de emendas dos parlamentares e do próprio Poder Executivo. Para o presidente da Casa de Leis, deputado Chicão, a matéria é um dispositivo de planejamento importante para a gestão estadual, e deve ser acompanhada pelo Legislativo e também pela sociedade paraense. O Poder Executivo afirmou, por meio da mensagem do governador Helder Barbalho, que foram realizadas audiências públicas nas 12 regiões de integração do estado para a elaboração do PPA 2024-2027. Esses encontros foram possíveis a partir da Secretaria de Planejamento e Administração (Seplad), que recebeu contribuições de vários setores da sociedade paraense. O Plano Plurianual é voltado, principalmente, para planejar estrategicamente o desenvolvimento econômico regional, a melhoria da infraestrutura de transporte e logística, a expansão dos serviços de saúde e educação, o fortalecimento da segurança pública e o avanço nas políticas de preservação ambiental e combate às mudanças climáticas.
- O Pará iniciou, na quarta-feira, dia 22.11, o evento "Rumo à COP 30: Rodada de Negócios", para facilitar o acesso de empreendedores a linhas de financiamento do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), do Ministério do Turismo (MTur). O encontro ocorre até esta quinta-feira (23), no Hangar, em Belém, e esclarece sobre as oportunidades de crédito de até R\$15 milhões, com juros que giram em torno de 9,06% ao ano e carência de até 5 anos. A iniciativa é realizada pelo Governo do Estado e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos são voltados

para o impulsionamento das atividades de micro, pequenos e médios empreendedores da iniciativa privada, como bares, hotéis, restaurantes e pousadas, com vistas a preparar a cidade para 2025, quando Belém será sede da COP 30. Os empresários poderão utilizar os recursos para a reforma, ampliação, modernização, compra de equipamentos, além do uso para capital de giro. Os investimentos se somam, ainda, ao crédito suplementar de R\$100 milhões, liberados recentemente pelo MTur, para incentivar o setor turístico no Pará, via Fungetur. O BNDES entra como garantidor da operação, que será intermediada pelas principais instituições financeiras do país. Além disso, as instituições financeiras também levam ao evento seus próprios produtos com condições atrativas para os empresários. O diretor financeiro de crédito digital para micro, pequenas e médias empresas do BNDES, Alexandre Abreu, lembrou alguns investimentos já garantidos ao Pará, mas reforçou a importância desta rodada de negócios para estreitar a distância entre empreendedores e instituições financeiras. Participaram dessa Rodada de Negócios Banco do Brasil, Banco do Estado do Pará (Banpará), Banco da Amazônia, Bradesco, Caixa, e as operadoras de crédito Sicredi, Sicoob e Cresol. Também integram a programação as Secretarias de Estado da Fazenda (Sefa), Municipal de Finanças de Belém (Sefin), além do Sebrae, Associação Comercial do Pará (ACP), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes Pará (Abrasel/PA) e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará (OCB/PA).

- Por meio da Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc), o Governo do Estado estabeleceu, na última segunda-feira (20), um convênio com municípios marajoaras para investimentos em educação que passam dos R\$130,9 milhões. O valor será investido na construção de 13 novas creches do programa Creches Por Todo o Pará e construção, reconstrução, manutenção e ampliação de escolas estaduais no arquipélago. A informação foi anunciada durante o fórum "Uma agenda comum pela transformação do Marajó", do Gabinete de Articulação para Efetividade da Política de Educação Arquipélago do Marajó (Gaepe), coordenado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) e pelo Instituto

Articule. Os deputados Andreia Xarão (MDB), Cilene Couto (PSDB), Iran Lima (MDB) - que é Líder do Governo na Alepa - e o deputado Luth Rebelo (PP), participaram da importante data para o Marajó. O vice-presidente da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), Luth Rebelo (PP), destacou a importância da presença do Poder Legislativo Estadual.

- A nova diretoria da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP) tomou posse nesta quarta-feira (22.11) durante a Assembleia Geral Extraordinária, realizada no auditório João Batista, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A cerimônia foi aberta pelo deputado Aveiton Souza - membro da Comissão da Pesca e Aquicultura, que falou dos trabalhos da Casa para fortalecer as políticas públicas do setor e o exercício parlamentar de valorização da classe. O presidente da Associação dos Engenheiros de Pesca dos Estados do Pará e Amapá, o engenheiro Marcos Ferreira Brabo, assumiu a cadeira de presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP) para o período de 2024-2027. Durante a cerimônia foram feitos lançamentos de publicações técnico-científicas e homenageados os associados beneméritos. A nova diretoria da FAEP tomou posse diante de representantes da classe, professores e autoridades políticas numa belíssima cerimônia, apesar de nem todos os membros da diretoria estarem presentes. A composição ficou assim: presidente Marcos Brabo, o vice-presidente, Marcondes Agostinho Gonzaga Junior, Secretário Geral, Rômulo Malta Nascimento, Primeiro Secretário, José Sérgio Nunes de Pinho, Segundo secretário, Tâmara de Almeida e Silva, Diretor de Departamento de Finanças, Jeanderson da Silva, Diretor do Departamento de Técnico Científico, Israel Hidenburgo, entre outros, além do Conselho Fiscal.
- Olhares atentos e cheios de boas vibrações, ansiosos aguardando a chegada do bom velhinho, marcaram a tarde do dia 22 de novembro, no restaurante Família Sicilia, com a realização do Natal Solidário com os alunos do Núcleo Educacional Engenheiro Waldemar Chaves (Nealepa) - a Escola creche da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa). Os empresários Fábio e Ângela Sicília abriram o restaurante para receber pouco mais de 100 crianças, que puderam acompanhar inúmeras apresentações de música

e dança, além de terem o privilégio de receberem das mãos do Papai Noel os tradicionais presentes. A diretora da escola-creche, Iza Sarub, agradeceu mais uma vez aos organizadores do evento, em especial ao presidente da Alepa, deputado Chicão, pelo empenho em proporcionar às crianças mais um Natal cheio de luz e alegria. A servidora parlamentar Sue Anne Mourão destacou o trabalho social e humano realizado pelo Nealepa ao longo do ano, e expressou sua emoção em poder vivenciar mais uma edição do Natal Solidário.

- O auditório João Batista da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) recebeu no dia 23.11, políticos, juristas, e agentes de saúde para tratar sobre o Projeto de Lei nº24/2023 que Institui a política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de Canabinol nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS. O amplo debate de ideias teve como objetivo central esclarecer e quebrar preconceitos, impetrados na sociedade brasileira, acerca do uso da cannabis para fins medicinais. A sessão especial proposta pelo deputado Ângelo Ferrari (MDB) contou com a participação dos seguintes convidados que compuseram à mesa: Nayara Barbalho (Coordenadora Estadual de Políticas para o Autismo - CEPA); Edwin Junior (vice-presidente do conselho estadual sobre drogas, e representante do deputado estadual Fábio Freitas); Fábio Flores (representando a Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Pará e presidente da comissão de Cannabis Medicinal); Rubens Mota (Advogado, pós-graduado em direito canábico pela sociedade brasileira de estudos canábicos); e Cláudia da Silva Quadro (presidente da Associação Cannábica da Amazônia – Amaflor).
- A Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) promoveu um colóquio entre a Amazônia Paraense e Guiné-Bissau, país da África, na quinta-feira, dia 23/11, na sede do Poder Legislativo do Pará. O evento reuniu o prefeito de Bissau, Jústen Nozolin; a deputada Lívia Duarte (Psol), vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alepa; Jarbas Vasconcelos, secretário estadual da Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará; a professora Betânia Fidalgo, diretora da Escola Superior do Legislativo e reitora da

Universidade da Amazônia; a professora Jaqueline Freire da UFPA, coordenadora da Rede Djumbai. Diversos atores da sociedade civil participaram da reunião, pesquisadores, representantes da UFPA, da Unama, da Prefeitura de Belém, dos movimentos sociais, culturais e a representação de entidades do movimento negro paraense. O deputado Carlos Bordalo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, do Direito das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias da Alepa, participou da reunião de forma remota, pois está em viagem parlamentar ao município de Cumaru do Norte, em uma aldeia Kaiapó.

- Diálogos da 1ª Infância da Criança e do Adolescente Amazônida foi assunto discutido na manhã da sexta-feira, dia 24.11, na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), por meio da Comissão de Defesa da 1ª Infância, Criança e Adolescente (CDICA). O evento atende requerimento da deputada Ana Cunha (PSDB). O Encontro Regional/Guajará reúne os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara e Benevides. O debate é acerca da diversidade dos desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes da Amazônia e engloba a Cop-30, que vai ser sediada em Belém, em 2025. O objetivo do debate é ampliar o diálogo acerca dos atores públicos, privados e a sociedade, para que se apresente na Conferência das Partes (Cop-30) os mecanismos de apoio e implementação de políticas públicas em consonância com a realidade da Amazônia, englobando as necessidades de ações voltadas para as crianças e juventude da localidade. Presidente do Poder Legislativo Estadual, o deputado Chicão (MDB) disse que a discussão é um projeto da deputada Ana Cunha, e que se expande para outras localidades do Pará. Para a deputada Ana Cunha, um país que não trabalha a sua infância, assim como um Estado, não há como trabalhar o combate à violência contra as crianças e adolescentes.
- A Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) realizou, na manhã da segunda-feira, dia 27.11, uma sessão solene em homenagem ao sesquicentenário de instalação do Poder Judiciário paraense. Presidida pelo deputado Aveilton Souza, a sessão contou com a presença da

desembargadora Rosi Maria Gomes, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA). Também formaram a mesa, o subprocurador-Geral de Contas Stephenson Oliveira Victer, representando o Ministério Público de Contas do Estado do Pará; secretário de Estado de Justiça, Evandro Garla, representando o Poder Executivo; o corregedor-geral de Justiça do Estado, José Maia Bezerra Júnior; presidente da Associação dos Magistrados do Pará (Amepa), Líbio de Araújo Moura; e o procurador-geral de Justiça, César Bechara Nader Mattar Júnior.

- Também no dia 27.11, a Sessão Solene em homenagem ao Dia do Profissional da Beleza, no auditório João Batista, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A proposição foi do deputado Fábio Freitas (REPUBLICANOS), que homenageou mais de 120 profissionais que lotaram o auditório para prestigiar o evento. A cerimônia teve o objetivo de valorizar os profissionais que atuam nessa área, que vai além da parte estética, mais emocional, colocando a autoestima como protagonista da evolução humana, além de serem autores de geração de renda e emprego, aquecendo a economia no Estado do Pará. O deputado Fábio Freitas reafirmou seu compromisso com a categoria e disse que vai trabalhar em uma emenda parlamentar para que em 2024 seja realizado um curso de capacitação em Belém. Também avisou que dará entrada a um Projeto de Lei instituindo o Dia do Profissional da Beleza Estadual. A Lei Federal 12.592, que regulamenta as atividades dos profissionais de beleza, completou 11 anos em 2023. Ela foi implementada em 2012 e criou o Dia Nacional do Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador, que é comemorado em todo país em 18 de janeiro. Em 2016, foi aprovada uma nova Lei que complementa a já existente, a Lei 13.352, para Salões de Beleza, também conhecida popularmente como Lei Salão Parceiro. Essa Lei entrou em vigor no início de 2017 e consiste num modelo de parceria entre o profissional e um estabelecimento já consolidado. Vários profissionais de Belém e de outros municípios paraenses, como Redenção e Soure, estiveram presentes e falaram de suas histórias, vitórias e do valor da profissão, numa aula de autoestima, perseverança e determinação. Ao final da cerimônia, os profissionais presentes receberam troféus, diplomas e

certificados contendo o número da Lei que regulamenta a profissão.

- O Grupo de Trabalho da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), reuniu na segunda-feira, dia 27.11, à tarde, na sala VIP para debater o tema Trabalho, Renda e Moradia, tendo como coordenadora a deputada Lívia Duarte (PSOL). A vereadora de Belém, Gizelle Freitas (PSOL), da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Belém também participou do evento. Esta reunião é a sétima do GT responsável pelos estudos de legislações em vigor e consolidação de ações pelos direitos para intervir junto aos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, para estabelecer canais de diálogo permanente entre os movimentos sociais e o poder público, para tratar de políticas públicas das mulheres paraenses. A promotora da Mulher da ALEPA, deputada Paula Titan (MDB), em vídeo, saudou os presentes na reunião, enalteceu o trabalho do GT, agradeceu as equipes de trabalho e destacou a atuação parlamentar da indicada para coordenar a reunião. O presidente da COHAB/PA, Companhia de Habitação, Luiz André Nascimento; o secretário adjunto da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Miriquinho Batista; e Micaele Carneiro, da Fundação ProPaz, expuseram os programas estaduais de atenção às mulheres, em especial o "Sua Casa" e o "Credcidadão", que trabalham com prioridades às vítimas com medidas protetivas e/ou vítimas de violências doméstica. "Já foram atendidas cerca de 25 mil famílias, sendo mais de 90% de mulheres", informou o presidente da COHAB. Ele explicou ainda os critérios de acesso de atendimento aos programas.
- Os 30 anos de fundação do Programa "Ação da Cidadania", foram comemorados no dia 30.11, em uma Sessão Especial realizada no auditório João Batista, no Palácio Cabanagem da Assembleia Legislativa no Estado do Pará, a pedido do deputado Carlos Bordalo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa de Consumidor, Defesa das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias. Na oportunidade, 16 personalidades, lideranças ligadas ao "Ação da Cidadania Contra a Fome" foram homenageadas e receberam um Diploma alusivo aos 30 anos do Movimento. O deputado Bordalo, além da

distinção, recebeu das mãos do coordenador José Oeiras, um exemplar, do "Trinta anos de combate à fome", livro lançado em setembro passado que conta a história da ONG Ação da Cidadania. A publicação traz, em 248 páginas, o percurso da iniciativa que levou comida para milhões de brasileiros.

- A Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará (Prodepa) completou 70 anos de fundação em setembro deste ano. Por solicitação do deputado Wescley Tomaz, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação da Alepa, foi realizada uma Sessão Solene em homenagem ao aniversário de fundação da empresa, enaltecendo a trajetória da empresa, marcada por inovação e contribuições ao desenvolvimento tecnológico e à inclusão digital no Pará, realizada no dia 30.11. A Sessão Solene foi encerrada com a entrega de uma placa comemorativa à Prodepa e 15 Diplomas de Homenagens Especiais aos funcionários que fazem parte da história da empresa.

DEZEMBRO:

- Os 58 anos de criação da Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural no Pará (Emater/PA) foram comemorados no dia primeiro de dezembro de 2023, em sessão solene promovida pelo Poder Legislativo Estadual. A homenagem foi realizada durante a manhã, no auditório João Batista, no Palácio Cabanagem, onde funciona a Assembleia Legislativa no Estado (Alepa). A sessão atendeu ao pedido do deputado Josué Paiva (REPUBLIC), membro titular das Comissões de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJRF) de Pesca e Aquicultura da Casa de Leis. O encontro contou com a presença de muitos servidores da empresa pública e da administração indireta do Estado do Pará. Participaram ainda, compondo a mesa oficial da sessão solene e se pronunciando, Evandro Garla, secretário de Justiça do Estado; Vanderlei Alvino, vice-presidente da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Asbraer); e Marta Pina, do Conselho de Administração da Emater/PA. Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap), a Emater atua no setor

agropecuário estadual desde 1965, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Pará (Acar-Pará). Na cerimônia, 21 plaquetas de homenagens comemorativas à data foram entregues aos membros titulares do Conselho Administrativo da empresa, que tem composição multi institucional, e ainda a servidores destacados de carreira do órgão. Na ocasião, foi destacado o papel desempenhado pelo presidente Joniel Vieira, ausente, mas por ter se submetido uma operação de urgência, e também o da secretária da presidência, Maria Odete Machado, muito aplaudida pela plateia.

- O Poder Legislativo do Estado do Pará ingressou no universo das Corridas de Rua ao realizar, no último domingo (03/12), a primeira prova pedestre realizada dentro da programação da Semana de Bem Viver no Pará, com um percurso de 10 km e uma caminhada de 3,5km, com saída e largada na frente do prédio do Palácio Cabanagem, sede da Assembleia Legislativa – Alepa. A corrida contou com a presença de aproximadamente mil participantes, tendo como destaque os servidores da Casa que acolheram o convite e se destacaram disputando a prova que premiou a todos os que concluíram o percurso com medalhas de participação. O kit distribuído aos inscritos continha camisa alusiva ao evento, uma garrafinha para água e a numeração contendo chip eletrônico. Durante o percurso, teve a presença de fiscais, três postos de distribuição de água, assim como tapetes para controlar o tempo, batedores aos primeiros colocados, pelotão da Guarda Municipal dando suporte de segurança e assistência médica e ambulatorial aos corredores. A prova foi em todo o seu percurso sinalizada e marcada em cada quilômetro percorrido. O médico Jorge Vaz, servidor da Alepa, corredor ranqueado com provas até no exterior, chegou entre os dez mais rápidos da prova, que somente premiou os três primeiros corredores no geral, feminino, masculino e PCD com troféus alusivos, sem diferenciação de faixas etárias. Outros troféus homenagearam corredores diversos, como o seu Vitor Souza Costa, de 82 anos, que completou mais uma prova, e corre sempre vestindo a camisa da Tuna Luso Brasileira, seu clube do coração. Temos que ressaltar, no entanto, o desempenho do deputado Dirceu Ten Caten (PT) que completou o percurso como corredor de rua e

ainda no papel de promotor e patrocinador da corrida, que foi organizada por uma empresa especializada. O custeio para sua realização foi obtido com emenda parlamentar dele e do deputado Chicão, presidente da Alepa.

- Os sete anos da existência do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas – PPDDH no Estado do Pará foi comemorado, na segunda-feira, 04/12, com uma sessão especial pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, por iniciativa do deputado Carlos Bordalo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor, Defesa das Pessoas com Deficiência, da Mulher, da Juventude, da Pessoa Idosa e Minorias. O programa é responsável pela proteção de testemunhas e sobreviventes de alguma categoria de crime que envolva violação, e é coordenado pela recém criada Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SIRDH), que foi originada na Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), responsável então em 2019, cuja a atribuição foi repassada no início do segundo mandato do governador Helder Barbalho, para a nova pasta. Atualmente, há 115 defensores abrigados no programa estadual. O coronel da PM, Ângelo Correa discorreu sobre a atuação do Sistema de Segurança Pública do Governo do Pará dentro do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que atua com medidas protetivas: mapeamento de risco, rondas e escoltas policiais. E apresentou ainda o quadro geral de defensores distribuído no espaço territorial do Pará.
- A Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) sediou, também na segunda-feira (4), o lançamento do livro "Educação Popular na Amazônia Paraense: Paulo Freire Vive!". A cerimônia ocorreu no auditório João Batista e representou uma homenagem ao centenário do patrono da educação brasileira. A obra foi organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor (CDHDC) da Casa de Leis, presidida pelo deputado Carlos Bordalo (PT), e contou com a presença da deputada Lívia Duarte (PSOL). O evento teve ainda uma Aula Magna com o professor Pedro Pontual, autor do prefácio da publicação. Entre os organizadores do livro está o deputado Bordalo, além de Jacqueline Freire, da Universidade Federal do Pará (UFPA); João Mota Neto, da Universidade do Estado do Pará (Uepa);

Ângela Antunes e Moacir Gadotti, do Instituto Paulo Freire; e Priscila Herondina de Souza, da CDHDC. Todos estavam presentes no evento, que contou com a presença, ainda, da presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado (Fetagri/PA), Ângela Lopes; Graça Lopes e Jane Cabral, da Secretaria Operativa; e Nilson Bezerra, da editora da UFFPA. A ex-governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, também fez presença no lançamento.

- A Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) participou da última edição do projeto "CAPACITação" – Conectando conhecimento com você, coordenado pela Escola de Contas Públicas "Conselheiro Irawaldyr Rocha". O evento realizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA) contou com a parceria da Alepa; do Governo do Pará, por meio da Secretaria de Fazenda (SEFA); do Tribunal de Contas do Pará (TCE-PA); do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), da Procuradoria-Geral do Pará (PGE-PA) e do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (MPCMPA). A cerimônia realizada em 05.12 no Hotel Grand Mercure, no centro da capital, contou com a presença do presidente da Alepa em exercício, Luth Rebelo e das deputadas Paula Titan e Andreia Xarão, além de diversas autoridades políticas, jurídicas e da sociedade civil, que foram prestigiar o evento. Esta será a sexta e última edição do projeto neste ano. Conselheiros e equipe técnica dos servidores do TCMPA, acompanhados de representantes de instituições parceiras, já estiveram no polo de Marabá, Altamira, Bragança, Paragominas e Santarém.
- Na manhã da quarta-feira, 06.12, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) instalou a Comissão Temporária Externa que vai acompanhar as reuniões e as decisões da comissão que analisa a reforma tributária no Congresso Nacional. A Comissão Temporária Externa da Alepa terá duração de 90 dias. O deputado Fábio Freitas (Republicanos) presidirá a comissão, que terá como relator o deputado Erick Monteiro (PSDB). Também integram a comissão os deputados Dirceu Ten Caten (PT), Coronel Neil (PL) e Ronie Silva (MDB). A Reforma Tributária trará mudanças que irão repercutir em todos os setores da sociedade. Os principais objetivos da reforma tributária são a simplificação, a transparência, o estímulo à eficiência e à atividade

econômica, a redução de contenciosos jurídicos e administrativos e a correção de distorções. Os deputados Erick Monteiro e Coronel Neil participaram da instalação da comissão, além de Charles Alcântara, presidente do Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará (Sindifisco) e Denis Farias, consultor jurídico da Comissão.

- Alegria e gratidão por mais um ano de estudos concluídos, marcaram a manhã da quinta-feira, 07 de dezembro, o auditório João Batista, com a cerimônia de formatura do ABC dos estudantes do Núcleo Educacional Engenheiro Waldemar Chaves (Nealepa), mais conhecido como Escola creche da Alepa. Edna Gaby, coordenadora-geral, comandou a cerimônia, e bastante emocionada, agradeceu a oportunidade de poder participar de mais um ano de estudos ao lado das crianças, e aproveitou para lembrar da importância da educação na vida dos formandos, que a partir do ano que vem, seguem para voos ainda mais altos em suas vidas. Após o momento de juramento, de benção dos anéis de formatura, e da entrega dos certificados de conclusão do ABC, os 24 futuros profissionais, seguem agora para mais uma etapa importante de suas vidas, rumo ao ensino fundamental, e confiantes dos conhecimentos adquiridos, ao longo dos anos, na Escola creche da Alepa.
- Com o apoio do Centro de Atendimento ao Cidadão da Assembleia Legislativa do Pará (CAC-Alepa), o município de Eldorado do Carajás recebeu na manhã da sexta-feira, 08.12, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Joércio Barbalho, a Caravana do Bem, liderada pelo deputado Braz (PDT). O objetivo da ação é oferecer serviços de cidadania à população. Os serviços oferecidos para a população foram: emissão de identidade, 1º e 2º via; assessoria jurídica; emissão de certidão de nascimento, primeira e segunda via; segunda via de certidão de óbito; além de consultas com psicólogo, nutricionista e palestras de escovação dental. Foram feitas 227 identidades. A ação segue para o município de Parauapebas nos dias 9 e 10 de dezembro.
- Serviços de cidadania, como emissão de documentos, consultas, atrações culturais, serviços de estética e atividades para crianças foram ofertados gratuitamente à população de Parauapebas e região na manhã de sábado,

09.12, na praça de Esportes Radicais, em Parauapebas. A Ação faz parte dos trabalhos desenvolvidos pela Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), por meio do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) e Caravana do Bem, comandada pelo deputado Braz (PDT). A ação cidadania e Caravana do Bem têm o objetivo de levar serviços básicos à população que tem dificuldade em determinados serviços de cidadania. Os serviços mais procurados pela comunidade foram emissão de documentos de identidade e certidão de nascimento. A Ação Cidadania e Caravana do Bem já estiveram em diversos locais do Pará, entre eles os municípios de São João do Araguaia, Itupiranga, Jacundá, Breu Branco, Eldorado do Carajás e finalizaram em 2023 em Parauapebas. A programação de atendimento à população continua até às 14 horas deste domingo (10). Foram feitas, somente hoje, 324 fotos 3/4, 229 identidades e 168 certidões de nascimento, além de 256 orientações jurídicas. A mesa de abertura foi composta por: deputado Braz; prefeito de Parauapebas; Darci Lermen; João do Verdurão, vice-prefeito de Parauapebas; Rafael Ribeiro, presidente de Câmara de Parauapebas; Giovanni Queiroz, titular da Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap); Professora Nilse Pinheiro, adjunta da Sedap; Miquinha, vereador de Parauapebas; Denis Gabriel Assunção, secretário de segurança do município de Parauapebas e Maquivalda Barros.

- O tradicional Colégio Santa Catarina de Sena foi homenageado na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), nesta segunda-feira (11), pelos seus 120 anos de fundação. A sessão especial ocorreu no auditório João Batista, atendendo à proposição do deputado Coronel Neil (PL), que presidiu a cerimônia. Alunos, ex-alunos, professores, corpo técnico e pedagógico do colégio lotaram o auditório para prestigiar o evento, que foi transmitido ao vivo pela TV Alepa, e contou com a participação de uma intérprete em libras. Ao final da cerimônia, o deputado Coronel Neil entregou certificados de reconhecimento aos professores, alunos, ex-alunos e personalidades da comunidade católica do Colégio Santa Catarina de Sena. A administração da escola aproveitou o momento e homenageou com troféus alguns destaques da instituição. O evento foi encerrado com o hino

do Pará.

- O projeto de lei do Poder Executivo da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 foi aprovado, por unanimidade, com 281 emendas, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO), em reunião extraordinária, nesta quarta-feira (13). O relator da matéria, o deputado Chamonzinho (MDB), que também é o presidente da CFFO, disse que a tramitação do orçamento foi tranquila e que as emendas aprovadas foram ajustes necessários, que só irão melhorar a proposta orçamentária do Executivo para o próximo ano. A LOA 2024 é ancorada nos projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (LDO) e no Plano Plurianual 2024-2027 (PPA), que também foram relatadas pelo deputado Chamonzinho. No PPA 2024-2027, estão as diretrizes estratégicas denominadas: sociedade de direitos, crescimento inteligente, trabalho com responsabilidade e gestão pública presente. Todas deverão ser contempladas com ações e serviços previstos na LOA 2024.
- O auditório João Batista da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) foi cenário de uma tarde de louvor e adoração a Deus na sexta-feira, 15.12, na Sessão Solene em alusão ao aniversário da Convenção de igrejas e Ministros das Assembleias de Deus do Utinga (CIMADMUBE). Na ocasião, houve apresentações das irmãs Belemitas, que com suas sanfonas, tambor, pandeiro, bumbo e outros instrumentos contagiaram o público presente na Casa de Leis. Várias cantoras e cantores da congregação se apresentaram, além do coral, Banda Louvando o Senhor e do Clarinetista Luiz Carlos. A proposição da sessão é de autoria do deputado Fábio Freitas (Republicanos), que presidiu a cerimônia e agradeceu ao presidente Chicão (MDB) e a todos os parlamentares por aprovar o requerimento 645/2023. Para o deputado, o evento reconhece o valor da congregação. O aniversário de 17 anos da CIMADMUBE foi celebrado no mês de setembro. Participaram da mesa os membros fundadores da Convenção, além do vereador de Belém, Augusto Santos (Republicanos). Ao final da cerimônia foram entregues medalhas e certificados, homenageando 130 personalidades entre fundadores, colaboradores e outras autoridades eclesiais.

- Presidida pelo deputado Carlos Bordalo (PT), a sessão solene de outorga da Medalha Paulo Frota de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), também ocorrida no dia 15, no plenário Newton Miranda, entregou 59 diplomas desta honraria marcando a sua 20ª edição. A comenda foi criada por proposição da deputada Regina Barata e homologada pelo presidente, deputado Mário Couto, em dezembro de 2003. Em seu pronunciamento de abertura, Bordalo enfatizou a crise climática atravessada pelo mundo, considerando também uma crise de direitos humanos. Tendo como mote a COP 28 - Conferência do Clima das Nações Unidas, realizada recentemente em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o deputado pontuou o desafio de propor a construção de soluções para, nos próximos anos, diminuir os impactos desta crise. Além de Bordalo na presidência da mesa, o dispositivo principal foi constituído ainda pela ex-governadora Ana Júlia Carepa; pelo secretário estadual de Igualdade Racial e Direitos Humanos, representando o governador Helder Barbalho, Jarbas Vasconcelos; pelo presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Roberto de Moura; pelo desembargador Mairton Carneiro, ouvidor agrário do TJ/PA; pela juíza do Trabalho da 8ª Região do TRT/PA, Roberta Santos; e representando a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, Ivete Vaz. Os deputados Coronel Neil, Eric Monteiro e Fábio Filgueiras também marcaram presença no plenário.
- Na segunda-feira, 18.12, o Dia Internacional dos Migrantes foi marcado pela realização de uma Sessão Especial na Assembleia Legislativa do Pará, com o debate das políticas de atenção às pessoas refugiadas e migrantes no Pará. A proposição foi de autoria da deputada Lívia Duarte, em parceria com as Comissões de Direitos Humanos da Alepa e da Câmara Municipal, e do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Cerca de 100 milhões de pessoas vivem fora dos países de origem após terem sido forçadas a se mudar devido ao temor de perseguição relacionada à raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política ou, ainda, para fugir de conflitos armados, violência e violações dos direitos humanos. A deputada Lívia Duarte destacou que, no Brasil, mais de 65 mil refugiados são reconhecidos pelo Governo Federal, em todo o território nacional, de

120 nacionalidades diferentes - 3 mil são venezuelanos.

- Para dar continuidade às ações de governo para o ano de 2024, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) aprovou por unanimidade na manhã da quarta-feira, 20.12, o orçamento financeiro de 2024. O Projeto de Lei nº 606/2023 estima a receita e fixa a despesa do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2024, e foi aprovado com 281 emendas. O orçamento do Estado tem a previsão de R\$46,6 bilhões. Entre os pontos mais importantes para a elaboração da peça orçamentária está a realização da COP 30 em Belém. Um desses pontos destaca a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas. A partir do Plano Plurianual (PPA 2020-2023), o executivo paraense buscou alinhar o Plano Plurianual à Agenda 2030. Essa mesma Agenda permanece para o PPA 2024-2027. O outro documento encontra-se no plano de longo prazo "Pará 2050", que foi instituído por meio dos Decretos Estaduais nº 2.545/2022 e nº 2.792/2022, este é a voz da sociedade paraense, sendo a materialização dos seus anseios para um planejamento das políticas públicas. A LOA recebeu um total de 686 emendas. 405 foram rejeitadas e 281 acatadas. Um aumento em relação a 2023, quando foram aprovadas 119 de um total de 300. A LOA é um dos planejamentos mais importantes da administração pública para que a gestão governamental viabilize todas as ações públicas, além de determinar os detalhes de cada repasse do orçamento. O plenário da Assembleia Legislativa do Estado também aprovou a prestação de contas do governo estadual referente ao ano de 2022, na gestão do governador Helder Barbalho. Votado em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo 74/2023 foi enviado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (CFFO) da Casa, que emitiu parecer favorável ao documento. A prestação de contas do governo foi aprovada, por unanimidade, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) após parecer prévio do Ministério Público de Contas (MPC). De acordo com a prestação de contas, em 2022, o Governo do Estado manteve o equilíbrio orçamentário, financeiro e fiscal.
- A última sessão de 2023 da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, realizada no dia 21.12, no plenário Newton Miranda, foi marcada pelo

reconhecimento a personalidades políticas, eclesiásticas, representantes da Polícia Militar, cidadãos comuns e mulheres que fizeram diferença na sociedade, totalizando 83 homenageados. A Sessão Solene foi aberta pelo presidente da Casa, deputado Chicão, que fez um breve reconhecimento dos deputados presentes, destacando o valor de cada um e acentuando particularidades de alguns, como da deputada Livia Duarte(PSOL), que teve sua força e postura destacadas como virtude, assim como o deputado Dirceu Ten Caten(PT), que o deputado Chicão lembrou da sua importância pelas pautas nacionais, entre outros presentes que tiveram seus nomes citados pelo chefe do parlamento. O deputado Gustavo Sefer(PSD) parabenizou a gestão atual, lembrando que 2023 foi um ano produtivo em que muitas proposições esquecidas foram colocadas em pauta, o que representou respeito aos autores. Os deputados presentes, como Fábio Freitas (REPUBLICANOS), Dirceu Ten Caten(PT), Ana Cunha(PSDB), Livia Duarte(PSOL), Coronel Neil(PL), Nilton Neves(PSD), Torrinho Torres(Podemos), Wescley Tomaz(Avante) fizeram a entrega dos títulos honoríficos.

- Ainda no dia 21, a Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) encerrou oficialmente as atividades de 2023 com uma visita, junto com a imprensa, às obras entregues recentemente, que contemplam novos gabinetes parlamentares, restaurante e área de convivência, decorados por 15 novas obras do artista grafiteiro Sebá Tapajós. Também foi apresentado aos jornalistas o balanço geral das atividades legislativas deste ano, que realizou, ao longo do ano, 102 reuniões, obtendo um índice geral de produção de 87,2% e um percentual de aproveitamento de 99,5%. Foram 1.244 Projetos de Lei apresentados ao longo de 2023, sendo que 887 foram apreciados e 885 aprovados e deferidos, obtendo 99,7% de índice de aproveitamento. As moções chegaram a 1.572, sendo todas apreciadas e aprovadas, gerando 100% de índice de aproveitamento. A Alepa contabilizou também a apresentação de 822 requerimentos, sendo 715 apreciados e 703 aprovados e deferidos, um aproveitamento de 98,3%. Por fim, a Casa de Leis realizou um total de 102 reuniões, sendo 61 Sessões Ordinárias, 38 extraordinárias, 2 preparatórias e 2 de instalação, com um

total de 3.638 proposições apresentadas – uma média mensal de 363,8 –, sendo 3.160 aprovadas e deferidas – uma média mensal de 316. O projeto de construção de uma nova Alepa iniciou há cerca de três anos, quando Chicão assumiu a chefia do Poder Legislativo. Após entregar o plenário Newton Miranda e o auditório João Batista, e outros espaços totalmente revitalizados e modernizados, o trabalho segue por todo o Palácio da Cabanagem, prédio palco de históricas e importantes decisões sobre o rumo do Estado.



EXPEDIENTE



**Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça
Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200**

23. EXPEDIENTE

Coordenação e Elaboração: Secretaria Legislativa

Rebecca Hesketh - Secretária Legislativa

Jacqueline Sabbá - Chefe de Gabinete da Secretaria Legislativa

Lectícia Marchetto - Assessora Especial

Estephany Nogueira - Assessora Especial

Janainna Monteiro - Assessora Especial

João Carlos Brito - Analista Legislativo

Comissões Permanentes

Procuradoria da Mulher

Dep. Paula Titan

Procuradoria Geral

Justiniano Alves Júnior

Gabinete da Presidência

Reginaldo Marques Pereira

Gabinete Civil

Cassiana Cardoso de Almeida

Gabinete Militar

Guaraci Paranhos

Departamento Legislativo

Jarbas Porto

Escola do Legislativo

Maria Betânia Fidalgo

Departamento de Bem-Estar Social (DBES)

Karla Lobato

Departamento de Memorial Legislativo

Paulo Sérgio Lourenço

Divisão de Cerimonial

Silvia Fonseca

Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)

Márcio Sousa

Núcleo Educacional Eng. Waldemar Chaves

Iza Sarubi

Assessoria de Imprensa e Divulgação

Alda Conceição Dantas de S. Tocantins

Andreza Vale Batalha

Jackson Santos Coelho